

Organizadores
Angelina Anjos • Ismael Machado
Marcelo Zelic • Marco Apolo • Carlos Bordalo

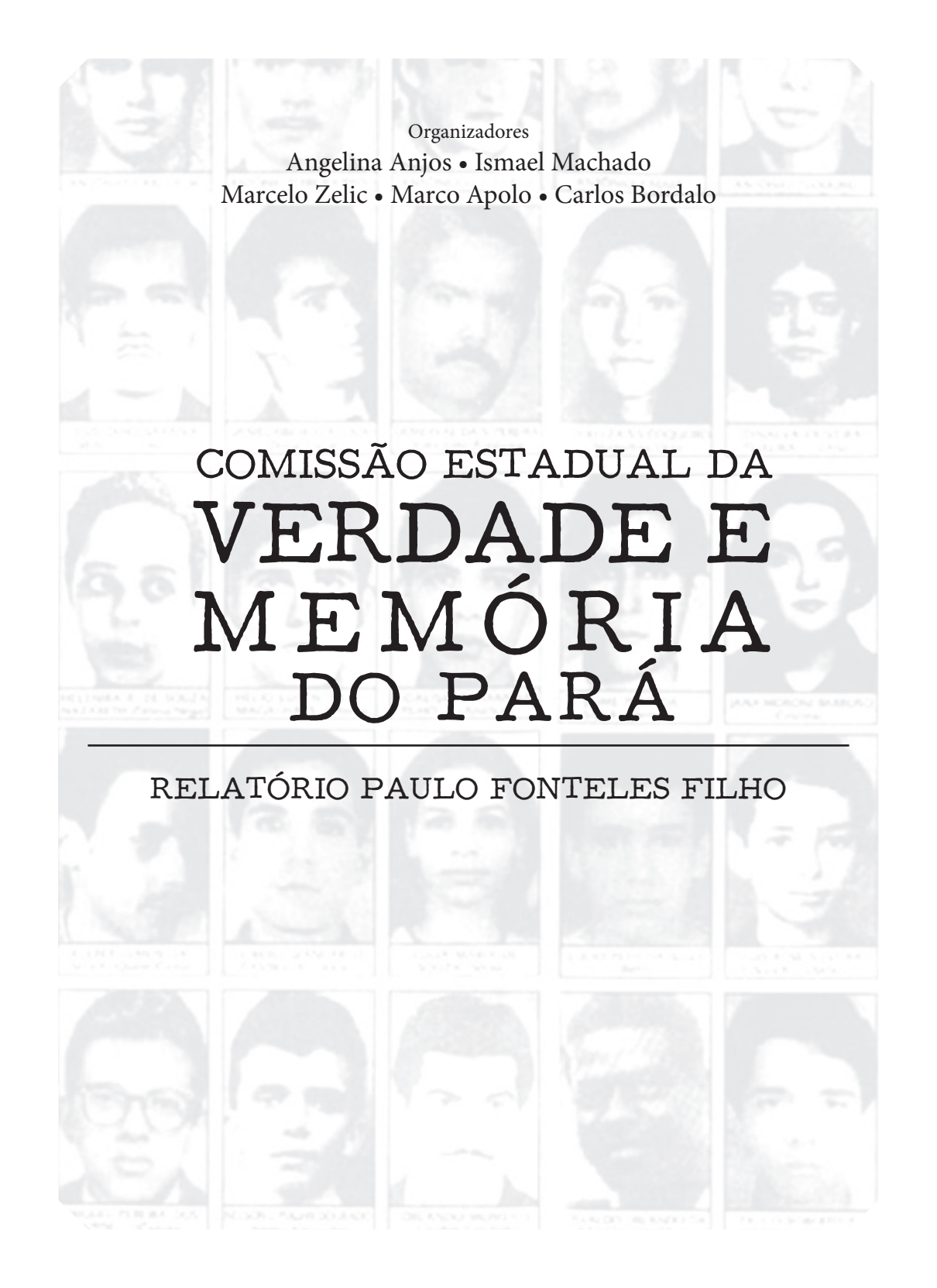
COMISSÃO ESTADUAL DA
VERDADE E
MEMÓRIA
DO PARÁ



RELATÓRIO PAULO FONTELES FILHO

TOMO II

**Editora
Dalcídio
Jurandir**
IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ



Organizadores

Angelina Anjos • Ismael Machado
Marcelo Zelic • Marco Apolo • Carlos Bordalo

COMISSÃO ESTADUAL DA
**VERDADE E
MEMÓRIA
DO PARÁ**

RELATÓRIO PAULO FONTELES FILHO



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

Este documento histórico foi impresso com recursos de emenda parlamentar, viabilizado pelos mandatos, do deputado estadual Carlos Bordalo e deputada estadual Marinor Brito.



Aroldo Carneiro
Presidente

Moisés Alves de Souza
Diretor Administrativo e Financeiro

Allan Gonçalves Brandão
Diretor Industrial

Sandra Maria Caminha Fonseca
Diretora de Documentação e Tecnologia



Mailson Lima Nazaré
Coordenação-Geral

Reginaldo Ramires de Moraes
Assessor técnico

Elisangela Oliveira Alves
Victoria Luiza Santos de Oliveira
Luana Silvino de Souza
Secretaria Executiva

Robson Keller Gouveia Cordeiro
Edilberto José de Figueiredo Silva
Luciano Alves da Silva
Henos Silva do Nascimento Júnior
Designer, diagramação e artes gráficas

PRODUÇÃO EDITORIAL

Organizadores
Angelina Anjos, Ismael Machado,
Marcelo Zelic e Marco Apolo Santana Leão

Edição
Moisés Alves de Souza
Mailson Lima Nazaré
Assessor técnico
Reginaldo Ramires de Moraes
Revisão
Ana Lídia Azevedo de Campos
Ismael Machado
Projeto gráfico e editoração
Luciano Silva e Henos Silva Jr.
Capa
Luciano Silva e Henos Silva Jr.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Comissão estadual da verdade e memória do Pará:
tomo II / organização Angelina Anjos...[et al.]. – Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir: Imprensa Oficial do Estado do Pará - IOEPA, 2022. – (Comissão estadual da verdade e memória do Pará; v. 2)

Outros organizadores: Ismael Machado, Marcelo Zelic, Marco Apolo Santana Leão
ISBN 978-65-997530-2-2

1. Direitos humanos 2. Memórias 3. Nacionalismo e memória coletiva - Brasil 4. Pará (Estado) - História 5. Pará (PA) - Descrição I. Anjos, Angelina. II. Machado, Ismael. III. Zelic, Marcelo. IV. Leão, Marco Apolo Santana. V. Série.

22-106050

CDD-918.1762

Organizadores
Angelina Anjos • Ismael Machado
Marcelo Zelic • Marco Apolo • Carlos Bordalo

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E MEMÓRIA DO PARÁ

RELATÓRIO PAULO FONTELES FILHO

TOMO II



IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ

Presente

Essa é uma expressão, uma palavra de saudação e resistência em homenagem a quem dedicou a vida em prol dos direitos humanos de uma sociedade. Quando essa pessoa tomba, sua missão permanece, como um ideário a ser seguido.

Foi assim com tantos nesse Pará de terra manchada de sangue. Gringo, Canuto, Expedito, Gabriel Pimenta, Dezinho, Dorothy Stang, Paulo Fonteles, João Batista. Ou com outros que encerraram seu ciclo, mas sua memória e seus exemplos permanecem, como Isa Cunha, Paulinho Fonteles e Egídio Machado Sales Filho.

Claro, há muitos mais que merecem ser lembrados nessa trajetória. Dedicaram a vida na construção de um país mais justo. Com este relatório, entendemos estar prestando uma homenagem pequena, porém significativa, a essas pessoas, cuja existência iluminou caminhos.

Uma nação não pode ser construída sob as muralhas do esquecimento. Para que possamos erigir uma sociedade sem opressores, sem violência ideológica, sem autoritarismos, precisamos manter sempre viva a memória dos que lutaram para transformar o país em uma democracia efetiva.

É por isso que, ao entregar esse relatório à sociedade paraense, levantamos a mão, fechamos os punhos e gritamos a esses heróis e heroínas: “**Presente!**”

Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará

Relatório Final da Comissão, criada pela Lei Nº 7.802, de 31 de março de 2014, para apresentar à sociedade a análise circunstanciada sobre as violações de direitos humanos e liberdades no Estado do Pará, no período de 1º de abril de 1946 a 5 de outubro de 1988, a fim de efetivar o direito de memória, da verdade histórica, e promover a consolidação do Estado Democrático de Direito.

► **Membros**

Egídio Machado Sales Filho

Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB-PA)

Carlos Alberto Barros Bordalo

Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa)

Leonardo da Silva Torii

Arquivo Público Estadual

Marco Apolo Santana Leão

Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

Renato Theophilo Marques de Nazareth Netto

Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Jureuda Duarte Guerra

Conselho Regional de Psicologia – PA/AP

Maria Franssinete de Souza Florenzano

Sindicato dos Jornalistas do Pará (Sinjor-PA)

Ana Michelli Gonçalves Siores Zagalo*
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup)

João Lúcio Mazinni da Costa*
Arquivo Público Estadual

Paulo Cesar Fonteles de Lima Filho*
Comitê Paraense pela Verdade, Memória e Justiça

* **Desligaram-se dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade e Memória:** Ana Michelli Gonçalves Siores Zagalo, por mudança de função e de Secretaria de Estado, não sendo substituída; João Lúcio Mazinni da Costa solicitou afastamento em 21/01/2016, substituído por Leonardo da Silva Torii em 02/02/2016, e Paulo César Fonteles de Lima Filho, para candidatar-se a vereador nas eleições em maio de 2016, não sendo substituído.

Equipe Técnica

Angelina Nazaré dos Anjos Oliveira
Amanda Paiva Quaresma
Humberto Lopes Cunha
Johnatan Barreto Ferreira
Jaime Cuéllar Velarde
Jean Brito
Jorge Lucas Neves
Lucidéa Santos Cavalcante
Luciléa Silva Santos
Nádia Symme Lima de Almeida

Organizadores do Relatório Final

Angelina Anjos (Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Pará), Ismael Machado (jornalista) e Marcelo Zelic (Armazém Memória/SP), Marco Apolo Santana Leão (Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos) e Carlos Bordalo (Presidente da Comissão Estadual da Verdade do Pará (CEV/PA) e Deputado Estadual).

Colaboradores:

As pessoas abaixo colaboraram com artigos, capítulos e relatórios temáticos que compõem o Relatório Final da CEV-Pará.

TOMO II

Capítulo 4:

Emanuel Vilaça, Franssinete Florenzano, Ismael Machado (introdução), José Maria Pedroso, Luciana Kellen e Priscilla Amaral.

Capítulo 5:

Ismael Machado (introdução) e Leila Mourão.

Capítulo 6:

Flávia Sousa Garcia Sanz, Girolamo Domenico Treccani, Isadora Cristina Cardoso de Vasconcelos, Ismael Machado (introdução) e José Sonimar de Sousa Matos Júnior.

Capítulo 7:

Caio Eduardo Teixeira Vasconcellos, Ismael Machado (introdução) e Rafaela Nunes Pannain.

Capítulo 8:

Iara Ferraz, Ismael Machado (introdução), Maria Pinheiro, Orlando Calheiros, Tiape Surui e Winurru Surui.

Fotos de capa - perseguidos políticos



Maria Oneide Costa Lima

Viúva do sindicalista Raimundo Ferreira Lima, mais conhecido como "Gringo", assassinado em 29/05/1980. Engajada no combate ao trabalho escravo para dar continuidade à luta do marido em São Geraldo do Araguaia (PA). Recebeu anistia política em 2013.



Humberto Rocha Cunha

Estudante de Agronomia, na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. No período da redemocratização, foi um dos fundadores da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, militou no PCdoB e depois no PRC, mas, em 1982, foi eleito vereador pelo PMDB, e posteriormente filiou-se ao PT.



Izabel Marques Tavares da Cunha

Históridora e ativista do movimento feminista. Se manifestava contra a Ditadura Militar no Pará, foi presa e torturada, porém não se intimidou e continuou a luta por uma sociedade justa e pela paz.



Benedicto Wilfred Monteiro

Foi escritor, jornalista, advogado e político cassado durante o golpe militar de 1964.



Eneida Guimarães

Liderança do movimento estudantil na década de 1960, presidenta do DCE na Universidade católica de Goiás 65/68, militante da Ação Popular, sobreviveu à ditadura militar na clandestinidade, à época se chamava Isabel.



Jorge Panzera

Filho de Eneida Guimarães e Marcos Panzera que sobreviveram à ditadura militar na clandestinidade. Recebeu anistia política em 2013 e atualmente preside o PCdoB no Pará.



César Moraes Leite

Estudante de 19 anos calouro do curso de Matemática que teve a sua vida ceifada por uma bala na manhã de uma segunda-feira (10/03/1980). Foi atingido por uma arma carregada de duplo calibre 38 que estava em poder do agente da polícia federal identificado nos registros oficiais como Dalvo Monteiro de Castro Junior que assistia às aulas como agente da repressão e tinha missão de vigiar os estudantes em sala de aula.



Mauro Panzera

Filho mais velho de Eneida Guimarães e Marcos Panzera, militantes da Ação Popular, sobreviveram à ditadura militar na clandestinidade. Atualmente Mauro é publicitário.



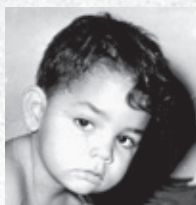
Maurício Panzera

Filho mais novo de Eneida Guimarães e Marcos Panzera, sobreviventes da clandestinidade. Atualmente Maurício exerce a profissão de músico e arte educador.



Leila Mourão Miranda

Militante do movimento estudantil, dirigente do PCdoB, anistiada política em 2015. Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Pará.



Paulo César Fonteles de Lima Filho

Filho de Hecilda Veiga e Paulo Fonteles, sua mãe foi presa com cinco meses de grávida, nasceu nos porões da ditadura militar em Brasília. Quando tinha um mês de vida foi entregue para sua avó paterna, os militares atrasaram por cinco horas a entrega do recém-nascido dando a justificativa que não achavam algemas para as suas mãos.



Apresentação da Imprensa Oficial do Estado do Pará - IOEPA

A publicação da coleção de livros sobre o Relatório Final da Comissão da Verdade do Estado do Pará, através da Editora Pública Dalcídio Jurandir, da Imprensa Oficial do Estado do Pará, possui um grande significado para esta autarquia, principalmente pelo caráter histórico do documento produzido.

O livro sobre o Relatório da Comissão da Verdade do Pará se soma ao esforço público de apurar as violações de direitos humanos de um passado histórico de nosso país, período de regimes ditatoriais que ocorreram entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, conforme identifica a Comissão Nacional da Verdade, e desta forma esta publicação dividida em três tomos visa levar aos paraenses e a sociedade em geral conhecimentos e transparência sobre os trabalhos desenvolvidos pela Comissão da Verdade no Estado do Pará.

Destacam-se os desafios enfrentados pela Comissão da Verdade no Pará, enfrentando vários obstáculos para chegar nesse momento da publicação de seus trabalhos, o que nos leva a lembrar da dedicação e entusiasmo de Paulo Fonteles Filho e Egídio Sales Filho, dois abnegados defensores dos direitos humanos que muito contribuíram para o êxito da Comissão da Verdade no Pará. Infelizmente nos deixaram nos últimos anos, mas seus legados são fonte de inspiração para a defesa da democracia e de uma sociedade mais justa.

Ainda vivemos em tempos difíceis em nosso país com ameaças ve-ladas à democracia, aos direitos sociais, ao meio ambiente na Amazônia, e aos direitos de Povos e Comunidades Tradicionais, sustentada inclusive com a propagação de *fake news* a qual, é objeto de investigação pelo Su-premo Tribunal Federal. Logo, publicar este livro torna-se uma trincheira democrática, que visa valorizar e dar visibilidade aos trabalhos realizados pela Comissão da Verdade no Pará.

Portanto, a Imprensa Oficial do Estado (IOEPA) deseja uma boa lei-tura, que através desta coletânea possamos reforçar a luta pela democracia, que os relatos da Comissão da Verdade se tornem um passado bem distante e que sejam reparados pela sociedade fazendo justiça em nome daqueles que perderam suas vidas em defesa da Amazônia.

Aroldo Carneiro

Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Pará

Nota da Editora Pública Dalcídio Jurandir

Ao editar os livros sobre o Relatório Final da Comissão da Verdade do Estado do Pará a Editora Pública Dalcídio Jurandir da Imprensa Oficial do Estado (IOEPA) torna público os trabalhos realizados pela Comissão, que analisou diferentes aspectos sociais e históricos de violações aos direitos humanos no período que envolveu o regime militar instaurado no Brasil a partir de 1964.

Esta publicação se soma às diversas obras editadas e publicadas nos últimos anos, de vários autores e temáticas, reafirmando a função social de valorização da cultura, literatura e de produções científicas regionais pela Editora Dalcídio Jurandir, em consonância ao que estabelece o Decreto nº 272/2019 do Governo do Estado do Pará que visa levar conhecimento a sociedade paraense.

A coletânea de livros da Comissão da Verdade no Pará ao reunir relatórios finais das pesquisas e análises realizadas em contextos de violações de direitos humanos, torna evidente a necessidade de levar ao conhecimento da sociedade as violações graves ocorridas em um passado não muito distante e que jamais deverão ser esquecidas.

As ameaças à democracia, aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos direitos de Povos e Comunidades Tradicionais ainda persistem, e a edição deste livro através da Editora Pública Dalcídio Jurandir da IOEPA fortalece a importância de proteção dos direitos constitucionais, que devem ser garantidos pelo Estado e por toda sociedade, e trazer ao leitor estas importantes obras, reafirma a necessidade de um Estado democrático que respeite os direitos humanos e os princípios constitucionais, para assim fortalecer a democracia e o direito à vida e a liberdade.

Não restam dúvidas da necessidade de se apurar toda e qualquer forma de violação aos direitos humanos e por isso, levar à sociedade as informações produzidas pela Comissão da Verdade através desta publicação, torna transparente e evidencia a seriedade do trabalho produzido.

Assim sendo, desejamos uma boa leitura e que o conhecimento adquirido através deste livro possibilite uma reflexão crítica sobre os fatos históricos ocorridos em nosso Estado e da necessidade de garantir a manutenção da democracia em nosso país, onde todos e todas possam viver em plena liberdade e com direitos garantidos como estabelece a Constituição Federal.

Mailson Lima Nazaré

Editor e Coordenador da Editora Pública Dalcídio Jurandir

ÍNDICE COMPACTO

TOMO II

Capítulo 4:	A imprensa paraense na ditadura: relatório da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Pará.	25
Capítulo 5:	Universidade Federal do Pará.....	85
Capítulo 6:	A violência no Pará no Relatório da Comissão Camponesa da Verdade.....	115
Capítulo 7:	Guerra dos Perdidos, do ocultamento histórico à busca de reparação.	293
Capítulo 8:	O sofrimento Aikewara – Relatório.....	325

ÍNDICE GERAL

APRESENTAÇÃO RELATÓRIO COMISSÃO	19
---------------------------------------	----

CAPÍTULO 4

A imprensa paraense na ditadura: relatório da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Pará	25
1. Introdução	25
2. Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Pará	29
2.1 Resumo	29
2.2 Objetivos	29
3. Introdução	30
4. Metodologia	36
4.1 Sobre atividades desenvolvidas: conquistas, condições de trabalho e desafios	36
4.2 Sobre os depoentes	37
5. O jornalismo paraense no cenário do regime militar ..	40
5.1 A censura e os dribles nas redações	41
5.2 A truculência policial interfere no exercício do jornalismo	46
6. Audiência 2 – Destaques	53
6.1 O golpe e a imprensa do interior nas vivências de Manoel Dutra	53
6.2 Prisões e perseguição, lembranças do jornalista Manoel Bulcão	58
6.3 Um relato de quem nasceu em berço militar	61
6.4 Sessão histórica de devolução dos mandatos cassados na Alepa	64
6.4 Sessão histórica de devolução de mandatos na Câmara Municipal de Belém	72
6.5 Comissão recebeu denúncia de que perseguições e ameaças persistem	76
6.6 Instituições científicas excluídas do GT Araguaia ..	78
7. Conclusão	80

CAPÍTULO 5

Universidade Federal do Pará	85
1. Introdução	85
2. Apontamentos para o Relatório da Comissão da Verdade César Moraes Leite da Universidade Federal do Pará	90
2.1 Introdução	90
2.2 Criação e instalação da UFPA	96
2.3 Universidade, sua dinâmica e repressores	100
2.4 Controle, resistências e repressão na UFPA.....	102
2.5 Comissão “César Leite” de memória e verdade – UFPA	104
3. Referências bibliográficas e documentos.....	109

CAPÍTULO 6

A violência no Pará no Relatório da Comissão

Camponesa da Verdade	115
1. Introdução	115
2. Terra sem homens?.....	118
3. Hoje, como ontem	123
4. Um ciclo que não se encerra	125
5. Comissão Camponesa da Verdade	126
6. Relatos de casos emblemáticos – Pará	127
7. Araguaia/Tocantins os camponeses na Guerrilha do Araguaia	265
8. Tocantins - Assassinato do padre Josimo Moraes Tavares	288

CAPÍTULO 7

Guerra dos Perdidos, do ocultamento histórico

à busca de reparação	293
1. Introdução	293
2. O Araguaia depois da primeira guerra	313
3. Referências bibliográficas	320

CAPÍTULO 8

O sofrimento Aikewara – Relatório325

1. Introdução325
2. Síntese do caso332
3. Referências.....334

Relatório Aikewara337

1. “O tempo da guerra” – os Aikewara e a Guerrilha do Araguaia337
2. Apresentação.....338
3. O tempo do Frei Gil342
4. A “guerra”: “tempo do sofrimento mais horrível”344
 - 4.1 A invasão da aldeia 346
 - 4.2 “Recrutamento” e maus-tratos 356
 - 4.3 Prisioneiros na aldeia (“A gente só comia batata”) . 384
 - 4.4 Mortes de prematuros 393
 - 4.5 Testemunhas: prisões, mortes e destinação dos corpos 397
5. Depois da guerra.405
6. Sobre a indispensabilidade da figura do outro entre os Aikewara407
7. Considerações finais409
8. Referências bibliográficas411

Comissão da Verdade Suruí-Aikewara: uma etnografia da memória e do esquecimento415

1. Resumo.....416
2. À modo de conclusão.....426
3. Bibliografia.....427



APRESENTAÇÃO RELATÓRIO COMISSÃO

Quando, no dia 5 de outubro de 1988, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães apresentou à sociedade brasileira a nova Constituição, fruto de mais de um ano de intensas e polêmicas discussões, afirmou: “Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira, desbravadora, será luz ainda que de lamparina na noite dos desgraçados. É caminhando que se abrem os caminhos. Ela vai caminhar e abri-los”. Não é o caso aqui de se comparar tamanhos, alcances e importâncias, mas a sensação que temos ao chegar a essa etapa do relatório da Comissão Estadual da Verdade do Pará, é similar. Não é um relatório perfeito, exemplar, intocável. Ainda assim é um documento histórico e único na contemporaneidade do Estado.

Não foi um caminho fácil chegar até aqui. Pelo contrário. Ao longo dos últimos anos, os percursos foram pedregosos, repletos de armadilhas e desvios. Praticamente sem poder contar com o prometido apoio do Governo do Estado quando, no já tão longínquo ano de 2014, oficialmente foi instalada a Comissão, os trabalhos precisaram ser interrompidos muitas vezes, pelas inúmeras dificuldades encontradas em sua execução.

Algumas dessas dificuldades foram traduzidas em perdas irreparáveis. Paulo Fonteles Filho e Egídio Sales Filho verdadeiros timoneiros dessa nau, tombaram ao longo do caminho. Foram momentos em que o cansaço, a dor, a tristeza, quase nos impediram de seguir adiante. Apesar de ambos carregarem o ‘filho’ nos nomes, foram eles que nos deixaram órfãos, quase desamparados. Eram dois dos mais entusiastas e abnegados defensores do relatório aqui apresentado. Por eles e pelo senso coletivo de justiça social, persistimos.

Podemos dizer, sem medo de estarmos exagerando, que o país que viu nascer os trabalhos dessa Comissão, era outro. Apesar das dificuldades

e dos embates vividos, ainda era um país ancorado na democracia, mesmo frágil, como sempre foi nosso estado democrático. Ainda assim, é necessário repetir, era a democracia que amparava o Brasil. E era em nome dessa democracia que buscávamos trazer à luz, o pedaço ainda obscuro de nossa história recente, a dos desmandos, violências e censuras da ditadura civil-militar imposta à sociedade brasileira por mais de duas décadas.

Menos de dez anos depois dos primeiros passos de nossos trabalhos, o Brasil amarga um retrocesso que parecia inconcebível quando adentramos o século 21. A censura retorna de forma não tão velada, o genocídio indígena se aprofunda, os direitos de minorias são atacados abertamente pelo Governo Federal, direitos trabalhistas são jogados pela janela, o meio-ambiente sofre seu mais terrível ataque em décadas, a tal ponto que corremos o risco de ver a floresta amazônica chegar a um ponto irreversível de não-retorno. A exploração mineral ilegal expulsa descendentes quilombolas e indígenas de suas terras, o agronegócio avança de forma incessante, afetando diversidades culturais, econômicas e biológicas, enquanto milícias rurais e urbanas armam-se até os dentes ameaçando vidas. A arte e a cultura são atacadas ferozmente por quem mais devia defendê-las. A educação é vilipendiada. Instituições reguladoras e fiscalizadoras são desmontadas e aparelhadas. A mentira e a desinformação são incentivadas oficialmente.

No meio de todo esse cenário, temos um estado aparelhado por militares que, sem competência técnica, ocupam espaços decisórios em diversos escalões da União. E percebemos uma tentativa canhestra de reescrever a história, alçando ditadores e torturadores à condição de heróis e salvadores nacionais.

A democracia brasileira corre perigo real.

O relatório apresentado aqui é um foco de resistência. Ao lembrar, relatar, testemunhar, colocamos nossas vozes e corpos em prol de um estado democrático verdadeiro. Resistimos aos ataques ao republicanismo, à tentação autoritária, ao desmonte de conquistas sociais e políticas do povo brasileiro.

Nossas pernas foram curtas, nossos braços não tão fortes. Mas a vontade, o esforço e dedicação foram imensos. Esbarramos em nossas próprias limitações, mas isso não impediu que seguíssemos adiante. Foram inúmeras

horas ouvindo testemunhos históricos, pesquisando dados, contextualizando fatos. Seguimos o exemplo de outros trabalhos similares realizados em praticamente todo o país. Chegamos ao fim de nossa tarefa com um sentimento de ter feito o possível para entregar à sociedade paraense um documento realista e exequível dentro das possibilidades e realidades apresentadas.

Que seja esse relatório não um ponto final, mas um ponto de partida, um pequeno farol que ilumine travessias, não só de pesquisadores e estudantes, mas de fato, toda a sociedade paraense. Que dele possamos afirmar que, mesmo imperfeito, é uma armadura a nos defender quando a violência obscurantista vier bater à nossa porta.

É preciso lembrar para não esquecer. É preciso refletir para não repetir. É preciso conhecer para não sucumbir.

Carlos Bordalo

Presidente da CEV/PA

Deputado Estadual



CAPÍTULO 4

A IMPRENSA PARAENSE
NA DITADURA:
RELATÓRIO DA
COMISSÃO DA VERDADE
DO SINDICATO DOS
JORNALISTAS DO PARÁ



Pela Memória,
Pela Verdade dos
Jornalistas Paraenses.

1964 a 1985



Realização:

SINJOR
Sindicato dos Jornalistas no Estado do Pará

FENAJ
Federação Nacional dos Jornalistas

A imprensa paraense na ditadura: relatório da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Pará

1. INTRODUÇÃO

Ao abordarmos, neste capítulo, a questão do jornalismo, destacando as perseguições e censuras que profissionais sofreram ao longo do período de regime ditatorial, precisamos destacar a importância de não se mascarar uma verdade: a grande imprensa, em sua maioria, apoiou enfaticamente o golpe civil-militar de 1964, da mesma forma como apoiou a derrubada da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

No livro “Nem tudo era censura”, o historiador João Teófilo afirma: “Em vários estados, os principais jornais da época compuseram a aliança civil-militar que ajudou a implantar a ditadura. Foi notório o apoio dos jornais O Globo, Folha e Estadão, no Sudeste; Zero Hora e Correio do Povo, no Sul; e O Povo, no Nordeste”. “Mas a memória que essa imprensa construiu sobre si é bastante curiosa: além do silêncio sobre questões incômodas, o que marca essa memória é uma narrativa carregada de resistência, como se todos estivessem na oposição ao regime o tempo todo. Não estavam”. Trecho de uma entrevista ao The Intercept Brasil, em 17 de julho de 2020.

O historiador e pesquisador do Laboratório de História do Tempo Presente, da Universidade Federal de Minas Gerais, defende a tese de que os veículos costumam lembrar como eram censurados, publicando poemas de Camões no lugar das páginas vetadas pelo regime militar ou cobrindo as campanhas das Diretas, deixando o apoio editorial e até estratégico à ditadura em uma gaveta esquecida da memória.

Fato é que depois a censura atingiu inclusive os que eram defensores do regime autoritário, fugindo ao controle inicial. O jornal O Globo, por exemplo, publicou um editorial entusiasmado afirmando em letras garra-fais: ‘Ressurge a democracia!’, no dia seguinte ao golpe. O jornal derramava-se em júbilo afirmando que mais de 800 mil pessoas compareceram à ‘marcha da vitória’.

A TV Globo, que se beneficiou diretamente da quartelada, passando rapidamente a ser o maior conglomerado de comunicação do país, faria, inclusive, um especial em 1975 para lembrar, nos 11 anos do golpe, “o quanto o país estava melhor, muito melhor”.

Esse apoio da imprensa chegou a ser destacado por Jarbas Passarinho. Ao se referir à ditadura, disse: “Foi um golpe preventivo que se tornou uma ditadura. Nós depusemos um presidente”, admitiu Jarbas Passarinho ao jornalista Geneton Moraes Neto, em 2010.

Passarinho pode ser considerado o grande mentor do golpe em terras paraenses. Articulou, conchavou e cooptou. Teria, segundo afirmam alguns historiadores, pelo menos 100 pessoas influentes em diversos lugares disseminando ideias a favor de uma tomada de poder. Ele mesmo admitiu em suas memórias que rádios, jornais e TVs tinham gente dele para fazer a contrapropaganda comunista. Empresários e latifundiários também faziam parte do grupo.

“O Pará teve um papel importante no golpe porque era o principal estado da região Norte. Aqui estava o Comando do Exército. Se o Pará tivesse resistido, teríamos um cenário diferente”, afirma o historiador Péré Petit. “Mas o Jarbas Passarinho controlava a mídia e toda ela se pôs do lado da ‘revolução’”, complementa.

Esse controle vinha de situações bem cotidianas. Uma manchete de jornal, por exemplo, chamava a atenção do leitor menos atento. Nela, dizia-se que Fidel havia sido morto. Ido ao ‘paredón’. No texto, percebia-se que ‘Fidel’ nada mais era que um galo de briga cubano, capturado junto a centenas de outros galos em rinhãs, proibidas naquele conturbado ano de 1961 pelo presidente Jânio Quadros. “O primeiro a ser abatido foi ‘Fidel Castro’, um bonito galo de origem cubana (daí seu nome), importado diretamente daquela violenta ilha (...). Fazendo jus ao nome que carregava, ‘Fidel Castro’ foi o primei-

ro a provocar seus companheiros de prisão, causando um pandemônio dos diabos”, carregava nas tintas o jornal ‘A Vanguarda’, de 3 de agosto de 1961.

O episódio banal foi o ponto de partida que o pesquisador Jaime Cuélar Vellarde utilizou para demonstrar como nos três anos que antecederam ao golpe militar a imprensa, de modo geral, fomentou um clima de pânico na sociedade com relação ao perigo da ameaça comunista. “Satinizaram o comunismo nas páginas de jornais”, diz o historiador.

“No caso da imprensa paraense, os discursos jornalísticos acabaram solidificando opiniões, desvelando outras, mas, acima de tudo, produziram discussões, confrontos e um sem-número de imagens acerca do que fosse o perigo comunista ou ameaça vermelha para a sociedade paraense. Tratava-se de matérias que ‘desqualificavam’ o ideário marxista como estratégia de embate ideológico que permeou a Guerra Fria”, escreve Cuélar junto a Marivaldo Santos em uma monografia intitulada ‘O vermelho nas letras de jornais – uma análise dos discursos anticomunistas na imprensa paraense de 61 a 64’.

Não se pode dizer com isso, logicamente, que os jornalistas que compunham essas redações eram apoiadores do golpe. Há sempre que se diferenciar quem exerce cada papel nos veículos. Um levantamento feito pela Comissão Nacional da Verdade mostra que, durante o período da ditadura militar, inúmeros jornalistas foram perseguidos, alguns presos, torturados, exilados ou mesmo mortos. Oficialmente, afirma-se que 25 jornalistas foram mortos pela ditadura.

E é fato também que, ao longo do período autoritário, diversas iniciativas jornalísticas de resistência foram engendradas. Segundo o jornalista Bernardo Kucinski, em depoimento à CNV, “entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica”. Um deles foi o RESISTÊNCIA, em Belém do Pará.

Um dos trabalhos mais completos sobre a violência, perseguição e censura no jornalismo paraense é o desenvolvido pelo jornalista e professor Paulo Roberto Ferreira. No livro “A censura no Pará – a mordaca a partir de 1964”, o jornalista apresenta um quadro completo do período. Primeiro de forma crítica. “A mídia brasileira foi um dos instrumentos utilizados pelos articuladores da quebra da institucionalidade em 1964. Os jornais

impressos, o rádio e a televisão foram fortes aliados na criação de um ambiente favorável à derrubada do governo democrático e na implantação de um regime de força, baseado no arbítrio militar com suporte da elite civil, que inclui empresários, latifundiários, técnicos, estudantes, parte da Igreja Católica e políticos conservadores”, escreve.

O jornalista enfatiza: “Quando houve o golpe, a partir do dia 1º de abril de 1964, não foi publicado nenhum editorial que expressasse qualquer reação ao movimento que derrubara a ordem legal e havia deposto o presidente da República. Pelo contrário, o que se viu foram manifestações de apoio e de delação dos aliados do regime democrático deposto”.

Mas, a partir de 13 de dezembro de 1968, com a imposição do AI-5, muitos veículos de comunicação passam a entender exatamente o monstro que ajudaram a criar. O jornalista Lúcio Flávio Pinto, que chegou a ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional, recebeu o texto do AI-5 na redação do jornal A Província do Pará e percebeu de imediato a violência do arbítrio. As redações passaram a receber ‘visitas’ de censores, mas, como salienta Lúcio Flávio Pinto, “nenhum censor foi instalado nas redações de jornais de Belém”. Segundo ele, as ordens eram enviadas por telefone e acatadas sem pestanejar pelos veículos.

Isso não impedia, no entanto, que alguns jornalistas fossem intimidadados, alguns até temporariamente detidos e outros, ainda, processados. Manuel Bulcão foi um dos presos. Ana Célia Pinheiro ficou detida algumas horas no quartel da Marinha; Lúcio Flávio Pinto e o repórter policial Paulo Ronaldo foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional; Luiz Maklouf era o editor do Resistência quando uma edição dedicada à tortura foi confiscada e praticamente toda a equipe teve de ir aos tribunais; Carlos Mendes teve sua reportagem sobre os discos voadores em Colares encerrada abruptamente por censura militar.

O observado a respeito da imprensa paraense é que, ao longo dos tempos, com o intenso envolvimento de seus proprietários com interesses político-partidários originários de uma elite social-política-econômica avessa a ideias de esquerda ou mesmo progressistas, esta se portou exercendo papéis de autocensura e de censura interna. Com democracia ou sem democracia, esse comportamento ainda se mantém.

2. COMISSÃO DA VERDADE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DO PARÁ

2.1 Resumo

Por meio da Portaria nº 001/2013, do Sindicato dos Jornalistas do Pará (Sinjor-PA), em resposta e apoio à ação da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) de apurar as violações de direitos e os efeitos da ditadura militar na vida dos jornalistas perseguidos no período de 1964 a 1985, foi criada a Comissão da Verdade, Memória e Justiça dos Jornalistas do Pará, integrada pelos jornalistas paraenses *Franssinete Florenzano*, presidente da Comissão da Verdade e graduada em Comunicação Social e Direito, *Priscilla Amaral*, jornalista graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará, *José Maria Pedroso*, jornalista graduado em Comunicação pela Universidade Federal do Pará, com 30 anos de carreira, *Emanuel Vilaça*, jornalista com 30 anos de carreira, bacharel em Administração e especialista em Gestão Pública, e *Luciana Kellen*, graduada em Comunicação Social pela Universidade da Amazônia, cursando especialização em Sistema de Garantia de Direitos.

Foi instalada em 16 de fevereiro de 2013, às 19h. A partir de então, as atividades foram desenvolvidas entre fevereiro e agosto de 2013, sendo documentadas em audiovisual e em notas taquigráficas, fruto da importante colaboração do Poder Legislativo, por meio de audiências públicas, onde jornalistas paraenses que vivenciaram os efeitos do regime no estado contaram suas histórias de lutas e superações.

2.2 Objetivos

- Tirar da obscuridade e do desconhecimento social as violações de direito sofridas por jornalistas durante a ditadura militar, e colaborar para o relatório da Comissão da Verdade da Federação Nacional dos Jornalistas.
- Resgatar os casos de jornalistas mortos e desaparecidos no período de 1964 a 1988, que foram comprovadamente perseguidos,

ameaçados, cassados, indiciados em processos, condenados, exilados, presos e torturados, e de outros que, apesar de sobreviverem à perseguição, tiveram suas vidas pessoais e profissionais expostas e alteradas.

- Valorizar a memória dos profissionais que trabalharam nesse período e contribuíram para a história da profissão, em defesa dos princípios éticos, da democracia e da cidadania.
- Contribuir para o registro oficial dos depoimentos dos personagens envolvidos nesse período da história do jornalismo brasileiro, principalmente no cenário peculiar que é o contexto amazônico.
- Mobilizar e sensibilizar a sociedade quanto à história do trabalhador jornalista no contexto da ditadura militar, para o debate crítico do papel da mídia na realidade política e social brasileira.

3. INTRODUÇÃO

Opressão, ameaças à liberdade de expressão, torturas, censura. Estas são algumas das expressões que marcaram a história brasileira a partir da instalação golpista e arbitrária do regime militar, em 1964, e se tornaram sequelas que afetam a prática e a forma de pensar o Jornalismo até os dias de hoje e, inevitavelmente, ainda muitas gerações do porvir. Diante de marcas reconhecidamente profundas – mas não cuidadosamente investigadas –, deixadas pela ação repressiva dos governos militares sobre a categoria, muitos cidadãos e a sociedade brasileira, a Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), coordenada pelos jornalistas Audálio Dantas, Carlos Alberto Oliveira (Caó), Nilmário Miranda, Rose Nogueira e Sérgio Murillo de Andrade, decidiu se juntar ao esforço nacional de resgatar essa parte recente da história brasileira e também deixar sua contribuição, investigando e reescrevendo a história sobre fatos e pessoas sobre os quais havia apenas as versões oficiais, ou nem estas. A ditadura militar não representou apenas um golpe, mas acabou sendo um regime politicamente repressivo que afetou profundamente a democracia brasileira e suas liberdades – e, inevitavelmente, a prática do jornalismo.

Na região amazônica não foi diferente. A repressão e a violência física e psicológica fizeram parte da vida de muitos jornalistas, assim como no Pará, em um contexto de cobertura de fatos que envolviam conflitos agrários, ocupação socioeconômica da Amazônia e a própria visão política que se tinha da região na época, sustentada pela ideologia da segurança nacional. A Amazônia era vista como um sertão “metodologicamente caracterizado como um estágio de desenvolvimento pré-industrial, de larga extensão territorial, não homogênea, isolada geograficamente e ligada de maneira débil ao sistema econômico nacional” (COSTA apud BOMFIM, 2010, p. 15). Desta forma, no período de 1964 a 1985, a região foi palco de um projeto geopolítico de ocupação territorial, por meio de ações que massacraram povos tradicionais (como indígenas e quilombolas), incentivaram a destruição da floresta e impactaram o crescimento social e econômico. Exemplos recentes deste tipo de autoritarismo podem ser testemunhados até os dias de hoje, como o uso dos homens da Força Nacional de Segurança em ocupações indígenas nas áreas de construção de hidrelétricas. No primeiro semestre de 2013, aldeias do povo Munduruku, na região sudoeste do Pará, tiveram de conviver com mais de 250 homens da Força Nacional de Segurança, em Itaituba e Jacareacanga, deslocados àquela região para garantir os trabalhos de pesquisas para a construção do Complexo Hidrelétrico do Tapajós. Assim como a Hidrelétrica de Belo Monte, deve ser construído por determinação do Governo Federal em uma ação que pouco ou nada considera os efeitos na vida das populações no entorno da obra¹. A diferença é que, nos dias de hoje, o jornalismo exerce suas atividades com mais liberdade. E muitos jornalistas e meios de comunicação independentes, além de movimentos sociais, desenvolvem seu trabalho de informar à sociedade brasileira o que se passa na Amazônia – ou, pelo menos, divulgando versões e análises alternativas sobre os fatos, diferentes das veiculadas pelos governos e grupos econômicos.

O Relatório da Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará apresenta, através do olhar dos depoentes, os fatos da realidade traumática do cotidiano naquele período e, com a visão crítica deste, colabora na luta pela construção de uma nova sociedade brasileira, sem apontar culpados nem julgar.

1 Informação de reportagem publicada no site “Outras Palavras” em setembro de 2011 pelo jornalista Carlos Azevedo.

Os jornalistas ouvidos foram protagonistas de fatos importantes ocorridos no Pará, principalmente em Belém, testemunhas e vítimas das ações restritivas ao exercício da liberdade de pensamento e expressão impostas aos meios de comunicação e a jornalistas no Pará. Não foi possível ouvir todos aqueles que escreveram suas histórias naquele período – alguns, vítimas da repressão, preferiram o silêncio, optando por não reviver fatos para eles ainda dolorosos, enquanto outros, identificados como aliados a agentes dos governos militares, simplesmente descartaram os convites da Comissão –, mas os depoimentos colhidos são suficientes para montar a radiografia da realidade vivida pela Imprensa e pela sociedade paraense naquele período.



Muitas ações também foram apoiadas por nós, durante o trabalho desenvolvido, como o evento paralelo de lançamento do “Cineclube do Sinjor”, parceria do Sinjor-PA com a Associação de Críticos de Cinema do Pará, a fim de oferecer exibição regular de filmes que abordem a atividade jornalística, sempre na primeira terça-feira de cada mês. A estreia no mesmo dia de efetivação da Comissão da Verdade, 16.02, com a exibição do documentário “Em nome da Segurança Nacional”, de Renato Tapajós (paraense radicado em Campinas), rodado em 1984, que discute, a partir do Tribunal Tiradentes - organizado em maio/1983 pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo -, a Lei de Segurança Nacional e a Doutrina da Segurança Nacional, impostas pela ditadura militar no Brasil.

A Comissão da Verdade, em audiência formal com o presidente da Casa, deputado Márcio Miranda, celebrou parceria com a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, que cedeu o Auditório Deputado João Batista, com os equipamentos e servidores necessários à taquigrafia, documentação, filmagem, som e cerimonial para a realização de todas as audiências públicas, para as quais foram executadas gestões junto aos professores de cursos de Jornalismo, no sentido de incentivar os estudantes a participar, inclusive como atividade extracurricular.

Em reunião na sede da SDDH, a Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará e o Sinjor-PA celebraram parceria institucional com a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, para doação de cópias de documentos relativos ao período investigado, o que não prosperou, diante da situação do arquivo da entidade, sem catalogação e sem pessoal de apoio para auxiliar o trabalho da Comissão.

Apesar de solicitação oficial de audiência, várias vezes reiterada, inclusive pessoalmente, a presidente do TJE-PA, desembargadora Luzia Nadja Nascimento, não recebeu a Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará, que demandou o auxílio do Judiciário na identificação dos jornalistas processados no Pará durante a ditadura militar, no período de 1964 a 1985. Da mesma forma, levantamentos junto a órgãos públicos e entidades civis que detenham arquivo histórico esbarraram na falta de acesso a informações, imagens e documentos.






Os trabalhos da Comissão obtiveram boa repercussão perante a sociedade paraense e houve integração com várias iniciativas no mesmo sentido, das quais a Comissão participou ativamente. A Assembleia Legislativa do Pará realizou sessão solene histórica, em 18 de março de 2013, às 10h, para devolução simbólica dos mandatos políticos cassados durante o regime militar, no Estado do Pará. Momentos emocionantes de lembranças dolorosas de um tempo em que foram suprimidas as liberdades individuais e coletivas e de perseguição e humilhação a quem não se curvou ao tacão da ditadura. Momentos de alegria e celebração pela convivência pacífica entre contrários, corolário da democracia. A Câmara Municipal de Belém também convidou e a Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará participou da sessão especial para devolução simbólica dos mandatos municipais cassados durante o regime militar, em 10 de abril de 2013, às 9h.

Houve interação, ainda, com a Comissão Nacional da Verdade, que veio ao Pará tomar depoimento dos acusados pelo Ministério Público Federal de sequestro dos militantes e camponeses na Guerrilha do Araguaia; com

o Comitê Paraense pela Verdade, Memória e Justiça; Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia; Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos no Pará; Comissão da Verdade da OAB-PA, Comissão de Direitos Humanos da Alepa e da Câmara Municipal, Comissão da Verdade do Conselho Regional de Psicologia do Pará/Amapá, e outras entidades de defesa dos direitos humanos, para tratar da necessidade de unir as diversas iniciativas que estão em curso a fim de resgatar esse período histórico ainda desconhecido por grande parte dos brasileiros das novas gerações. Um dos resultados práticos dessa atividade integrada foi a aprovação da Comissão Estadual da Verdade do Pará, no âmbito do Poder Legislativo, que contará com a participação de entidades ligadas aos direitos humanos e parlamentares.



**Pela Memória,
Pela Verdade dos
Jornalistas Paraenses.**
1964 a 1985

O Sindicato dos Jornalistas no Estado do Pará, por meio da Comissão da Verdade dos Jornalistas, tem a honra de convidá-lo (a) para participar da Audiência Pública intitulada "Pela Memória, Pela Verdade dos Jornalistas Paraenses", que acontecerá dia 24 de abril de 2013, às 15h, no Auditório João Batista, da Assembleia Legislativa do Pará.

O evento contará com a presença, como depoentes, dos ilustres jornalistas paraenses Manuel Dutra, Carlos Boução e Manuel Bulcão – protagonistas de um tempo de repressão política à atividade jornalística no Pará, no período de 1964 a 1985.

A história que não foi contada antes, deve ser contada agora.

Sejamos todos nós protagonistas dela.

Audiência Pública **Pela Memória, Pela Verdade dos Jornalistas Paraenses.**
Dia: 24 de abril de 2013
Hora: 15h
Local: Auditório João Batista, da Assembleia Legislativa do Pará

Realização: **SEJOUR** **FENAL**
Sindicato dos Jornalistas no Estado do Pará Associação Nacional de Jornalismo

4. METODOLOGIA

Ao ser constituída, a primeira ação da Comissão da Verdade do Sinjor-PA foi definir estratégias de atuação, divisão de tarefas, monitoramento da produção e fechamento de contatos para as audiências e demais entrevistas. Então, foi decidido que o formato de audiências públicas em auditório como o da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) seria ideal, já que a estrutura técnica do espaço possibilita o registro em áudio, vídeo e texto (notas taquigráficas), que estão em anexo a este relatório. Após esse momento, uma agenda de ações para garantir o espaço físico e os depoentes foi dividida entre a equipe, onde cada um, em sua habilidade, assumiu uma responsabilidade. As atividades de coleta dos depoimentos e sistematização das informações foram realizadas entre fevereiro e maio de 2013, sendo o período de produção do relatório entre os meses de junho e julho.

Nas audiências públicas, a sistemática dos trabalhos foi conduzida da seguinte forma: as perguntas aos depoentes eram feitas livremente pelos integrantes da Comissão, mas os convidados e a plateia faziam perguntas por escrito, submetendo-as à Mesa. Após a avaliação, as perguntas eram direcionadas aos depoentes.

4.1 Sobre atividades desenvolvidas: conquistas, condições de trabalho e desafios

Reunir cinco jornalistas com habilidades distintas, mas que tivessem o compromisso com os direitos humanos e atuantes na área foram as principais características definidas pelo Sinjor-PA na hora de designar quem iria compor a Comissão da Verdade no Pará. A experiência, a vivência e a expertise, no assunto dos jornalistas José Piteira, Franssinete Florenzano e Emanuel Vilaça (cada um com 30 anos de profissão), foram associadas às jovens jornalistas Priscilla Amaral e Luciana Kellen, permitindo olhar diferenciado. Para a coordenação dos trabalhos, a jornalista Franssinete Florenzano foi escolhida pela equipe, que de forma consensual definiu as seguintes atividades:

Reuniões para divisão de tarefas:

- Cada integrante, dentro de sua habilidade e disponibilidade de tempo, assumiu uma ação, ou colaborou com ela.

Monitoramento dos trabalhos

- Reuniões de avaliação dos processos eram realizadas ao menos uma vez por mês.

Produção das audiências

- Articulação da parceria com a Assembleia Legislativa do Estado para marcação das datas das audiências; contato com os possíveis depoentes; e checagem da estrutura física para registro dos áudios e taquigrafia das audiências.

Mobilização social e midiática

- A equipe produziu releases para a imprensa, assim como visitou cursos de jornalismo da região metropolitana de Belém convidando os estudantes para participarem das audiências.

4.2 Sobre os depoentes

Desde a primeira reunião da Comissão da Verdade do Sinjor-PA, os nomes dos personagens que seriam ouvidos surgiram com facilidade, já que todos são reconhecidos pelo trabalho até os dias de hoje, e a maioria dos integrantes desta comissão teve contato estreito com esses jornalistas. O primeiro desafio foi conciliar a agenda das audiências com a disponibilidade dos depoentes que aceitaram o convite. A ordem dos depoimentos foi definida conforme a aceitação desses convites. Houve os casos de não aceitação do convite, assim como casos de alguns jornalistas não estarem mais vivos, e nesse contexto construímos o seguinte painel.

4.2.1 Lúcio Flávio Pinto

Com 63 anos de vida e 47 de jornalismo, iniciou a carreira jornalística em 1966, dois anos após o golpe militar. Em plena atividade até os dias de hoje, trabalhou nos jornais “A Província do Pará” e “O Liberal”, em Belém do Pará; e “Correio da Manhã”, no Rio de Janeiro, entre outros. Em 1988, deixou a grande imprensa e se dedicou exclusivamente ao Jornal Pes-

soal. Hoje, é considerado um dos mais destacados jornalistas brasileiros, reconhecido com premiações nacionais e internacionais.



Lúcio Flávio Pinto, durante 1ª Audiência

“...a verdade liberta, mas quem liberta é punido por dizer a verdade”.

4.2.2 Paulo Roberto Ferreira

O jornalista Paulo Roberto Ferreira, 61 anos de idade, tem 38 de jornalismo. Iniciou a carreira a convite de Lúcio Flávio Pinto, para integrar o Jornal “Bandeira III”, e em seguida trabalhou na redação do Jornal “O Liberal”, em 1976. Depois, em 1977, participou da fundação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e da criação do Jornal Resistência.



Paulo Roberto Ferreira, durante 1ª Audiência

“É importante que as novas gerações possam tomar conhecimento do que é viver em uma ditadura, e que nós nunca mais permitamos que nesse país possamos ter uma ditadura que é um atraso para a democracia(...)”

4.2.3 Manoel Fausto Bulcão Cardoso

Hoje com 80 anos de idade, o jornalista Manoel Bulcão nasceu em Parintins, no Amazonas. Iniciou a carreira jornalística no jornal “Estado do Pará”, passando pelo jornal “Folha do Norte” e fazendo colaborações no jornal “Flash”. No período mais intenso da ditadura, principalmente entre 1964 e 1971, chegou a ser preso pelo menos cinco vezes, pelos artigos que escrevia. Hoje, está afastado do jornalismo.



Manoel Bulcão, durante 2ª Audiência

O Golpe Militar “foi uma transformação muito radical, realmente. Porque, aí eu tive que sofrer um retrocesso nas minhas atividades jornalísticas, ficando restrito a Redação.”

4.2.4 Manoel José Sena Dutra

Atualmente com 67 anos de idade, tem 40 anos de carreira jornalística. Natural de Santarém, Dutra vivenciou a carreira entre a cidade natal, Recife e Belém. Trabalhou nos jornais O Liberal, A Província do Pará e Diário de Pernambuco, além de emissoras de rádio, como a Rádio Rural de Santarém, e foi correspondente do jornal O Estado de São Paulo. Hoje, é professor universitário.



Manoel Dutra durante 2ª Audiência Pública

“Havia um clima de tensão. (...) E foi num contexto em que todos nós tínhamos medo. (...) a não ser, alguns jornalistas da época aderiram de tal forma que se tornaram autênticos chapas brancas, mas quem quis fazer jornalismo não precisava ser grande coisa, bastava informar, que corria perigo”.

4.2.5 Carlos Boução

Nascido em Curitiba, chegou ao Pará aos 10 anos de idade, quando o pai, militar e paraense, foi transferido para a capital do Estado. Iniciou sua militância no jornalismo a partir de 1977, quando entrou na universidade, e divulgava atividades acadêmicas. Com essa vivência e já atuante em movimentos sociais na década de 1970, foi convidado para coordenar o Núcleo de Imprensa da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH). Consequentemente, fez parte da equipe do Jornal Resistência, que era uma grande frente política dos que não tinham participação política oficial na época.



Carlos Boução durante 2ª Audiência

"Tínhamos pessoas que eram comunistas confessos, assim como tínhamos pessoas que não tinham nada a ver com isso, mas que tinham nesse movimento uma unidade em torno da liberdade. EM torno da luta contra o regime que estava ali instalado e impedia pensamentos diferentes. E que não permitiam que forças políticas pudessem se organizar e disputar propostas políticas naquela altura"

5. O JORNALISMO PARAENSE NO CENÁRIO DO REGIME MILITAR

Os depoimentos coletados durante as audiências apresentaram perspectivas diferenciadas sobre o que foi o exercício do jornalismo durante a ditadura militar, demonstrando que a vivência de tudo teve aspecto repressor mais para alguns do que para outros. Em comum, um cenário fértil para discussões políticas e a imprensa como um instrumento para estimular e denunciar as ações de violações de direitos.

Renato Tapajós, Raimundo Jinkings, Luiz Maklouf Carvalho, Ruy Barata, Benedicto Monteiro, João Marques, Raimundo José Pinto, Manoel Bulcão, Pedro Estevam da Rocha Pomar (que usava o codinome Marcos Soares), Ana Diniz, Lúcio Flávio Pinto, Paulo Roberto Ferreira, João Vital, Nélio Palheta, Sérgio Palmquist, Agenor Garcia, Rosaly Brito, Miguel Chikaoka, Sérgio Bastos e Carlos Boução, entre outros jornalistas que atuavam tanto na chamada grande imprensa quanto em jornais alternativos como o “Resistência”, editado pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, foram mencionados durante os depoimentos nas audiências públicas da Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará, realizadas no auditório João Batista da Assembleia Legislativa.

A primeira audiência pública, em 21.03.2013, aberta oficialmente às 15h45 pelo presidente da Assembleia Legislativa do Pará, deputado Márcio Miranda (DEM), e da qual participaram os deputados Carlos Bordalo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos, e Edilson Moura (PT), vice-presidente da Comissão de Segurança Pública da Alepa; o presidente da OAB-PA, Jarbas Vasconcelos; Gabriela Dutra, representante da Prefeitura de Belém; a presidente do Sindicato dos Jornalistas do Pará, jornalista Sheila Faro; a presidente da Associação Cidade Velha – Cidade Viva e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Dulce Rosa Rocque; e o presidente do Fórum Belém, José Francisco da Fonseca Ramos, tomou os depoimentos dos jornalistas Lúcio Flávio Pinto e Paulo Roberto Ferreira.

5.1 A censura e os dribles nas redações

O jornalista Lúcio Flávio Pinto, que ao longo de sua trajetória debruçou-se sobre os efeitos e, principalmente, o “preço” do desenvolvimento na região amazônica, descreveu onde estava quando foi baixado o Ato Institucional nº 5:

“Eu era secretário de A Província do Pará no dia 13 de dezembro de 1968, quando foi baixado o Ato Institucional nº 5. Ali começava a ditadura descarada, aberta, sem-vergonha em todos os sentidos. Lembro-me bem quando saí da sala do secretário, na verdade era

um aquarozinho, e fui lá para trás, para o bar do Chico pegar um café e fiquei lendo o Ato Institucional. Li e reli. Olhei ao redor e disse: acabou a imprensa no Pará. Porque a partir daqui, se já era ruim fazer jornalismo, agora vai ser impossível. No dia 1º de janeiro de 1969, estava em São Paulo, achava que lá teria alguma possibilidade de fazer jornalismo.

Esse período no Estado de São Paulo até 1975, quando o jornal completou o centenário e o general Geisel deu de presente a retirada dos censores, vivemos uma experiência traumática para todo jornalista, que era o censor na redação. Soubemos que o censor viria para a redação no Estado. O tempo todo ficávamos: cadê o censor? Cadê o filho da mãe? À medida que o tempo ia passando, o tratamento se tornava mais agressivo. Depois, estava-se perguntando se o censor tinha mãe. Até que alguém gritou: 'Cadê esse filho daquilo?' Estava um advogado de vinte e cinco anos, era o censor. Um advogado.

Então, aquele era o nosso inimigo. Isso é muito importante porque o trauma é forte, mas sabemos quem era o inimigo; o inimigo não janta conosco, como no poema do Drummond. Então, todas as manobras da redação, incluindo o dono, que ficou cada vez mais contra a censura, Júlio Mesquita Neto, foi contra aquele cidadão. Até que houve a notícia da guerrilha, única notícia publicada pela imprensa brasileira na época da censura, sobre a Guerrilha do Araguaia. Como publicar a matéria? Foi acertado que os seis primeiros parágrafos seriam sobre a ação cívico-social do Exército no Araguaia, altamente elogiosa pelos nossos bravos guerreiros, tirando dente dos caboclos, dando vermifugo, etc. E, a partir do sétimo parágrafo, vinha a matéria da guerrilha. Um contínuo que fornecia café e água para o censor foi instruído para dizer que a matéria sairia no domingo. Nessa época, O Estado de São Paulo circulava com 360, 380 páginas, das quais 240 eram anúncios classificados; 12, 14, 15 cadernos de classificados. Coisa que não existiria nunca mais. E o contínuo disse que numa das páginas dos classificados tinha uma mensagem do Mari-ghella. E o censor foi ler 240 páginas de anúncio, porque os anúncios

tinham de ir para o interior de São Paulo cedo, só depois que ia o noticiário. Quando chegou o noticiário, só leu o cabeçalho, que chamamos de título, e os primeiros dois, três parágrafos, não leu mais. E, no domingo seguinte, a matéria saiu inteira.

Na segunda-feira tinha um novo censor, novamente advogado, que disse a seguinte frase ao se instalar na cadeira: ‘Detesto contínuo, odeio café’. Então, esse era o inimigo, e contra ele valia tudo.”

Apesar desse impacto inicial, o jornalista Lúcio Flávio afirmou que voltou para o Pará em 1976, após temporada no Rio de Janeiro, e disse que desconhece qualquer jornalista paraense que tenha chegado a sofrer violência ao nível de Vladimir Herzog.

“Não houve nenhum ato de violência nas redações, porque todos se submetiam à ordem da Polícia Federal quando vinha ordem de censurar matérias. Nunca foi publicada uma matéria que estivesse na lista de proibições da Polícia Federal. (...) Houve no início violência, prisões, mas isso não durou muito.

(...)

A imprensa aderiu completamente, eles não foram perseguidos. E ser tratado a pão e água não deve ser um negócio tão ruim, porque o Vladimir Herzog foi tratado a pancada e choques elétricos. Não conheço nenhum jornalista que teve esse tratamento. Como disse, entrei em 1966, vi que aqui havia essa composição entre os donos das empresas jornalísticas e os donos do poder.”

Após o retorno ao Pará, Lúcio Flávio iniciou trabalho na extinta “A Província do Pará” e considera um ato de resistência ao regime a criação do suplemento “Bandeira 3”, que seguia linha irônica. Uma maneira de driblar o confronto direto com o regime.

“Depois voltei para cá e o nosso ato de resistência foi criar um suplemento na Província do Pará chamado “Bandeira 3”. Ele foi criado logo depois do Pasquim e seguiu nessa trilha do humor, do deboche,

da ironia, já que o confronto direto era impossível. E, a partir do momento em que isso aconteceu, foi um sucesso, A Província passou a vender muito aos domingos com esse caderno do Bandeira 3, de charges, de entrevistas longas, uma maneira do Pasquim. Houve a reação da direção e esse caderno se tornou inviável.”

O Bandeira 3 teve de sair de circulação. Então, após uma nova temporada fora do Pará, Lúcio Flávio retornou e trabalhou no jornal O Liberal, já em meados da década de 1970. Com o retorno a uma redação de impresso diário paraense, criou o suplemento “Encarte” e vivenciou um dos episódios mais marcantes da época: as denúncias de violação de direitos humanos cometidas contra os presos na Ilha de Cotijuba, distrito de Belém.

“Tivemos um problema sério. Uma matéria sobre a fuga dos presos que eram espancados na Ilha de Cotijuba, eram levados daqui numa lancha chamada Marta da Conceição, e estavam sendo levados pelo nosso tenente Teodorico Rodrigues, juiz de futebol, e no caminho, para serem espancados em Cotijuba, aonde ninguém iria se incomodar com os gritos, os presos se rebelaram, jogaram o Teodorico na água da baía e fugiram.

(...)

Teve uma repercussão enorme porque foram três páginas com muitas fotos. Uma repercussão enorme, e o governador Aloísio Chaves mandou instalar IPM para apurar a violência da polícia.

(...)

Resultado: eu e o Paulo fomos enquadrados na Lei de Segurança Nacional. No processo fui palmilhado sozinho, ninguém me acompanhou até a Polícia Federal. Foi a denúncia para a Auditoria Militar. O auditor militar, que era o Juraci Reis Costa, não recebeu a denúncia, disse que a denúncia era inepta e enviou para a Justiça Comum. Deixou de ser Lei de Segurança Nacional, e na Justiça Comum o promotor Américo Monteiro disse que não apenas não ia fazer a denúncia como, se pudesse, daria a medalha

para os jornalistas que denunciaram a violência, e o processo foi arquivado. Esse foi o único processo no regime militar.”

Apesar de Lúcio Flávio não ter sofrido sob a mão do regime militar de forma violenta fisicamente, destacou alguns nomes de jornalistas que, segundo ele, foram perseguidos no Estado do Pará. Destaca que era comum o uso de pseudônimos para evitar grandes problemas, assim como havia recolhimento compulsório e até coleta para fuga da prisão de jornalista paraense preso em outro Estado.

“Por exemplo, o Hélio Gueiros e o Newton Miranda não podiam assinar nada, mas eles escreviam o Repórter 70. Então, não podiam aparecer. O Ruy Barata usou vários pseudônimos. O Ruy, o Benedito Monteiro e o Jesus eram de um grupo de hóspedes compulsórios do nosso governo militar. Toda vez que vinha aqui uma autoridade, como o presidente da República, eles eram recolhidos à V Companhia de Guardas. O Ruy já tinha a maletinha dele prontinha.

(...)

O jornalista Renato Tapajós talvez tenha sido o jornalista que mais sofreu perseguição aqui. Ele foi embora para São Paulo e foi preso lá. Era um sujeito de uma valentia incrível, provavelmente ele ia morrer de espancamento, até que alguém na redação da Veja – a Veja há pouco tempo estava funcionando – disse que o carcereiro cobraria um pedágio para permitir a fuga do Renato. Houve a coleta, foi comprada a liberdade dele e ele fugiu para a França. Mas é como eu disse: foram casos localizados em um período específico. E depois eu não o vi mais.”

Lúcio Flávio Pinto traçou um panorama geral do período compreendido entre 1964 e 1985, apontando a adesão da grande imprensa ao regime, no Pará, e a perseguição imposta aos jornalistas que ousaram pautar, produzir e publicar reportagens sobre questões polêmicas, como a manipulação dos índices econômicos pelo então ministro Delfim Netto, a prisão de 14 lavradores posseiros em São Geraldo do Araguaia, na sede do Getat

– Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins, onde foram torturados para acusar os padres franceses Aristides Camio e François Gouriou, missionários da diocese de Conceição do Araguaia, presos no dia 31 de agosto de 1981, acusados de incitar invasões de terra no sul do Pará, e em seguida julgados pela Justiça Militar e expulsos do País; e a Guerrilha do Araguaia, luta armada travada no sul do Pará que resultou no extermínio de jovens idealistas que lutavam contra a ditadura.

Pontuando que havia entre os militares homens dignos e que inclusive alguns eram suas fontes, Lúcio Flávio Pinto disse que é um equívoco afirmar que quem não foi torturado, preso ou incomodado durante a ditadura militar foi conivente com ela. Nesse período, tão desfavorável à coleta de informações e à transmissão de verdades, quando até conversar com essas pessoas era arriscado, ainda assim, contra todas as expectativas dos censores e controladores da opinião pública, a imprensa conseguia surpreender com reportagens fortes, substanciais, bem-informadas. Isto graças a fontes situadas às vezes em posição de destaque dentro da estrutura do poder, tanto no governo quanto nas grandes empresas privadas, declarou.

As fontes se arriscavam muito, relatou Lúcio. Mas se arriscavam por confiarem nos seus interlocutores da imprensa, que se comprometiam a manter completo sigilo – se necessário e em qualquer circunstância – e a usar corretamente as informações fornecidas.

5.2 A truculência policial interfere no exercício do jornalismo

Algumas histórias podem ser marcadas desde a infância, como a do jornalista militante Paulo Roberto Ferreira, que, ao trabalhar ainda com 12 anos de idade, lembra-se de ter visto a “revolução” que chegara ao Pará. Paulo Roberto se deparava com as Forças Armadas nas ruas de Belém e tentava compreender a nova realidade, ainda com o olhar de criança.

“Eu garoto não entendia muito. Comecei a perguntar para as pessoas e as pessoas foram me explicando que era uma revolução que tinha acontecido no País. Era o que passavam pra maioria das pessoas”.

A primeira experiência do futuro jornalista aconteceu ainda no ensino médio do colégio Magalhães Barata, em Belém (PA).

“Enfrentei o primeiro ato de censura no Colégio Magalhães Barata, onde fazia o ensino médio. Fazíamos um jornal alternativo, um jornal mural de estudantes. O Nélio Palheta, jornalista, também era meu companheiro de colégio e estudávamos na mesma turma junto com o Luís Santos, que era outro estudante (...). Fizemos o Jornal Mural e pregávamos lá no quadro de avisos. Fomos chamados na Diretoria para retirar aquele mural porque nós tínhamos colocado o Poema ‘Apesar de Você’, a letra da música do Chico Buarque de Holanda. Então, esse foi o primeiro ato, fomos obrigados a tirar.”

Já como universitário, Paulo Roberto Ferreira começou a ser espiado em 1977 pela Assessoria de Segurança e Informação, do Governo Federal, principalmente por já estar na condição de líder do movimento estudantil, quando presidiu o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e participou da fundação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH). No ano seguinte, em fevereiro de 1978, foi criado o Jornal Resistência, um dos produtos de comunicação mais populares e ácidos publicados durante o regime militar.

“Por sinal, esse nome foi uma sugestão do jornalista João Marques, que era presidente do Sindicato dos Jornalistas, inclusive com a sua palavra de ordem, ‘Resistir é o primeiro passo’. Participaram também muitas pessoas, dentre elas, nessa assembleia histórica na Igreja de Nossa Senhora Santa Terezinha, no Jurunas, o jornalista Raimundo Pinto, irmão do Lúcio, com quem trabalhei durante muitos anos e que era um ativista no Movimento de Organização do Sindicato dos Jornalistas.”

Em seu depoimento, o jornalista Paulo Roberto Ferreira contou que foi admitido através de concurso na Caixa Econômica Federal em

07.04.1976. Mas, em 05.11.1980, foi demitido, sem justa causa, em decorrência de perseguição política, porque atuava como jornalista voluntário no jornal “Resistência”, da SPDDH, e militava na luta pela redemocratização do País, que vivia sob a ditadura militar.

Antes, Paulo Roberto foi transferido para Óbidos, a 996 km de Belém, por via fluvial. Era recém-casado, sua mulher trabalhava em Belém e sua primeira filha já estudava, também em Belém. Reintegrado ao seu local de trabalho de origem por força de ordem judicial, concorreu à diretoria da associação de funcionários, o que lhe asseguraria o direito à imunidade sindical. Na véspera da eleição, foi demitido.

O regime político agia em várias frentes, relatou Paulo Roberto. Além de criar toda sorte de embaraço, no seu local de trabalho, intimidava, convocava e indiciava as pessoas, de forma a provocar pânico e medo. Foi intimado e indiciado duas vezes pela Polícia Federal, onde enquadraram na Lei de Segurança Nacional e uma vez pela Divisão de Ordem Política e Social (DOPS) da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará. Todos foram arquivados pelo Ministério Público Militar, por absoluta inconsistência das peças acusatórias. Até 1987 sua vida foi objeto de investigação pelos órgãos de repressão, com relatórios de todos os lugares por onde passou desde que foi demitido da CEF. Paulo rememorou que o primeiro presidente da SPDDH foi o advogado e na época ex-presos político Paulo Fonteles de Lima (que depois foi deputado estadual e assassinado), que decidiu criar um veículo de comunicação, com o objetivo de difundir as notícias que a grande imprensa, por conveniência, autocensura e até mesmo por imposição da censura oficial, não publicava. E assim despontou o jornal “Resistência” em 1978, que funcionou regularmente até 1983, depois esporadicamente, e hoje é veiculado na internet.

Embora a sede da SPDDH funcionasse numa sala da casa paroquial da igreja católica de Nossa Senhora Aparecida, no bairro da Pedreira, em Belém, o jornal era diagramado na casa do editor ou de algum colaborador. O temor do empastelamento atormentava a todos os que faziam o jornal. Diagramadores que trabalhavam na grande imprensa não permitiam que seus nomes figurassem no expediente.

Paulo Roberto Ferreira relatou que a primeira edição do Jornal Resistência estampou na capa o título “Novos conflitos na fazenda Capaz”, situada no município de Paragominas. O número 2 tinha como manchete “Quem decide por Alacid?”. Analisava o desempenho do tenente-coronel Alacid Nunes, governador paraense nomeado pela segunda vez, em meio às disputas ocultas no meio militar. O número 3 fazia uma acusação de corrupção ao ex-governador e ex-senador pelo Pará Aloysio Chaves. E na quarta edição os temas eram “Corrupção no cais” e “Grilagem no Maranhão”. Antes que a quinta edição deixasse a gráfica, todos os exemplares foram apreendidos pela Polícia Federal, sem mandado judicial. Isso foi em agosto de 1978. O chefe da oficina gráfica foi detido e levado para prestar depoimento. E o jornalista Luiz Maklouf Carvalho, editor do jornal, foi chamado a depor e enquadrado na famigerada Lei de Segurança Nacional.

A fúria dos censores foi a matéria de capa da edição, que tratava do depoimento de quatro ex-presos políticos, ao contarem as torturas que sofreram nas dependências dos órgãos da repressão militar. “Fomos torturados no Ministério do Exército”, era a manchete. Os quatro eram Hecilda Veiga, socióloga; Humberto Cunha, agrônomo; Paulo Fonteles, advogado; e Isabel Tavares, historiadora.

Casados, Paulo e Hecilda foram presos quando estudantes, em Brasília, onde foram torturados dentro de uma unidade do Exército Brasileiro. Humberto e Isabel também eram casados. Humberto foi vítima do Decreto 477, que legitimava a expulsão de estudantes que figuravam na lista negra da ditadura. Os quatro atuaram como militantes de organizações clandestinas e eram membros do PCdoB na época do processo contra o Resistência. Mas estavam legalmente filiados ao MDB, o partido de oposição consentido pelo regime.

Após a apreensão do jornal e abertura de processo que tramitou na Auditoria Militar de Belém contra várias pessoas que constavam no expediente do jornal, a notícia ganhou dimensão nacional e o caso repercutiu em vários jornais da chamada imprensa alternativa e nos diversos fóruns de discussão da luta pela redemocratização. Meses depois, a denúncia contra Maklouf e seus companheiros não foi aceita pelo Ministério Público Militar e o processo foi arquivado.

Quem assinava como jornalista responsável pelo Resistência era o livreiro Raimundo Jinkings, jornalista profissional, militante e dirigente do PCB. Na condição de bancário do Banco da Amazônia, Jinkings foi vítima de perseguição política após o golpe militar de 1964. Demitido do banco, ele montou uma pequena livraria em Belém, que aos poucos foi crescendo e se tornou uma grande referência, uma espécie de ponto de encontro da intelectualidade paraense. Ali se encontrava o que era permitido pela censura, como também os livros que estavam na lista proibida do governo. Homem calmo e de bom diálogo, Jinkings conseguia ter entre seus clientes até militares tidos como da linha-dura do regime. Com intensa militância no Sindicato dos Jornalistas, vice-presidente da SDDH, Jinkings escrevia com frequência artigos para o Resistência. Foi militante ativo do núcleo pela anistia da SDDH e por isso mesmo pagou caro quando a entidade decidiu promover um debate com Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, preso e perseguido político, que retornara do exílio poucos meses antes.

Na véspera da chegada de Arraes a Belém, a porta da igreja de N. Sra. de Aparecida (onde funcionava a SDDH) amanheceu pichada com a frase CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e a vidraça da Livraria Jinkings, alvejada por um tiro de pistola, além de pichada com a aterrorizante inscrição. O mesmo aconteceu na casa do presidente da SDDH, o economista Jaime Teixeira.

Dois dias antes do Círio de Nazaré, no dia 8 de outubro de 1982, a Polícia Federal e a Polícia Militar invadiram a gráfica Suyá, que imprimia o Resistência, e a sede da Comissão Pastoral da Terra, em Belém, a fim de recolher materiais que seriam distribuídos no dia da romaria, em protesto contra a prisão e condenação dos 15 presos do Araguaia (padres e posseiros).

Prenderam e arrebentaram. Espancaram, algemaram, provocaram, identificaram, fotografaram, sequestraram objetos. Foram duas horas de terror na gráfica do jornal. O editor Luiz Maklouf Carvalho foi espancado e ameaçado de fuzilamento. O distribuidor do Resistência, Carlos Boução, foi algemado, junto com o repórter João Vital e o vice-presidente da SDDH, Daniel Veiga. Dois gráficos, Alberdan Batista, vice-presidente do Sindicato dos gráficos, e o impressor Arlindo Rodrigues, fizeram companhia aos outros quatro. Dezenas de pessoas, entre colaboradores, funcionários, clientes

da gráfica e amigos, foram presos ao chegarem ao prédio. Eram colocados de frente para uma parede e fotografados. O jornalista Paulo Roberto Ferreira, então gerente da gráfica e diretor do jornal, conseguiu perceber a movimentação, correu, avisou a imprensa e amigos e voltou. Foi preso e levado para depor na sede da PF.

“Eles chegaram sem mandado judicial e o Luiz Maklouf Carvalho, que era editor do jornal, interceptou-os quando se apresentaram e disse que não poderiam entrar por não terem mandado e houve uma reação quando disseram que entrariam na marra. O Maklouf tentou impedi-los e eles começaram a agredir o João, o Boução, o Daniel Veiga, que também era membro da SDDH.”

Criada pela SDDH, a partir da doação de recursos, principalmente após o episódio de apreensão da edição nº 5 do jornal, a Gráfica Suyá era localizada na rua Ó de Almeida, bem no centro comercial de Belém, e tinha esse nome como homenagem a uma etnia indígena. Apesar de a gráfica ter sido criada para imprimir todos os materiais relativos ao movimento de resistência ao regime, mantinha-se também com demandas comerciais.

“Eu já sabia o que me esperava. Quando entrei, estavam lá, além dos que já citei aqui, algemados, espancados, visivelmente abatidos o Oberdan Batista, que era o gerente da gráfica, algemado junto com o Arlindo, que era um gráfico impressor, e várias pessoas que tinham ido para lá (...)

(...) foi perguntado quem era o responsável. Quando me apresentei, eles então me fizeram assinar um documento e fui levado para a Polícia Federal junto com a secretária da gráfica. Lá, eu assinei um documento com tudo que foi apreendido. Eles, então, quando se chegou à Polícia Federal apresentaram um outro documento, infiltrando documento como se tivesse sido encontrado dentro da gráfica. Um documento do PCdoB. Eu não assinei o documento porque já tinha assinado outro em que não constava

isso. O inquérito foi arquivado depois de algum tempo, não prosperou. O auditor militar não aceitou, mas eu cheguei a ser, em função disso, junto com outros companheiros, enquadrado na Lei de Segurança Nacional.”

Novo inquérito policial militar foi aberto contra os jornalistas, diretores da SDDH e colaboradores do jornal, que também foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Depois de meses de apuração, o inquérito foi arquivado, mas as perseguições continuaram.

A invasão da Gráfica Suyá foi uma das muitas situações vividas por Paulo Roberto e seus demais colegas jornalistas e companheiros de luta. Convocações para depoimentos e esclarecimentos sobre reportagens publicadas eram comuns, principalmente no periódico “Olha o Passarinho”, que publicava fotos dos agentes do regime.

“Foi o Olha o Passarinho 1, Olha o Passarinho 2, que eram fotos sobre os canas, os agentes que nos espionavam. Eles nos fotografando e nós os fotografando. Publicamos isso numa série de título que o próprio Luiz Maklouf criou.”

O clima de perseguição era uma constante na vida de Paulo Roberto e de muitos companheiros do “Resistência”.

“Nós vivíamos um tempo de intimidação. Durante muito tempo, eu saía da minha casa para trabalhar e todo dia eu via uma pessoa em uma moto, ao meu lado, atrás de mim, e eu julguei por muitos anos que era um vizinho, que morava ali próximo, já era uma pessoa do meu convívio, não sabia o nome. Só vim saber que essa pessoa era um agente, ‘cana’, quando ele estava no dia da invasão da nossa Gráfica Suyá. Vivíamos um medo permanente, vivíamos muita insegurança em função de ter feito uma opção democrática, de lutar pela democracia.”

João Marques, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Pará, foi um dos fundadores do Resistência. E, na condição também de advogado, defendia as lideranças comunitárias que lutavam pelo direito de morar na periferia de Belém, recordou Paulo Roberto, enfatizando ainda o trabalho do jornalista Raimundo José Pinto à frente do Sindicato dos Jornalistas do Pará.

Ao fim de seu depoimento, Paulo Roberto Ferreira entregou à Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará cópias de documentos existentes no acervo do SNI e Centro de Informações da Aeronáutica, nos quais seu nome é citado como membro de diversas organizações clandestinas e que revelam as avaliações dos agentes sobre as pessoas que lutavam pela democracia.

6. AUDIÊNCIA 2 – DESTAQUES

6.1 O golpe e a imprensa do interior nas vivências de Manoel Dutra

A segunda audiência pública promovida por esta Comissão contou com um dos personagens jornalísticos mais reconhecidos no Estado. Manuel Dutra, jornalista, professor da UFPA – Universidade Federal do Pará e da Ufopa – Universidade Federal do Oeste do Pará, mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido e doutor em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, 40 anos de carreira, trabalhou em rádio e jornais impressos, em Belém e Santarém, no Pará, e estudou Jornalismo em Recife, na Universidade Católica de Pernambuco, onde, ainda como membro do Diretório Acadêmico, sentiu o peso do AI-5 no dia em que o muro em frente à faculdade amanheceu pichado com os nomes dos considerados subversivos, inclusive o seu. Como sabia que a ameaça era para valer, decidiu dar um tempo em Santarém, sua terra natal, onde começou a trabalhar na Rádio Rural, dirigida pelos padres da Igreja Católica. Era 1969.

Em Santarém, Dutra foi chamado duas vezes ao Comando Militar, mas não foi preso, embora também tenha sido interrogado sob a justificativa de que às 6h da manhã a rádio transmitia programação obscena. Como era um padre que rezava a Ave Maria, impossível tal conduta. A explicação: o zeloso militar achava que, no trecho “bendito é o fruto do vosso ventre”, “ventre” era um palavrão(!).

Retornou a Recife e trabalhou no Diário de Pernambuco e na Agência Nacional, que era a antiga agência de notícias do Governo Federal. Voltou novamente em 1972, já diplomado, para Santarém, e retomou suas atividades na Rádio Rural, onde aprendeu na própria pele a ter mais medo dos donos de garimpo do que dos militares. “Eles mandavam matar e ficava por isso mesmo. Lei do terror, do silêncio e da impunidade”, declarou.

Ao descrever sua jornada no Pará, Dutra contextualizou o trabalho na imprensa em Santarém, realizado em parceria com a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), que estreitou relações com o movimento comunitário e influenciou nas ações militares, posteriores ao golpe.

“(...) tem uma relação com o Movimento de Educação de Base (MEB), que foi uma criação do então bispo Dom Vicente Sales, cardeal do Rio de Janeiro (...), e depois houve um entrelaçamento com aquelas teorias do Paulo Freire, da Educação Popular, etc. O MEB nasceu de um acordo entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Governo João Goulart para a educação popular de massa no Brasil, e a ferramenta escolhida foi o rádio. O rádio se tornou uma espécie de fetiche. O rádio vai agora alfabetizar as populações rurais do Brasil. E se espalharam rádios que estão por aí até hoje: Rádio Educadora de Bragança, Rádio Educadora de Santarém, de Tefé, de Manaus, Conceição do Araguaia. Criou-se uma rede de emissoras com esse nome”.

Eram emissoras que, além de terem programação musical e noticiário, transmitiam serviços, como aulas radiofônicas. Dutra começou como repórter e chegou a ser diretor de uma delas. Com o cenário da ditadura militar, rádio comunitárias como as criadas nessa situação seriam efetiva-

mente fechadas, como aconteceu em Recife. No entanto, Dutra diz que aqui não aconteceu perseguição ou fechamento algum. E tem uma hipótese:

“O MEB do Nordeste foi brutalmente golpeado. Houve uma junção com o movimento das ligas camponesas do Julião e o MEB do Nordeste foi dizimado, deixou de existir. As lideranças foram presas e o movimento foi proibido. Na Amazônia o MEB continuou, as rádios continuaram a funcionar, mas ficaram sendo muito observadas. Como tradicionalmente, naquela época, mais do que hoje, os bispos das prelazias e as dioceses da Amazônia eram majoritariamente - ou quase todos - de origem estrangeira: italianos, americanos, alemães, etc. e como estrangeiros eles tinham determinados condicionamentos para se relacionar, havia ameaças de expulsão do Brasil. Então, tenho a hipótese de que houve um acordo tácito entre a Igreja da Amazônia e o governo militar no sentido de preservar o MEB. Foi justamente no momento em que eu vinha entrando no MEB, ainda com vinte e poucos anos, na primeira vez em que eu retornei do Nordeste.”

O hoje professor Manuel Dutra conta que nunca foi preso, mas relata que foi detido para esclarecimentos em Santarém em 1972, quando, ao testar uma máquina de impressão usando o esboço de um jornal, o regime soube que tinha conteúdo “do contra”. Segundo ele, este jornal nunca seria publicado. Mesmo assim, passou um dia inteiro no quartel no 8º BEC.

“Eu não fui para as grades, foi uma detenção. Eu estava com o plano de um jornal, este tinha o apoio do Bispo, que tinha conseguido trazer dos Estados Unidos umas impressoras velhas. E nós estávamos consertando aquilo, que na verdade nunca ia imprimir coisa nenhuma, como não imprimiu. Eram máquinas defasadas tecnologicamente. Então, correu a conversa de que um grupo de jovens estava fazendo um jornal, e este jornal seria ‘do contra’. Então fui levado pelo tenente do Exército, chamado ‘Nelito’, e um policial militar que não recordo o nome.

(...)

Eu me lembro de também ficar lá sentado ali, o gabinete era grande. E todas as pessoas que ele atendia, eu estava lá dentro também, e ele fazia menção à minha presença, sempre assim, desfazendo: 'Esse pessoal que não está percebendo que o Brasil está crescendo fica falando mal do Exército'. Eu não falava mal do Exército, não falava bem, mal também não.

Lembro-me que no fim da tarde fui embora, mas com a recomendação de que eu estava advertido. Então, assim, coercitivamente, essa foi a única vez.”

Apesar de ter sido detido uma única vez, Dutra foi chamado muitas outras para prestar esclarecimentos, principalmente na Polícia Federal, e ouviu várias advertências. Uma delas foi por uma entrevista com Geisel com gravador escondido, cujo conteúdo foi publicado sem autorização.

“Agora, na Polícia Federal, também teve episódios assim muito graves, mas era uma intimidação. Não me lembro de eles terem – só uma vez – um objeto específico, era sempre uma ação que não sabíamos bem o que era, que era intimidatória, que era chamar. Lembro-me de cinco vezes em que eu estive na Polícia Federal, isso já mais na época em que eu era diretor da rádio, para falar coisas assim, dizer: ‘Olha, estamos escutando a rádio de vocês, estão fazendo isso, fazendo aquilo e tal, e invasão’. Invasão teve duas, de eu estar sentado no escritório e de repente chegar um funcionário e dizer: ‘Olha, a Polícia Federal está lá dentro do estúdio’. Era bem em frente do nosso prédio, ficava exatamente em frente, eles só faziam atravessar a rua. (...) Isso aí por 78, 79. Calculo de 79 a 81, por aí.”

Apesar de perseguições externas, Dutra conta que nos bastidores do MEB a liberdade de pensamento e ação eram totais, tudo com apoio do próprio Bispo da região.

“Quanto à orientação interna, havia um nível de liberdade muito grande. Como repórter, como agente do Movimento de Educação de Base, depois como diretor, nunca nenhum Padre, nem o Bispo chegou para mim e disse: ‘Olha, eu quero que diga isso, não quero isso’. Nesse sentido, acredito que foi por isso que eu passei tantos anos trabalhando lá, que, se tinha uma situação adversa do ponto de vista externo, internamente não, a decisão era nossa. E o Bispo tinha uma confiança muito grande em nós, ele avalizava. Ele não era um homem de esquerda, ele era um conservador, mas um homem de grande visão. Então, ele não interferia nesse sentido aí, era uma rádio confessional. É, até hoje, porque ela existe. Mas havia uma liberdade muito grande de expressão. Nesse sentido, acredito que por isso eu demorei tanto tempo lá.”

Perseguições a jornalistas como Emanuel Moura, Benedito Monteiro, Haroldo Sena e a tentativa de homicídio contra Elias Pinto foram realçadas por Manoel Dutra, que em seu depoimento comentou os impactos da ditadura militar na sua vida profissional e pessoal.

“Às vezes, fico pensando: ‘Será que não teria feito melhores trabalhos como jornalista se não fosse aqui?’. Ou, às vezes, fico pensando: ‘Será que as coisas boas que fiz, dentre tantas coisas medíocres que a gente faz, não foi também fruto do momento histórico de repressão?’. Porque a gente vivia com medo. Eu tive sorte de trabalhar no O Liberal numa época em que a gente tinha uma cobertura. Um apoio do dono do jornal. Eu cito, mesmo, o nome dele, o Romulo Maiorana, o pai. A gente tinha uma certa segurança. Eu não me lembro, a não ser uma, eu sei lá, chego a falar de milhares de reportagens que eu fiz. Eu não sei se alguma vez alguma minha se desencaminhou e sumiu, aquela coisa toda de dentro de redação. Fora isso, não.”

6.2 Prisões e perseguição, lembranças do jornalista Manoel Bulcão

Membro da Academia Paraense de Jornalismo, Manoel Bulcão, hoje aos 80 anos, começou a carreira na Folha do Norte, em 1953, onde permaneceu até 1968. Durante a ditadura, integrava a lista de inimigos do regime militar. Quando veio o AI-5, foi proibido até de sair da redação. Considerado subversivo, foi preso seis vezes e respondeu a três processos. Nem sabia por que, mas era só um general presidente da República vir ao Pará, lá ele ia preso. Talvez por medida de segurança, contou. Teve um dia em que, por falta de viatura, precisou desfilhar a pé, preso, na via pública, a caminho do quartel. Na rua, sua mulher testemunhou a cena, evidentemente, muito sofrida. O depoimento de Bulcão foi emocionado e emocionante, de uma história que ainda será contada a partir dos fragmentos que se recolhe. Testemunho ocular de um tempo de trevas em que a liberdade virou sonho e esperança.

O relato de Bulcão teve momentos surreais: “Houve uma época em que eu, Raimundo Jinkings, Ruy Barata, Pedro Galvão, entre outros, precisávamos ir todo mês a Fortaleza, para nos defender em um dos processos. E ainda pagávamos dos próprios bolsos”. (!) Ou, ainda, quando rememorou o dia em que, com o quartel – que era onde funciona hoje a Casa das Onze Janelas – cheio de jornalistas presos numa sala, começaram uma seresta que só acabou quando o comandante, incomodado com o barulho, quis saber que esbórnica era aquela e mandou acabar na hora.

Autor de artigos que defendiam a Revolução Cubana – Bulcão esteve na ilha de Fidel entre 1961 e 1962 e recolheu material que teria virado livro se, em 1971, sua agência de propaganda não tivesse sido invadida –, ele mesmo teve de dar um fim a esses textos para se livrar da perseguição, que já não aguentava.

Nascido em Parintins, no Amazonas, Bulcão iniciou sua carreira jornalística no Pará no jornal “Estado do Pará”. Em seguida migrou para a “Folha do Norte”, onde ficou até 1968 e ainda como colaborador no “Flash”. Todas essas experiências são definidas pelo depoente não somente como jornalísticas, mas também experiências políticas. No mesmo ano do golpe militar, Bulcão já tinha algumas restrições no exercício jornalístico, como, por exemplo, não podia fazer coberturas externas, ficando limitado à redação.

“Primeiro, foi uma transformação muito radical, realmente, porque aí eu tive que sofrer um retrocesso nas minhas atividades jornalísticas, ficando restrito à redação, sem poder me locomover para fazer reportagem externa, para fazer contato. Mas isso a própria redação, eu quero crer, que não quis me expor. Cada vez que chegava aqui um presidente da República, eu ia pra cadeia. Aí, tinha que manter um certo receio do jornal e me expor.”

A primeira vez que foi preso, Bulcão lembra com detalhes, afirmando que a tortura que sofria era muito mais psicológica que física. Segundo o depoente, entre 1964 e 1971 ele foi preso “por umas cinco ou seis vezes”.

*“A primeira vez, eu passei do dia 1º ao dia 13 de abril. Fui preso em abril de 1964. Fiquei na 5ª Companhia, até meados de maio. Sei que nesse tempo fiz até um desfile, aí na Praça, às 11 da manhã. A 5ª Companhia não tinha transporte para me levar ao QG, e eu tive que ir a pé, com a patrulha do Exército de metralhadora nas minhas costas, às 11 horas da manhã.
(...)*

O problema das prisões, o problema de eu ser alvo realmente de um movimento militar que houve, foi dos artigos que eu escrevia no Flash. Esses artigos foram que realmente acabaram me marcando como um perigoso subversivo.”

Sobre possíveis censuras sofridas dentro das redações paraenses, Bulcão acredita que a censura da época se dava tal como é hoje, onde prevalece o interesse do “patrão”, que, por sua vez, tem relações com os líderes políticos. A diferença é que considera o período do golpe muito mais grave. Pensamento semelhante é expressado por Lúcio Flavio Pinto em seu depoimento.

“Eu não tenho divergência quanto à opinião do Lúcio, apenas é preciso fazer sentir que, assim como hoje em grau muito mais grave, antigamente, nos tempos, nesse 64 também, o problema do jornal é interesse do patrão. Então, eles sempre estiveram ligados ao governo e o golpe não era nada mais, nada menos do que o governo que assumiu. Eles (os patrões) também aderiram por conveniência.”

Mesmo relatando que a censura vinha muito mais do dono do jornal, Bulcão afirma a existência da autocensura, dizendo que “isso é normal em qualquer local de trabalho. Há essa troca de opiniões e muitas vezes influencia realmente” no comportamento dos jornalistas.

Nas situações em que foi preso, Bulcão cita alguns nomes de jornalistas que também foram levados pelo Exército ou Polícia Militar. “Na primeira vez que fui preso, me levaram para uma sala, uma visão boa da baía, e dentro dessa sala tinha uma porta onde se encontrava preso o Jinkings, Raimundo Jinkings, ele estava na cela realmente. Era abril de 64, foi logo depois que ocorreu o golpe.”

Processado por subversão, Bulcão, durante um período, era obrigado a fazer visitas periódicas a Fortaleza, no Ceará.

“Esse processo me obrigou em certa época a todo mês ir para Fortaleza, porque o processo foi desaforado daqui em função do impedimento do promotor, e nós éramos obrigados a todo mês ir para Fortaleza em função das audiências. Nisso ia eu, Bené Monteiro, o Jinkings, Ruy Barata, fazíamos uma reunião todo mês em Fortaleza e por nossa conta, diga-se de passagem.”

As acusação era de “subversão. E o pior era que, nesse processo... Inclusive, tenho cópia da sentença que absolveu todos os indicados nesse processo”. Documento este que ele disponibilizou para a Comissão da Verdade no Pará e consta em anexo.

Com os olhos marejados pela emoção das lembranças, Bulcão encerrou seu depoimento afirmando que se questiona se valeu a pena tanto sofrimento, porque vê muita gente que, na época da ditadura militar, pareceu ter

feito um investimento futuro, tão bem essas pessoas estão hoje. Momento forte que repercutiu fundo nos presentes.

6.3 Um relato de quem nasceu em berço militar

Nascido em Curitiba, Carlos Boução chegou ao Pará aos dez anos, quando o pai, militar, foi transferido para Belém. Iniciou a militância no jornalismo em 1977, na universidade, ao divulgar atividades acadêmicas. O seu engajamento político, associado à profissão de jornalista, ganhou densidade a partir de 1988, quando começou a fazer assessoria para movimentos sociais, estreitando sua relação com a militância política, até chegar à coordenação do núcleo de comunicação do jornal Resistência, da Sociedade em Defesa dos Direitos Humanos (SDDH).

“O jornal Resistência era um jornal alternativo, não ligado a partido político ou concepção política, mas uma entidade em defesa dos direitos humanos que representava na época, em 1979, os vários movimentos políticos. Eram os partidos clandestinos que não tinham expressão oficial de Arena e MDB; eram as representações sociais do movimento popular; movimento de bairros; movimentos políticos em defesa dos direitos humanos. Ou seja, era uma grande frente política dos que não tinham participação política oficial. Eles viam na SDDH uma ampla frente de participação ou de presença política no que era permitido naquela conjuntura.”

Os jornalistas Luiz Maklouf Carvalho e João Vital faziam parte da equipe do jornal Resistência, juntamente com Boução e o fotógrafo Miguel Chikaoka. O episódio da invasão da Gráfica Suyá, já retratado neste relatório, ganha mais detalhes na voz de Boução, que também presenciou tudo. Segundo ele, o delegado Moisés de Souza foi responsável pela ação e registros, e foram violentamente espancados.

“O evento aconteceu todo dentro do espaço da Suyá onde era impresso o jornal Resistência. (...) Foram seis pessoas algemadas,

eu e o Maklouf, o Daniel Veiga, que era o diretor da gráfica com outro jornalista, o João Vital, e os dois gráficos, o Alberdan Batista e mais outro que agora não recordo o nome, e mais outras pessoas acabaram sofrendo a pressão psicológica porque estavam no ambiente. Lá reuniam jornalistas, gráficos, clientes em geral da gráfica. Foi uma situação em que apanhamos muito, fomos literalmente espancados. Ao final do processo, eles nos expuseram do ponto de vista de que o que estávamos fazendo era uma bagunça generalizada, porque na época ia ser rezado o Círio, onde ia haver manifestação contra a prisão dos padres Aristides e Padre Francisco e mais três posseiros. Havia um movimento de libertação desses presos e a gráfica estaria produzindo material para divulgação, o que poderia ser feito, porque não era uma gráfica pública, poderia ser contratada para fazer um trabalho legal de divulgação de qualquer material. Quer dizer, essa foi a motivação e alegação que os policiais, e esse delegado em particular, fizeram aos quatro ventos para todos que estavam presentes, tentando desqualificar as pessoas, em tese, presas e algemadas, batidas, forçadas a sentir como bandidos ou como pessoas estranhas no momento político do País.”

O papel político e social do jornal Resistência foi muito importante para que os movimentos sociais tivessem voz, em meio ao cenário obscuro da ditadura militar. O conteúdo eram denúncias, vindas de qualquer cidadão, vinculado ou não a movimentos sociais.

“As informações que divulgávamos no jornal eram, na época, geradas no movimento social, ou pelos sindicalistas ou pelas lideranças comunitárias, pelas lideranças organizadas da sociedade civil, que chegavam até nós e essas denúncias ou matérias e informações eram divulgadas, já porque boa parte delas regularmente não eram publicadas na grande imprensa, ou pelo menos tinham limitações em ser publicadas com maior número de informações, enfim.

Esse era o papel que o Resistência detinha na época, 80, 83, 84, era um momento de ampliação do espaço democrático, quer dizer, a grande imprensa já informava sobre situações de luta política, mas era muito limitado, aí vinha um cerceamento da divulgação dessas informações, de uma forma mais efetiva.

E o Resistência tentava ou procurava ocupar esse espaço que a grande imprensa não divulgava. Essa era a nossa perspectiva de trabalho, era o nosso, vamos dizer assim, campo de como nos impor do ponto de vista de mercado ou da situação de divulgação, servir de eco ou servir de reprodutor das informações que a sociedade que estava se organizando para divulgar, para mostrar o que estava acontecendo.”

O fotógrafo Miguel Chikaoka, na época, “foi o primeiro jornalista a fazer fotografia engajada na luta política, as primeiras fotos sobre movimento social, de denúncia sobre violação de direitos humanos, queimadas e outras coisas mais”. Sobre os impactos na vida dele, Boução fala que, independente do caminho tomado, o aprendizado é o mais importante. E que a luta na época contribuiu para o jornalismo de hoje.

“Acho que para minha vida, muito. Não podemos desconhecer nada do que fazemos, mesmo que avaliemos hoje que tenhamos errado em algumas situações, mas temos experiência que conquistamos e participamos. Mas acho que a nossa luta, que foi travada naquele período, contribuiu e muito para o fortalecimento das instituições que hoje temos. Claro que tem muito a ser ainda fortalecido, a ser modificado, mas acredito que valeu a luta que vários companheiros, várias pessoas participaram. O que temos de democracia foi fruto de uma luta política que todos realizamos, em vários momentos, de várias maneiras, de várias formas”.

6.4 Sessão histórica de devolução dos mandatos cassados na Alepa

A Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará participou da sessão histórica, em 18.03.2013, na Assembleia Legislativa do Pará, de devolução simbólica dos mandatos políticos cassados durante o regime militar, no Estado do Pará. Momentos emocionantes de lembranças dolorosas de um tempo em que foram suprimidas as liberdades individuais e coletivas e de perseguição e humilhação a quem não se curvou ao tacão da ditadura.

A cerimônia foi aberta pelo presidente da Alepa, deputado Márcio Miranda (DEM), e a Mesa oficial estava composta pelo secretário especial de Estado Sidney Rosa, representante do governador; o ex-governador Aurélio do Carmo (cassado à época), a presidente do TJE-PA, desembargadora Luzia Nadjá Nascimento; o procurador-geral de Justiça Manoel Santino Nascimento; o presidente da OAB-PA, Jarbas Vasconcelos; o senador Jader Barbalho (PMDB), os deputados federais Cláudio Puty (PT) e Arnaldo Jordy (PPS), o presidente do TCE-PA, Cipriano Sabino, o diretor da OAB nacional, Antonio Oneildo Ferreira, o presidente da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, Wadih Damous, e o prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho. Todos, à exceção dos dirigentes do MPE, TJE e TCE, fizeram calorosos pronunciamentos, ora dando testemunhos, ora enfatizando a importância do resgate da história política.

Os deputados federais Cláudio Puty e Arnaldo Jordy e o deputado estadual Edmilson Rodrigues (PSOL) cobraram publicamente do governo do Estado o pedido já feito ao governador Simão Jatene (PSDB) acerca da criação da Comissão Estadual da Verdade, destinada a apurar crimes de tortura, perseguição, desaparecimento e assassinato perpetrados pelos militares, no Pará, entre os anos de 1964 e 1985, e o que de fato ocorreu durante a Guerrilha do Araguaia.

O advogado Wadih Damous, presidente da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, foi enfático: “É do conhecimento de toda a opinião pública o quanto a ditadura matou, torturou, prendeu e perseguiu brasileiros de todos os Estados. E não apenas políticos, mas artistas, escritores, jornalistas ou qualquer pessoa sobre a qual pairava a desconfiança de ser um inimigo do regime. A ditadura deixou uma dívida, e o seu credor é o

povo deste País. Solenidades como esta são importantes para diminuir o déficit que persiste, ainda, no estado democrático. Precisamos incentivar a criação de Comissões da Verdade em todos os estados. O Brasil precisa rever a sua história”.

O ex-governador Aurélio do Carmo, aos 91 anos; o ex-vice-governador Newton Miranda, representado pela viúva Terezinha Kós Miranda; e os ex-deputados Hélio Gueiros, representado pela viúva Terezinha Gueiros; Laércio Barbalho, representado por seu filho e seu neto, respectivamente senador Jader Barbalho e Helder Barbalho; Álvaro Kzan, por seu filho Calilo Kzan; o ex-deputado Benedicto Monteiro, por seu filho Benedicto Monteiro Filho; assim como os demais ex-deputados Dionísio Bentes de Carvalho, José Manoel Ferreira, Maravalho Narciso Belo, Nagib Mutran, Ney Brasil, Ney Peixoto, representados por parentes, receberam o diploma que assegura a retomada simbólica dos direitos políticos. O ex-deputado Amílcar Moreira compareceu à sessão.

Eis a íntegra do pronunciamento do deputado Márcio Miranda, presidente da Alepa:

“A máquina do tempo é a nossa memória, e neste momento ela nos leva 49 anos para trás. Então peço-lhes um instante de reflexão para as tristes consequências políticas e sociais do ano de 1964, cujas feridas ainda estão abertas.

A honra deu lugar à vergonha e a injustiça maculou a história brasileira. Muitas vidas foram irremediavelmente atingidas e abaladas; o sofrimento imperou.

Ora, a ditadura, em todo o seu conjunto maléfico, deixou chagas expostas. Em seus porões, como o do DOI-CODI (o Destacamento de Operações de Informações e o Centro de Operações de Defesa Interna), reverberaram gritos e ecoaram torturas de homens públicos, jornalistas e cidadãos comuns engajados a causas nobres como a justiça e a igualdade social.

Ao lembrar especificamente de 1964 e ao sentir este momento único que vivemos, me saltam à mente trechos do discurso de posse de Nelson Mandela como presidente de uma África do Sul livre, em 1994.

Todos sabem que, por combater o apartheid, o regime oficial de segregação racial de seu País, ele foi condenado à prisão perpétua, acusado de sabotagem, não sem antes dizer que a liberdade era ‘um ideal pelo qual estou disposto a morrer’. Mas não foi preciso: a pressão internacional o livrou das grades em 1990, 27 anos depois.

Ao traçar um paralelo, ao fazer uma analogia da libertação do grande líder sul-africano com este instante que vivenciamos, peço licença para utilizar algumas frases pontuais do discurso de Mandela.

Numa delas posso afirmar: ‘É chegado o momento de curar as feridas’. E abro um parêntesis: se não for possível, que pelo menos saibamos amenizar a dor. Outra consideração: ‘É chegado o momento de transpor os abismos que nos separam’. E a terceira sentença do grande ícone: ‘Cabe a nós o momento da reconstrução’.

Quando o ilustre conselheiro Nelson Chaves e o eminente presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Pará, Jarbas Vasconcelos, me procuraram recentemente para tentar corrigir, mesmo simbolicamente, esse crasso erro do passado, não hesitei sequer um minuto para manifestar minha aprovação à ideia. Foi instantâneo. De imediato, dei entrada ao requerimento neste parlamento, em caráter de urgência, para anularmos parte dos efeitos dos ‘anos de chumbo’.

Não julguei ou questionei o mérito decisório imposto pelo militarismo caso a caso, mas considerei o dano e a seqüela que ficaram na coletividade.

Bem sei que até o juízo final os mortos não voltarão de seus túmulos, mas os mandatos daqueles que foram usurpados e que não estão mais entre nós serão restabelecidos já!

Paralelamente, os remanescentes daquele período, como o doutor Aurélio do Carmo, de 91 anos, nosso perene governador, justificou mais a razão desta cerimônia. Por fim, além de agradecer aos meus colegas deputados pelo valioso apoio à nossa proposição e ao público que testemunha esta solenidade, quero deixar marcada para todos uma frase antológica de Rui Barbosa que se aplica bem a esta ocasião especial: 'A força do direito deve superar o direito da força'. Meu muito obrigado!"

Aurélio do Carmo posou com a faixa de governador e fez um emocionado discurso de agradecimento, em nome de todos os que foram politicamente reabilitados.

Ei-lo:

"Excelentíssimo Sr. Deputado Márcio Miranda, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará; Excelentíssimos Senhoras e Senhores deputados; Excelentíssimas autoridades presentes ou representadas; Colegas desembargadores, colegas advogados, irmãos maçons, familiares, amigos e companheiros que me honram com o prestígio da presença a este momento único;

Minhas senhoras e meus senhores,

Nos anos que antecederam a era de Cristo, o poeta romano Horácio legou à posteridade a expressão "Carpe Diem". Sublinhou em seu famoso poema Odes a importância de se viver intensamente um momento de vida, porquanto a fugacidade do tempo e da vida talvez não permitisse que algum momento pudesse ser repetido, privando seus personagens de saborear o momento que passou.

Recorro a essa imagem quando a Graça Divina me permite viver um momento que incorpora reposição da justiça e ganha a conotação especialíssima de um momento a ser vivido. Quase meio século separa a conquista do mandato de governador do meu Estado pelo voto de 70% do eleitorado paraense, mandato outorgado pela legitimidade democrática das urnas, mas usurpado pela força autoritária das armas.

Este ato e este momento não se restringem ao elevado e histórico simbolismo de que se reveste. Este ato inscreve na história do Pará uma das páginas mais gloriosas que se poderiam inserir na vida de um povo e na força dos princípios que fundamentam o Estado Democrático de Direito. Quis a proteção divina que eu vivesse esses 91 anos para experimentar as pobreza e riquezas que permeiam os sentimentos humanos.

Poucas homenagens seriam tão gratificantes e reparadoras como esta, em que volto ao seio do mesmo Poder Legislativo que naquele glorioso dia 31 de janeiro de 1961, exatamente quando eu completava 39 anos de existência, cumpria sua excelsa função constitucional na formalização da vitória eleitoral com que o valoroso povo paraense me consagrou.

São momentos assim e homenagens dessa natureza que justificam a razão de viver. São momentos assim que nos fazem legar ao desprezo eventuais decepções e novos motivos e novas forças para superar dificuldades e descortinar horizontes mais claros para momentos como este, ao sermos nós e as nossas circunstâncias da conceituação filosófica de Ortega y Gasset. Ou, como disse Winston Churchill, cultivando o otimismo na transformação de dificuldades em novas motivações para que se continue existindo.

Ainda hoje, passados 50 anos, é gratificante ver frutificarem algumas das sementes que plantei no curto período em que me foi permitido exercer a vontade popular delegada pelo voto. Foi em meu governo a sementeira de onde medrou a pujança econômica da província mineral de Carajás, cuja descoberta e revelação do potencial resultaram das primeiras pesquisas e a projeção da BELCAN procedidas em meu mandato.

Era um complexo para a exploração e transporte da matéria-prima até a grande siderúrgica que seria construída em Paragominas, iniciativa interrompida pela cassação, levando de volta os técnicos alemães que lá já se encontravam, empenhados nos procedimentos iniciais do que poderia vir a ser a maior obra do meu governo, complementada pelo programa de colonização no sul e sudeste do Pará, iniciativas responsáveis por alavancar atualmente o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Também foi na minha gestão a interiorização do ensino médio público estadual, com o funcionamento dos primeiros ginásios escolares nos municípios de Castanhal e Santarém, denominados Lameira Bittencourt e Álvaro Adolfo. Poderia elencar outras tantas e significativas ações projetadas para proporcionar um futuro promissor ao nosso povo, paradoxalmente tão pobre num Estado tão rico.

Vale citar, como exemplo vivo e operante dessa preocupação, a criação pelo meu governo do Banco do Estado do Pará, depois transformado em Banpará, com o objetivo fundamental de estimular e fortalecer o comércio, a indústria e apoiar o crescimento de nossa base produtiva e, assim, sedimentar o desenvolvimento sustentável da economia paraense e seus benéficos reflexos sociais.

Mas não transformarei em fonte de lamentações este novo momento especial, da mesma forma como jamais me permitiria recriminar pessoas e razões que protagonizaram aquele doloroso episódio de 1964. Minha formação cristã e meu permanente exercício de compreensão com os atos da humanidade me conduzem ao passado apenas como referência histórica, indispensável a que se entendam as voltas que a vida dá.

Contudo, a vida me tem contemplado com muitos bons momentos que me têm sido dados a viver, coroando o carinho de amigos de ontem, de hoje e de sempre, permitindo que renovasse permanentemente as forças para superar as dificuldades e fortalecesse a crença na força da proteção divina. São momentos que poderia sintetizar nos eventos que têm marcado os tempos recentes de minha vida pública.

Tais momentos podem ser simbolizados pela honra reparadora civil e moral que me foi conferida ao ser nomeado pelo ilustre governador Jader Barbalho para o Tribunal de Justiça do Estado, ocupando vaga oriunda do Quinto Constitucional da OAB. Exerci o desembargo com a aplicação inerente à magistratura, dignificando a minha classe de advogados, a confiança da sociedade e o espírito público que sempre presidiram meus atos e funções que me foram dadas a desempenhar.

Hoje, me vejo privilegiado por desfrutar deste novo e grande momento que me é dado a viver, em que Vossas Excelências, no pleno uso da legitimidade dos mandatos que somente a democracia tem o poder de outorgar, promovem a reparação das reparações que poderia obter, resgatando o diploma e a faixa de Governador Constitucional do Estado do Pará, usurpados numa fase que enegre a história do nosso País (sic.).

Por oportuno e dever de reconhecimento, reverencio a memória de minha pranteada e sempre bem lembrada mãe, D. Josefina Corrêa do Carmo; meu irmão, Jesus do Carmo; minha esposa, Maria de Lourdes; e minha sobrinha, Maria Raimunda Teixeira de Azevedo, que me ajudaram a viver os difíceis momentos vividos naquela época, e aos fiéis amigos que evito nominar para evitar o risco de alguma omissão imperdoável.

Agradeço à Assembleia Legislativa do meu Estado por ter acolhido a iniciativa, inspirada em decisão da Câmara dos Deputados, na devolução simbólica dos mandatos de parlamentares federais cassados. Agradeço em especial ao conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Nelson Chaves, pela iniciativa fruto de seu generoso coração, pelo movimento restaurador da hora que vivemos. Agradeço aos amigos e instituições que entenderam e abraçaram a importância e oportunidade histórica deste resgate, em excepcional exemplo democrático que mais uma vez o Pará transmite ao Brasil.

Permitam-me dividir este momento de rara felicidade e forte reparação histórica a colegas como Newton Miranda, meu companheiro de chapa como vice-governador, Moura Carvalho, Isaac Soares, Hélio Gueiros, meu líder na Assembleia Legislativa, Benedicto Monteiro, Laércio Barbalho, Amílcar Moreira, também eleitos democraticamente e que tiveram igualmente cassados seus mandatos populares. Rendo homenagem particular ao meu colega desembargador Otávio Marcelino Maciel, em solidariedade pela violência ditatorial de que também foi vítima.

Rememoro ainda, com saudade e respeito, meus secretários de Estado Henry Kayath, Efraim Bentes, Evandro do Carmo, Antônio Lobo, Reis Ferreira, José Maria Mendes Pereira e Irineu Lobato,

que foram presos e tiveram seus lares invadidos, sofrendo o constrangimento de uma prisão arbitrária e injustificada. Consola a consciência de que a justiça celestial seguirá clamando para que tenhamos perdoadas as nossas ofensas, assim como perdoaremos aqueles que nos tenham ofendido.

Que Deus nos abençoe e proteja. Que Deus não permita que o nosso País venha a sofrer, em tempo algum, por quem quer que seja, qualquer tipo de agressão aos princípios democráticos, perseverando no respeito aos fundamentos da Democracia proclamada nas praças de Atenas. E que os brasileiros possam continuar a viver a eternização dos momentos em que somente a eles compete eleger seus mandatários e, assim, decidir livremente pelo voto os seus próprios destinos, consagrados nos estritos preceitos constitucionais de que o poder emana do povo para em seu nome ser exercido. Muito obrigado!”

6.4 Sessão histórica de devolução de mandatos na Câmara Municipal de Belém

A Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará participou, também, da sessão especial em que a Câmara Municipal de Belém restituiu simbolicamente, em 10.04.2013, os mandatos cassados durante a ditadura militar, do General Luiz Geolás de Moura Carvalho (prefeito de Belém), Isaac Soares (vice-prefeito) e Alberto Nunes (vereador). Os diplomas foram recebidos pelas famílias dos homenageados, todos já falecidos.

Foi uma verdadeira aula de História. O vereador Paulo Queiroz (PSDB), presidente da Câmara, ancorou seu discurso em palavras do Livro de Eclesiastes, da Bíblia, e citou trecho da lavra do saudoso historiador Carlos Rocque ao narrar as filigranas da eleição para prefeito de Belém nos idos de 1961, relativo às candidaturas de Moura Carvalho e Isaac Soares:

“Tão logo se definiu o pleito governamental, com as retumbantes vitórias de Aurélio do Carmo e Newton Miranda, num sábado, dia 29

de outubro de 60, o diretório municipal do PSD homologou a candidatura de Moura Carvalho, ainda no Governo do Pará, para concorrer à prefeitura de Belém, no pleito de setembro do ano vindouro. O encontro foi presidido por José de Miranda Castelo Branco e contou com a presença de 35 convencionais e mais do deputado Dionísio Bentes de Carvalho, presidente do diretório regional, Líbero Luxardo, chefe de gabinete do Governador e o Vice- Governador Newton Miranda. O General Moura Carvalho não se encontrava presente: ele repousava em sua fazenda em Primavera. E seu nome ganhou aprovação unânime. Ficou, também, decidido que o candidato a Vice-Prefeito seria escolha pessoal de Moura Carvalho, escolha essa que recaiu, posteriormente, no nome do Vereador Isaac Soares, que era o líder da bancada pessedista na Câmara Municipal de Belém”.

Ao destacar as trajetórias dos homenageados, Paulo Queiroz registrou o significado democrático para o Legislativo Municipal da Lei nº 62, marco do renascimento parlamentar, a partir de 31 de dezembro de 1947, assinada pelo então governador Moura Carvalho: a última sessão havia sido em 10 de novembro de 1937, à época sob a presidência de Lameira Bittencourt, que hoje denomina o Plenário da Casa. Recordou ainda que Isaac Soares foi presidente da Câmara, de 1961 a 1963, além de vice-prefeito de Belém, e festejado colunista social, o que levou à instituição da Medalha Isaac Soares, atribuída a personalidades da área de Comunicação Social.

Do vereador Alberto Nunes lembrou os assentamentos na 2ª Legislatura (de 03.02.1951 até 31.01.1955) pelo PTB; na 3ª Legislatura (de 01.02.1955 até 31.01.1959) e na 4ª Legislatura (de 01.02.1959 até 31.01.1963) pelo PSP; e na 5ª Legislatura, iniciada em 01 de fevereiro de 1963. Eleito pelo PTB, sofreu a cassação por Ato do Presidente da República à época e pela Resolução nº 17, de 09 de junho de 1964, foi declarada a vaga do parlamentar.

O conselheiro do TCE-PA, Nelson Chaves, que presidiu a Câmara de Belém no período de 1989 a 1991, foi deputado estadual e, já no TCE, na sessão ordinária de 17.12.2002, exarou voto no processo de aposentadoria do jornalista Isaac Soares, em prenúncio do resgate histórico, foi o articulador da reabilitação política dos cassados.

O presidente da OAB-PA, Jarbas Vasconcelos, que junto com Nelson Chaves procurou a Alepa e apoiou a Câmara na devolução simbólica dos mandatos, salientou em seu discurso o contexto histórico e a luta pela democracia. Realçando que a função da OAB é defender a Constituição Federal, a ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, os direitos humanos e a justiça social, Jarbas fez um apelo ao governador Simão Jatene para que crie a Comissão Estadual da Verdade, a fim de trabalhar em sintonia com a Comissão Nacional, o Comitê da Verdade integrado pela OAB-PA e outras entidades.

A vereadora Sandra Batista (PCdoB), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belém, fez um discurso vibrante:

“O Brasil vive um momento em que o povo brasileiro se encontra com a sua história, apesar de ter reinado por muitos anos a conspiração do silêncio. Quero ressaltar a grande importância desta sessão de devolução dos mandatos cassados pelo regime de terror implantado no Brasil com o golpe militar de 64. Trata-se de uma reparação, não apenas em relação às vítimas daquele regime, mas uma reparação à democracia e aos princípios democráticos soterrados pelos militares durante a ditadura. Este é um reconhecimento necessário da sociedade, de que repor a avalanche de injustiças impostas pelo golpe de 64 é um ato de justiça, e que tem um valor simbólico de grande relevância no sentido de fortalecer a nossa democracia, experiência nova na história deste País, ainda em processo de construção.

Como a água represada que pela sua força rompe os diques, a história se encarregou de colocar na Presidência da República uma mulher, a presidenta Dilma, que lutou bravamente como guerrilheira contra o regime militar e instalou a Comissão Nacional da Verdade, a reconstituir o encontro do povo com sua história.

Ao restituir os mandatos que foram cassados pelo regime de terror, o Estado realiza um gesto simbólico de pedido de desculpas ao seu povo pelo conjunto de violações de direitos humanos co-

metido durante a ditadura e pela onda de violência e perseguição implantada pelo regime, uma verdadeira chacina cometida contra os princípios mais básicos da democracia. O povo brasileiro esteve exilado dentro de seu próprio País.

No lugar da liberdade de expressão e do livre pensamento, no lugar da participação popular, no lugar das reformas estruturantes tão necessárias a este País, algumas destas contidas nas Reformas de Base propostas por João Goulart, o golpe de 64 instaurou neste País a república da dor, cuja arquitetura era composta pelo pau-de-arara, choques elétricos, a cadeira-do-dragão, espancamentos, afogamentos, a geladeira, o soro da verdade, dentre outros instrumentos de tortura que marcaram este período sombrio da nossa história. Realizar este ato, sem dúvida, não trará de volta as vítimas mortas pelo regime, tampouco o equilíbrio, a tranquilidade e a serenidade as milhares de vítimas que sofreram toda ordem de violência física e psicológica, causando traumas irreparáveis. No entanto, esta sessão tem um elevado valor simbólico de reparação e, ao mesmo tempo, de fortalecimento dos valores democráticos, e aproveitou, como presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa de Leis, para prestar solidariedade a todas as vítimas e seus familiares que, naquele período, viveram momentos de angústia, incertezas e terror.

Compreendo que as novas gerações precisam ter conhecimento de que milhares de pessoas pagaram o preço da luta pela construção de uma sociedade mais justa e humana com a tortura e com a morte para que pudéssemos hoje estar vivendo numa democracia.

Presto aqui uma breve homenagem a Edson Luís, estudante paraense morto pelas hordas militares na marcha dos 100 mil e que desencadeou a mobilização da juventude contra o regime. Aos guerrilheiros do Araguaia, na sua maioria jovens que empunharam armas nas matas paraenses em busca de justiça e liberdade. E à família Fonteles, que teve um de seus filhos, o grande Paulo Fonteles, morto

barbaramente pelo latifúndio e que foi preso e torturado juntamente com sua companheira à época Hecilda Veiga nos porões da ditadura e cujo filho parido na prisão, o querido Paulinho Fonteles, não lhe foi dado o direito de acalentá-lo e amamentá-lo.

Caso não passemos a limpo aquela história, não realizando um processo de justiça e reparação às vítimas, sem sombra de dúvida a nossa democracia estará incompleta e inacabada.

É neste sentido que estou propondo ao prefeito municipal de Belém a instalação da Comissão Municipal da Verdade, Memória e Justiça, ao mesmo tempo em que proponho à Câmara Municipal de Belém a instalação da Comissão Parlamentar da Verdade, instrumentos importantes que devem contribuir com a Comissão Nacional da Verdade, no sentido de ao mesmo tempo apurar os crimes cometidos por agentes do Estado, assim como desempenhar um papel importante no resgate e na preservação da memória histórica daquele período de terror implantando no Brasil.

Faço um apelo ao governador do Estado quanto à preservação e conservação do Arquivo Público Municipal que padece de desprezo e falta de atenção do Governo do Estado, mas que reúne um acervo histórico fundamental.

Compreendemos que, desta forma, tanto o Executivo como o Legislativo assumirão um papel importante no sentido do fortalecimento da democracia, rumo à construção de uma sociedade livre, participativa e justa.”

6.5 Comissão recebeu denúncia de que perseguições e ameaças persistem

Durante reunião da Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará com a Comissão Nacional da Verdade, o Comitê Paraense pela Verdade,

Memória e Justiça, parlamentares paraenses e entidades da sociedade civil, que teve como eixo temático a necessidade histórica de consolidar a Comissão Estadual da Verdade no Pará, no dia 18.11.2013, às 19h, no auditório do Conselho Regional de Psicologia (Av. Generalíssimo Deodoro, 511, Umarizal, Belém-PA), o ex-vereador de Belém Paulo Fonteles Filho, filho do ex-deputado Paulo Fonteles, assassinado já após a queda da ditadura, fez gravíssima denúncia. Informou que é constantemente seguido e que, desde 2010, tem denunciado pressões e intimidações ao Grupo de Trabalho Araguaia do Governo Federal, ao Conselho Federal da OAB, à Polícia Federal, ao MPF, à Comissão Nacional da Verdade e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Expôs que sua morte foi anunciada em rede social depois de longo depoimento em Processo Administrativo Disciplinar da Agência Brasileira de Inteligência, onde reafirmou que Magno José Borges e Armando Souza Dias – antigos agentes da repressão política com atuação no DOI-CODI durante a Guerrilha do Araguaia – estariam por trás do recolhimento de ossadas, em 2002, provavelmente de desaparecidos políticos, nas obras de requalificação do Forte do Castelo, no centro histórico de Belém do Pará. E que quem teria recolhido tais ossadas seria o PM do Distrito Federal Walter Dias de Jesus, que teria retornado a Brasília depois de cumprida a tarefa de se passar por funcionário da Secult – Secretaria de Estado de Cultura do Pará, usando o codinome ‘Léo’, segundo a memória do então presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Moacir Martins.

As cópias dos documentos internos produzidos sobre este fato – testemunhado pelo ex-chefe da Abin Pará, Gladston Gonçalves Vilela de Andrade, às fls 2.222 do processo nº 011.80000.565/2004 – vêm sendo pedidas ao GSI-PR e Abin desde maio de 2011 por meio do processo nº 011.80000.508/2011 (revisão do processo nº565/2004); mas, tragicamente o incêndio ocorrido em 26 de agosto de 2012 no prédio do Ministério da Fazenda, em Belém, destruiu todos os documentos e eventuais despojos guardados ilegalmente nas instalações da Abin no Pará, que funcionava no 13º andar do edifício, revelou Paulo Fonteles Filho.

Em junho de 2011, um ex-mateiro recrutado pelas Forças Armadas, Raimundo ‘Cacaúba’, foi assassinado na Serra Pelada depois de co-

laborar com o Grupo Federal destacado para localizar os desaparecidos no Araguaia, e já deixaram até uma vela no quintal da casa onde Sezostrys Alves da Costa, principal dirigente da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia, estava hospedado em setembro de 2011, em São Domingos do Araguaia. Quem conhece a cultura da violência sabe o que isso representa no sul do Pará, contou Paulo Fonteles Filho, ressaltando que, mais do que nunca, depois de aprovada a Comissão da Verdade do Pará, é preciso que a sociedade paraense saiba que na atual Casa das Onze Janelas funcionou a V Companhia de Guardas do Exército, local de torturas e toda sorte de violações aos Direitos Humanos dos presos políticos na década de 1970.

Paulo Fonteles Filho acusou que nada tem sido feito para coibir tanta violência, da qual já foram vítimas seu pai, o ex-deputado e advogado Paulo Fonteles, o deputado constituinte João Batista, ‘Gringo’, João Canuto e Expedito Ribeiro de Souza. E anunciou que, se algo lhe ocorrer – ou à sua família e companheiros –, a responsabilidade deve imputada “aos antigos agentes da repressão política, cortadores de cabeças no Araguaia, Magno José Borges e Armando Souza Dias, dirigentes obscuros da Abin no Pará”.

No mínimo, tão graves denúncias devem merecer pronta resposta do governo do Estado e do Governo Federal. Não se pode tolerar mais mortes anunciadas, o Pará já tem uma extensa lista.

6.6 Instituições científicas excluídas do GT Araguaia

A Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará prestou solidariedade publicamente e o deputado Edmilson Rodrigues (PSOL) denunciou, na sessão da Alepa, a exclusão, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do PCdoB e ouvidores de instituições científicas federais, tais como o Museu Paraense Emílio Goeldi e a Universidade Federal do Goiás, do Grupo de Trabalho Araguaia, que se dedica a localizar os despojos mortais de militantes desaparecidos durante o episódio que ficou, historicamente, conhecido como “Guerrilha do Araguaia”.

A decisão da SDH choca ainda mais porque, entre os militantes do PCdoB excluídos está Paulo Fonteles Filho, filho do advogado e ex-depu-

tado assassinado, que foi preso e torturado durante a ditadura militar e participou da Guerrilha do Araguaia.

Edmilson lembrou que os esforços no sentido de elucidar os desaparecimentos no Araguaia se aprofundaram a partir de 2009, com a corajosa decisão da juíza federal Solange Salgado, de Brasília. Ela determinou a localização e identificação dos desaparecidos políticos e que se revelasse os seus algozes, locais e horas derradeiras onde a tortura, a mais grotesca das violências, anunciou a morte precoce de toda uma geração de brasileiros. No dizer do deputado, o primeiro sopro da luta pela memória e verdade no Araguaia começou por volta de 1978 quando o advogado comunista Paulo Fonteles, então assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na Prelazia de Conceição do Araguaia (PA), foi atuar e viver naquela região.

A luta pela anistia e o aparecimento do Centro Brasileiro pela Anistia, com sede na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, em 1978, organizou nacionalmente não apenas a luta pela soltura dos presos políticos ou o retorno dos exilados, mas também as famílias e militantes políticos que se davam conta de centenas de desaparecimentos. Nesse período ocorreu a primeira caravana de familiares ao Araguaia, em 1980, marco fundamental e verdadeiro divisor de águas na luta pelo direito à memória e à verdade no Brasil. As indicações em sítios mortuários, como o cemitério de Xambioá (TO) e de São Geraldo do Araguaia (PA), são daquela época. A investigação federal, iniciada em 2009 pelo Ministério da Defesa, através do Grupo de Trabalho Tocantins, que findou no primeiro semestre de 2011 e que contava com forte presença militar, além de familiares de desaparecidos políticos, do governo paraense, de técnicos de diversas áreas do conhecimento, de instituições de pesquisa e do PCdoB, na figura do veterano dirigente Aldo Arantes, investigou 14 polígonos, promovendo mais de 50 escavações, muitas delas identificadas com sinais de ação humana anterior sem que nada fosse encontrado, a não ser pequenos vestígios de ossos no Tabocão, Brejo Grande do Araguaia (PA).

O PCdoB, familiares, pesquisadores de instituições científicas, como é o caso do Museu Goeldi, passaram a defender o entendimento, comprovado meses depois por ex-militares, de que houve, de fato, as ‘operações-de-limpeza’ ou, como se diz no jargão militar, ‘operações-contato’. O foco,

então, passou a ser o trabalho em sítios mortuários de Xambioá (TO) e São Geraldo do Araguaia (PA). Em 2010, algumas áreas foram localizadas, como é o caso do ‘cimento’, polígono no cemitério tocantinense, onde um ano depois duas ossadas foram retiradas e enviadas a Brasília.

Em fevereiro de 2011, os comunistas Aldo Arantes, Paulo Fonteles Filho e Sezostrys da Costa foram indicados pelo Ministério da Defesa para coletar depoimentos de ex-soldados e agentes da repressão. E nos mais de 40 depoimentos tomados, inclusive através de audiovisual, confirmaram a tais ‘operações-contato’, revelando comando e *modus operandi*, além do corte de cabeças – muitas delas enviadas até Belém (PA) –, torturas em treinamentos militares e o assassinato de mais de 300.

O deputado Edmilson Rodrigues requereu que a Alepa apele à ministra Maria do Rosário para que reveja a decisão e que seja dado conhecimento ao Comitê Estadual da Verdade, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), Comissão de Direitos Humanos da OAB-PA, Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará, Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado do Pará.

7. CONCLUSÃO

Um ponto em comum em todos os depoimentos é que a imprensa paraense encontrou seu meio de lidar com o poder da ditadura militar no Estado, onde a única ação midiática que fazia frente às repressões do regime era o jornal Resistência. Não houve resistência dentro das redações.

Algumas pessoas importantes para a história do jornalismo nesse período não aceitaram depor para a Comissão, como, por exemplo, os jornalistas Luiz Maklouf Carvalho e Ana Diniz. Recusaram por não desejarem reviver todo o drama pelo qual passaram. Joaquim Antunes, que foi assessor do então coronel Jarbas Passarinho, governador do Pará, ministro da Educação e da Previdência Social e subscritor do AI-5, testemunha ocular de momentos históricos importantes, alegou problemas de saúde. Outros jornalistas convidados, como Pedro Galvão e Regina Alves, estavam viajando no período de coleta de depoimentos.

A parceria com a Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) para a realização das audiências públicas foi fundamental para a democratização da informação e os materiais aqui anexados, como vídeos, fotos e notas taquigráficas. Durante a realização das audiências públicas, as imagens foram transmitidas ao vivo pelo portal da internet, pela TV web da Assembleia Legislativa e pela TV a cabo.

A Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará participou da efetivação do Comitê Estadual pela Verdade, Memória e Justiça do Pará de forma ativa, inclusive de reunião com a Comissão Nacional da Verdade. Graças à convergência das várias iniciativas e instituições em defesa dos direitos humanos, como Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, SDDH, Comissão de Direitos Humanos da Alepa e da Câmara Municipal, Conselho Regional de Psicologia do Pará e Amapá, entre outras, a Alepa aprovou a criação da Comissão da Verdade do Pará, no âmbito do Poder Legislativo.

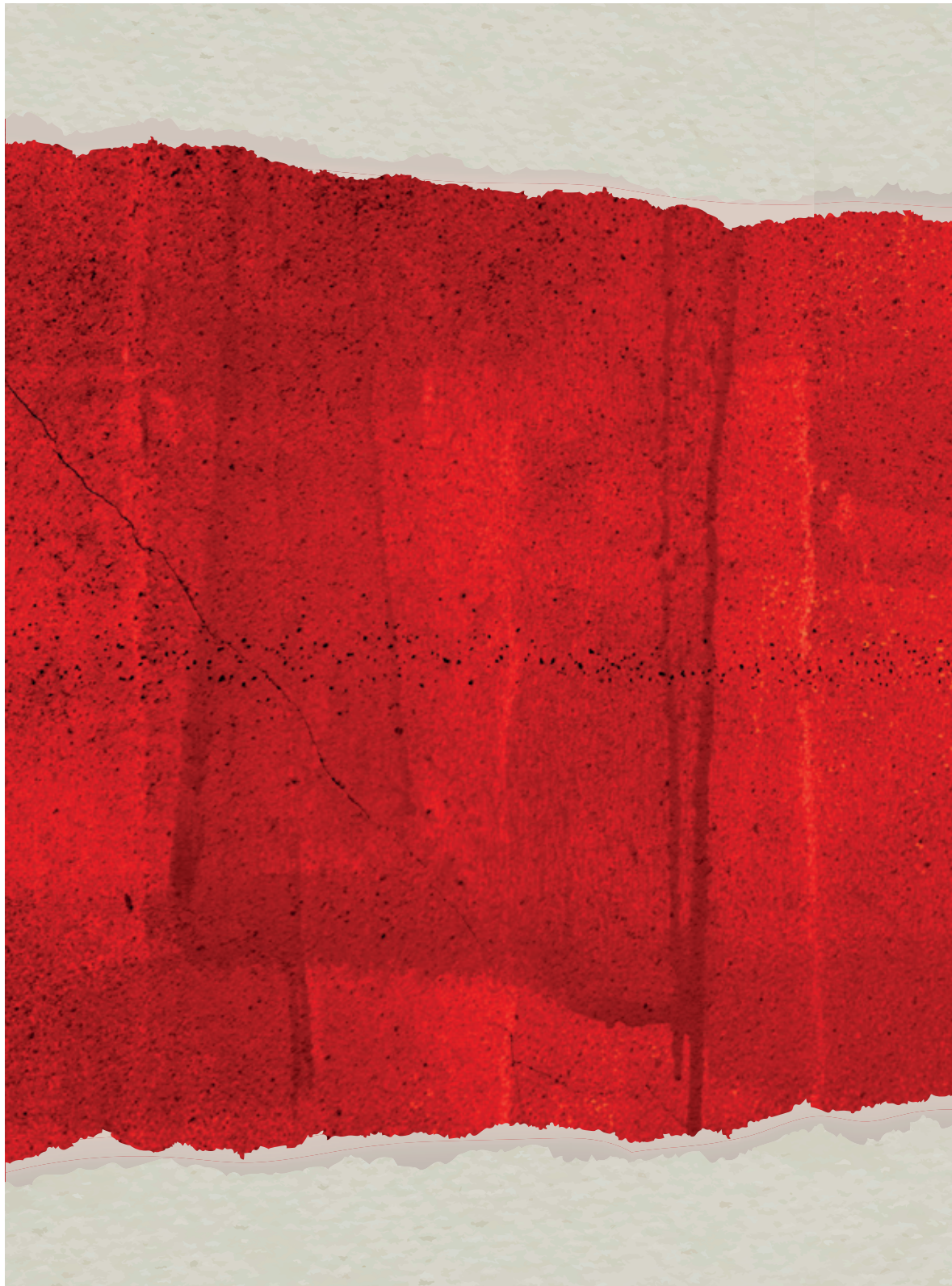
Apesar das várias tentativas de contato e do ofício reiterado à presidência do Tribunal de Justiça do Estado, pleiteando acesso a processos de jornalistas durante o regime militar, a Comissão não foi recebida.

A SDDH disponibilizou seu acervo para a Comissão, mas o material não está catalogado nem em um espaço adequado de preservação, o que inviabilizou o aprofundamento do trabalho da Comissão. Não há um arquivo sistematizado e organizado, e isso é preocupante, principalmente por haver muitos elementos que contam a história do jornalismo.

Outras formas de registro de depoimentos, além das audiências públicas, como marcação de entrevistas em áudio e vídeo, foram tentadas. No entanto, incompatibilidade de agenda desta comissão com alguns depoentes não proporcionou a oportunidade necessária.

A Comissão recomenda que o trabalho seja permanente. Que a Comissão continue a missão ou que na estrutura do Sindicato dos Jornalistas no Pará seja criado um grupo de pesquisa com o propósito de reunir não só registros de depoimentos do período da ditadura militar, mas também de outros momentos e vertentes importantes para a memória do jornalismo no Pará.

A mobilização social acerca da história do jornalismo deve ter ações integradas também com a academia, estimulando a produção dos estudantes de Comunicação Social no tema.





CAPÍTULO 5

UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ

Universidade Federal do Pará

Carlos Pimentel



A passeata de protesto e revolta

Jornal Resistência

1. INTRODUÇÃO

Durante todo o período em que vigorou o regime militar no Brasil, a Universidade Federal do Pará teve seus passos vigiados, com monitoramento feito pela Assessoria de Segurança e Informação (ASI), órgão vinculado diretamente ao Serviço Nacional de Informações (SNI), sobre professores, servidores e estudantes que pudessem ser considerados subversivos. O serviço de espionagem assumiu proporções tão grandes na instituição, que tinha o poder de veto a contratações de profissionais.

Foi o que ocorreu, por exemplo, com o professor Heraldo Maués, cuja contratação era vetada diretamente pelo SNI. No caso de professores como Edna Castro e João de Jesus Paes Loureiro, a ordem era implícita, com o órgão ‘indicando’ a não contratação dessas e de outras pessoas.

O minucioso serviço de monitoramento também costumava pedir informações à reitoria da UFPA sobre professores considerados subversivos e se estendia aos servidores e estudantes. A recomendação era sempre retirar palavras ‘tomar cuidado’ com reuniões para organização de movimentos.

Essa constante vigilância está registrada em documentos oficiais guardados no Arquivo Central da UFPA. Nesses arquivos consta a vigilância institucional sobre vários estudantes que reagiram à violência da ditadura, como Aloísio Leal, estudante de Economia, que fabricava coquetel molotov e acabou optando pela luta armada, Celeste Medeiros e Laíse Sales, presidente do Diretório da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras. Naquele período, o campus do Guamá, inaugurado em agosto de 1968, foi ocupado e assistiu a um ainda possível debate de ideias entre a Presidência da República, representada pelo Ministro da Educação, e os estudantes, incluindo um inédito debate na televisão sobre os rumos da educação naqueles tempos fechados, e sob a influência do acordo educacional feito com os Estados Unidos (MEC-USAID), que implodiria gradativamente o ensino nacional.

Ao introduzir o tema neste relatório, é salutar lembrar que os estudantes universitários brasileiros já conheciam as medidas repressivas da ditadura contra a sua resistência. A edição da Lei Suplicy de Lacerda em 1964 (Lei nº 4.464, de 6 de novembro) extinguiu as organizações estudantis existentes em todos os níveis: locais, estaduais, federais e nacionais, assim como os centros acadêmicos, as uniões estaduais e a União Nacional dos Estudantes, grêmios, uniões de estudantes secundaristas, substituindo-as por simulacros, controladas e tuteladas pelo MEC e pelas direções dos estabelecimentos de ensino. Essa lei teve como finalidade impedir a organização e a representação politizada dos estudantes, assim como possibilitar as condições de repressão permanente aos movimentos estudantis, pois ela criminalizava todas as organizações existentes antes da referida lei e a todos os estudantes que as defendessem ou tentassem reorganizá-las.

Toda a violência repressiva não impediu a reorganização política das entidades nem sua ação. Os Centros Acadêmicos e Diretórios Centrais do MEC nas universidades foram ocupados (literalmente ou por eleições) e transformados em trincheiras de organização e luta contra a Reforma Universitária proposta naquele momento e, em plano maior, contra a ditadura instalada no país.

A intervenção repressiva dos militares nas universidades pós-1964 não teve limites. Demitiu professores e servidores, restringiu a liberdade de ensino, saqueou bibliotecas, prendeu professores, servidores, estudantes e muitos de seus defensores. A escalada repressiva se ampliou e consolidou, culminando no Ato Institucional nº 5, que fechou o Congresso Nacional e subordinou o Judiciário.

A repressão que se instalou no país, em especial nos meios universitários, foi violenta. A resistência à ditadura foi constante, mas de forma múltipla, desde as manifestações urbanas, greves, panfletagem, reorganização dos estudantes até as ações armadas no campo e nas cidades. Os grupos e organizações de esquerda atuaram segundo suas convicções ideológicas e suas propostas políticas, estratégias e táticas traçadas, tendo como elo a resistência à ditadura.

Eram discussões que ecoavam dezenas de outras lutas da juventude estudantil no mundo. Nos Estados Unidos, a resistência unia a luta contra a discriminação racial existente contra os negros. Outros centraram em temas como a igualdade feminina, contra a guerra no Vietnã e ainda por trabalho, moradia, educação, arte e modo de vida, etc.

Na França, o movimento da juventude universitária originou-se dos protestos contra o sistema arcaico de ensino e contra a pretendida Reforma Universitária proposta pelo governo de Charles de Gaulle, parecida com a proposta do MEC-Usaid, acrescido pela revolta causada pela prisão de um estudante vinculado ao Comitê Vietnã de Base, contrário à guerra estadunidense na Ásia, e às europeias na África. A movimentação iniciada na Universidade de Paris se tornou forte e ampla e culminou nos grandes protestos de 'Maio de 1968'.

O Maio de 1968 na França repercutiu e se tornou conhecido em nível mundial pela expressão que significou as manifestações, iniciadas pela ju-

ventude estudantil, apoiada e acompanhada pelos trabalhadores franceses e que se espalhou pela França.

Na Alemanha, o movimento estudantil surgiu como protesto contra o atentado sofrido por Rudi Dutschke, líder estudantil e membro da União Universitária Alemã que desenvolvia uma luta pela redemocratização plena do ensino e do país e contra os resíduos do nazismo.

Na Inglaterra, mereceu destaque, no mesmo período, o movimento universitário que ocupou a tradicional London School of Economics (LSE) contra o autoritarismo despótico do sistema disciplinar vigente e a combativa manifestação unificada contra a Guerra no Vietnã.

Na Itália, as manifestações do movimento estudantil alcunhado de “Maggio Rampante”, meio rastejante, em conjunto com o movimento sindical e apoio do Partido Comunista Italiano, teve seu apogeu em 1968. Eram contrários ao governo democrata-cristão, que tinha como aliado o “Movimento Sociale Italiano” (MSI), herdeiro da experiência fascista italiana.

De modo geral, pode-se afirmar que os movimentos estudantis de 1968 ocorreram em quase toda a Europa, Ásia, América Latina e África. Ainda que o estopim para seus inícios fossem diferentes e apresentassem peculiaridades próprias, havia um foco comum: a luta contra o autoritarismo e pelo fim dos valores e comportamentos sociais e culturais e pela mudança das instituições educacionais e políticas.

A criação da Universidade Federal do Pará foi sancionada pela Lei nº 3.191, de 1957, após cinco anos de tramitação no Congresso Nacional, cujo projeto foi inicialmente elaborado pelo deputado Epílogo Gonçalves de Campos. Em 1958, ela começou a funcionar, mas apenas no ano seguinte houve a inauguração oficial, em cerimônia com a presença do então presidente Juscelino Kubitschek, no Theatro da Paz.

A política sempre fez parte do cotidiano da universidade. No início da década de 1950, a Universidade Federal do Pará (UFPA) ainda não existia. O sistema de ensino superior era feito nas faculdades. Em Belém, as de

Medicina e Direito eram as mais fortes e influentes, algo que, de certa forma, ainda permanece no imaginário coletivo das elites. No interior dessas faculdades, o clima político já era buliçoso e efervescente, antecipando as grandes mudanças que ocorreriam na década seguinte. A entidade estudantil forte naquele momento era a União Acadêmica Paraense (UAP), dominada já há algum tempo pela Faculdade de Medicina, que predominava em relação às outras faculdades.

A UAP, assim como outras organizações de estudantes, estava ligada à União Nacional de Estudantes, a UNE, por isso realizou em Belém o Primeiro Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (Islardes) para discutir a reforma universitária. A efervescência política estudantil possui um grande simbolismo na luta de resistência contra o golpe de 1964, tanto que uma das primeiras ações dos militares após a tomada do poder é voltada contra os estudantes, ainda no dia 1º de abril. A sede da UAP, sendo ponto de encontro dos estudantes paraenses, era considerada um local de subversão, por isso foi um dos primeiros locais a ser tomado pelos militares. É quando lideranças estudantis como Pedro Galvão são presas.

Ao longo de todo o período autoritário, os estudantes foram forças resistentes, por isso a universidade era constantemente vigiada. Tudo isso se torna simbolicamente claro quando, no dia 10 de maio de 1980, o estudante de Engenharia Elétrica César Moraes Leite foi morto por um tiro dentro da sala de aula na Universidade Federal do Pará, pavilhão F. O disparo ‘acidental’ que atingiu César Moraes foi efetuado pelo militar Dalvo Monteiro de Castro Júnior, agente da Polícia Federal.

Pode-se dizer que, durante todo o período de ditadura militar, a UFPA esteve atuante – vigiada, com professores e estudantes sendo perseguidos –, mas mantendo sempre um papel fundamental para a restauração da democracia no país.

É o que mostram os dados deste relatório.

2. APONTAMENTOS PARA O RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE CÉSAR MORAES LEITE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Leila Mourão Miranda

Professora titular da Faculdade de História do IFCH/PPGIST/UFPA.

2.1 INTRODUÇÃO

Em reunião de 20 de setembro de 2013, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Pará – Cosun-UFPA instalou a **Comissão da Verdade César Moraes Leite** da instituição. A comissão foi criada pela Resolução nº 721, do Conselho Universitário, na mesma data, e resultou da aplicação da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, considerando o importante papel que a Universidade Federal do Pará tem na promoção efetiva do Direito à Memória e a Verdade, localizando, registrando e analisando os atos e ações cometidos, relativos às violações dos direitos humanos de professores, funcionários e estudantes no interior de suas unidades, no período ditatorial e o que constam dos autos do Processo nº 027811/2013.

A referida lei teve ‘como objetivo estratégico promover a apuração e o esclarecimento público das graves violações de direitos humanos no Brasil’, no período 1946 a 1988, é relativamente tardia em relação aos países da América Latina e Caribe, que criaram suas Comissões da Verdade em nível de Estado, nas décadas anteriores: Nicarágua (1979), Bolívia (1982), Argentina (1983), Uruguai (1985-2000), Chile (1990), El Salvador (1992), Honduras (1992), Guatemala (1994), Equador (1996), Panamá (2001), Peru (2001) e Paraguai (2003).

Exemplo emblemático do resultado de trabalho das Comissões de Verdade foi a decisão da *Corte Interamericana de Derechos Humanos*, ao fim do julgamento do caso Velásquez Rodríguez versus Honduras, que deliberou que os Estados também são sujeitos a obrigações em se tratando da violação de direitos humanos. Isto é dever de Estado: “a) tomar medidas para prevenir violações aos direitos humanos; b) conduzir investigações quando as violações ocorrerem; c) impor sanções aos responsáveis pelas violações

e d) garantir reparações para as vítimas”¹. De acordo com Pinto (2010), as iniciativas para a elaboração e instituição de comissão similar no Brasil tiveram início em meados dos anos de 1970, mas foram constantemente rechaçadas, com sistemáticos argumentos, de que seria revanchismo, ameaças, vingança, etc.

No Brasil, a intensificação das mobilizações, encontros e conferências, entre outras ações, aprovaram, desde os meados de 1990, a necessidade de esclarecer os atos e ações de violência cometidos contra numerosos brasileiros durante a ditadura militar. Na realização da 11ª Conferência, em dezembro de 2009, recomendou-se novamente a criação da Comissão Nacional da Verdade, “para promover o esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores”. Essa conferência aprovou também o 3º Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3), dando relevância à diretriz do eixo orientador “Direito à Memória e à Verdade”. Os documentos e as recomendações oriundos desse evento foram importantes e contribuíram para que o governo brasileiro decidisse sobre a necessidade da criação da Comissão Nacional da Verdade-CNV, em 18 de novembro de 2011 (Lei nº 12.528/18/11/2011), no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, com a “finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”, na perspectiva de “fortalecer as instituições democráticas, visando à defesa da democracia e da institucionalidade constitucional”, marco normativo fundante do “exame e o esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 e 1968”.

Cabe destacar que a CVB ou Comissão Nacional da Verdade – CNV, como ficou popularmente conhecida, distinguiu-se da maioria das comissões até então existentes quanto à sua criação, por lei. Diversas experiências anteriores foram criadas por ato exclusivo do Poder Executivo. A CVB no Brasil, ao ser promulgada pelo Legislativo como lei, que foi complementa-

1 PINTO, Simone Rodrigues. Direito à Memória e à Verdade: Comissões de Verdade na América Latina. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 4, n.1, p.128-143, jan.-jun, 2010.

da com Lei de Acesso à Informação – LAI (nº 12.527/2011), assegurando o acesso às informações e a documentos, de natureza administrativa civil e militar, que comprovassem as violações dos direitos humanos no país, assim como garantiu a possibilidade de continuidade de acesso às informações sobre o tema, mesmo após o período estabelecido para os trabalhos da CVB, garantindo a perspectiva de efetivação do “Direito à Memória e à Verdade Histórica” no Brasil.²

A recuperação, sistematização e divulgação da memória e da verdade histórica se impõem como um dos princípios e direito fundamental para o ser humano, no sentido da construção da identidade pessoal e nacional. E a sua instituição e divulgação nas sociedades contemporâneas ocorreu em contexto de restabelecimento da paz, da redemocratização e do Estado de Direito entre os povos, ao fim da Segunda Grande Guerra, no Século 20. A comunidade internacional, em especial as nações componentes da Organização das Nações Unidas (ONU), ao longo dos últimos 50 anos tem realizado grande esforço para salvaguardar a paz e direito à dignidade da espécie humana, pois muitos povos ainda continuam vivendo graves violações de seus direitos elementares fundamentais.

No contexto das ações de pacificação e recuperação econômica, social e cultural, gravemente atingidas durante a Segunda Guerra, tornaram-se evidentes os mais diversos crimes ocorridos no processo da guerra. A emergência da memória em todo o mundo tornou-se importante instrumento de recuperação de traços de um passado que foi obliterado, omitido ou confiscado.

A transgressão das normas do sistema internacional, estabelecidas na Declaração dos Direitos Humanos, aprovadas pela Organização das Nações Unidas de 1948, tem evidenciado as dificuldades existentes em relação ao respeito das bases institucionais das sociedades contemporâneas e da convivência pacífica entre os povos, em face das diferenças e diversidades sociais. Muitas vezes, ao longo dos últimos 50 anos, em várias partes do planeta, prevaleceu a violência política sob distintas formas, como: nas detenções e prisões ilegais e outras restrições ilícitas à liberdade, no de-

2 Comissão Nacional da Verdade. Relatório, V. I, p. 22. Brasília, 2014.

saparecimento forçado, na tortura, nas execuções sumárias ou em falsos enfrentamentos, no exílio e nos banimentos ilegais e forçados (individuais ou massivos), nas infrações graves às liberdades fundamentais, por desconhecimento ou desrespeito aos direitos econômicos, sociais e culturais de amplas maiorias, como foram o *apartheid* e a prática de genocídio, por organizações fundamentalistas paramilitares etc. De modo sintético, pode-se afirmar que todas essas violações de direitos se constituíram em “quebra profunda do sistema democrático e do Estado de Direito”, situações que foram especialmente silenciadas, obliterando a divulgação e o conhecimento dessas ações e outros acontecimentos ocorridos sob a violência política. Essas ações devem ser traduzidas em desrespeito aos Direitos Humanos, de acordo com a legislação vigente em níveis local, nacional e internacional.

No contexto de recuperação da paz, uma das mais expressivas aparições no cenário da reflexão e produção historiográfica no mundo contemporâneo, como importante fundamento das ciências, foi a inclusão da memória, em especial das memórias civis, enquanto componente fundamental da História das Sociedades. A memória, nesse sentido, tem como objetivo disponibilizar uma importante parcela do patrimônio cultural e científico de seus diversos segmentos sociais, negligenciado até então na produção historiográfica e nas políticas públicas no Brasil, salvo raras exceções.

Há algum tempo, as instituições de ensino e pesquisas, as empresas privadas e algumas organizações civis têm buscado elaborar suas histórias, recuperando as suas trajetórias, movimentos e atuações, marcas e símbolos através da constituição e organização de acervos de memórias, tornando possível gerar e guardar documentos de múltiplas origens, constituindo importantes acervos de fontes fundamentais como meio possível para se conhecer, refletir, elaborar e escrever outras narrativas sobre as suas histórias.

Pode-se afirmar, nesta perspectiva, que essa recuperação e acesso à informação vêm contribuindo e promovendo a releitura e interpretação da história ocorrida no período definido na lei, revelando evidências de acontecimentos históricos não divulgados, mas contidos em acervos oficiais. O conhecimento e a divulgação dos acervos até então omitidos e informados como “não existentes” têm contribuído para múltiplas mudanças, em maior ou menor grau, na vida de grupos sociais, das sociedades e mesmo

de países, conferindo a todos e a todas a possibilidade de recuperar identidades, afirmar suas histórias vivenciadas, obter e ou readquirir direitos negados, inclusive autonomia e independências de colônias, desconstruindo noções, ideias, conceitos e paradigmas até então considerados ‘naturais’ e colocando em questão as memórias oficiais, que se convencionaram, também, como ‘naturais’.

Segundo Pierre Nora (2009), os povos, ao recuperarem e reconhecerem as memórias obliteradas ou negadas e afirmarem sua própria história, promovem suas descolonizações ideológica e cultural e emergem como povos autônomos, como ocorreu na África, Balcãs, Rússia etc., nos últimos 50 anos. Povos, sociedades e indivíduos, ao recuperarem suas histórias, se afirmam ou reafirmam juridicamente como nação e/ou cidadãos e cidadãs, promovendo o seu reconhecimento como singular, com identidade e histórias próprias.

Na América Latina, os movimentos pela redemocratização em fins do século XX asseguraram reconhecimento da memória, verdade e justiça como direito fundamental do ser humano e dever do Estado, princípio e norma, estabelecidos internacionalmente pela Organização das Nações Unidas e pela Organização dos Estados Americanos, e, no Brasil, constam na Carta Constitucional Brasileira de 1988-89. Nesse sentido, o trabalho de recuperação, sistematização e reposição da memória e da verdade não se encerra nunca. Ele permanece cotidianamente sob a responsabilidade das sociedades de cada nação, e a busca da memória, nessa circunstância, se circunscreve na interseção entre memória, justiça e história.

No Brasil, o reconhecimento e a institucionalização dos direitos humanos, em seu sentido jurídico, como uma das garantidas de sua existência com dignidade, conforme estabelecido da “Declaração Universal dos Direitos Humanos” de 1948, ainda é recente, assim como o direito à memória, enquanto fundamento essencial de sua história. Os Direitos Humanos, como preconizado da Declaração de 1948, só foram incorporados plenamente como princípios e leis na Constituição de 1988. Poucas vezes em sua história a democracia tornou-se norma de convivência para brasileiros e brasileiras.

No período ditatorial que vigorou no país entre 1964 e 1985, diversos setores da sociedade brasileira tiveram seus direitos inalienáveis desrespei-

tados, sofrendo inúmeras restrições à liberdade e ao exercício dos direitos civis: foram perseguidos, presos, demitidos, aposentados compulsoriamente, torturados e/ou mortos etc. Após 50 anos do golpe de Estado, pelo qual as Forças Armadas e elites civis ascenderam ao poder político-administrativo no país, contrários ao regime democrático que se consolidava no Brasil, a sociedade tomou conhecimento e reconheceu a existência de um hediondo legado que precisava ser recuperado e conhecido. E diversos setores da sociedade brasileira se empenharam em recuperar a memória e a história institucional e individual relativa ao período citado.

A adoção e a execução de uma política de recuperação e preservação de “memórias” na produção do conhecimento da história pela Universidade Federal do Pará, no início do século 21, tem contribuído para a expansão e renovação da produção de conhecimento na Amazônia, impulsionando processos diversos de recuperação e organização de acervos documentais já existentes, como o Museu da UFPA (1985) e o Centro de Memória (2007), assim como a criação de novos acervos resultantes de pesquisas diversas, num esforço de valorização e preservação de memórias institucionais, movimentos sociais e de pessoas que foram partícipes da história local e regional.

Entretanto, com relação aos movimentos sociais no âmbito das universidades, em especial dos movimentos docentes, estudantes e servidores técnicos administrativos, assim como das diferentes formas como foram combatidos e reprimidos ao longo de suas histórias e em especial sob o regime civil-militar nas décadas de 1960 e 1970, tais procedimentos estão em fase inicial, principalmente quando se trata da história das resistências ao retrocesso acadêmico e das políticas educacionais no país.

Grande parte da memória histórica relativa aos movimentos sociais e suas lutas de resistências em defesa das universidades públicas e gratuitas tem sido silenciada, guardada a sete chaves ou deliberadamente destruída, num esforço colossal de apagamento da memória e da história. Os poucos registros de atos repressivos por sua escassez de registros escritos ou pela não preservação deliberada estão em arquivos “mortos” dispersos, entre outros tipos de documentos. Mas documentos existem e pessoas atuantes nos últimos 50 anos dessa história ainda são encontradas, e a coleta de depoi-

mentos ainda é possível. Mesmo que eles sejam e estejam dispersos em instituições e acervos pessoais e em diversas localidades, ainda são recuperáveis.

No século 20, a matriz condutora do pensar a Amazônia foi o conceito de “desenvolvimento” elaborado sob a égide da ciência moderna, que tinha por premissa o desmontar e conhecer, ordenar e classificar para transformar, segundo os preceitos da ideia de “moderno”. Nessa perspectiva, a Amazônia e sua natureza foram pensadas e representadas como um possível suporte a ser apropriado para promoção do desenvolvimento brasileiro, desde que se transformasse e se tornasse suporte de atividades produtoras de riqueza, sob a batuta de novos desbravadores. A partir dessa matriz, foram sendo elaborados os projetos que, felizmente, em sua maioria não saíram do papel e dos gabinetes dos elaboradores.

No entanto, as ideias matrizes e a perspectivas de apropriação de sua biodiversidade não foram esquecidas ou superadas. Ao assumir o poder em 1964, os militares, sob a tutela de acordos internacionais e nacionais, colocaram em execução parte do sonho e da aventura preconizada por séculos de desbravar a Amazônia e integrá-la ao mundo desenvolvido. E a criação de uma universidade promotora da produção de conhecimento e tecnologia na região tornou-se um imperativo desse pensar a Amazônia.

Na década de 1950, intensificou-se a chegada de um significativo número de trabalhadores na região, mobilizados principalmente para as ações governamentais e ações integracionistas, que nos anos de 1960 e 1970 resultaram na “Operação Amazônica”. A partir de 1970, sob a égide da propaganda governamental dos militares, baseada no lema “terra sem homens para homens sem terra”, intensificou-se a migração para a Amazônia, em especial para o sul e sudeste do Estado do Pará.

2.2 CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DA UFPA

No contexto da grande movimentação para promover essa integração da Amazônia, o tema da Educação Superior tornou-se privilegiado. A criação da Universidade Federal do Pará pelo Decreto nº 3.191, de 02/07/1957, reuniu as escolas superiores (federais, estaduais e privadas) existentes. Sua base física estava espalhada por vários bairros da cidade de Belém, guar-

dando por longo tempo suas prerrogativas e tradições, ocupando cerca de 29 imóveis, o que dificultava a implantação de política unitária e controle.

A Universidade Federal do Pará, em 1964, quando do golpe e instituição do regime ditatorial no Brasil, encontrava-se em sua “infância” como instituição universitária em sentido estrito. Fora criada pela Lei nº 3.191, de 02 de julho de 1957. Seu primeiro estatuto foi instituído pelo Decreto nº 42.427, de 12 de outubro de 1957, assim como a nomeação de seu primeiro reitor, Dr. Mário Braga Henriques, professor da Faculdade de Direito, em 19 de novembro do mesmo ano.

Ela foi a primeira universidade federal criada na Amazônia e a oitava brasileira. Resultou da agregação jurídica-institucional das sete escolas superiores existentes na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, à semelhança do que fora feito em outros estados e que, a partir da entrada em vigor da referida lei, sob a designação de faculdades federais, compuseram a recém-criada Universidade Federal do Pará. Eram elas as faculdades de: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras, Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. E cabe lembrar que essas faculdades, como unidades de ensino, estavam situadas em diversos bairros e logradouros da cidade.

O ato de instalação da Universidade Federal do Pará ocorreu em 31 de janeiro de 1959, no Theatro da Paz, com a presença do então presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira. O referido ato se incluiu no contexto simbólico da efetivação das medidas integradoras da região amazônica brasileira à “Economia e Cultura Nacional”, preconizadas na Constituição de 1946, constando também do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953), mas a ideia de sua criação evoluiu na elaboração do Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1955), no qual predominou a ideia da necessidade da construção da estrutura física da universidade e de suas unidades em um único espaço geofísico na cidade, isto é, um campus, também com a denominação “Cidade Universitária”, ainda que o projeto subsequente da mesma não contemplasse todos os elementos contidos no conceito. Sua criação e a instalação integraram o contexto simbólico da proclamada integração da região amazônica ao Brasil, expressas em um conjunto de operações: inauguração da rodovia Belém-Brasília e de Brasília como a capital do país, que se

constituíram em expressão e marca real do processo de integração nacional das “marchas para o Oeste e para a Amazônia”, em curso à época.³

No ato de instalação da UFPA, o então ministro da Educação Clóvis Salgado proferiu discurso sobre a criação:

“A criação da Universidade Federal do Pará foi ato de clarividência política. No contexto histórico da Nação, surge este instituto como conquista definitiva do território. Continua, no tempo, o esforço heroico dos colonizadores que dilataram, até o sopé dos Andes, as Terras do Brasil”.

A instituição administrativa da UFPA foi feita com pompas e tudo mais que requeria, incluindo a apresentação de seus estatutos e regimento. A leitura dos mesmos informa os princípios e as finalidades da universidade criada e instalada naquele momento e merecem destaque os termos do artigo 1º de seu primeiro estatuto, que expressavam o sentido e a finalidade da Universidade Federal do Pará em seu contexto histórico: **o Ser Humano, a Nação e a Região**, detalhados em seus itens:

- a) Manter e desenvolver o ensino nas unidades que a compõem, bem assim outras modalidades de ensino, necessárias à plena realização de seus objetivos;
- b) Promover a pesquisa científica, filosófica, literária e artística, aperfeiçoar os métodos de estudo, de investigação e de crítica, inclusive no que concerne à Amazônia brasileira como complexo geográfico e sociológico digno de exploração cultural – para o perfeito domínio de suas possibilidades;
- c) Fomentar elementos habilitados para o exercício das profissões tecnológicas, científicas, liberais, de magistério e das altas funções da vida pública; concorrer para o engrandecimento da Nação;
- d) Estimular os estudos relativos à formação moral e histórica da civilização brasileira, em todos os seus aspectos; desenvolver har-

3 Op.Cit., p. 513-515.

monicamente e aperfeiçoar em seus aspectos moral, intelectual e físico a personalidade dos alunos.

Cabe ressaltar que, em consonância com a Constituição de 1946 e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o Estatuto da UFPA em seu artigo 2º definia também a orientação da política educacional da instituição: **“A formação universitária obedecerá aos princípios fundados no respeito à dignidade da pessoa humana e terá em vista a realidade brasileira e o sentido da unidade racional”**⁴. Em 1970, o Decreto nº 66.539, de 07 de maio, que alterou o Estatuto da UFPA, **reduziu para dois os itens relativos à sua finalidade: educar e formar.**

No contexto vigente do Desenvolvimento e Segurança Nacional, que passou a vigorar na segunda metade dos anos de 1960, tornou-se evidente a dificuldade de aplicação de uma estruturação política administrativa unificada nas dispersas faculdades na cidade, indicando necessidade e urgência da construção de um campus físico único. Definiu-se pela criação do campus na periferia da cidade, à época, no bairro do Guamá, às margens do rio Guamá, onde existiam áreas vazias, relativamente próximas ao centro da cidade. Na segunda metade da década de 1960, a prioridade foi a construção da base física do campus, que, ao final de 1968, teve concluídas as obras de infraestrutura do setor básico, os primeiros pavilhões de aulas e a secretaria dos cursos que ali seriam instaladas em 1969, antes do igarapé (pequeno rio) Tucunduba. O projeto urbanístico e de construção coube ao engenheiro Alcyr Bóris de Souza Meira, que por aproximadamente 20 anos supervisionou as obras das edificações do campus.

No sentido pedagógico e de integração universitária, a concepção do campus foi orientada pelo reitor José da Silveira Neto, sob a tutela da ditadura civil-militar em nível federal e estadual. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, foram construídos diversos prédios após o rio Tucunduba, denominado setor profissional, transferindo finalmente os cursos da UFPA para o campus em construção.⁵

4 Op. Cit. P. 14-15.

5 Op.Cit. P. 516.

A criação da Universidade Federal do Pará e a construção de seu campus foi uma das iniciativas do governo civil-militar na região, atendendo, em alguns aspectos, a uma antiga demanda das elites locais, assim como a necessidade política do plano do Governo Federal para a região. Pode-se inferir que a UFPA no campus foi instalada pelo e também para o regime ditatorial de então.

2.3 UNIVERSIDADE, SUA DINÂMICA E REPRESSORES

Constata-se que a instalação do Campus da UFPA ocorreu no contexto da lógica orientadora do regime ditatorial que se instalava: ‘**desenvolvimento com segurança**’, o que significou a repressão aos opositores e a extinção das poucas liberdades políticas existentes. Entre 1964 e 1967, as medidas de fechamento político adotadas pelo Executivo, foram instituídas através dos Atos Institucionais (AI), da Lei de Segurança Nacional e da decretação de um conjunto de princípios, normas e leis, que se configurou como a “Constituição de 1967”.

A partir de 1968, o movimento estudantil, com o apoio de alguns segmentos sociais e o início de ações armadas de agrupamentos, que se propunham revolucionários, se intensificou, assim como a repressão a “esses inimigos do regime e da nação”, quando se deu a decretação do **Ato Institucional nº 5 (AI-5)**, em dezembro de 1968. Por este ato, foi fechado o Congresso Nacional, submeteu-se o Judiciário e ampliou-se desmesuradamente o poder do Executivo, que por sua vez promoveu os mecanismos de controle e repressão, criando estruturas e ‘modus operandi’ próprios, de controle e repressão a tudo que se opusesse aos seus projetos e ações.

Para viabilizar seus propósitos, foi criado um complexo, sofisticado e ramificado sistema de informação incumbido de vigiar, registrar e combater organizações sociais diversas e indivíduos considerados contrários ao regime, os quais passaram a ser substantivados como subversores da ordem e qualificados como **subversivos**. Foi criado com a designação de Sistema Nacional de Informações – Sisni, alimentado permanentemente pelo Serviço Nacional de Informação – SNI (criado em 1964 com finalidade similar), que centralizava as informações propiciadas pelas agências instituídas em

todo o país, que também atuavam nos Sistemas Setoriais dos Ministérios Civis, compostos por órgãos de informações dentro dos ministérios, das autarquias e das empresas estatais.

Nessas instituições, os funcionários e demais trabalhadores, assim como suas atividades, eram monitorados pelas Divisões de Segurança e Informações – DSI, desde 1967, e foram reforçadas e ramificadas pela criação das Assessorias de Segurança e Informação – ASI, a partir de 1975 com as Assessorias Especiais de Segurança e Informação – Aesis. A DSI do Ministério da Educação (DSI/MEC) foi, segundo Fagundes (2013), uma das mais atuantes no período da ditadura e mesmo depois, no monitoramento dos campi de universidades federais no Brasil.⁶

As universidades públicas brasileiras receberam a determinação, em 1971, para criar as suas ‘específicas’ Aesis, apoiadas no conteúdo do famigerado decreto 477/69, com a finalidade de monitorar, produzir informações e triagem de professores, funcionários e estudantes, produzindo relatórios diversos com informações e contrainformação pelos agentes formados tecnicamente pela Escola Nacional de Informações – EsNI.⁷

A intensificação das atividades de controle, identificação de subversão e repressão nas universidades brasileiras, à época, refletia as contradições oriundas do projeto dos militares no poder conservador e autoritário na busca de desenvolvimento econômico. A ideia de desenvolvimento orientada para o crescimento econômico e de expansão industrial no Brasil se refletiu na reestruturação física das universidades, ampliando vagas, promovendo algumas áreas de pesquisa e a implantação de uma reforma universitária relativa ao ensino, pois as instituições federais de ensino representavam um dos setores fundamentais para o que poderia ser considerado “uma síntese entre o econômico e o social para a formação de uma elite intelectual para promover o desenvolvimento científico e tecnológico no país” e naturalmente da região amazônica. (PELEGRINE E BAPTISTA, 2015: p. 5).

6 Pelegrine e Baptista, 2015. P. 5.

7 Op. Cit. 5-6.

2.4 CONTROLE, RESISTÊNCIAS E REPRESSÃO NA UFPA

Na UFPA, os movimentos sociais também se intensificaram no ano de 1968, e os embates políticos e educacionais de setores componentes da instituição continuaram no campus ao longo da década de 1970: movimentos pela melhoria dos cursos, contra a reforma educacional oriunda dos Acordos MEC-Usaid, contra as restrições e repressões aos movimentos estudantis e aos docentes, em especial para esta categoria a exigência reivindicada para a criação de uma carreira docente e contra a reforma universitária que pairava no horizonte das instituições federais. A mudança de várias faculdades para o novo campus propiciou a centralização das ações de controle, vigilância e repressão.

Para a vigilância, controle e repressão de estudantes, professores e funcionários técnicos administrativos no campus, foram instalados os organismos vinculados ao Sistema Nacional de Informação e os existentes desde 1967, com diversas atribuições, para ampliar e assegurar permanentemente o controle e a vigilância. Nos anos de 1970, com parte das unidades já instaladas no Campus do Guamá vigiadas pelo sistema de informação anterior e teve em 1971 a criação e instalação da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) e da Divisão de Segurança e Informação (DSI), que passaram a compor e agir em conjunto com o Serviço Nacional de Investigação (SNI) e órgãos de repressão no controle da vida universitária.

De acordo com Joffily (2014), as ações dessas organizações nas universidades abarcavam um amplo espectro de atos repressivos: cassações, intervenções, ameaças, censura, vigilância, suspeição exacerbada, demissões injustificadas etc. E, de fato, tão logo foram instaladas na UFPA, constatou-se pela documentação levantada e identificada a diligência destas organizações ao longo de anos, promovendo demissões injustificadas, não contratação de docentes e técnico administrativo, em face de suas atividades, consideradas subversivas, anteriores aos concursos feitos, aposentadorias compulsórias baseadas em suspeitas, não aceitação de matrícula de estudantes que militavam em movimentos sociais, expulsão sumária de outros face às suas atividades no movimento estudantil e aplicação do famigerado “Decreto 477” a quase todos que passaram por Inquérito Policial Militar – IPM.

No contexto da Lei de Segurança Nacional, criou-se um sistema geral de controle e vigilância sobre a sociedade civil e, principalmente, nos órgãos federais. Nas instituições federais de ensino, instalou-se o sistema de vigilância e controle sobre as pessoas consideradas “subversivas” ou “suspeitas”, ou que pudessem vir a ser, por suas ações de liderança. Para isso, foram criados os sistemas ASI e DSI, em 1971, complementando o Plano Setorial de Informações do Ministério da Educação (MEC), vinculados às assessorias regionais de segurança e informação (Arsi), geralmente instaladas nas antigas delegacias regionais do MEC ou em outras instituições educacionais, e funcionavam como elo entre as universidades e demais instituições educacionais e o MEC.

O primeiro Sistema de Vigilância e Controle foi implantado na UFPA em 1968, quando era reitor José Rodrigues da Silveira Neto e tinha como vice-reitores João Batista Cordeiro de Azevedo e Elídio Parente de Araújo. E permaneceu atuando aprimorado e renovado até o fim dos anos 1990.

Esses organismos também atuaram no controle e recolha dos livros constantes das listas proibitivas na Biblioteca Central e das unidades, assim como na vigia de aulas ministradas por professores “sob suspeita”. Tais episódios resultaram muitas vezes em documentação escrita (ofícios, resoluções, atas, relatórios etc.) e fotográfica, à qual teve acesso a Comissão da Verdade da UFPA.

Há que registrar que as ações, recomendações e decisões desses agentes do sistema nem sempre foram aceitas pelos reitores. Alguns dos documentos existentes deixam claro, em alguns casos, a resistência em atendê-las, argumentando contra a não contratação de ‘professor não recomendado’, como foi o caso do professor Heraldo Maués, aprovado em ‘vários concursos de Antropologia’ na gestão do reitor Silveira Neto, porém sempre teve sua contratação indeferida. Heraldo foi contratado como professor colaborador em 1972, pelo reitor Aloísio Chaves, durante o período em que respondia ao processo de IPM. Após a finalização do processo, ele foi contratado como professor, fazendo parte do corpo docente regulamentar da UFPA. Mas esse mesmo reitor foi contrário à contratação do professor João Paes Loureiro (literato e poeta paraense), arguindo que já havia se exposto demais com a contratação de Heraldo Maués. Esse pro-

fessor só foi contratado em 1977, pelo reitor Clóvis Malcher.⁸ Se por um lado constata-se que os reitores possuíam alguma autonomia quanto a suas tomadas de decisões, por outro, a desconfiança, a insegurança, o receio e o medo, sentimentos caros ao regime militar, no trato para com a sociedade, também estavam presentes no cotidiano de importantes autoridades regionais. As decisões, aparentemente contraditórias, no trato dos problemas da instituição e na tomada de decisões revelam tensões, resistências e algumas desobediências.

2.5 COMISSÃO “CÉSAR LEITE” DE MEMÓRIA E VERDADE – UFPA

2.5.1 RELATÓRIO BÁSICO

A Comissão “Cesar Leite” de Memória e Verdade da Universidade Federal do Pará (UFPA), criada pela Resolução nº 721, de 20/09/2013, do egrégio Conselho Universitário (Consun), objetivando o cumprimento do disposto no art. 2º da referida resolução, foi designada pelo reitor da UFPA, Carlos Edilson de Almeida Maneschy, através da Portaria nº 2019/2014, em 08 de maio de 2014, composta na forma seguinte:

Presidente: Edilza Joana de Oliveira Fontes, professora do Magistério Superior – Campus de Ananindeua;

Membros

Categoria: Docentes

Flávio Augusto Sidrin Nassar – Prof. Magistério Superior – Pró-Reitoria Internacional;

Aluizio Lins Leal – Andes/ADUFPA;

Leila Mourão Miranda – Profa. Magistério Superior – IFCH;

⁸ Esses casos compõem os conteúdos do ofício de n 135/69 e informe confidencial de nº 076/1979/AESI/UFPA. FONTES, Ediza et all. Relatório da Comissão da Verdade César Moraes Leite, Belém, 2014.

Zélia Amador de Deus – Profa. Magistério Superior – ILC;
Elias Diniz Sacramento – Prof. Magistério Superior – Campus de
Cametá;
José Alves de Souza Junior – prof. Magistério Superior – IFCH.

Categoria: Técnicos administrativos

Devison Amorim do Nascimento – Tec. Assuntos Educacionais –
Escola de Aplicação;
Otávio Augusto dos Santos – Assistente de Alunos – ICJ;
Maria de Lourdes Rodrigues da Silva – Fotógrafa – Gab. Reitoria;
Carolina de Mello Lopes – Assist. Administração.

Categoria: Discentes

Breno Neno Silva Cavalcante;
Vinicius da Silva Machado;
Adilson pimenta do Rosário;
Fábio Ferreira Cardoso.

2.5.2 PESQUISA E LEVANTAMENTOS

No período de atividades da comissão, foram identificados os arquivos e os acervos documentais, de imagens e restrições a existência e aquisição de livros relacionados às políticas, ações e decisões adotadas e praticadas pelos órgãos de administração da própria UFPA, assim como dos órgãos de Informação, Segurança e Repressão, externa e interna, revelando alguns aspectos das relações estabelecidas entre os governos militares, em níveis federal e estadual, com os gestores da instituição.

Acervo documental

O acervo de documentos escritos, localizados nos arquivos da UFPA, é constituído de correspondências diversas, como ofícios, comunicados, memorandos, resoluções, portarias, recomendações, informes, atas etc. originários da Assessoria de Segurança e Informação (ASI), posteriormente designada Assessoria Especial de Segurança e Informação (Aesi), organismos impostos como unidades autônomas na UFPA, Divisão de

Segurança e Informação (DSI), Serviço Nacional de Informação (SNI), Reitoria, Diretoria de Centro e unidades acadêmicas (departamentos), até então guardados no Arquivo Central da UFPA, que foram digitalizados e enviados ao Arquivo Nacional, para compor a base de documentação dos governos militares, de acordo com o Decreto nº 5.584, de 18/11/2005.

Essa documentação registrou a perseguição e repressão contra professores, técnicos e discentes, como: impedimento de contratação de professores e técnicos, por recomendação ou determinação do SNI, demissões, aposentadorias compulsórias, prisões, investigações diversas solicitadas pelo SNI e MEC, entre outras.

No que se refere aos estudantes e ao movimento estudantil, o acervo contém documentos relativos à investigação de lideranças do movimento, organizações estudantis, reuniões, desligamento pelo Decreto nº 477, fechamento de entidades, vigilância permanente etc. Parte deste relatório, em texto de autoria de Edilza Fontes, presidente da Comissão da Verdade-UFPA, foi publicada na Revista do Arquivo Nacional, n. 27, v. 1, pp. 280-292, jan.-jun., 2014. A listagem de parte dos documentos será anexada ao fim do texto.

Relativos aos anos de 1968 a 1971, foram identificados alguns “informes confidenciais” sobre a atuação política de professores e alunos em organizações subversivas. No período de 1971 a 1980, foram localizados e identificados cento e cinco (105) ofícios classificados como confidenciais, seis (06) informes confidenciais e apenas três não confidenciais, e alguns ofícios circulares, oriundos principalmente da ASI e Aesi/UFPA, mas também há entre eles ofícios confidenciais da DSI e do SNI, além de ofícios, informes, comunicados e similares oriundos da administração da UFPA.

Nesse conjunto de documentos, alguns se sobressaem pelo seu teor: o ofício confidencial nº 67/75/ Aesi/UFPA, comunicando o desaconselhamento ou aproveitamento do professor Aldo Silva no corpo docente da instituição; o de número 009/Aesi/UFPA/73 tem o mesmo conteúdo, porém relacionado ao professor Heraldo Maués; ofício circular confidencial nº 30/79/GAB/Sesu, endereçado ao secretário de Ensino Superior, em 10/05/1979, informando sobre o congresso da UNE a ser realizado na Bahia; Informe nº 348/76/Aesi, sobre os alunos Raimundo Netuno Villas e Ellen Villas, ligados à subversão. O memorando de nº 164/78, endereçado

ao prefeito do campus em 21/12/1978, informando a ocorrência e reuniões clandestinas na antiga Faculdade de Medicina; um telegrama confidencial de 13/06/1979 à profa. Edna Castro, informando que existem restrições à sua contratação pela UFPA e também a sua viagem ao exterior, AC/UFPA; o ofício ESS nº 005/69, de 16/05/1969, comunicando o desligamento de alunos da Faculdade de Medicina; aviso circular nº 285/75, do ministro chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, solicitando informações relativas aos professores, alunos e funcionários, conferencistas e estagiários estrangeiros, frequentadores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) da UFPA. Muitos foram os documentos analisados, nos quais se constata a atividade dos organismos de informação sobre controle, restrições, denúncias, prisões e outras formas repressão relativas aos diversos setores da UFPA.

Acervo fotográfico

O acervo fotográfico está na Biblioteca Central e no Museu da UFPA. Nele estão registradas imagens do processo de construção do campus universitário, de edificações diversas, de professores, discentes e técnicos, reuniões, de eventos, como a inauguração da Biblioteca Central pelo então presidente Emilio Garrastazu Médici, e da movimentação estudantil.

As fotografias, além de registrarem momentos, permitem inferir importantes traços, detalhes, sinais de situações diversas, que, contextualizadas e interpretadas, são reveladoras de intenções e significados. As imagens também contêm e contam histórias.

Acervo digital

O acervo digital é resultante do projeto “A UFPA e os anos de chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional”, coordenado pela presidente da comissão, Edilza Fontes, e realizado em conjunto com membros da mesma. A proposta previa coletar quarenta (40) depoimentos de professores, ex-alunos e servidores da UFPA que foram atingidos, de alguma maneira, por atos explícitos ou sutis, dos governos ou da administração da UFPA. A pesquisa resultou em trinta e três depoimentos, que estão disponíveis no repositório: <http://www.repositorio.ufpa.br>.

Os conteúdos dos depoimentos são diversos, mas têm pontos em comum: o reconhecimento da vigilância permanente e os atos repressivos diversos, revelando prisões geralmente arbitrárias, perseguições, torturas diversas, inquéritos policiais militares, os famosos IPM, as intervenções em diferentes unidades acadêmicas e entidades das categorias e até mesmo fechamento e/ou extinção de entidades estudantis e inúmeras outras ações repressivas impostas pelos governos militares, com anuência da administração superior, contratação, matrícula ou desligamento sumário de professores, estudantes e servidores. Porém, também expressam (re)sentimentos, tristes memórias, traumas, revoltas e desconfortos, por um lado; por outro, trazem à tona os dinâmicos movimentos sociais de revolta e resistência dentro da instituição, que foram intensos na época, como as ocupações das faculdades em 1968, as manifestações com passeatas e atos públicos contra a reforma universitária, bem como as sutilezas de comportamentos, argumentação e defesa adotadas para a reorganização do movimento estudantil, de docentes e servidores, ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Talvez a revelação de um cruel episódio ocorrido em 1980, dentro de uma sala de aula, possa ser referência como memória da repressão na UFPA nos anos de chumbo, como bem qualificou a professora Edilza Fontes, que foi o assassinato do estudante César Moraes Leite, por um agente da Polícia Federal, durante uma aula de Estudos de Problemas Brasileiros – EPB, em um pavilhão do setor básico. O crime foi reconhecido como acidente pelo judiciário, e o policial foi inocentado.

E, na perspectiva de recuperar as memórias desse período truculento, para que nunca mais aconteça, assegurando o “Direito à Memória e à Verdade” na elaboração da história e de consciência nacional, foi atribuído o nome da vítima à comissão - “COMISSÃO ‘CÉSAR LEITE’ DA MEMÓRIA E DA VERDADE” – UFPA.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTOS

BECKMMANN, Clodoaldo F. R. Apontamentos para a história da Universidade Federal do Pará. In: ANAIS DO SIMPÓSIO SOBRE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO PARÁ. Belém, 1985, p. 507-532.

Comissão Nacional da Verdade. Relatório, V. I, p. 22. Brasília, 2014.

FONTES, Edilza. O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade federal do Pará. Revista do Arquivo nacional, n.27, v.1, p. 280-292, jan.-jun., 2014.

FONTES, Edilza, ALVES, Davison H. Rocha. et all. Relatório da Comissão da Verdade César Moraes Leite, da UFPA. Belém, 2014.

JOFFLY, Mariana. No Centro da Engrenagem. Rio de Janeiro: Arquivo nacional; São Paulo: EDUSP, 2013.

PELEGRINE, Ayala Rodrigues O. e BATISTA, Leonardo. Ditadura Militar e a Universidade Federal do Espírito Santo: a Atuação Repressora da AESI/UFES entre os anos de 1974 e 1975. XXVIII Simpósio Nacional de história – Lugares dos Historiadores: velhos e Novos desafios, realizado no período de 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis-SC.

NORA, Pierre. O Retorno do Fato. IN. LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. História: Novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

NORA, P. Memória: da Liberdade à Tirania. Revista MUSAS, n. 4, p. 1-5, nov., 2009.

PINTO, Simone Rodrigues. Direito à Memória e à Verdade: Comissões de Verdade Na América Latina. Revista Debates, Porto Alegre, v. 4, n.1, p. 128-143, jan.-jun. 2010.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DISPONÍVEIS:

Ofício nº 121, de 29/04/1971.

Ofício Circular Confidencial, de 09/06/1972.

Ofício Confidencial GR nº 01//79.

Circular Confidencial GR nº 3//69, Ofício nº 009//73.

Ofício nº 013//69 e Ofício Confidencial nº 018//73//AESI//UFPA.

Ofício nº 520/1973.

Ofício Confidencial nº 17/1973/AESI/UFPA.

Ofício Confidencial nº 02/74 de 18/07/1974.

Ofício Confidencial nº 29/74 de 18/09/1974/ AESI/UFPA.

Ofício BM nº 83/75, de 13/01/1975.

Ofícios Confidenciais nº 67// 75// AESI// UFPA, comunicado desaconselhando o aproveitamento do professor Aldo Silva endereçado ao reitor da UFPA, Belém, 07 de fevereiro de 1977. AC//UFPA.

Ofício Circular GM/Brasília, nº 676. Brasília, 18/04/1975.

Informe nº 046// 79// ASI// UFPA. O pedido de contratação ou recontração de professores e a exceção à professora Léa Salles.

Em depoimento publicado no livro Relatos Subversivos.

Ofício confidencial 009//AESI// Upa// 73, desaconselhando o aproveitamento do professor Heraldo Maués, endereçado ao reitor da Upa Clóvis Malcher no dia 13 de setembro de 1973. AC//UFPA.

Ofício confidencial nº 013// 1973// Aesi// UFPA. AC// UFPA

Informe nº 348// 76// Aesi// UFPA, o assunto são os alunos Raimundo Netuno Villas e Ellen Villas, ligados à subversão.

Ofício Confidencial nº 11/74 – AESI/UFPA.

Ofício Confidencial nº 15/74 – AESI/UFPA.

Ofício Confidencial nº 216/78 – ASI/UFPA.

Ofício Confidencial nº 059/79 – ASI/UFPA.

Ofício Confidencial nº 13//69 – DR//PA – confidencial, solicitação, Belém, 21 de março de 1969, que foi endereçada ao reitor da UFPA. AC//UFPA.

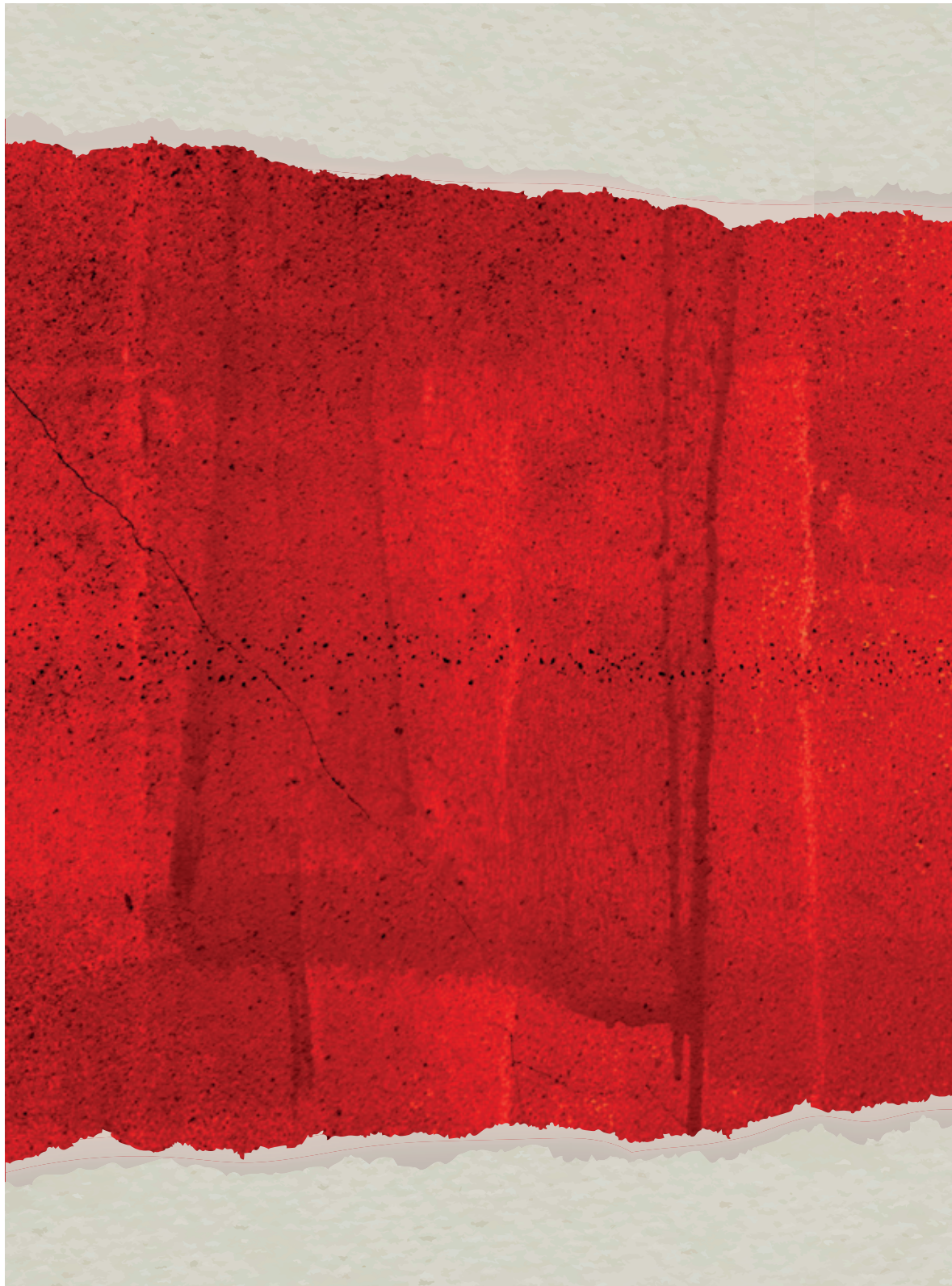
Ofício Circular Confidencial nº 30// 79// GAB// SESU, endereçado ao secretário de ensino superior no dia 10 de maio de 1979, informe sobre o congresso da UNE, a ser realizado na Bahia.

Ofício nº 0078, endereçado ao diretor da escola de Serviço Social da UFPA, Belém, 07 de fevereiro de 1975. AC// UFPA.

Ofício Confidencial nº 004// D// DSII// MEC, do dia 1º de fevereiro de 1980 – diretor do DSII//MEC, em comunicado ao reitor, “informa que a transferência oficial da ASI para a DR-1 depende da criação de empregos de chefes de ASI, em processamento no DASP”.

OBS. ESSA LISTAGEM É APENAS UMA AMOSTRA.

BELÉM, 30/03/2019.





CAPÍTULO 6

A VIOLÊNCIA NO PARÁ
NO RELATÓRIO DA
COMISSÃO CAMPONESA
DA VERDADE

RESISTÊNCIA

RESISTIR É O PRIMEIRO PASSO

Ano III — Nº 15 Belém, Pará — Agosto de 1980

EDIÇÃO ESPECIAL
SDDH/3 ANOS

**Contra o Governo, contra a Polícia,
contra os grileiros, o grito de luta de
milhares de lavradores da Amazônia:**

TERRA! LIBERDADE!

**Exclusivo: as comemorações do Dia do Trabalhador Rural (25 de julho) em
Cametá, Abaetetuba e Sul do Pará. Sete páginas sobre a luta dos posseiros!**



Manifestação popular no dia 25 de julho na rodovia PA190

**As fotos
- inéditas - do
Major "Curió"
estão na
página 17**

Repressão enganou o Papa em Belém

Militares adulteraram documento da CNBB

Esta é a principal suspeita dos padres da Regional Norte II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O texto que foi distribuído à imprensa local, nacional e internacional, durante a visita do Papa a Belém, foi substancialmente modificado. Só militares estavam no prédio do Instituto Pastoral Regional, onde o documento estava guardado. Pág. 9

A violência no Pará no Relatório da Comissão Camponesa da Verdade



1. INTRODUÇÃO

Composta por seis estados – Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima –, a Região Amazônica é considerada por muitos especialistas como a última fronteira brasileira. Junto com o Amazonas, o Pará é o maior e mais importante estado da região. Só o Pará representa quase 17% do território brasileiro, sendo maior até do que alguns países europeus, como Portugal, França, Bélgica e Holanda. Sua extensão total é de 1.248.042 quilômetros quadrados. Atualmente, o estado é dividido em 144 municípios.

De acordo com um relatório apresentado pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), entre 1970 e 2000, a população amazônica quase triplicou, evoluindo de aproximadamente 7,3 para 21 milhões de habitantes. Só no Pará, habitam 29,41% dessa população.

Ainda segundo o relatório da ADA, “o acelerado e descentralizado processo de urbanização regional não é sinônimo de uma urbanização autônoma, revelando muito mais uma ‘emancipação dependente’. Com efeito, as cidades e municípios dependem da transferência de recursos financeiros, sobretudo da União, e a arrecadação do ICMS é incrivelmente concentrada nos municípios das capitais estaduais. Desse modo, os municípios não correspondem a uma força motriz em termos econômico-financeiros, mas, certamente, constituem uma força política, na medida em que expressam o pacto entre o poder local e as instâncias superiores da ordem federativa”.

O crescimento demográfico na região – e sobretudo no Pará – também deve levar em consideração o componente migração, que teve papel de grande importância na conformação do atual perfil demográfico da região, sobretudo a partir dos anos 1970, período em que o governo brasileiro estimulou a vinda de famílias de outros centros regionais, com a missão de “povoar e desenvolver” a Amazônia.

Segundo a pesquisadora Raimunda Monteiro, “a marcha para o Norte e para o Oeste teve seu ápice com a construção de Brasília e as vias rodoviárias que se conectaram a partir da nova capital federal, abrindo o acesso para as distantes regiões da Amazônia, do Nordeste e do Sudeste: Belém-Brasília, BR-364 (ligando São Paulo ao Acre) e, nos anos 1970, a BR-230 (Transamazônica) e BR-163 (Cuiabá- Santarém) e as estradas para Salvador, Belo Horizonte e Fortaleza”.

Com esses novos caminhos, impulsionados pela ideia de desenvolvimento, abriu-se para exploração a região que abriga a maior biodiversidade do planeta, nos mesmos moldes como se extraíram as matérias-primas da Mata Atlântica por 500 anos: madeira, seguido de pecuária extensiva, sucedida por produção agrícola em escala industrial. Na sucessão produtiva, é patente a exaustão ecológica dos ambientes em que se essas práticas produtivas são desenvolvidas, seguida da migração da atividade para terras novas ou da substituição por sistemas de produção intensivos com elevada carga

de insumos, acessível para um número reduzido de complexos agroindustriais, altamente subsidiados pelo Estado.

Além de impactar ambientalmente a floresta, essa atividade causou impactos sociais e econômicos, uma vez que a mão de obra que não é absorvida pela indústria e serviços dos centros urbanos busca nessas novas fronteiras o sonho de independência e a propriedade da terra. Dá-se aí o confronto pela posse da terra, já que os madeireiros e pecuaristas que migraram para o sul e sudoeste do Pará encontram nessas regiões as condições ideais para se instalar e ganhar dinheiro fácil por ciclos que variavam de 10 a 20 anos, com apoio, em grande parte, de órgãos federais como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Nesse “novo Eldorado”, madeireiros, fazendeiros e pecuaristas obtiveram terras novas com alta fertilidade nos primeiros anos, dependendo da qualidade dos solos; terras baratas ou griladas, geralmente públicas, legalizadas através de cartórios coniventes¹; mão de obra subordinada a condições de trabalho similares a de escravidão² e financiamentos públicos descomprometidos com os efeitos socioeconômicos e ambientais dos empreendimentos. Além disso, esses mesmos migrantes foram favorecidos com a ausência ou presença permissionária e legitimadora do Estado, seja ignorando os conflitos, seja pela impunidade dos assassinatos dos trabalhadores rurais que também buscam oportunidades nessas áreas. Essa ação do Estado pode ser considerada, segundo a pesquisadora Violeta Rafkalesfski Loureiro, como maior promotora dos conflitos no campo.

Autor de um livro que destaca a questão do massacre de Eldorado dos Carajás, Walmir Brelaz aponta que a gênese da violência agrária no

1 Um exemplo dessa prática foi divulgado pelo jornal O Globo, em reportagem de 06 de abril de 2006: “Afastada no Pará a responsável por cartório que favorecia grileiros”. A reportagem, assinada pelo autor desse texto – Ismael Machado –, informava que o Tribunal de Justiça do Pará afastara a oficial interina do cartório de registro de imóveis de Altamira, Josefânia Martins, por uma série de irregularidades que beneficiavam grileiros e latifundiários do município. Em um dos casos, o cartório manteve matrículas de mais de 500 mil hectares de terra que tinham sido bloqueados, favorecendo grileiros.

2 Em relatório produzido em 1998, a Comissão de Justiça e Paz e a CNBB demonstraram que, entre 1980 a 1998, foram detectados 9.411 casos de trabalhadores escravizados nos estados do Pará e Amapá.

Pará é consequência do processo histórico do desenvolvimento econômico da região Norte. Entre os fatores, segundo ele, há a política intervencionista do Estado na Amazônia, o distanciamento geográfico da região com o resto do País, em decorrência da dificuldade de acesso, o que provocou o isolamento social e econômico da Amazônia. “Essa condição de isolamento fez com que, durante décadas, a Amazônia se encontrasse praticamente inexplorada. E a extensão de sua área inabitada e a riqueza natural de seu solo e subsolo tornaram-se atrativos de investimento econômico”, afirma.

Citando Pere Petit³, Brelaz afirma que, historicamente, a intensificação da ocupação amazônica é fato recente, ocorrida a partir da segunda metade da década de 1960, já sob a égide da ditadura militar, iniciando aí o que Petit denomina “época de grandes transformações”, caracterizada pela exploração das riquezas minerais do subsolo e pelo início dos grandes projetos (hidrelétricas, grandes estradas, criação de latifúndios monocultores e grandes fazendas).

2. TERRA SEM HOMENS?

Paralelo a esses projetos grandiosos, o governo militar buscava iniciar o processo de ocupação demográfica, incentivando a migração de milhares de trabalhadores das regiões Sul e Sudeste para a Amazônia. O lema era “Terra sem homem para homem sem terra” e tinha como meta final receber 500 mil famílias num período de 10 anos.

Utilizando uma maciça propaganda oficial, o governo militar justificava a política de migração para o Norte, baseado em cinco razões, segundo Violeta Loureiro:

1. Necessidade de abrir novos mercados consumidores para os produtos industrializados do Centro-Sul do País;
2. A necessidade de expandir os mercados de trabalho, de forma a poder empregar os excedentes populacionais do Nordeste;

3 PETIT, Pere. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas do Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

3. A necessidade de aproveitar o potencial mineral, madeireiro e pesqueiro da Amazônia;
4. A procura de novas terras por investidores do Sul;
5. A Segurança Nacional.

A partir dessas cinco razões principais, o governo iniciou ações efetivas para promover a ocupação amazônica, que incluíam aberturas de grandes rodovias, como a Belém-Brasília, e criação de órgãos federais, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Banco da Amazônia (Basa), ambos em 1966. A intenção era atrair grandes indústrias, incentivar os projetos de colonização e oferecer incentivos para atividades de mineração, tomando como ponto de partida incentivos fiscais e financeiros. Grandes empresas voltam seu olhar para a Amazônia e ocupam imensas áreas.

Esse modelo de ocupação surgiu a partir de visões tecnocratas, vinda dos gabinetes de Brasília. Ocasinou um aprofundamento das desigualdades sociais, pois promoveu concentração de renda e riqueza e solapou a cultura local das comunidades que já habitavam a região, que acabaram ou sendo expulsas de suas terras ou utilizados como mão de obra barata para esses novos grandes empreendimentos. Ao mesmo tempo, as promessas feitas pelo Governo Federal não eram cumpridas e os migrantes acabavam sendo confrontados com uma realidade completamente diferente, já que não obtinham incentivos e ficavam abandonados à própria sorte.

Passado esse primeiro momento, começaram a se acirrar os conflitos rurais por conta da ocupação da terra, já que muitas das terras adquiridas pelas grandes empresas ou por fazendeiros de outras regiões com incentivos fiscais já tinham posseiros que ali ocupavam as terras há tempos. O processo de expulsar posseiros através de métodos violentos teria sido uma das gêneses do recrudescimento da violência nos conflitos agrários no Pará.

Ouvido pela CPMI da Terra durante audiência pública realizada em Marabá, em 2004, o advogado da CPT, José Batista Gonçalves, resumiu esse processo de ocupação⁴:

4 Exposição oral apresentada à 12ª Reunião da CPMI da Terra, realizada em 26.05.2004.

O governo desenvolveu uma campanha massiva, através dos meios de comunicação social, para deslocar para essa região aqui do Sul e Sudeste do Estado trabalhadores rurais sem-terra, principalmente da região Nordeste do País. Então, nas décadas de 60, de 70 e 80, se deslocaram para cá milhares de famílias sem-terra, vinda de outras regiões, principalmente do Nordeste. O lema do governo era que aqui tinha muita terra; terra sem homens para homens sem-terra. Que nós tínhamos de ocupar essa terra, ocupar a Amazônia, para não entregarmos a Amazônia; “Integrar para não entregar”, o lema do Regime Militar. De fato, quando as famílias chegavam aqui, encontravam muita terra a perder de vista, mas, quando tentavam entrar no primeiro espaço que almejavam dessas terras, apareciam logo donos, pistoleiros contratados para proteger essas propriedades de donos que, na sua grande maioria, sequer residiam aqui na região. Residiam em outros estados da Federação. Aí começou o ciclo da violência, porque as famílias que chegavam para cá sem terra não tinham mais como voltar. Aqui não tinha emprego; o emprego que às vezes existia era nas serrarias instaladas nas fazendas. Outra alternativa era o trabalho no interior das fazendas, mas, na maioria das vezes, os trabalhadores que se deslocavam para lá acabavam se tornando vítima do trabalho escravo, uma realidade que ainda persiste nessa região, que é campeã, infelizmente, de condições de trabalho análogas à escravidão. Então, se a pessoa não fosse vítima do trabalho escravo, não fosse para um garimpo ou para uma serraria, a única alternativa era a ocupação da terra para garantir o pão, o sustento para a família.

Em 2006, a Organização Não Governamental Fase divulgou um estudo mostrando que havia na região amazônica pelo menos 675 conflitos

em curso na região⁵. De todos os conflitos identificados na Amazônia, 272, ou 40% do total, estavam concentrados no Pará.

O documento revelava violações de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais em todos os estados da Amazônia Legal e denunciava a falta de ações efetivas dos poderes públicos municipais, estaduais e federal. Foram identificados 14 diferentes tipos de conflitos socioambientais na região e que envolveriam, além das questões de regularização fundiária e ordenamento territorial, atividades madeireiras ilegais, mineração, grandes projetos, pecuária, agronegócio monocultor (arroz e soja, principalmente), queimadas, pesca e caça predatórias, poluição e restrição no uso da água, além das mortes no campo.

De acordo com o mapa, o ordenamento fundiário era um dos principais problemas. Invasões, expropriações e disputas de terra que ocasionam grilagem de terras públicas, expulsão de famílias de suas propriedades por grileiros e vendas ilegais de terra, conflitos entre comunidades locais, ausência de definição de limites de áreas locais, ausência de definição de limites de áreas locais e internacionais, invasão de projetos de assentamentos, áreas indígenas, áreas quilombolas, unidades de conservação, não demarcação ou reconhecimento de terras indígenas ou quilombolas.

O próprio Tribunal de Justiça do Pará reconhecia a gravidade do problema. Em relatório apresentado em maio de 2006, o Tribunal constatou que, dos 588 crimes no campo que haviam sido listados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura naqueles últimos anos, 237, o equivalente a 40%, apresentavam o conflito pela posse da terra como motivação.

O relatório apresentado à época pelo então presidente do Tribunal de Justiça, Milton Nobre, mostrava que, em 34% dos casos, havia registros de inquérito ou processo e que, em 22% dos casos, as informações existentes eram

5 Os dados foram reunidos no Mapa dos Conflitos Socioambientais na Amazônia, um diagnóstico que teve a participação de organizações ligadas à Associação Brasileira de ONGs (Abong/Amazônia).

insuficientes para as buscas, dificultando os trabalhos da equipe. O relatório mostrava ainda um mapeamento dos processos. Em 8% das ações penais, havia insuficiência de dados e, em 5% das ações, os réus foram condenados.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, de 1973, ano em que a política desenvolvimentista para a Amazônia ganhou corpo, até 2006, pelo menos 772 pessoas foram mortas no Pará em decorrência de conflitos no campo; 567 permaneciam à época sem apuração.

Em 2007, no aniversário de dois anos do assassinato da missionária Dorothy Stang, a então governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), recebeu uma comissão formada por 13 representantes de movimentos sociais no Pará, como a Via Campesina, que reúne diversas entidades do Movimento Social, Comitê Irmã Dorothy, Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Pastoral da Criança, Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e religiosos das igrejas Luterana e Anglicana. Das entidades, a governadora recebeu um documento que mostrava a situação em que se encontrava o campo, no Estado do Pará naquele período.

A violência batera recorde em 2005, segundo levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra. Segundo a entidade, foram 102 mortes no campo em decorrência da luta pela terra. Trinta e oito trabalhadores rurais foram assassinados. Em 20 anos – de 1985 a 2005 – apenas 12 pessoas haviam sido julgadas. Cinco mandantes foram condenados; nenhum foi absolvido. Dez executores foram condenados e 11, absolvidos. A lentidão com que julgamentos desse tipo tramitam na Justiça acaba sendo um dos fatores que fazem com que se tenha quase sempre a sensação de impunidade.

Segundo levantamento feito pela CPT, no período de 1971 a 2008, ocorreram 21 julgamentos de acusados de crimes no campo. Do total, sete dos acusados eram mandantes, seis deles foram condenados e um, Vitalmiro Bastos, foi absolvido à época do primeiro julgamento. No entanto, nenhum dos condenados encontrava-se preso, cumprindo pena naquele período. Um morreu sem ser preso, o ligado ao assassinato do sindicalista João Canuto em Rio Maria, em 1985; um foi beneficiado pelo indulto judicial, ou seja, o perdão judicial (caso sindicalista Expedito Ribeiro – Rio Maria) e três outros aguardavam à época julgamento de recurso em liberdade,

como nos casos do Massacre de Eldorado e da Chacina da Fazenda Ubá. Os demais condenados eram intermediários ou executores. Destes, segundo a CPT, três tiveram suas fugas facilitadas depois de condenados.

Os dados da CPT também apontavam que, do total de crimes, apenas 91 (noventa e um) processos criminais foram localizados nas comarcas dos diversos municípios e mais de 50% deles tinham mais de 10 (dez) anos de tramitação, sendo que vários deles prescreveram e não podiam mais os acusados ser punidos pelos crimes.

A CPT também informava que, de 1971 a 2007, 819 trabalhadores rurais e lideranças sindicais foram assassinados no Estado do Pará na luta pela posse da terra. Em março de 2006, a CPT Pará entregou ao então presidente do Tribunal de Justiça do Estado uma relação de 774 assassinatos ocorridos no campo paraense entre os anos de 1971 e 2004.

Era, então, o maior monitoramento feito pela entidade. Destes 774 assassinatos, em 568 deles não havia informação de qualquer tipo de investigação sobre a responsabilidade por essas mortes, ou seja, 73,19% dos casos registrados não foram apurados. “Em 61 casos, registrou-se a existência de inquérito policial, não se sabendo se foram concluídos e os responsáveis, indiciados, o que equivale a 8,11% do total. Apenas em 145 dos assassinatos em questão houve oferecimento de denúncia, resultando em 91 processos criminais, representando 18,68% dos casos. Os dados foram coletados a partir de pesquisa feita pelos próprios escritórios da CPT, em oito regiões do estado”, explicava João Batista Afonso, advogado da CPT.

3. HOJE, COMO ONTEM

Essa violência parecia um pouco mais controlada. Os dados apresentados acima poderiam ser definidos como um retrato do passado. O advento do governo Bolsonaro, no entanto, trouxe de volta o cenário mais sombrio possível. Em 2020, um relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançado no Dia Internacional da Luta pela Terra, revelou que o número de conflitos no campo no primeiro ano de gestão de Jair Bolsonaro foi o maior dos últimos 10 anos, com um total de 1.833 ocorrências registradas em 2019. Em 2018, foram registradas 1.489 ocorrências de conflitos no campo.

O número de assassinatos no campo apresentara um aumento de 14% em 2019 (32) em relação a 2018 (28). As tentativas de assassinato, por sua vez, passaram de 28 para 30, aumento de 22%, e as ameaças de morte, de 165 para 201. O documento lançado anualmente pela CPT reúne dados de violência do campo. A 34ª edição concentrava informações sobre os conflitos e violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras, incluindo indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais. Os dados são do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT.

Segundo a instituição, a postura do presidente Jair Bolsonaro é fundamental para o acirramento dos conflitos no campo. Tanto em campanha como no governo, Bolsonaro fez diversas declarações contra os trabalhadores, entre elas, a de que há muitas terras para poucos indígenas e até mesmo a criminalização dos trabalhadores assassinados no Massacre de Eldorado do Carajás. Jeane Bellini, integrante da coordenação executiva nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), salientava que, quando se fala em conflitos no campo, o que se observou foi um aumento de quase 400 ocorrências. Bellini ressaltava outro fator para o incremento da violência: “quando o Estado se afasta, faz de conta que não enxerga a violência, o poder privado avança”.

O relatório da CPT apontou, ainda, que a violência provocada por grileiros, madeireiros e garimpeiros foram maiores no Maranhão e no Pará. “Em 2018, foram pouco mais de 118 mil famílias envolvidas e, em 2019, esse número subiu para 145 mil”, informava a CPT. Com relação aos indígenas, o relatório apontou que 2019 também registrou o maior número de casos dos últimos 10 anos. Dos 9 indígenas assassinados em conflitos no campo no ano passado, 7 eram lideranças.

O aumento no número de conflitos envolvendo comunidades tradicionais e povos indígenas só cresceu com Bolsonaro e é herança direta de um modelo de desenvolvimento pensado para o Brasil que não leva em consideração a forma como as populações se relacionam com a terra.

Outro ponto ressaltado no relatório da CPT dizia respeito aos conflitos pela água. Em 2018, já havia um recorde com 276 ocorrências, mas em 2019 o número aumentou 77%, com 489 conflitos. “No caso da água, já faz anos que certos estados, principalmente Minas e Bahia, mas o Pará

também, sofrem pressão crescente pela mineração. A mineração costuma usar muita água e, depois de usar, a água suja, contaminada, é solta nos rios. Esse problema já faz anos. Não ganhou muita visibilidade e, desde o golpe, o impeachment da Dilma para cá, o congresso é conivente, passando leis, que liberam cada vez mais agrotóxicos. Em terceiro lugar, o problema na água implica na construção de megaprojetos de hidrelétricas”, afirmou Bellini ao apresentar o documento.

Para as comunidades indígenas, a perseguição e a violência se tornaram constantes com o Governo Bolsonaro. Cinco situações se agravaram: as demarcações de terras foram paralisadas; governo incentivou a mineração em terras indígenas; houve uma expansão do agronegócio, uma política de apagamento da cultura e integração passiva com não índios, inclusive com acentuada pressão de missionários evangélicos e o esvaziamento de órgãos indigenistas. Não é segredo a ninguém que, quando assumiu, Bolsonaro transferiu a Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Justiça para o Ministério da Agricultura e retirou do órgão a atribuição de demarcar terras indígenas.

4. UM CICLO QUE NÃO SE ENCERRA

A conclusão a que se pode chegar quando se analisam esses dados históricos é ser essa violência incrustada no Pará fruto direto de um projeto de modernização e desenvolvimento concebido pelos governos da ditadura militar para a Amazônia, colocado em prática desde fins dos anos 60 e, especialmente, nas décadas de 70 e 80, com o objetivo primordial de atrair grandes investimentos nacionais e internacionais ao Estado. Numa síntese simples, a adoção da chegada massiva do capital à região, fundada na lógica do lucro e inserida na “contemporaneidade” do mercado. Obviamente que, nesse cenário, populações tradicionais e pessoas simples e desprovidas dessa lógica mercantil estariam desalinhadas do projeto governamental. Nos rincões amazônicos, até fins dos anos 60, a região era predominantemente habitada por caboclos, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais, colonos, extrativistas de vários produtos, índios, negros de quilombos naturais. Uma lógica capitalista pura e simples não fazia parte do cardápio

cotidiano dessas pessoas, que sequer possuíam titulação da terra ocupada por eles há décadas.

A interferência da União engendrou a mudança de paradigma econômico para a Amazônia. Os conflitos pela posse da terra vieram a reboque, principalmente quando o Estado disponibilizou à venda numerosos e extensos lotes de terra pública, até então habitados pelos moradores naturais da região e antigos migrantes. A ideia propagandeada pelos militares e tecnocratas era de modernização e integração da região. Na prática, apenas acentuou desigualdades, criando “donos” da terra, uma elite latifundiária com pensamento arcaico – vide o apoio incondicional dado a Bolsonaro nas últimas eleições – e com práticas violentas de expulsão de famílias colonas da terra. Bolsonaro repete os mesmos erros dos militares nos anos 70, priorizando grupos econômicos em detrimento das pessoas.

É esse o desafio que até agora tem se mostrado incontornável na região. Incluir pessoas em projetos que prometem trazer desenvolvimento e bem-estar à população. Até hoje essa equação não foi solucionada. A Amazônia, queimada e desmatada, agoniza. E coturnos ainda pisam em seu pescoço. A região não consegue respirar.

5. COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE

As palavras de Expedito Ribeiro de Souza, presidente do STR de Rio Maria (PA), “uma vez que você está numa lista para morrer, cedo ou tarde eles acertam você”, revelam uma situação comum na Amazônia e no Brasil, onde os assassinatos de camponeses e os conflitos decorrentes da luta pela terra se incorporaram ao cotidiano de milhares de famílias.

Apesar de a violência no meio rural sempre ter existido, agravou-se na segunda metade do século passado. Infelizmente, os casos apresentados aqui (com maiores detalhes no capítulo IV) estão muito longe de esgotar a longa lista de 81 assassinados, perseguidos, ameaçados, presos e torturados no campo, especialmente após 1964. Embora os relatos estejam longe de esgotar o universo de situações com que nos deparamos nas pesquisas, esses fornecem um panorama representativo dos tipos de violências cometidos contra camponeses entre 1946 e 1988.

6. RELATOS DE CASOS EMBLEMÁTICOS – PARÁ

O Pará destacou-se no cenário nacional como o estado onde aconteceu o maior número de conflitos no campo e de assassinatos. A Comissão Camponesa da Verdade do Estado do Pará identificou **805 conflitos pela luta pela terra, envolvendo mais de 411 mil famílias e cerca de 9 milhões de hectares.**

Estes conflitos resultaram **no assassinato de 556 camponeses.**

O decurso do tempo, em muitos casos, permitiu a extinção dos processos pela prescrição: urge que o Poder Judiciário crie uma comissão específica que, a exemplo daquela criada no Estado do Pará, se dedique a acompanhar a tramitação destes processos.

As Considerações Finais do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará demonstram a estreita relação entre as políticas fundiária e fiscal implementadas a partir de 1964 e a violência no campo:

A partir dos depoimentos de autoridades, líderes sindicais, religiosos, presidentes de entidades, da sociedade paraense, informações de organismos oficiais, a CPI constatou que o grande responsável pelo atual quadro de violência no Estado do Pará é o Poder Público. Porque, a partir de 1964, apoiado pela ideologia da Segurança Nacional, conjugada as ideologias de desenvolvimento e modernização, interveio de forma violenta no patrimônio territorial da região Norte e, em particular, do Estado do Pará, que, vitimado pela Edição do Decreto-Lei nº 1164/71, perdeu 71% de seu território. Outro fator que teve um papel importante no agravamento das distorções da estrutura fundiária paraense, foi a política de incentivos fiscais executada pela Sudam, que concedeu enormes extensões de terras do Estado para implantação de grandes projetos agropecuários. Grandes grupos econômicos nacionais, especialmente do Centro-Sul do País e multinacionais, com o apoio oficial, via incentivos fiscais, passaram a adquirir grandes extensões de terras para implementação de pecuária extensiva.

Seguem vários relatos que demonstram a violência no estado.

1. Terra Rural - AA - Conceição do Araguaia - Eleições - Chapa 2

TERRA LIVRE

Boletim Informativo da Oposição Sindical (CHAPA 2) ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia. Nº 2. OUTUBRO/1980.

**OU SE REALIZAM LOGO AS ELEIÇÕES, OU BOTAMOS O BERTOLDO
PRA FORA DO SINDICATO**

VOTE CHAPA 2

Chapa de Trabalho
N.º 15.04.80
BIBLIOTECA



DAVI, O NOVO PRESIDENTE
Leia a entrevista dele na página 3.

Vamos dar outra surra na Chapa 1



*O martírio do "Gringo"
exige a vitória da CHAPA 2*

SINDICATO LIVRE

REFORMA AGRÁRIA

Assassinato de Raimundo Ferreira Lima, o “Gringo”, e intervenção no STR de Conceição do Araguaia

por José Sonimar de Sousa Matos Júnior e Girolamo Domenico Treccani

A história de Raimundo Ferreira Lima e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia mostra como a intervenção e manipulação do Estado autoritário tentaram desarticular formas de sindicalização e organização dos trabalhadores rurais que representassem resistência aos interesses do Estado e do latifúndio. Iniciada em plena Guerrilha do Araguaia, a intromissão de agentes e órgãos do governo antidemocrático no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia resultou na morte de sindicalistas, como Raimundo Ferreira Lima e dezenas de trabalhadores rurais. O peleguismo intervencionista durou mais de uma década, com ações que dificultaram o livre processo eleitoral da entidade sindical, impedindo sua renovação e tentando desarticular a resistência dos trabalhadores.

A história é marcada por mortes, violências e principalmente ações de violações aos direitos de sindicalização dos trabalhadores. Somente depois de muitas lutas, e com o fim da intervenção direta que o governo militar exercia na região do baixo Araguaia, os lavradores conseguiram ganhar a direção de sua entidade representativa.

Data ou período do caso:

Morte de Raimundo Ferreira Lima, em 29 de maio de 1980; intervenção no sindicato de Conceição do Araguaia entre meados da década de 70 e meados da década de 80.

Localização espacial em que ocorreu a violência:

Conceição do Araguaia (Pará), Araguaína (Goiás, hoje Tocantins) e toda a região do baixo Araguaia no Pará.

Descrição do caso:

“Olha, tu te prepara, porque qualquer hora tu recebe a notícia que morri. Porque na luta que eu estou pelo povo a qualquer hora me matam por aí. E, se eu morrer lutando pelo povo, eu morro feliz”.

Estas eram as palavras que Raimundo Ferreira Lima dizia constantemente à sua mulher, Oneide. Raimundo Ferreira Lima, 42 anos, casado, pai de seis filhos, membro ativo e agente pastoral da comunidade cristã de Itaipavas, localizada no baixo Araguaia. “Gringo”, como era conhecido, foi encontrado morto em frente a um bar em Araguaína - TO no dia 29 de maio de 1980, quando estava voltando para casa depois de ter participado de um encontro de sindicalistas em São Paulo.

Raimundo Lima foi encontrado ainda agonizando, atingido com dois tiros, mostra de fortes pancadas na cabeça e o braço quebrado. Sua morte ocorreu um mês antes da data marcada para a realização das eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, no qual encabeçava a chapa de oposição.

Raimundo Lima era natural de Marabá e, em 1967, conheceu Maria Oneide, com quem se casou. Alguns anos depois, seu cunhado foi despejado do lote 7 em Itaipavas e isso iniciou-o na luta em defesa dos interesses dos lavradores e posseiros. Durante o período da Guerrilha do Araguaia, “Gringo” foi preso duas vezes. Em vários momentos, seu nome constou em lista de pessoas ameaçadas de morte.

Indícios apontavam como autor do assassinato de Raimundo um homem chamado José Antônio. Hospedado em um hotel de Araguaína próximo do local onde “Gringo” estava, José Antônio, após a morte do sindicalista, deixou apressadamente o hotel e a cidade. José Antônio era capataz da fazenda Vale Formoso, do grileiro Geraldo Debs, e filho adotivo de Fernando Leitão Diniz, um fazendeiro morto em conflito com posseiros no município de Xinguara. E, embora “Gringo” estivesse em São Paulo quando Fernando morreu, José Antônio prometeu vingar a morte de seu pai adotivo, sendo este juramento ouvido por trabalhadores de Itaipavas.

A morte de “Gringo” foi envolvida de circunstâncias misteriosas. Com ele foi encontrado o valor de Cr\$ 17.000 arrecadados para a campanha eleitoral, afastada, deste modo, a possibilidade de assalto. A Comissão Pastoral da Terra da diocese de Conceição do Araguaia, após a morte de “Gringo”, revelou que, uma semana antes do ocorrido, tornou-se pública uma lista de pessoas marcadas para morrer na qual constavam os nomes de Raimundo, do padre Aristides Câmio, da Irmã Inês e de três lavradores.

Desde maio de 1976, o STR de Conceição estava sob o comando do interventor Bertoldo Siqueira Lira, um ex-sargento da Aeronáutica. A administração de Bertoldo contava com o apoio oficial do governo e era marcada pela defesa dos interesses dos latifundiários da região.

Para enfrentar o “pelego”, “Gringo” organizou e liderou uma chapa de oposição. Todo o processo eleitoral foi marcado por irregularidades e a tentativa constante advinda da administração pelega de fraudá-lo. Isso porque Bertoldo afirmava sem constrangimento que não tinha contas a prestar com os associados, pois não tinha sido colocado na direção do sindicato pelos associados, mas pela força do Estado.

O próprio “Gringo”, em entrevista, afirmou quanto à administração pelega:

A gente se opõe quando realmente o órgão não está caminhando, não está tratando dos interesses dos lavradores, está desprezando a classe e beneficiando os fazendeiros. [...] o que a gente vê e o que está sentindo é que o sindicato está sendo dirigido por gente que não pertence à classe e não sabe o que a classe pretende nem o que ela quer e tá colocando pano morno na luta, mas beneficiando os grandes fazendeiros e grileiros da região (DIÁRIO DA MANHÃ, 1980). Há denúncias de que Bertoldo Siqueira Lira impediu a quitação de centenas de associados, de forma especial daqueles que ele sabia iriam apoiar a oposição. Bertoldo permitiu também que o sindicato fosse ocupado por cinco pessoas que se diziam funcionárias do Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (Getat), mas que na verdade eram agentes da Polícia Federal.

De acordo com relatos, era comum a presença da PM à paisana armada dentro da sede do sindicato. Durante o processo eleitoral, a Rádio Educadora de Conceição do Araguaia, vinculada aos padres franciscanos, foi censurada e ficou fora do ar por não ter a direção da rádio concordado em ceder uma hora de sua programação à chapa de Bertoldo. Agentes da Polícia Federal interditaram com violência a rádio.

Às vésperas das eleições ocorridas no dia 25 de maio de 1981, o tenente-coronel do Exército Sebastião de Moura, também conhecido por major “Curio”, que tinha atuado como agente de informação durante a Guerrilha do Araguaia e era oficial do Conselho de Segurança Nacional, percorreu de helicóptero várias cidades da região, fazendo promessas e pedindo votos à chapa de Bertoldo, cuja vitória representou mais alguns anos de repressão aos trabalhadores rurais da região do Araguaia. Também agentes do Getat se engajaram na defesa de Bertoldo prometendo lotes de terras para quem o apoiasse.

A morte de “Gringo” causou grande repercussão nacional e, principalmente, local. No dia 8 de junho de 1980, a CPT realizou um protesto pelo assassinato de Raimundo Ferreira Lima em Conceição do Araguaia, do qual participaram aproximadamente dez mil pessoas.

Tipologia ou natureza da violação:

Assassinato de Raimundo Ferreira Lima, “Gringo”. Violação aos direitos de organização e sindicalização dos trabalhadores rurais da região do Araguaia. O controle da direção do STR se insere na defesa dos trabalhadores em sua luta pelas terras na região.

Conflitos na região com relevância para a violação:

Violência e tomada das terras da região em conflito pelos grandes grupos econômicos, como Nixdor, Volkswagen e Impar, desalojando centenas de posseiros.

O levantamento realizado pela Clínica de Direitos Humanos da Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (CIDHA/PPGD/ICJ/UFPA), de 1964 a 1988, mostra que no município de Conceição do Araguaia foram assassinadas 30 pessoas (5,40% do total dos assassinatos acontecidos no Estado do Pará). Na microrregião de Conceição do Araguaia, foram registrados 64 assassinatos (11,51%) e, na mesorregião nordeste do Pará, 418 pessoas (75,18%, das vítimas).

Agentes do Estado envolvidos:

Departamento de Ordem Política e Social (Dops);

Polícia Militar (PM);

Polícia Federal (PF);

Agentes do Exército e da Aeronáutica;

Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat).

Ação direta de agentes do Estado na violação e/ou das omissões e conivências:

Violação aos direitos de organização e sindicalização dos trabalhadores rurais. No Incra e no Getat: há registros de que os órgãos fundiários fizeram acordos com grileiros da região, com venda de títulos.

Existência de inquéritos ou processos judiciais:

Não há registros.

Fontes:

AGEN. Gringo: das CEBs aos movimentos sindicais. Nº 152, 18 maio 1989.

COMITÊ de Solidariedade aos Trabalhadores Demitidos. Solidariedade aos companheiros de Conceição do Araguaia. Jun. 1980.

CPT - Comissão Pastoral da Terra - Regional MT, nº 07 - Cuiabá: CPT. mai/jun 1980.

DIOCESE de Marabá. O Grito do PA 150. Ano I, nº 11, Marabá, Mar. 1981.

FETAEG. Posseiro é morto e CPT acusa: seu nome estava na mira dos grileiros. Boletim Chão e Roça, nº 18, Ano 4, Goiânia. Maio/jun. 1980.

JORNAL DA CIDADE. Comissão Pastoral da Terra realiza ato público em repúdio a morte de Gringo. Ano II, nº 6, Conceição do Araguaia, jun. 1980.

JORNAL DE BRASÍLIA. Deputados denunciam fraude em sindicato rural no Araguaia. Brasília, 22 mai. 1981.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Ato público de protesto terá panfleto do MDA. Goiânia, 18 jun. 1980.

_____. Ato público em repúdio ao assassinato de Gringo. Goiânia, 17 jun. 1980.

_____. A última entrevista de Gringo. Goiânia, 8 jun. 1980.

_____. Conceição do Araguaia: Oposição sindical preocupa governo. Goiânia, 18 mai. 1980.

JORNAL DOS JORNAIS. Assassinado líder camponês. Ano II, nº 81, 3/9 Jun. 1980.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Lavradores do Araguaia pedem saída de agentes. São Paulo, 13 mai. 1981.

JORNAL MOVIMENTO. A liberdade custa sangue: o crime e os criminosos. 16 a 22 jun. 1980.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Fora do Ar. São Paulo, 13 mai. 1981.

JORNAL O SÃO PAULO. Araguaia quer Reforma Agrária. São Paulo, 13 a 19 jun. 1980.

_____. Cerco ao sindicato Rural. São Paulo, 15 a 21 mai. 1981.

_____. Lavradores unidos contra a violência. São Paulo, 13 a 19 jun. 1980.

_____. Sindicato dos lavradores do Araguaia: nova data para votação. São Paulo, 11 a 17 jul. 1980.

JORNAL RESISTÊNCIA. Presidente do Senado Federal Jarbas Gonçalves Passarinhos, o advogado Sérgio Dias Guimarães e o interventor Bertoldo Siqueira Lima. Nº 26, Belém, jun. 1981.

LIMA, Nélío. A violência, uma rotina na vida da região do Araguaia. In: Jornal Folha de São Paulo, 23 mai. 1981.

MOVIMENTO. A liberdade custa sangue: o crime e os criminosos. Movimento, 16 a 22 jun. 1980. _____. Crime e os criminosos. 16 a 22 jun. 1980.

PEREIRA, Duarte. Dossiê Curió, CPT Norte II, Em ação o cabo Curió. 8 a 14 jun. 1981.

REALIDADE RURAL. Assassinados! Raimundo, no Araguaia (PA) e Durval, em Frutal (MG).

FETAESP, Jul. 1980. SOUSA, Davi R.; LIMA, Davi A.; SIMÃO, Elias J. Nota de protesto pelas diversas irregularidades cometidas pelo senhor Bertoldo Siqueira Lira. 30 abr. 1981. STR

COLATINA-ES. Boletim Informativo. Colatina, nº 6, dez. 1980.

N.º 0398/19/AC/81 p. 34 (10)

CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO DA INFORMAÇÃO Nº 0398 /19/AC/81 Fls. 03)

res: "F.S.L.N. - LIBERDADE NICARAGUA - ATRÁS DE CADA TIRANO ESTÁ O INIMIGO COMUM DA AMÉRICA LATINA". Outros dois cartazes, colocados na entrada do prédio da Prelazia, chamavam a atenção dos presentes: "FAZENDA LATE FUNDO, PROIBIDA A ENTRADA DE POSSEIROS" (com o desenho de um cão-de-guarda) e "FAZENDA SUDÃO, INCENTIVO DO GOVERNO 99,99% - PROPRIETÁRIO 0,01%". As solenidades foram dirigidas pelo Padre ANTÔNIO CANUTO.

Na oportunidade, alguns humildes posseiros testemunharam em favor da "caminhada e da luta do povo", devidamente orientados pelo Padre CANUTO. Esse fato causou constrangimentos aos presentes, uma vez que alguns posseiros, no momento de se pronunciarem, esqueceram-se do que deviam dizer.

O Pároco de ITAGUARU/GO, na hora do ofertório, ofereceu uma foice de aço que, segundo afirmou, tinha um significado muito especial, pois que havia sido "um presente recebido de irmãos de um pequeno País vizinho, que está imbuído na luta pelas liberdades do povo". Este fato, associado à apolo-gia que fez, publicamente, do movimento revolucionário de EL SALVADOR, procura mostrar a semelhança que existe com o movimento do ARAGUAIA.

A missa celebrada, na noite do dia 14 Ago, por D. CASALDÁLIGA foi oferecida aos "mortos de SÃO GERALDO (XAMBIOÁ), que tomaram em defesa do povo; aos posseiros da Fazenda MARRUÁ; a CORNÉLIA, lavadeira e "enfrentante" do ESPÍRITO SANTO; e às crianças assassinadas pela repressão na região de SÃO FÉLIX, na "luta pela liberdade". Ao mencionar a lavadeira do ESPÍRITO SANTO, o Bispo abriu um parêntesis e pediu às lavadeiras de SÃO FÉLIX e de todo o BRASIL que sigam o exemplo de CORNÉLIA e façam greves contra os "tubarões" que pagam pouco. Sobre as crianças "assassinadas na luta pela liberdade", afirmou que somente em uma semana morreram quatro em SÃO FÉLIX.

Na missa em questão, ONEIDE FERREIRA DE LIMA, viúva de RAIMUNDO FERREIRA DE LIMA (O GRINGO), de SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA, usou da palavra e conclamou os presentes a que continuem a luta porque "o sangue de seu marido é uma semente que crescerá a seu tempo".

CONFIDENCIAL

EM MEMÓRIA DE:

ASSASSINATOS NO CAMPO ENTRE 80/81

- PEDRINHO MARCENEIRO, líder sindical assassinado em Barra do Garças - MT.
- RAIMUNDO FERREIRA LIMA, o "Gringo", candidato à Presidência do STR de Conceição do Araguaia, onde foi assassinado.
- WILSON SOUZA PINHEIRO, presidente do STR de Brasília, assassinado no Acre
- JOSÉ GERTULINO, ANTONIO GENESIO VERAS, NAPOLEAO SILVA E CICERO CATARINO, posseiros assassinados em Parnarama-MA.
- JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS, presidente do STR de Correntes, assassinado em Correntes - PE.
- JOAQUIM FERREIRA ABADIA, trabalhador rural assassinado em Jussara - GO.
- AGENOR MARTINS DE CARVALHO, advogado assassinado em Rondônia.
- FRANCISCO SOBREIRA LIMA, trabalhador rural assassinado em Tauá - CE.
- JOSÉ PIAU, trabalhador rural assassinado na PA/150 - Marabá - PA.
- SEBASTIAO MEARIM, trabalhador rural assassinado em Vizeu - PA.
- ANTONIO TOMÁS, trabalhador rural assassinado na Gleba Aræez em Barra do Garças - MT.
- JOSÉ BEZERRA, delegado sindical assassinado em Bonito - PE.
- JOSÉ PEDRO DOS SANTOS, presidente do STR assassinado em Capela - AL.
- MARCELO DOS SANTOS, delegado sindical em Codó, assassinado em Codó - MA.
- FRANCISCO JACINTO DE OLIVEIRA, o "Sinhozinho", assassinado em Conceição do Araguaia - PA.
- JOAQUIM DAS NEVES NORTE, advogado assassinado em Naviraí - MTS.
- MANOEL ALVINO DO NASCIMENTO, posseiro assassinado em Nazaré das Farinhas - BA.
- EDSON RODRIGUES MOREIRA, posseiro assassinado em Imperatriz - MA.
- JOSÉ SILVANO VALDIVINO, posseiro assassinado em Cruz do Espírito Santo - PB.
- JOÃO DUDA DA SILVA, trabalhador rural assassinado juntamente com seu filho de 5 anos, JOSÉ HERALDO, em Bom Jardim - PE.
- JOÃO JULIO DA SILVA NETO, trabalhador rural assassinado em Rio Formoso - PE.
- JOSÉ SEVERINO DA SILVA, posseiro assassinado em Serra Redonda - PB.
- EUGÊNIO LYRA, advogado assassinado em Santa Maria da Vitória - BA (1977)
- DURVAL VENTURA DE SOUZA, presidente do STR de Frutal, assassinado em Frutal - MG.
- FIRMINO GUERREIRO DOS SANTOS, trabalhador rural assassinado em Bom Jardim - MA.

(FONTE: CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)

EM NENHUM DESTES ASSASSINATOS OS CULPADOS
FORAM PROCESSADOS E/OU CONDENADOS.

Companheiros.

Além de enviar cartas para o Juiz Auditor, envie também para o Ministro da Justiça, com o seguinte endereço:

MINISTRO DA JUSTIÇA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - 4o. andar
71.700 - Brasília - DF

Compareça às manifestações Públicas, reivindicando a libertação dos presos, por ocasião do julgamento entre 25/03/82 - 11/04/82.
Belém - Pará - Brasil.

Assassinato de Sebastião Souza Oliveira, o “Mearim”

por José Sonimar de Sousa Matos Júnior e Girolamo Domenico Treccani

Este assassinato aconteceu num dos maiores conflitos fundiários do Estado do Pará: o conflito da Gleba Cidapar, que envolveu milhares de famílias.

Data ou período do caso:

Toda a década de 1980.

Localização espacial onde ocorreu a violência:

Gleba Cidapar, Viseu, Capitão Poço, Ourém e outros municípios próximos, Pará.

Descrição do caso:

Trabalhador rural, líder sindical, casado, três filhos menores e a mulher grávida, Sebastião Souza Oliveira, conhecido como Sebastião “Mearim”, morador de Vila do Alegre no município de Viseu-PA, foi morto dentro de sua própria casa enquanto dormia, no dia 8 de janeiro de 1981, por pistoleiros contratados pela empresa Cidapar. O mesmo pistoleiro, antes de matar “Mearim”, tentou matar os lavradores Abel Adolfo e Chico Mauro. Não conseguindo, porém, se dirigiu até a casa de Sebastião, invadiu-a com sua família dentro e o executou friamente (BARATA, 1995).

Sebastião era líder do município de Viseu na defesa dos interesses dos lavradores, representante da comunidade local, fundador da delegacia sindical de Vila do Alegre, no município de Viseu, e não foi morto aleatoriamente. Seu nome integrava uma lista de pessoas marcadas para morrer. Essas pessoas estavam envolvidas na luta contra a tomada de terras pela empresa Cidapar. A luta de Sebastião era contra a expulsão de posseiros de suas terras pela empresa Cidapar, situação comum na região. Os pistoleiros que executaram “Mearim” foram comandados por Juvenal Gomes de Castro (O TRABALHADOR RURAL, 1981).

Juvenal contava com o apoio do prefeito e do delegado de Viseu, expulsava trabalhadores rurais que vivam nas terras que ele pretendia explorar e que foram ocupadas pelos antepassados dos trabalhadores há dezenas

de anos. O povo de Alegre, se sentindo ameaçado pelas ações de Juvenal, remeteu um abaixo-assinado para o deputado estadual Lucival Barbalho (MDB), que denunciou na Assembleia Legislativa do Pará o clima de insegurança presente na região. (O LIBERAL, 1979).

O crime revoltou a população local e causou grande repercussão em todo o estado. No dia 15 de janeiro de 1981, foi realizada uma missa do sétimo dia e ato público de protesto contra a morte de Sebastião Mearim, com a presença de uma caravana aproximada de 40 pessoas vindas de Belém, entre as quais representantes de várias entidades democráticas e religiosas, além do presidente da SDDH – Sociedade Paraense de defesa dos Direitos Humanos. Durante a viagem da caravana, um homem se declarando tenente da polícia tentou impedir que um ônibus seguisse viagem, mas não teve êxito (RESISTÊNCIA ESPECIAL, 1981).

Tipologia ou natureza da violação:

Morte de Sebastião Souza Oliveira “Mearim”. Violência contra trabalhadores, com mortes e torturas operadas por milícias privadas das empresas envolvidas no conflito, com conivência e apoio da polícia.

Conflitos na região com relevância para a violação:

Gleba Cidapar, 36 colônias.

Grupo econômico supostamente envolvido no caso:

Cidapar – Companhia Industrial de Desenvolvimento do Pará; Grupo de empresas de mineração, agropecuária e pecuarista: Propará, Grupiá e a Real Agropecuária, empresas do grupo gaúcho Joaquim Oliveira.

Agentes do Estado envolvidos:

Departamento de Ordem Política e Social (Dops);

Poder Judiciário - Comarca de Viseu;

Polícia Militar (PM);

Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O tenente da Polícia Militar Henrique prendeu e torturou um colono de alcunha “Beja”, de nome Raimundo Nonato Azevedo, ameaçou de morte o lavrador Raimundo Miranda Filho, o Maranhense, e por essa razão Sebastião foi a Belém pedir garantia de vida e, passados dois meses, em 30 de abril de 1984, foi assassinado por pistoleiros que trabalhavam para o fazendeiro Isaac Aguiar, do grupo Joaquim Oliveira (PUXIRUM, 1984)

Fontes:

AFINAL. Luta no Pará: as empresas acusam e falam em deixar terras onde luta o bando de Quintino. Belém, 11 dez. 1984.

CPT NORTE II. 10 mil famílias de posseiros ameaçadas pelo grupo real. Puxirum, nº 2, jun. 1984.

CONTAG. Grilagem faz novas vítimas no Pará. In: O trabalhador rural, nº 9, jan. 81.

JORNAL DE BRASÍLIA. Quintino se considera mais que lampião. Brasília, 1 dez. 1984.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Conflitos de terra no Pará podem agravar-se. 20 nov. 1984.

JORNAL O LIBERAL. Conflito de terra ameaça Vila do Alegre. Belém, 31 ago. 1979.

JORNAL O SÃO PAULO. Grupo Real ameaça 10 mil famílias. 13 a 19 jul. 1984.

JORNAL RESISTÊNCIA. Posseiros exigem a terra: querem a desapropriação dos grupos CIDAPAR/DENASA. Nº 30, SDDH, out. 1981.

JORNAL RESISTÊNCIA ESPECIAL. Mais um crime da CIDAPAR. SDDH, Belém, fev. 1981.

_____. Violência no campo: mais dois posseiros assassinados. SDDH, Belém, fev. 1981.

PINTO, Lúcio Flávio. O caso Cidapar. Jornal O Liberal, 1 mai. 1980.

REVISTA NOVOS TEMPOS. Quintino: Herói ou bandido. Nº 12, out./nov. 1984.

O MLPA (Movimento de Libertação dos Presos do Araguaia) celebra o 2º aniversário de morte e vida do companheiro RAIMUNDO FERREIRA LIMA — O Gringo.

O GRINGO foi assassinado porque lutou:

- Pelo direito de terra para quem nela trabalha
- Por melhores condições de vida
- Por livre organização sindical

Como **GRINGO**, outros trabalhadores foram barbaramente assassinados: **SINHOZINHO, BELCHIOR, AVELINO, ANTONIO RAIMUNDO, MANOEL RAIMUNDO, SEBASTIÃO MEARIM e ZÉ PIAU ...** e continuam as ameaças e perseguições contra todos aqueles que se comprometem com a luta pela Justiça, Paz e Liberdade.

Os melhores filhos do povo, são mortos a cada semana, a cada mês, todos os anos no campo e na cidade.

Aqueles que lutam pelo povo oprimido e na defesa dos seus direitos, são mantidos presos como os padres **Aristides e Francisco**, e mais os 13 posseiros do **Baixo Araguaia**.

Enquanto isto, os assassinos dos trabalhadores continuam soltos, amparados pelos “órgãos de segurança do Governo” e por uma justiça que protege os donos do dinheiro e do poder.

O MLPA se levanta contra todas as injustiças que se sobrepõem ao povo oprimido e trabalhador.

Proclama que GRINGO continua vivo e presente na memória e na luta do nosso povo.

Violência na Gleba Cidapar e assassinato de Armando Oliveira da Silva

por José Sonimar de Sousa Matos Júnior e Girolamo Domenico Treccani

A violência institucionalizada contra trabalhadores rurais, patrocinada e apoiada por empresas com interesses econômicos de exploração da madeireira, pecuária e minérios, resultou na expulsão de um contingente de trabalhadores das terras que cultivavam há quase 30 anos. Um conflito em que as forças privadas das milícias sustentadas por grandes empresas (Cidapar) uniam-se a forças policiais do Estado para repressão e violência aos trabalhadores.

Este caso foi um dos maiores conflitos fundiários do Estado do Pará, em duração e proporção, se estendendo para mais de quinze anos, envolvendo uma área de 380 mil hectares e várias órgãos do Estado (Fundação Nacional do Índio – Funai; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e Instituto de Terras do Pará – Iterpa). O conflito adquiriu características de guerrilha e autotutela de interesses tanto dos trabalhadores quanto das empresas.

Boa parte da área foi apropriada indevidamente (grilada) por empresas que contaram com o apoio de setores do Poder Judiciário e da Polícia Militar para combater os trabalhadores rurais.

As empresas contaram com recursos da Sudam para se estabelecer na região, mostrando a direta ligação entre violência, grilagem e utilização de recursos públicos.

Neste conflito, terras indígenas já devidamente reconhecidas e demarcadas foram ocupadas indevidamente por grileiros.

Descrição do caso:

Principal conflito de terra do Pará, teve sua origem remota na política de “integração nacional” iniciada no governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) e intensificada pelos governos militares. Baseava-se na abertura de estradas (neste caso a Rodovia Federal BR-316, Pará-Maranhão), transformadas nas principais vias de penetração das levas de nordestinos à procura de terras.

A gleba Cidapar, rica em minérios (ouro, titânio e cristais), foi adquirida em 1920 por Guilherme Von Linde, que fundou a empresa minera-

dora South American Gold Área Ltda. Quarenta anos depois, três dos seus funcionários, que alegavam falta de pagamento dos salários, ajuizaram uma ação trabalhista perante a Primeira Junta de Conciliação e Julgamento da 8ª Região que, em 25/07/1963, reconheceu a legitimidade da reclamação e determinou o leilão das terras da empresa para saldar a dívida. A “propriedade” oferecida como garantia tinha sua pretensa origem em cinco cartas de sesmaria (60.984 ha).

O imóvel foi arrematado por Moacyr Pinheiro Fonseca. Já nessa primeira transferência, sua área evoluiu de 60.984 para 100.188 ha. Moacyr, em 19/09/68, solicitou ao juiz da comarca de Viseu a homologação da demarcação realizada por ele mesmo. A sentença foi prolatada por um pretor, que não tinha competência para isso (só um juiz de direito poderia julgar uma ação como esta), que reconheceu como “propriedade” da empresa 387.355,79 ha. Depois da homologação judicial, Pereira constituiu a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará (Cidapar), em nome da qual, em 16/01/69, registrou as terras no Cartório de Registros de Imóveis de Viseu.

O imóvel registrado englobava terra pública federal, áreas pertencentes aos índios Tembé da Reserva Indígena Alto Rio Guamá (reconhecida como tal ainda em 1946), terra pública estadual e dezenas de povoados onde moravam mais de 10 mil famílias de posseiros (O SÃO PAULO, 1984). A partir daquele momento, a guerra contra os posseiros ganhou novo fôlego.

Em 1968, a Cidapar conseguiu aprovar na Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – Sudam um projeto industrial, pecuário e madeireiro (PINTO, 1980). A área, porém, já era habitada por mais de 10 mil famílias de trabalhadores rurais, que viviam há mais de trinta anos no local (TEMPOS NOVOS, 1984).

O caso da Cidapar mostra a estreita relação entre a utilização de recursos públicos para a instalação fazendas agropecuárias na região amazônica e a violência no campo. Por meio da Emenda Constitucional nº 18, de 17/12/1965, que alterava o art. 17 da Constituição de 1946, os governos militares estenderam a concessão de incentivos fiscais, até então reservados à indústria, para a agropecuária. Estes benefícios posteriormente ampliados pelo Decreto-Lei nº 5.173, de 27/10/1966.

A política de incentivos fiscais proporcionou um considerável aumento da procura de terras na Amazônia no geral, e no Pará em particular. Uma série de fatores favoreceu esta corrida: a relativa facilidade de se obter os incentivos fiscais; a possibilidade legal de se abater até 50% do Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas, podendo com isso adquirir ações de empresas que desenvolvessem empreendimentos na Amazônia; o baixíssimo preço das terras; a propaganda feita pelos órgãos oficiais; a precariedade da fiscalização da aplicação dos recursos, aliada à fragilidade dos órgãos fundiários instalados na região para controlar o apossamento de terras na região.

Nas décadas de 70 e 80, cresceu o volume de terras ocupadas e sua concentração nas mãos de empresas nacionais e multinacionais do setor industrial e comercial e instituições financeiras sediadas na região Sudeste do Brasil.

Segundo Almeida (1989), a especulação acompanhou de perto o processo de ocupação das terras amazônicas promovido pelos militares:

“O interesse de grupos industriais e financeiros do Centro-Sul do país em extensos domínios territoriais na Amazônia atinha-se não apenas aos benefícios creditícios e fiscais, mas também à especulação. Entre 1972 e 1974, os preços de terra conheceram aumentos ‘nunca inferiores a 500%’ (Biondi: 1974) e que chegaram a 10.000% conforme a região do país”, afirmaria o economista A. Biondi (as empresas contrataram jagunços e começaram a despejar os moradores, iniciando-se um período marcado pela violência e morte de trabalhadores rurais (JORNAL DE BRASÍLIA, 1984).

A Propará, Grupiá, Real Agropecuária e Codepi, empresas do grupo gaúcho Joaquim Oliveira, que integram a Cidapar (junto com o Banco Denasa de Investimentos, Grupo Bangu, Grupo Veplan e Guarujá, Serve, Sadeama e Monte Cristo), afirmaram que tinham vindo ao Pará atendendo a um convite do governador Alacid Nunes, que lhes tinha prometido terras, incentivos fiscais e outros benefícios. Segundo LOUREIRO (1997: 41-45) Alacid Nunes e vários secretários tinham visitado alguns estados com a caravana intitulada “O Norte vai ao Sul”, visando estimular inves-

timentos de empresas nacionais no Pará. Sua entrada na região foi fruto, portanto, de políticas públicas promovidas pelo governo estadual em detrimento da população local.

Ainda na década de 80, o governo do Pará tentou anular na Justiça estadual os títulos das oito empresas que se consideravam “donas” das terras, alegando que a cadeia dominial apresentada era confusa e incompleta e que nem o Estado nem a União tinham sido citadas para contestarem a ação, apesar de existirem ao redor destes imóveis terras devolutas estaduais e federais. Outras ações foram ajuizadas na Justiça Federal pelo Inbra e pela Funai (AFINAL, 1984). Decorridas mais de três décadas estes processos continuam em tramitação. Comparando a atuação do Poder Judiciário estadual, ontem e hoje, se percebe como as ações em defesa do patrimônio público se arrastam ao longo de anos, quando não décadas.

Neste contexto conflituoso, surgiu Armando Oliveira da Silva, “Quintino”, no comando de um contingente de colonos que pegaram em armas e iniciaram a defender os trabalhadores (JORNAL DE BRASÍLIA, 1984). Quintino, o gatilheiro da Cidapar, como ficou conhecido, nasceu em Santa Luzia do Pará e era posseiro.

No início dos anos 80, foi brutalmente expulso de sua terra. Denunciou o fato para a Polícia, impetrou uma ação na Justiça e remeteu uma carta para o Presidente da República. Suas tentativas de reaver sua posse pelos caminhos legais, porém, fracassaram. Dizendo que não acreditava mais em nenhuma promessa do governo, iniciou uma verdadeira guerra contra os proprietários de terras e grandes empresas da região (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1984).

Segundo o MDA (1986), Quintino teria assassinado o grileiro Cláudio Lima, que lhe tinha roubado a terra. Suas ações receberam apoio dos colonos e do povo que lhe dava comida, dinheiro, arma, munição e o ajudava a ficar escondido. Enquanto a polícia e os grileiros apresentavam Quintino como bandido, para o povo de Viseu e das cidades vizinhas, ele era o defensor dos colonos (TEMPOS NOVOS, 1984).

Quintino, em entrevista, justificando suas ações afirmou:

Eles [os jagunços contratados pelo grupo Joaquim Oliveira, ao qual pertencem as empresas Propará, Grupiá e mais sete organizações]

têm armas perigosas: metralhadoras, fuzil, metralhadora de pé, de alça, manuais, pistolas manuais etc. [...] Eu vivo a matar essa raça ruim para ver se liberto esta área. Para ver se este povo sabe trabalhar tranquilo. Para ver se esse povo tem um dia de tranquilidade na vida (TRIBUNA OPERÁRIA, 1984). As empresas diziam estar sofrendo uma ação criminosa que poderia comprometer investimentos de 17 bilhões para exploração da pecuária, agricultura, mineração, beneficiamento de madeira e outros projetos (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1984) e exigiram a ação do aparato repressivo do estado em seu favor.

Neste contexto, foram comuns os confrontos entre o grupo de Quintino e o grupo de jagunços das empresas e a polícia do Estado, com violências e mortes de fazendeiros, colonos e pistoleiros, além das ações truculentas da polícia (Dops e PMs) e dos pistoleiros das empresas na expulsão e repressão dos trabalhadores rurais de suas terras (TRIBUNA OPERÁRIA, 1984). Um Estudo do Idesp (1988, p. 18-19) informa:

Os jornais noticiaram que, além de Sebastião Mearim, assassinado em 1981, foram mortos os posseiros Marcelino de Souza (1983), José Raimundo de Souza (1983), Elias Afonso da Silva (1983), Raimundo Menezes, o “Maranhense” (1984), Cabralzinho (1984), Porto (Natan) em 1984 e Silvestre da Silva Matos (1984).

O mesmo documento relata o enfrentamento entre pistoleiros e jagunços:

Diante de tanta violência, e apesar da grande desigualdade com seus opositores – que usavam metralhadoras, pistolas “7.65” e bombas –, um grupo de posseiros, liderados por Quintino começou a barrar o caminho dos pistoleiros e a lhe impor sérias baixas. Como agiam de emboscada e usavam táticas semelhantes às de movimentos guerrilheiros, houve uma preocupação das autoridades em considerar o conflito uma “ameaça à Segurança Nacional”.

A Polícia Militar foi então acionada, tanto pelos fazendeiros como por autoridades judiciais que se sentiam ameaçadas ante o clima de violência e a possibilidade de sua generalização na região. O resultado é que, de um lado nenhum pistoleiro foi preso, entretanto dezenas de lavradores tiveram suas barracas invadidas na calada da noite por policiais que se faziam acompanhar de pistoleiros numa intensa caçada ao Quintino, afinal morto a tiros em 04 de janeiro de 1985 (IDESP. 1988, p. 19).

Fernando Halfen, vice-presidente da Propará, reconheceu que as empresas contavam com apoio da Polícia Militar para reprimir e expulsar os posseiros, como afirma in verbis: “Chegamos a dar apoio à polícia, com transporte e alimentação (AFINAL, 1984)”.

Os pistoleiros do grupo Joaquim Oliveira estavam sob o comando do capitão James Lopes Vita, contra a qual pesavam acusações de ser um ex-agente do DOI-Codi - Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna – de São Paulo. Entre janeiro de 1981 e junho de 1986, foram assassinados 24 trabalhadores neste conflito. Anos depois, James Vita Lopes foi condenado como organizador do assassinato do deputado estadual Paulo Fonteles.

Quintino foi morto no dia 4 de janeiro de 1985, por uma equipe da PM, comandada pelo então capitão Cordovil (DIÁRIO DO PARÁ, 1991). Uma bala o atingiu na altura do pescoço e outra perto do coração.

Na mesma ocasião, morreram os companheiros do Quintino conhecidos apenas pelas alcunhas de “Bodão” e “Mão de Sola”. Nas semanas que antecederam a sua execução, foram assassinados também Porto da Silva Matos (13/12/1984; Antônio e Gogo de Jabuti (15/12/1984); um trabalhador rural “Não Identificado” e Antonia (Esposa de Quintino Silva Lira) (25/12/1984).

O capitão Cordovil, antes de mostrar o seu troféu para o comandante da Polícia Militar, fez um desvio de 150 quilômetros até o município de Capitão Poço para exibir aos fazendeiros a cabeça do homem que eles tinham colocado a prêmio. [...] seu corpo (Quintino) foi enterrado inicialmente às pressas, longe da família e de seus amigos por ordem do governador Jader Barbalho. Mas a família e o advogado exigiram a exumação do cadáver.

[...] Então, foi definitivamente enterrado na Cidapar (JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 1986). Seis anos depois do assassinato de Quintino, foram levados a julgamento 23 dos 27 policiais acusados de sua morte. Os réus foram absolvidos, por unanimidade dos votos, uma vez que o conselho de sentença da Auditoria Militar aceitou a argumentação da defesa que arguiu legítima defesa no estrito cumprimento do dever legal.

Os réus eram: Capitão da PM Raimundo de Souza Cordovil; segundo tenente José Maria Pereira de Oliveira; terceiro sargento Emernegildo Bertoldo Gomes Filho; sargento José Everaldo Cunha; cabos Francisco Bezerra da Silva; Raimundo Rosivaldo de Brito, José Ciro Aviz Maciel e Raimundo Nonato da Costa Barros; soldados Raimundo Nazareno Trindade do Lago, Raimundo Nonato Nunes dos Santos, Edvaldo Macedo das Neves, Aurelino Paulino Lima, Jorge L. Jurema dos Santos, Ivaldo da Silva Dias, Valdo Ferreira da Silva, Argelino Quaresma Vieira, Ronaldo Pacheco Ramos, Laudecir Braga Sales, Amarildo Pinheiro de Oliveira, Reinaldo Travassos de Miranda, Luis Antônio da Silva Medeiros, Raimundo Edilson da Silva Oliveira, Paulo Sullivan Alves Pereira e Modesto de Jesus Santana (DIÁRIO DO PARÁ, 1991).

Tipologia ou natureza da violação:

Morte de Armando Oliveira da Silva; violência contra trabalhadores, com mortes e torturas operadas por milícias privadas das empresas envolvidas no conflito, com conivência e apoio da polícia militar do Estado do Pará;

Identificação das vítimas:

Armando Oliveira da Silva, masculino, 38 anos, posseiro;
Marcelino de Souza, masculino, posseiro;
José Raimundo de Souza, masculino, posseiro;
Elias Afonso da Silva masculino, posseiro;
Raimundo Menezes, o “Maranhense” masculino, posseiro;
Cabralzinho masculino, posseiro;
Porto da Silva Matos (Natan), masculino, posseiro;
Silvestre da Silva Matos, masculino, 38 anos, posseiro;
“Bodão”, masculino, posseiro;

“Mão de Sola”, masculino, posseiro;
Antônio, masculino, posseiro;
Gogo de Jabuti, masculino, posseiro;
Um trabalhador rural “não Identificado”, masculino, posseiro;
Antônia (esposa de Quintino Silva Lira).

Conflitos na região com relevância para a violação:

O levantamento realizado pela Clínica de Direitos Humanos da Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (CIDHA/PPGD/ICJ/UFPA) mostra que, de 1964 a 1988, no município de Viseu, foram assassinadas 35 pessoas (6,29% do total dos assassinatos acontecido no Estado do Pará). Na microrregião do Guamá, foram registrados 67 assassinatos (12,05%) e na mesorregião Nordeste do Estado, 94 pessoas (16,91%, das vítimas).

Grupo Econômico supostamente envolvido no caso:

Cidapar – Companhia Industrial de Desenvolvimento do Pará (Grupo de Empresas de mineração, agropecuária e pecuarista: Propará, Grupiá e a Real Agropecuária, empresas do grupo gaúcho Joaquim Oliveira. Banco Denasa de Investimentos, Grupo Bangu, Grupo Veplan e Guarujá, Serve, Sadeama e Monte Cristo).

Agentes do Estado envolvidos:

Departamento de Ordem Política e Social (Dops);
Poder Judiciário - Comarca de Viseu;
Polícia Militar (PM);
Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)

Ação direta de agentes do Estado na violação e/ou das omissões e conivências:

O conflito em questão se arrastou por mais de três décadas, com ações violentas e arbitrariedades cometidas contra trabalhadores rurais a realidade quase diária durante todo o período do conflito. Entre os

inúmeros episódios que poderíamos registrar, deixamos aquele ocorrido no dia 16 e 18 de junho de 1984, nos povoados de Japim e Cristal, onde policiais, a pretexto de estar à procura de Armando, o “Quintino”, invadiram casas, agredindo homens mulheres e crianças, espancando, jogando bomba de gás lacrimogêneo. Uma mulher abortou por conta destas ações violentas (TRIBUNA OPERÁRIA, 1984).

As portas das casas eram arrombadas e os policiais entravam armados, abordando colonos e lhes tirando a posse de qualquer arma que encontravam: revólver, espingarda ou qualquer outro instrumento de trabalho que em arma pudesse ser transformado. Fecharam todas as entradas destes lugarejos e não deixavam ninguém circular pelas ruas (TRIBUNA OPERÁRIA, 1984).

A pedido da Cidapar no conflito do dia 1º de agosto de 1984, 160 PMs e dois helicópteros da FAB foram fornecidos para procurar colonos nas matas (TRIBUNA OPERÁRIA, 1984).

O conflito envolvendo os posseiros e as empresas do grupo Cidapar sugere que se faça uma cuidadosa revisão de todos os projetos agropecuários aprovados pela antiga Sudam: apesar de os inúmeros crimes fiscais amplamente e reiteradamente denunciados terem prescrito, a ação da agência foi fundamental na consolidação do latifúndio, resultando em violência contra trabalhadores(as) rurais e populações tradicionais, expulsão de suas terras, desmatamento ilegal e grilagem de terras. Urge analisar a base legal das “propriedades” que receberam recursos verificando-se se o destaque das terras do patrimônio público foi legal.

A gleba Cidapar foi desapropriada pelo Decreto nº 96.060, de 20 de maio de 1988, com uma área de 419.321,4350 ha. Foram criados os Projetos de Assentamento Cidapar 1ª Parte, localizados no município de Cachoeira do Piriá (Portaria 003, de 05/01/1994, com 199.621,9100 ha, beneficiando 4.560 famílias); Cidapar 3ª Parte, localizado no município de Viseu (Portaria 004, de 05/01/1994, com 40.478,0389 ha, beneficiando 795 famílias); Cidapar 2ª Parte, localizado no município de Nova Esperança do Piriá (Portaria 007, de 10/01/1995, com 35.081,5867 ha, beneficiando 513 famílias).

Existência de inquéritos ou processos judiciais:

Processo no 032/1985 - Justiça Militar do Estado do Pará;

Os réus foram absolvidos, tendo a sentença sido confirmada pelo TJE/PA, através do Acórdão nº 19.227, de 27/09/91, cuja decisão transitou livremente em julgado, cf. Certidão da Secretaria Judicial da Justiça Militar do Estado, datada de 10/11/2005.

É necessário se perguntar sobre o papel da Justiça Militar no julgamento de crimes de homicídio contra civis: se o processo tivesse tramitado perante um júri popular, teríamos tido o mesmo veredicto?

Fontes:

AFINAL. Luta no Pará: as empresas acusam e falam em deixar terras onde luta o bando de Quintino. 11 Dez. 1984, Belém.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Política de conflitos: o movimento sindical dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia (1988-1990)

In IDESP, Pará Agrário, Informativo da Situação Fundiária, Reforma Agrária perde espaço para a questão ambiental. no 6/7 Belém. Jan/Dez 1989.

JORNAL DO BRASIL. Matéria. 10 Abr. 1985.

JORNAL DE BRASÍLIA. Quintino se considera mais que Lampião. 1 dez. 1984.

JORNAL DIÁRIO DO PARÁ. Absolvidos os militares acusados de matar Quintino. 12 mar. 1991. Cad. 1.

JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. A história do gatilheiro da gleba Cidapar. No 52, São Paulo, mai. 1986.

_____. Velório do Gatilheiro na Gleba Cidapar. No 52, p. 9, mai. 1986, São Paulo. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Conflitos de terra no Pará pode agravar-se. 20 nov. 1984.

_____. Grupo Real ameaça 10 mil famílias. 13 a 19 jul. 1984.

_____. Matéria. 10 jan. 1986.

_____. Pará dá proteção a juízas ameaçadas. 24 nov. 1984.

JORNAL RESISTÊNCIA. Matéria. 02/1985.

Assassinato de Pedro Gomes da Silva

por Isadora Cristina Cardoso de Vasconcelos e Girolamo Domenico Treccani

A história de Pedro é igual a de centenas de posseiros da Amazônia, vítimas de pistoleiros ou do próprio aparato estatal. Foi assassinado na localidade de Junirateua, município de Moju, Estado do Pará, por um policial militar na presença do delegado do município, em 24 de julho de 1965.

Descrição do caso:

Pedro Gomes da Silva era um lavrador, casado, morava na localidade de Junirateua, no município de Moju. Em julho de 1965, “Miguel” tentou se apropriar da área que Pedro ocupava pacificamente há mais de dezoito anos.

Pedro requereu uma parte daquela área para continuar trabalhando na lavoura, mas Miguel continuou a persegui-lo. Miguel conseguiu a ajuda dos policiais de Moju que intimaram o lavrador.

Conforme relata o MST:

Na manhã do dia 24 de julho, o Pedro, na posse dos documentos de posse das terras requeridas, dirigiu-se ao local onde o agrimensor Hoyos Bentes, a polícia e o próprio Miguel demarcavam a área. Falou com o agrimensor e mostrou os supracitados documentos, quando, “(...) então, o agrimensor fez um sinal com as mãos para que os que estavam à sua retaguarda. Ouviu-se um disparo e o lavrador foi atingido à altura das costas no lado esquerdo (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, 1987, p. 31).

Pedro procurou ajuda, mesmo ferido, junto ao delegado de Moju, quando foi jogado ao solo e morto por um fuzil empunhado pelo soldado Antônio Francisco de Oliveira.

Tipologia ou natureza da violação:

A vítima foi morta na tentativa de conseguir garantir o seu direito à terra. Levou um tiro à altura das costas no lado esquerdo e posteriormente foi morta de fato pelo soldado Antônio Francisco de Oliveira. O mais cho-

cante é que tanto o indiciamento supracitado quanto o pedido de socorro e a própria morte foram acompanhados e “acobertados” pela própria polícia do município em comento.

Conflitos na região com relevância para a violação:

O município de Moju foi palco de dezenas de conflitos de terra envolvendo trabalhadores rurais, fazendeiros e empresas agropecuárias. O caos fundiário no município é tão grande que a Minuta do Plano Regional do Estado do Pará, baseando-se no Cadastro do Incra, atestava que, apesar de o município de Moju ter uma extensão territorial de 1.172.800 há, a área cadastrada é de 2.750.080,4 ha. (Ver BRASIL, 1986, p. 22). Já o levantamento promovido em 2013 pela Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem criada pela Portaria 271/2007 da Presidência do TJE/PA, verificou que, somando-se as áreas registradas no Cartório de Registros de Imóveis de Moju e as de Igarapé-Miri relativas ao mesmo município, a área seria de 4.679.977,5648, isto é, mais de quatro vezes sua extensão territorial.

O levantamento realizado pela Clínica de Direitos Humanos da Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará (CIDHA/PPGD/ICJ/UFPA), de 1964 a 1988, no município de Moju, foram assassinadas 7 pessoas (1,26% do total dos assassinatos acontecido no Estado do Pará). Na microrregião de Tomé-Açu, foram registrados 17 assassinatos (3,06%) e na mesorregião Nordeste do Estado, 94 pessoas (16,91%, das vítimas).

Agentes do Estado envolvidos:

Polícia de Moju (delegado e soldado Antônio Francisco de Oliveira), segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (1987, p. 31), a polícia estava presente na hora do assassinato, tendo inclusive a vítima pedido amparo ao Delegado de Moju, o que não surtiu efeito, tanto que naquele momento a vítima foi jogada ao chão e morta por um fuzil empunhado pelo soldado Antônio Francisco de Oliveira.

Existência de inquéritos ou processos judiciais:

Houve instauração de inquérito civil, mas não se têm notícias sobre sua tramitação.

Fontes:

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra;

Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986. 2a ed. São Paulo: Global, 1987. PARÁ.

Assembleia Legislativa. Comissão Parlamentar de Inquérito. Violência: omissão e impunidade. Belém. 12 Ago. 1991.

VIOLÊNCIA

A impunidade é um grande estímulo para a direita fascista assassinar

A nova esclada de terrorismo

A morte do ex-deputado e advogado Paulo Fonteles de Lima, a cinco quilômetros da cidade de Belém, no último dia 12 de junho, prova que a impunidade é o maior estímulo para a escalada da direita fascista, que se utiliza do terrorismo para impedir a qualquer custo a luta pela Reforma Agrária no Brasil. No estado do Pará, que detém o triste recorde de "campo da violência", estão ameaçadas de morte 26 pessoas entre lideranças sindicais, padres, políticos e advogados que estão direta ou indiretamente envolvidos na luta pela desconcentração da terra.

Trinta e duas pessoas, representando igual número de entidades, levaram ao governador paraense, Hélio Gucíros, um documento protestando contra a morte de Fonteles e exigindo a imediata punição dos assassinos e mandantes do crime.

Exigiram ainda a demissão dos secretários de Agricultura, Cláudio Furman, e da Segurança Pública, coronel Antônio Carlos Gomes, ambos apontados como ligados à famigerada União Democrática Ruralista (UDR), entidade que ainda teve a ousadia de condenar os autores da morte do advogado.

As causas

As causas do brutal assassinato de Fonteles (ele levou três tiros na cabeça quando se encontrava sentado num automóvel, aguardando o motorista, que fora apunhalado num ponto de gasolina) estão ligadas à concentração da terra no Pará, que é de quase 90% nas mãos dos latifundiários, estimulados pelos incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. E as áreas de maiores conflitos são aquelas em que estão concentradas as riquezas naturais como a castanha, o ouro, a castanha, a madeira, a bauxita e até os recursos hídricos. Empresas como a Volkswagen, Bamerindus, Bradesco, Companhia Vale do Rio Doce, Nippon Amazônica Aluminium Company, Banco Real, Sococo, Andrade Gutierrez, são algumas das grandes beneficiadas pela política de incentivo ao latifúndio.

Enquanto isso, o Plano Nacional de Reforma Agrária não consegue sair do papel. E os latifundiários dispõem de milícia privada e contam com o apoio do aparelho de Estado, através da Polícia e de juízes corruptos, para garantir suas terras com fins meramente especulativos e para fugir ao pagamento do imposto de renda.

A morte de Fonteles faz parte de uma crônica anunciada em que ele recebeu denúncias da tribuna da Assembleia Legislativa, em junho de 1984, citando inclusive os nomes dos que tramavam contra a vida dele. O ex-deputado foi preso político torturado em 1971, primeiro presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, advogado da Comissão Pastoral da Terra — CPT (Araguaia-Tocantins), deputado pelo PMDB e um dos dirigentes do Partido Comunista do Brasil.

A Polícia do Pará, que é tão diligente quando se trata de prender trabalhadores acusados da morte de pistoleiros e fazendeiros, ainda não possui nenhuma pista dos matadores e mandantes da morte de Fonteles. E, por isso, os dirigentes sindicais, de entidades democráticas e dos partidos políticos temem que se repita com outras 25 pessoas o mesmo que ocorreu com o ex-deputado. Estão ameaçadas de morte as seguintes pessoas: deputado estadual e advogado João Carlos Bastista, os padres Ricardo Rezende, coordenador da CPT Araguaia-To-

cantins, Ângelo Pansa e Dario Maso, de São Félix do Xingú; Sérgio Toneto, de Moja, e Luiz Carrá, de Irituia; o advogado João José Machado, da CPT Araguaia-Tocantins, e os lavradores Felipe Alves Macedo (Filipinho) e Advoncil Siqueira (Dozinha), dirigentes do STR de Conceição do Araguaia; Raimundo Avelino do STR de Moja; Argemiro, José Gonçalves e Crispim Manoel, do STR de Xinguara; Arnaldo Santos, Vicente Firmiano e Francisco Nunes, do STR de Paragominas; Almir, do STR de São João do Araguaia; Luiz Gaspar, Rêni Moura e Maria do Socorro Gomes, de Viseu; Atanagildo Matos (Gatão), de Marabá; Manoel Carlos, do STR de Acará; Hamilton Ramos e Newton Ramos, de Tomé-Açu e Mel Murad.



RIO MARIA

Crônica da morte anunciada



Geraldina de Oliveira, viúva de João Canuto, e Carlos Cabral — apontando a marca da bala que o atingiu — no túmulo de ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria.

Publicamos aqui artigos especialmente escritos para o PORANTIM pelo jornalista Moacyr de Oliveira Filho, autor do vídeo e do livro Rio Maria — A Terra da Morte Anunciada.

Os dois trabalhos retratam com crua objetividade a violência latifundiária praticada naquela cidade do Sul do Pará; a impunidade dos mandantes e assassinos dos trabalhadores rurais; e também a omissão e a incoerência das autoridades locais e federais.

O livro e o vídeo foram lançados em Brasília, na Câmara dos Deputados, no dia 23 de setembro, em sessão especial da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a violência no campo brasileiro.

Rio Maria — A Terra da Morte Anunciada é minha crônica como correspondente de guerra. Foi exatamente esta a sensação que tive, durante os 20 dias que passei em Rio Maria, no Sul do Pará. A de estar no meio de uma guerra, com características cruas. Porque ali se trava uma guerra de extermínio. E onde os mortos estão só de um lado.

O assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Expedito Ribeiro de Sousa, ocorrido no dia 2 de fevereiro de 1991, ganhou repercussão internacional, semelhante à da morte de Chico Mendes, em Xapuri, em dezembro de 1988. E transformou Rio Maria — um pequeno município de pouco mais de 30 mil habitantes, situado ao longo da rodovia PA-150, que liga Marabá a Conceição do Araguaia, no Sul do Pará — em símbolo da violência no campo brasileiro.

Um mês depois dessa execução, outro crime iria trazer novamente Rio Maria para as manchetes dos principais jornais do País. Carlos Cabral Pereira, sucessor de Expedito na presidência do sindicato, escapou de uma vida um atentado à bala. Se dois tiros disparados contra ele, em passo rasgando por sua cabeça, outro atingiu-lhe a perna esquerda, na altura da coxa.

Esses dois episódios, ocorridos em curto espaço de tempo, conferiram a fama de Rio Maria como "a terra da morte anunciada" e de símbolo maior da histórica violência do latifúndio contra posseiros, trabalhadores rurais, líderes sindicais e

religiosos. Afinal, só em Rio Maria, de fevereiro de 1982 a fevereiro de 1991, foram assassinados 17 trabalhadores rurais, dois deles presidentes de Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O caso de Oliveira, em 1988, e Expedito Ribeiro de Sousa, em 1991. Todos esses crimes estão até hoje impunes. Nenhum mandante, intermediário ou pistolero foi julgado e condenado. E, recentemente, no final de setembro, o fazendeiro Jerônimo Alves de Amorim, que estava preso, indicando como mandante do assassinato de Expedito, foi liberado pela Justiça, através de um habeas-corpus. Algumas semanas antes, os pistoleros José Ubiratan Mattos Ubirajara e Marivaldo Ribeiro da Silva, o "Pissarro Preto", envolvidos no sequestro e assassinato dos irmãos Canuto, fugiram da cadeia de Ourilândia, para onde tinham ido prestar um depoimento à Justiça local.

Verdadeira guerra de extermínio

Decidiu a documentar essa macabra seqüência de mortes e que passei cerca de 20 dias em Rio Maria, acompanhado do cinegrafista Malcolm Roberto e operador de VT, Celso Ribeiro, da Câmara 4 — Comunicação e Arte. Nesse período, convivimos de perto com todas as partes envolvidas nessa verdadeira guerra de extermínio. Ouvimos trabalhadores rurais, fazendeiros, parentes das vítimas, religiosos, autoridades. Participamos de um Ato Público contra a Violência e a Impunidade. Acompanhamos audiências judiciais e identificações de pistoleros. E assistimos

a uma reunião de fazendeiros, realizada na Câmara Municipal de Xinguara. O resultado de todo esse trabalho está registrado no livro e no vídeo Rio Maria — A Terra da Morte Anunciada, lançados, em Brasília, numa sessão especial da CPI da Câmara dos Deputados que investiga a violência no campo brasileiro, no dia 23 de setembro.

Esse trabalho, além de ser uma reportagem, é, como disse o deputado Haroldo Lima, líder do Partido Comunista do Brasil na Câmara dos Deputados, na apresentação do livro, um desafio à Justiça do Brasil. Andando pelas ruas de Rio Maria, conversando com o povo, com os trabalhadores, com os fazendeiros, tive a nítida sensação de que os crimes ali cometidos estão impunes graças à total omissão e complacência das autoridades policiais e judiciárias do País. Nas ruas de Rio Maria, todos sabem, alguns com riqueza de detalhes, como foram tramadas essas mortes, quem as articulou e, normalmente, quem apertou o gatilho assassino. Da morte do posseiro Belchior Martins da Costa, assassinado com 140 tiros, em 1982, numa operação comandada pessoalmente pelo fazendeiro Valter Valente, até o assassinato de Expedito e o atentado a Carlos Cabral, no começo deste ano, existem pistas, indícios, informações e provas suficientes para colocar na cadeia os responsáveis por todos esses crimes. Apesar disso, todos eles permanecem impunes.

A violência é seletiva. As causas da violência em Rio

Maria são as mesmas da que ocorre em todo o campo brasileiro. Concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos e ocupação das terras pela pecuária, ao lado de milhares de trabalhadores em busca de um pedaço de chão para produzir e sustentar suas famílias. Além disso, as mortes em Rio Maria têm algumas características marcantes. Em primeiro lugar, em sua maioria, foram antecipadamente anunciadas. Ou seja, as vítimas sabiam que iriam morrer e começaram logo às autoridades. Apesar dessa providência, nada foi feito para garantir a sua segurança. Outra característica é o seu caráter seletivo. A maioria dos 17 assassinatos atingiu lideranças sindicais e políticos dos trabalhadores rurais. Com isso, esses crimes voltaram, também, contra a Constituição, no medida em que visavam atingir a liberdade de organização sindical e partidária. Dos mortos de Rio Maria, dois eram presidentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e sete, além de sindicais, eram também militantes e dirigentes de PC do B. Dos atuais marcos para morrer, quatro são sindicais e militantes de PC do B e um, o padre Ricardo Rezendes, é uma destacada liderança da Igreja progressista.

Finalmente, os crimes de Rio Maria são o melhor exemplo da impunidade que reina no País, principalmente no interior. O vídeo registra uma cena chocante. O prefeito de Rio Maria, Tildê Aranha, irmão de um dos fazendeiros da região, afirma, numa reunião promovida pelos fazendeiros, que não entendia a família Canuto: "já mataram o pai, já mataram dois filhos e esse pessoal ainda tem a coragem de subir em cima do pelanque para exigir os fazendeiros", diz Aranha, para concluir, ameaçador: "Não temos de resolver esse problema".

Otávio Canuto, filho de João Canuto e sobrevivente do sequestro em que foram assassinados seus irmãos José e Paulo Canuto, em abril de 1990, é um dos marcados para morrer de Rio Maria.

Para bem entender, mais palavras basta.

Moacyr de Oliveira Filho

Rio Maria — A Terra da Morte Anunciada, livro de 120 páginas, Editora Anita Garibaldi, CDF R\$ 1.800,00; vídeo de 38 minutos, Câmara 4 — Comunicação e Arte, CDF R\$ 15.000,00 (pedidos pelo telefone: (061) 224-6789)

Assassinato de João Canuto e o conflito na fazenda Canaã, lote 157

por José Sonimar de Sousa Matos Júnior e Girolamo Domenico Treccani

Vislumbram-se no caso grandes indícios de omissão e conivência, senão, apoio de instituições e pessoas do poder público junto a grupos privados para violentar trabalhadores em despejos que resultaram em morte, destruição de pertences, queima de casas, aniquilação de lavouras e ameaças de morte. Personalidades políticas influentes (prefeitos e ex-prefeitos da região) foram apresentadas como possíveis mandantes do crime de assassinato de um dos maiores líderes sindicais da região, João Canuto de Oliveira. A violência contra os trabalhadores e suas lideranças encontrava apoio no Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (Getat), que favoreceu a apropriação de terras por parte de latifundiários e tentou desarticular a organização dos trabalhadores cerceando seus direitos de livre sindicalização.

O Estado (governo federal e estadual, em conjunto com o Poder Judiciário) demonstrou sua parcialidade se omitindo ante os inúmeros pedidos de segurança para preservar a vida de trabalhadores, de líderes sindicais e da igreja. As denúncias de ameaças de morte, inclusive a possível existência de verdadeiras “listas de pessoas marcadas para morrer”, que incluíam líderes sindicais, políticos e advogados; os assassinatos de trabalhadores rurais cometidos por pistoleiros, jagunços e fazendeiros, apesar de serem amplamente denunciados pela imprensa, não chegaram a ter resposta por parte do poder público para evitar e/ou coibir a violência.

A política fundiária ignorou os pedidos de desapropriação de terras improdutivas e não apurou as denúncias de grilagem de terras públicas que favoreceram a consolidação e a concentrando a terra nas mãos dos latifundiários e das empresas agropecuárias. Data e local: meados da década de 1980, na Fazenda Canaã, Lote 157, localizada no município de Rio Maria no sul do Estado do Pará.

Descrição do caso:

João Canuto de Oliveira nasceu em 18 de janeiro de 1936 na localidade de Santa Maria, município de Trindade, distante aproximadamente 54 km da capital goiana.

Em Goiás, ele participava ativamente das reuniões e assembleias do sindicato. Em 1973, migrou para o atual município de Rio Maria, no sul do Estado do Pará, onde trabalhou na fazenda Três Irmãos, cuja propriedade, ainda em via de “regularização”, pertencia a Mizael (ex-prefeito). Depois de um ano de trabalho, retornou a Goiás para buscar sua família (FEITOSA, 2011).

Em 1978, em razão de uma desavença com os proprietários da fazenda, foi despejado de sua posse, teve queimados seus pertences e sua casa, além de perder sua mãe em razão deste ato de despejo (S.I.N, memorando no 85/86, 1986). Nas eleições municipais de 1982, Canuto se candidatou a prefeito de Rio Maria pelo PMDB, perdendo por poucos votos e devido a possíveis fraudes na apuração.

Em 1983, criada a Delegacia Sindical dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, João Canuto foi eleito presidente. Um dos seus primeiros trabalhos foi consolidar a organização e oficializar a criação do STR, do qual se tornou o primeiro presidente (REZENDE, 2010). Sua liderança, porém, não se restringia ao município de Rio Maria, tendo participado de vários encontros e congressos de trabalhadores rurais em diversos lugares.

Foi no conflito da fazenda Canaã, Lote 157, uma área de 2.977,6506 hectares pertencente ao médico residente de Goiânia João Jacques Coelho, entretanto, que a luta de João Canuto ao lado dos trabalhadores se tornou mais evidente.

Em 1981, o fazendeiro mandou matar o gerente da fazenda, Luizão. A morte veio a público e, a partir de então, o fazendeiro desativou a fazenda e nunca mais apareceu na região. Em janeiro de 1983, começou o processo de ocupação da fazenda por 45 famílias de trabalhadores (OLIVEIRA, 1985).

No mesmo mês que iniciou a ocupação, João Jacques Coelho conseguiu um título de propriedade expedido pelo Getat. Esse documento foi utilizado para a solicitação de um provimento judicial junto à comarca de Marabá. O fazendeiro conseguiu uma liminar de reintegração de posse prolatada pela Juíza Ruth Nazaré Couto Gurjão.

Na petição inicial, o fazendeiro argumentava que, no momento da expedição do título, ele detinha uma posse legítima, cultura efetiva, além de a posse ser mansa, pacífica e habitual, destacando principalmente a não

presença de posseiros. Segundo o médico, a invasão da fazenda teria acontecido depois da concessão de título. O fazendeiro acusava os trabalhadores de invadir área florestal e de pastagens, provocando destruição florestal com derrubada de árvores para comercialização ilegal (NETO, 1984).

Antes de solicitar o provimento judicial, o fazendeiro Jacques tinha representado administrativamente junto ao Getat a acusação de invasão de suas terras, sendo de pronto atendido pelo órgão, que promoveu o cadastro de trabalhadores interessados para serem assentados no projeto Carajás. Alguns trabalhadores inscritos no cadastro receberam lotes para desocupar a propriedade do fazendeiro (NETO, 1984).

A liminar de reintegração de posse foi concedida e, no dia 25 de maio de 1984, o gerente da fazenda, Francisco Jacques Coelho, acompanhado de policiais militares, pistoleiros e do oficial de justiça, iniciou o processo de expulsão das 22 famílias, que viviam na gleba Canaã há mais de um ano. Somaram em três o número de despejos.

De alguns desses despejos participaram de 70 a 80 policiais provenientes de Conceição do Araguaia, Redenção, Xinguara e Rio Maria. A liminar não identificava o nome dos trabalhadores que deveriam ser despejados e na petição inicial eles eram identificados apenas pelo prenome – Divino de tal – ou somente pela alcunha.

Segundo depoimento do próprio Canuto, a lista com nome de trabalhadores utilizada pelo fazendeiro na ação judicial foi fornecida pelo Getat. Não sabendo quem de fato deveria ser despejado, todos os trabalhadores foram expulsos da terra, mesmo aqueles cujo nome não constava na liminar (OLIVEIRA, 1985).

Conforme o depoimento dos trabalhadores, os policiais chegaram a suas casas com a finalidade de desarmá-los, tirando de suas posses vários utensílios de trabalho: foices, facões, espingardas, pás, cartuchos, facas, tesouras, machados e cutelos.

A abordagem dos trabalhadores de forma violenta e truculenta resultou em casas queimadas, destruição de culturas, mobílias e abandono de criações. Os policiais não oportunizaram a eles tempo suficiente para a arrumação e preparação de seus pertences, sendo alguns deixados à beira da estrada ou levados por um caminhão (SILVA, 1985).

Os trabalhadores relataram que os pistoleiros os intimavam através de ameaça de morte: “Se alguém voltar aqui, pode haver morte”. Alguns perguntavam: “Quem mandou entrar, foi Canuto?”. Outros ironicamente diziam: “Cadê o Doutor Canuto para defender vocês?” (SILVA, 1985). Canuto acompanhou alguns despejos e em um deles foi ofendido pelo capitão Rosário, coordenador das ações de despejos feito pela PM e pelo gerente da fazenda (CPT, 1984).

Após os despejos, mais de 40 pistoleiros foram contratados para fazer a guarda do local. Enquanto isso, foi marcada a vistoria para encaminhamento do processo de desapropriação da fazenda Canaã (SOUSA, 1986). Ao que tudo indica, aqui reside o motivo principal da morte de Canuto. O proprietário, inconformado com a notícia da desapropriação da fazenda, enxerga em Canuto a razão da organização e articulação em nível nacional da luta pelo interesse dos trabalhadores. Canuto denunciava a ilegalidade na concessão das várias liminares prolatadas pela Juíza Ruth Gurjão, pois a Fazenda Canaã estava localizada, na época, no município de Conceição do Araguaia, e as sentenças eram proferidas pela comarca de Marabá, ou seja, fora da jurisdição competente.

Em um dos despejos, Canuto denunciou também outra arbitrariedade: o documento trazido pelo oficial de justiça não era uma liminar de despejo, mas apenas uma citação para que um grupo de posseiros contestasse uma ação de reintegração (JORNAL DO MST, 1984).

Canuto chegou a denunciar ter recebido uma proposta de suborno, que recusou, afirmando que qualquer proposta de negociação teria de ser discutida com os trabalhadores que ocupavam a área (OLIVEIRA, 1985).

Após os despejos, o Getat convocou uma reunião com os trabalhadores, propondo a transferência para assentamento na Serra Norte. Determinou ainda o órgão que apenas os trabalhadores que se associassem ao sindicato “pelego” de Conceição do Araguaia receberiam terras. Os trabalhadores que participassem das organizações da Igreja Católica ou votassem na oposição sindical não poderiam receber lotes.

Apesar da parcialidade com que o Getat atuava no conflito, o ministro Nelson Ribeiro (Mirad) prometeu a um grupo de trabalhadores a desapropriação da fazenda Canaã acreditando ele ser a única solução para o conflito (CPT, 1984; JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 1985).

João Canuto acompanhou de perto as ações de despejo, não apenas verificando a legalidade de cada ato ou medindo as arbitrariedades das ações, mas principalmente fornecendo apoio material e moral a cada família despejada, ajudando-as na busca de mantimentos – comida, roupas, lugar de abrigo. Realizou reuniões com os trabalhadores para conscientizá-los da importância da organização e sindicalização. Buscou apoio jurídico da Defensoria Pública em Conceição do Araguaia através do advogado Roberto para contestar a liminar da ação de reintegração de posse.

Canuto, juntamente com a CPT – Comissão Pastoral da Terra – diocese de Conceição do Araguaia, obteve abrigo aos despejados em barracão pertencente à Igreja Católica de Rio Maria. Foi também pelo apoio da CPT Araguaia-Tocantins que as denúncias dos despejos chegaram à imprensa local e nacional (CPT, 1984).

Em junho de 1985, o então deputado federal Ademir Andrade entregou um documento ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, solicitando que fossem investigadas as denúncias de ameaças de morte contra Canuto e outras lideranças sindicais do sul do Pará.

Em 30 de novembro, Canuto escreveu uma carta ao governador do Pará, Jader Barbalho, denunciando que o capitão Edson e o prefeito Adilson Laranjeira estavam envolvidos com o proprietário da fazenda Canaã e tramavam sua morte. No dia 14 de dezembro, junto com o Dr. Raimundo Olimpio de Araújo, procurou a delegacia de polícia de Rio Maria para requerer proteção. Nenhuma providência foi adotada.

No dia 18 de dezembro de 1985, por volta das 15h30, em frente ao cemitério de Rio Maria, João Canuto de Oliveira, aos 45 anos, foi assassinado com 12 tiros de revólver, que perfuraram o peito e a cabeça.

A morte de Canuto há muito já era prevista: as ameaças eram constantes, todas denunciadas às autoridades políticas e de segurança, sem que fossem adotadas as providências no sentido de preservar sua vida. O coordenador da CPT da diocese de Conceição do Araguaia, padre Ricardo Rezende, afirmou que o proprietário da fazenda Canaã já havia ameaçado de morte várias vezes Canuto. O próprio Canuto pessoalmente chegou a pedir a polícia para desarmar pistoleiros da região. Certa vez, fora recebido em Brasília pelo alto escalão do Ministério de Desenvolvimento e Refor-

ma Agrária em sua insistente luta pela desapropriação da fazenda Canaã. (JORNAL FOLHA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1985).

A morte de Canuto teve repercussão nacional, causando grande comoção e indignação na população de Rio Maria, principalmente nos trabalhadores.

O deputado federal Ademir Andrade, do PMDB, um dia após a morte de Canuto, enviou telex ao ministro de Estado da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson de Figueiredo Ribeiro, para manifestar sua “completa indignação ante o total descaso que todas as autoridades do setor fundiário mostraram diante das dezenas de pedidos de providências feitos pelo bravo João Canuto”, por ele próprio, por membros da CPT, por sindicalistas e outros trabalhadores, a respeito da situação tensa e conflituosa que existia na fazenda Canaã:

[...] que tal insensibilidade resultou na morte trágica de João Canuto de Oliveira, presidente do Sindicato dos trabalhadores, executado fria e barbaramente às 15h20 da tarde de ontem por dois pistoleiros, [...] João Canuto sabia que ia morrer, mas garantiu aos companheiros que só pararia sua luta pela justiça e pela desapropriação da Canaã quando isto já estivesse bem encaminhado, o que não ocorreu a tempo de salvar sua digna vida. Doze tiros de calibre 38 confirmaram o que ele suspeitava com mais convicção desde segunda-feira (16/12), quando chegou a registrar em depoimento na delegacia de polícia de Rio Maria, sua preocupação com as atitudes ameaçadoras de cinco jagunços da fazenda Canaã, que rondavam a frente da sede do sindicato (ANDRADE, 1985). Ademir Andrade lembra o fato de o ministro Figueiredo ter recebido um dossiê com todas as informações sobre o caso da fazenda Canaã (ANDRADE, 1985).

A morte de João Canuto aconteceu no mesmo momento em que se realizavam as eleições para a diretoria da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – em Brasília, e provocou a revolta dos mais de dois mil trabalhadores reunidos, que foram para a frente do

Palácio do Planalto protestar pela morte de João Canuto e outros tantos trabalhadores vítimas dos conflitos no campo (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 1985).

Se antes, naturalmente por conta dos conflitos, vivia-se um clima de tensão constante em Rio Maria, com mais razão agora, depois da morte de Canuto, recrudescera os ânimos dos trabalhadores e fazendeiros. O deputado federal Ademir Andrade enviou ao ministro Nelson de Figueiredo Ribeiro um abaixo-assinado dos moradores de Rio Maria, organizado pela paróquia local, reiterando o pedido de desapropriação da fazenda Canaã (Abaixo Assinado, 1985).

O governador do Estado do Pará, Jader Barbalho, reuniu com o ministro Nelson Ribeiro, para discutir sobre as mortes no campo no Estado do Pará. O coordenador da CPT regional de Conceição do Araguaia, Ricardo Rezende, também conversou com o ministro Ribeiro para expor a situação de Rio Maria (Jornal de Brasília, 1985). José Francisco da Silva, presidente da Contag, enviou telegrama ao presidente da República, José Sarney, para alertar sobre a tensão da gleba Canaã.

A luta empenhada com tanto vigor por João Canuto de Oliveira na busca da efetivação e do respeito ao direito de posse dos trabalhadores, como tantas vezes fora a ele prometido por autoridades públicas e instituições, teve êxito quando, em 23 de junho de 1986, o decreto presidencial nº 92.807 desapropriou por interesse social para fins de reforma agrária a fazenda Canaã, alvo das principais disputas entre trabalhadores e fazendeiros da região.

As acusações da morte de Canuto pesaram, no primeiro momento, principalmente sobre o proprietário da fazenda Canaã, gleba 157, por ter surgido dele as ações judiciais de despejos dos trabalhadores. As investigações, porém, evidenciavam o envolvimento de outros fazendeiros na morte do líder sindical.

Ovídio Gomes de Oliveira, fazendeiro da região que também tinha suas terras ocupadas pelos trabalhadores, passou a figurar como principal suspeito pela morte de Canuto. O prefeito de Rio Maria, Adílson Laranjeira, e o fazendeiro Vantuir de Paula também tiveram seus nomes integrados ao rol de mandantes do crime.

O inquérito da morte de Canuto ficou totalmente parado de 1988 até maio de 1990. Em 27 de fevereiro de 1991, o delegado comunicou ao juiz que as testemunhas a serem ouvidas já não se encontravam mais na região. Em março do mesmo ano, o promotor pediu a devolução do processo à delegacia para serem ouvidas na sua presença algumas testemunhas. Na ocasião, foram ouvidas treze pessoas e feitas três acareações. Essas declarações evidenciaram que várias testemunhas e nomes de alguns dos mandantes do crime haviam desaparecidos do inquérito.

Em 1993, o inquérito policial foi concluído, oito anos depois do crime. Somente três anos depois o Ministério Público ofereceu denúncia. Em 1997, com forte pressão da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da OEA, sob pena de condenar o governo brasileiro, a fase de instrução do processo começou a ser realizada. Isso não impediu que a Comissão Interamericana em 1997 condenasse o Brasil pela demora na apuração do crime (CONSULTOR JURÍDICO, 2003).

Nos dias 22 e 23 de maio de 2003, em Belém aconteceu o julgamento dos mandantes do crime de assassinato de João Canuto. Adilson Carvalho Laranjeira, ex-prefeito de Rio Maria, e Vantuir Gonçalves de Paula foram condenados à pena privativa de liberdade em 19 anos e 10 meses de reclusão, inicialmente em regime fechado, mas, por serem réus primários e terem boa conduta, poderiam apelar da decisão em liberdade (JORNAL DIÁRIO DO PARÁ, 2003).

Vantuir de Paula, no início de 2005, foi convidado de honra na Câmara Municipal de Rio Maria, além de ser cotado para ser secretário de Obras do município pelo prefeito à época (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2005).

Cinco anos após a morte de Canuto, as perseguições aos trabalhadores continuaram na região: três filhos de Canuto, José, Paulo e Orlando, foram sequestrados e baleados a sangue frio e apenas Orlando sobreviveu (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2005). Na fuga, os pistoleiros contaram com o apoio de policiais militares, que os deixaram passar numa barreira criada para encontrar os desaparecidos.

Quatro trabalhadores foram presos por conta de tiroteio ocorrido na fazenda Canaã. Brás Antônio de Oliveira, José Odilon de Matos, Josué

Ribeiro de Moura e Ari Ribeiro de Moura passaram mais de duas semanas presos ilegalmente. O lavrador Jason Francisco na mesma ocasião fora sequestrado e passou vários dias desaparecido (JORNAL O LIBERAL, 1986).

O lavrador Jesuíno Pereira de Sousa, membro da diretoria do STR de Rio Maria, fora ameaçado de morte pelo pistoleiro Ceará e o sargento PM Miranda, além de ter sua casa invadida por um grupo de homens comandados pelo sargento. Ceará prestava serviços na fazenda do prefeito de Rio Maria Adilson Laranjeira na época.

O prefeito negou quaisquer ligações com Ceará e afirmou ter pedido ao coronel Francisco Machado, comandante geral da PM à época, providências em relação ao sargento Miranda (JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1987). Valdério Pereira dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Rio Maria, após a morte de João Canuto de Oliveira, também foi alvo de diversas ameaças.

Tipologia ou natureza da violação:

O assassinato do líder sindical João Canuto de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria – Pará, encomendada por políticos e fazendeiros da região, não foi a única que teve como origem o conflito na fazenda Canaã e outras fazendas localizadas na região. Quatro trabalhadores foram presos por mais de duas semanas por conta de tiroteio ocorrido na fazenda Canaã: Brás Antônio de Oliveira, José Odilon de Matos, Josué Ribeiro de Moura e Ari Ribeiro de Moura. Bras seria assassinado em 03/04/1990, junto com Ronan Rafael Ventura, num outro conflito de terras.

Há relatos de violência nos despejos ordenados pela Justiça, com junção da polícia e pistoleiros para queimar barracos, lavouras, retirar da posse dos trabalhadores utensílios de trabalho, além de não oportunizar aos mesmos a retirada dos seus pertences e conservação de suas benfeitorias.

O direito de livre associação dos trabalhadores acabou prejudicado porque o Getat, na negociação que visava retirar da fazenda em conflito os trabalhadores e assentá-los em alhures, condicionou o recebimento de terras pelos trabalhadores à sindicalização deles no sindicato pelego de Conceição do Araguaia e a não participação em quaisquer instituições da igreja.

Identificação das vítimas:

João Canuto de Oliveira, 45, sindicalista;
José Canuto (filho de João Canuto), trabalhador rural;
Paulo Canuto (filho de João Canuto), trabalhador rural;
Brás Antônio de Oliveira, trabalhador rural.

Grupo econômico supostamente envolvido no caso:

Fazendeiros e políticos influentes da região.

Agentes do Estado envolvidos:

A Polícia Judiciária e órgãos do Judiciário representado por oficial de justiça e juízes pela concessão de limiares e a condução arbitrária dos despejos havidos na fazenda. O Getat teve atuação parcial e limitadora dos direitos dos trabalhadores na condução de negociações para o deslocamento dos trabalhadores para áreas de assentamento.

Descrição da ação direta de agentes do Estado na violação:

Há relatos que mostram a ilegalidade na concessão das várias liminares de despejos prolatadas pela Juíza Ruth Gurjão contra os trabalhadores, pois a Fazenda Canaã estava localizada, a época, no município de Conceição do Araguaia e as sentenças eram proferidas pela comarca de Marabá, ou seja, fora da jurisdição competente. Um dos despejos mostra outra arbitrariedade: o documento trazido pelo oficial de justiça não era uma liminar de despejo, mas apenas uma citação para que um grupo de posseiros contestasse uma ação de reintegração (JORNAL DO MST, 1984).

Uma questão a ser debatida é a grande quantidade das ações possessórias não identificarem corretamente os réus e, no momento do despejo, o fazendeiro ou o gerente se aproveitar desta situação para despejar todas as famílias, inclusive, em algumas situações, vizinhos da área objeto da disputa judicial.

Existência de inquéritos ou processos judiciais:

IPL 030/85; Proc. 200220118090 (1a V.P. Desaforado);

Sentença final (condenação):

Processo julgado na Comarca da Capital em razão de Desaforamento – 1ª Vara Penal. Réus condenados a 19 anos e 10 meses de reclusão. Condenados foragidos. Expedidos mandados de prisão contra os mesmos, cf. Cert. da Vara de Execuções Penais de Belém, de 28/10/2005.

Fontes:

ANDRADE, Ademir. Telegrama. Brasília, 19 out. 1985.

_____. Telegrama. Brasília, 26 nov. 1985.

_____. Telegrama. Brasília, 26 dez. 1985.

_____. Telex Urgente. Brasília, 19 dez. 1985.

ANISTIA INTERNACIONAL. Brasil. Violência autorizada nas áreas rurais.

Amnesty International Publications. Londres, 1988. BRASIL.

Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins. GETAT Título definitivo de Outorga de propriedade a João Jacques Coelho.

_____. Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins - GETAT, Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Memorial Descritivo. 4 de Março de 1980.

_____. Decreto n.o 92.807, de 23 de junho de 1986. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado Fazenda Canaã.

Diário Oficial da União, 24 jun. 1986, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92807-23-junho-1986-443665-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Certidão. 09 dez. 1983.

_____. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Levantamento dos Conflitos de Terra em que se registram mortes, ocorridas no país em 1985. Brasília, 03 fev. 1986.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. Boletim da CPT Nacional, 05/06 de 1984 no 52; Goiânia: CPT. 1984 p. 23.

_____. Nacional. Denúncia do Sindicato dos Trabalhadores de Rio Maria. Rio Maria, 23 mai. 1984.

- _____. Ficha de Conflito de Terra, Goiânia, 28 dez. 1984.
- _____. ARAGUAIA TOCANTINS. Comunicado a Opinião Pública, Conceição do Araguaia, 24 de junho de 1984.
- _____. Assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Execução dos Pistoleiros. In: NOTÍCIAS URGENTES. Ano 2. No. 12. Belém, 1988.
- _____. REG. NORTE II. Lavrador Ameaçado de Morte. Belém, 28 dez. 1986.
- CONSULTOR JURÍDICO. Fazendeiros serão julgados por assassinato ocorrido há 18 anos. Consultor Jurídico, 19 de maio de 2003. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2003-mai-19/fazendeiros_acusados_assassinato_serao_julgados>. Acesso em: 14 mar. 2014.
- _____. Despejo em Rio Maria. Jornal CPT Nacional. Maio de 1985; Notícias Urgentes no 11, p. 4.
- DIOCESE DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. Abaixo Assinado, Paróquia N. S. Aparecida. Rio Maria, 12 de Dezembro de 1985.
- FEITOSA, Teresinha Cavalcante. Questão agrária, violência e poder público na Amazônia Brasileira: O assassinato do líder sindical João Canuto de Oliveira. 2011. 269 f.
- Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA: Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro. 2011.
- FILHO M., Arnaldo. Memorando no 109. Belém, 17 de Abril de 1981.
- FRANCISCO S., JOSÉ. Nota. 18 de Dezembro de 1985, Brasília [para] Excelentíssimos Senhores Ministros da Justiça e Desenvolvimento e Reforma Agrária. Brasília. f. Sobre a morte de Canuto.
- HANRAHAN, Patrício José. Nota ao Povo Católico de Rio Maria. 29 mai.1984.
- _____. Terra em Conflito: Médico em Goiânia expulsa posseiros no sul do Pará.
- Revista da Arquidiocese, Goiânia, v. 02, n. 7, jul. 1984.

JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ. Prefeito diz que nada tem com pistoleiro. Belém, 09 jan.1987.

JORNAL CORREIO BRASILIENSE. Polícia do Pará expulsa posseiros. 24 mai. 1984, p. 7.

JORNAL DE BRASÍLIA. CPT vê quem matou Canuto. 21 dez. 1985, p. 4.

_____. Líder morto. 19 dez.1985, p. 4.

_____. Violência no Sul do Pará tem apoio oficial. Brasília, 24 mai. 1984, p. 5.

JORNAL O DIÁRIO DO PARÁ. Mandantes da morte de João Canuto pegam mais de 19 anos. 24 de maio de 2003. Disponível em: <<http://www.forumescravo.jex.com.br/noticias/mandantes+da+morte+de+joao+canuto+pegam+mais+de+19+anos>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

JORNAL DO MST. Mais Famílias Despejadas. São Paulo, 21 jul. 1984.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Fazendeiro é condenado, solto e pode ser secretário. São Paulo, 30 jan.2005.

_____. Revolta na Contag contra assassinato de líder camponês. Brasília, 19 dez.1985, p. 24.

_____. Ribeiro promete desapropriar no PA. Brasília, 01 nov.1985, p. 15.

_____. Sindicalista Rural morre fuzilado por dois no Pará. 19 dez. 1985, no 339, p. 4.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Despejos de posseiros. 24 mai. 1984, p. 10.

_____. Manifestação no enterro de sindicalista. Belém: Agência Estado, p.15.

JORNAL O LIBERAL. Líder Rural denuncia PM por ameaças. 29 nov. 1985.

_____. Roubos negados nos castanhais. 02 fev. 1984, p. 18.

_____. Sete presos ilegais em Conceição do Araguaia. Belém, 22 mai. 1985.

_____. Sindicalista ameaçado de morte por pistoleiros. Belém, 01 jan. 1987.

_____. Sindicato faz denúncia. 24 mai.1984.

J.T. SEM TERRA. Sargento Ameaça sindicalista. No 59, São Paulo, Janeiro de 1987. p 7.

JESUÍNO. Informações dadas pelo diretor do STR de Rio Maria. 14 nov. 1985.

JORNAL O SÃO PAULO. Mais Famílias Despejadas. 26 jun.1984, p. 8.

LARANJEIRA, Adilson. Telegrama. Brasília, 29 de Outubro de 1985.

MARTINS, José de Sousa. Expropriação e Violência: a questão política no campo. 3a Ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

NETO, João de Albuquerque Nunes. Petição Inicial. Marabá, 07 fev. 1984.

OLIVEIRA, João Canuto. Declaração. 11 abr.1985.

PARÁ. Registro Geral de Imóveis. Matrícula no 5.210, folha 001, livro 2-S, Cartório Silvino Santis, Marabá, 31 Jan. 1984.

REZENDE, Cleber. Há 25 anos bala do latifúndio matava sindicalista João Canuto. Disponível em:<http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=143941&id_secao=8>. 16 de Abril de 2014.

REZENDE, Ricardo. Telegrama. 19 de Dezembro de 1985, Goiânia [para] RIBEIRO, NELSON. Brasília. f. Denúncia Assassinato de Canuto.

_____. 18 de Dezembro de 1985, às 17h30min, Goiânia [para] Desconhecido. Aviso Sobre morte de Canuto.

REZENDE, Ricardo Figueira. A Justiça do Lobo: posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROZIERS, Henri De. Processo João Canuto de Oliveira, Rio Maria. 24 de Julho de 1991.

SILVA, Antônio S. et al. Depoimento de despejos: depoimentos. 22 de Maio de 1984. Rio Maria - Pará: 1o depoimento. Depoimento dos trabalhadores sobre as ações de despejos.

SILVA, José Francisco da. Telegrama. 24 de Outubro de 1985 , Brasília [para] SARNEY, JOSE. Brasília. f. Reivindicações.

SOUSA, Jesuíno P. S. Declaração de Jesuíno Pereira de Sousa. Rio Maria, 25 dez. 1986.

SOUZA, ELIAS G. M. et al. Declaração de posse: depoimento. [30 de Dezembro de ...]. Rio Maria: Declaração de Posse.

Assassinatos em Rio Maria

No último dia 22, cinco homens que se identificaram como agentes da Polícia Federal, armados com metralhadoras e escopetas, invadiram a casa de José, Paulo e Orlando Canuto de Oliveira, em Rio Maria, PA, e os sequestraram, assassinando José e Paulo. Orlando, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local e membro do Diretório Municipal do Pc do B, sobreviveu ao ataque e foi removido para um hospital em Belém, com o apoio de uma comissão de parlamentares do PT, Pc do B, PSB e PSDB, que seguiram em 23/4 para Rio Maria.

Os três eram filhos de João Canuto de Oliveira, membro do Diretório Regional do

Pc do B do Pará, assassinado em 1985, quando presidia o STR do município.

Suspeita-se que os assassinos sejam os mesmos que, no dia 4 de abril, mataram Braz Antônio de Oliveira, também dirigente municipal do Pc do B.

A comissão que conseguiu a remoção de Orlando Canuto para um hospital em Belém está exigindo do governador Hélio Guciros a substituição do delegado de Rio Maria e a imediata apuração dos fatos com a participação da Polícia Federal. Outra comissão se dirigiu a Brasília para exigir providências do ministro da Justiça na tentativa de evitar que estes crimes caiam na impunidade.



Assassinato de José Manoel de Souza

por Isadora Cristina Cardoso de Vasconcelos e Girolamo Domenico Treccani

O assassinato de José Manoel de Souza está relacionado à sua atuação na Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá. O grileiro Ozanir da Silva, sentindo seus interesses ameaçados, teria ordenado a referida morte.

Data ou período do caso:

02 de janeiro de 1981.

Localização espacial em que ocorreu a violência:

Gleba Marabá, KM 59 da PA-150, Jacundá, Estado do Pará. Alguns documentos tratam de KM 58.

Descrição do caso:

José Manoel de Souza, conhecido como “Zé Piau”, foi morto no dia 02.01.1981 em sua casa, no KM 59 da PA-150. Existem duas versões sobre a dinâmica dos fatos. Uma primeira ele teria acolhido dois homens que diziam estar procurando um contrato de trabalho; outra que eles o procuraram sob o pretexto da compra de porcos, porém, ele [...] não tinha porcos para vender. Então, eles falaram de comprar galinhas e insistiram com Zé Piau que saísse no quintal para mostrar suas galinhas. No mesmo instante, dispararam 7 tiros em Zé Piau, que morreu na hora. Dentro de sua própria posse, na presença de sua companheira e 5 filhos pequenos (ALVORADA, 1981). Zé Piau e sua família estavam jantando e ele ofereceu comida aos seus algozes, que o mataram e, imediatamente, saíram correndo e entraram em um carro que os aguardava na estrada. Zé Piau “(...) deixou uma viúva com cinco filhos” (VOZ DO POVO, 1981). O motivo do assassinato seria porque José Manoel “(...) fazia parte da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá e, pela sua atuação, mereceu o ódio do grileiro Ozanir” (ALVORADA, 1981).

A morte ocorreu a mando de Ozanir Silva a seus pistoleiros. Ozanir é um grileiro que já era conhecido por perseguir diversas pessoas na região de Itupiranga e Jacundá.

O grileiro Ozanir Silva é um elemento que tem fama de assassino na PA-150. É um capixaba que desde 77 vem atentando, ameaçando e matando com seus pistoleiros os moradores daquela região. O grileiro assassino está cobiçando seis glebas de terra, onde residem mais de 100 famílias. Aqui ele se refugia dos crimes que comete lá no Espírito Santo, que é a terra dele. E lá ele se acoita depois de cometer os crimes aqui (BOLETIM DA CPT NACIONAL, 1981). As violações de direitos humanos são fortes nessa região em virtude da morosidade da atuação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), aliada às ineficiências de políticas públicas e pouca atuação das polícias e do Poder Judiciário.

Tipologia ou natureza da violação:

José Manoel de Souza foi morto a mando do grileiro Ozanir da Silva, a sangue frio, por 7 tiros (BOLETIM DA CPT NACIONAL, 1981) disparados por pistoleiros, na frente de sua família.

Identificação da vítima:

José Manoel de Souza (Zé Piau), lavrador, 33 anos, fez parte da Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá.

Conflitos na região com relevância para a violação:

Nas décadas de setenta e oitenta, a abertura da rodovia PA 150, que integra a capital (Belém) ao sul do Estado do Pará, permitiu o acesso a milhões de hectares de terras devolutas. Várias cidades (como por exemplo Tailândia), surgiram como colônias criadas para garantir o acesso à terra para milhares de famílias. Os órgãos fundiários do Estado (Iterpa) e da União (Incrá e Getat) careciam de estrutura para atuarem a contento, intervindo, em muitos casos, só pontualmente e não conseguindo resolver as centenas de conflitos pela luta pela terra entre posseiros e grileiros. Em muitas situações, foi denunciada a ação conjunta da polícia e das milícias particulares em favor do latifúndio.

O levantamento realizado pela Clínica de Direitos Humanos da Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (CIDHA/PPGD/ICJ/UFPA), de 1964 a 1988, no município

de Jacundá foram assassinadas 18 pessoas (3,24% do total dos assassinatos acontecido no Estado do Pará). Na microrregião de Tucuruí, foram registrados 30 assassinatos (5,40%) e, na mesorregião sudeste do Estado, 418 pessoas (75,18% das vítimas).

Grupo econômico supostamente envolvido no caso:

Grileiros.

Agentes do Estado envolvidos:

Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (Getat),

Polícia Militar (PM)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Ação direta de agentes do Estado na violação e/ou das omissões e conivências:

Segundo a diocese de Marabá, foram feitas denúncias ao Getat (abaixo-assinados com mais 2.200 assinaturas), porém o presidente na época do referido órgão (Ilton Silva) teve a reação de dizer que aquilo não tinha nada com ele, mas sim com a polícia. E mais, se teve crime, o que o Getat poderia fazer era comunicar o ocorrido à polícia para que esta tomasse as devidas providências. Porque o Getat só trata questões de terra. Ilton ressaltou que abaixo-assinado se referia à questão da Lei nº 4.504, Estatuto da Terra, e não a Polícia. Mas Íris Pedro foi categórico afirmando que o Getat não poderia aplicar a lei. Então, Ilton interferiu novamente dizendo que o Dr. Íris estava se desfazendo de uma lei decretada pelo Presidente da República. [...] Por fim, o presidente do Getat descartou logo sua posição dizendo que o grileiro Ozanir tem direito à terra, pois tem benefício, e o Getat tai (sic) pra dá (sic) direito a quem tem (DIOCESE DE MARABÁ, 1981). Do mesmo modo, foram dirigidas denúncias ao “(...) Incra, à Contag e à polícia. Mas tudo ficou sem que nenhuma providência fosse tomada” (JORNAL O SÃO PAULO, 1981, p. 7).

Existência de inquéritos ou processos judiciais:

Não constam processos judiciais nas bases do Tribunal de Justiça do Estado do Pará em relação ao caso em comento.

Fontes:

ALVORADA. Sangue de Lavrador pedindo Justiça na PA-150: jagunços matam Zé Piau a mando de grileiro. Fev. / Mar., 1981.

BOLETIM DA CPT NACIONAL. PA-150: lavrador assassinado pelos grileiros. Número 32. Jan/Fev, 1981.

DIOCESE DE MARABÁ. Lavradores fazem abaixo-assinado. Ano I, no 10, Fev., 1981.

JORNAL RESISTÊNCIA. Violência no Campo: mais dois posseiros assassinados. Belém, Pará, Fev., 1981.

JORNAL O SÃO PAULO. Grileiro manda matar lavrador na PA-150. São Paulo, 1981.

VOZ DO POVO. Lavrador Assassinado. Número 22, 1981.

Assassinato de Paulo César Fonteles de Lima

por Luana Nunes Bandeira Alves e Girolamo Domenico Treccani

Paulo Fonteles nasceu em 11 de fevereiro de 1949, no Estado do Pará, atuando como advogado junto aos camponeses no sul do Pará. Além disso, foi sindicalista e deputado estadual, militante na questão do acesso à terra na Amazônia, durante a ditadura civil-militar.

Durante sua vida profissional, se destacou como advogado de posseiros nas regiões do sul e do nordeste do Pará apoiando a luta de conquista e resistência na terra e a organização dos trabalhadores rurais (oposição às diretorias sindicais aliadas aos fazendeiros). Tendo chegado à região depois do fim da “Guerrilha do Araguaia”, em várias ocasiões procurou documentar aquela luta e encontrar os corpos dos guerrilheiros desaparecidos ou assassinados.

Em razão de sua forte atuação junto aos trabalhadores rurais, ficara conhecido como “advogado-do-mato”, sendo assassinado por pistoleiros em 11 de junho de 1987. Anos antes, tinha sofrido ameaças, essas devidamente comunicadas pela própria vítima às autoridades, tal qual verificamos abaixo:

A denúncia que venho trazer hoje a este plenário é da maior gravidade. Recentemente, houve uma reunião em Paragominas, onde teriam participado o sr. Josélio Barros, que não conheço, Almino de tal, também não conheço, presidente da Associação dos Criadores de Gado de Vila Rondon, o prefeito de Paragominas, também não conheço, um senhor de nome Arisco, também não conheço, um senhor de nome Inocêncio, também não conheço. Esses senhores teriam deliberado a contratação de jagunços, pistoleiros profissionais, para assassinar este deputado Paulo Fonteles, o dr. Benedito Monteiro, o advogado João Batista, uma senhora chamada Maria do Socorro Rodrigues, o presidente do sindicato de Tomé-Açu, o presidente do sindicato de Ipixuna, o presidente do sindicato de Viseu. (CARVALHO, 1994, p. 53). Embora já estivesse sendo expressamente ameaçado, Paulo manteve sua atividade enquanto Presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) e diretor do jornal “Resistência”.

Como advogado de posseiros e por sua atuação junto aos camponeses, Fonteles passou a ser ameaçado de morte e também acusado por seus opositores de incentivar invasão de terras, como comprova o seguinte excerto:

Os trabalhadores já haviam tomado conhecimento da minha prisão em Belém e se mostraram revoltados com o fato. Todo mundo aqui, especialmente os camponeses, sabem muito bem que jamais mandei que alguém invadisse uma terra. Meu lema tem sido sempre: não mando ninguém entrar em nenhuma terra, mas não mando ninguém sair. O lavrador tem que aprender a decidir por si só. Uma notícia, entretanto, deixou-me bastante preocupado. Soube que o pistoleiro Zé Antônio, o mesmo que praticamente certo matou o “Gringo”, está atrás de mim com o mesmo objetivo. A ameaça está no ar! Se a minha situação aqui nunca foi tranquila, sendo ameaçado inúmeras vezes pelo ódio que os grandes latifundiários, grileiros, e agentes da repressão tem ao meu trabalho em defesa dos posseiros, o clima piorou muito com essa infame acusação da polícia. Agora, é como se esses latifundiários e grileiros tivessem o aval da polícia e da repressão para consumarem o que tanto desejam. As acusações que a polícia e a repressão me fazem, como que justificam a tentativa criminosa de me pôr fim à vida, que esses bandidos sociais há muito desejam. Portanto, desde já deixo registrado: qualquer coisa que me aconteça deve ser imputado à Polícia Civil, inclusive Sette Câmara, Cohen e Arrifano, à Polícia Federal, aos órgãos de repressão da ditadura, enfim, à própria Ditadura Militar, representante sanguinária dos interesses antinacionais, antipopulares e antidemocráticos que devastam o nosso país e nosso povo desde 1964 (CARVALHO, 1994, p. 360).

A execução de Paulo Fonteles deve ser analisada no quadro mais amplo de assassinatos de centenas de trabalhadores(as) rurais que fez do Estado do Pará o “campeão nacional de violência no campo”. Além dos tra-

balhadores e suas lideranças, também advogados que os defendiam, como Gabriel Sales Pimenta (Marabá, 18/07/1982) e João Carlos Batista (Belém, 06/12/1988), foram assassinados. Data e local do caso: 11 de junho de 1987, na rodovia BR-010, Ananindeua.

Descrição do caso:

O relatório do delegado Otacílio Mota, responsável pelo primeiro inquérito que apura o assassinato, denota que o crime foi planejado com pelo menos três meses de antecedência.

No referido relatório consta que, em abril de 1987, Jaime Vita Lopes hospedou José Roberto Vasconcelos (Betão) e Marcos Antônio Nogueira (Marquinho), no Hotel Milano, na avenida Presidente Vargas, centro da cidade de Belém. Isso ocorrera também em maio e junho do mesmo ano, sendo que neste último mês a hospedagem se iniciou no dia 3 e terminou no dia 11, horas após a ocorrência do crime. Além disso, “Mota afirma que os dois andaram fazendo perguntas sobre a vítima” (CARVALHO, 1994, p. 397).

No dia 10 de junho, existem relatos de que dois outros homens, parecidos com Betão e Marquinho, rondaram pelo Bairro do Bengui, local em que a vítima residia, sendo que “a finalidade era observar a casa da vítima, o trajeto e o carro, para poder segui-la na manhã seguinte e executá-la” (CARVALHO, 1994, p. 397).

Finalmente, no dia 11 de junho de 1987, o motorista José Antônio Lima de Souza, que levava Paulo Fonteles a Capanema, estacionou o carro no Posto Marechal Quatro, no município de Ananindeua, saindo do carro para buscar água e encher o radiador, quando logo em seguida, a vítima fora assassinada da seguinte forma, vejamos:

Paulo ficou sentado no banco do carona, pernas cruzadas, lendo alguns papéis referentes à pendência jurídica que iria resolver em Capanema. Logo depois que o motorista saiu, um fusca cinza, dirigido por Osvaldo R. Pereira, estacionou atrás da Chevy. Antônio Pereira Sobrinho desceu e rapidamente, correu para a Chevy, encostou o 38 na cabeça do advogado e disparou três ti-

ros (CARVALHO, 1994, p. 398). Em virtude da crueldade com que ocorrera o crime e da incapacidade do Estado em punir os agentes criminosos, este sempre fora lembrado pela imprensa, a exemplo de publicações como a do Jornal “O Liberal”, em 07 de março de 2005, intitulada “Em 30 mais de 700 assassinatos – De todos os crimes o número de processos tramitando na Justiça é ínfimo”, destacando que “os casos de assassinatos dos trabalhadores anônimos ficam por isso mesmo e, mesmo nos casos das pessoas mais conhecidas, não se fez justiça porque há processos que estão tramitando há 10, 15, 20 ou até 25 anos”, destacando que o Pará era naquela época o estado com maior número de mortes por conflitos fundiários⁶.

James Vita Lopes integrou a Operação Bandeirantes de São Paulo e o Serviço Nacional de Informações (SNI) e tinha sido chefe de segurança da empresa Cidapar. Foi julgado e condenado como intermediário da ação que vitimou Paulo Fonteles. O outro denunciado, Osvaldo Rocha Pereira, executor do crime, foi condenado em 26/08/1996 (19 anos), porém os mandantes do crime nunca foram julgados, sendo, portanto, este mais um crime impune.

Tipologia ou natureza da violação:

Paulo Fonteles foi morto com três tiros à queima-roupa, disparados pelas costas, após ter sofrido muitas ameaças por latifundiários e membros pertencentes à ditadura militar. O crime ocorreu no município de Ananindeua, no Estado do Pará. Identificação da vítima: Paulo César Fonteles de Lima, sexo masculino, 39 anos, advogado, branco.

Conflitos na região com relevância para a violação:

Além de Paulo Fonteles, muitos outros militantes foram assassinados nesta região, sendo que o irmão Antonio Fonteles fizera diversas investigações paralelas, listando casos dessa natureza, conforme vemos abaixo:

⁶ Ver sobre isso em: O LIBERAL. Em 30 mais de 700 assassinatos - De todos os crimes o número de processos tramitando na Justiça é ínfimo. Belém, 2005.

Antônio Fonteles, que continua a fazer investigações paralelas, anda para lá e para cá com uma lista no bolso. Ela traz, a caneta, a relação das lideranças sindicais paraenses que foram mortas depois de Paulo Fonteles. Eram 19 nomes até outubro de 93, entre eles alguns amigos pessoais do ex-deputado como os irmãos Paulo e José Canuto, sequestrados e assassinados em abril de 1990, e Expedito Ribeiro de Souza, atingido com três tiros cabeça em 2 de fevereiro de 1991. “O país precisa entender que esse extermínio coletivo não pode continuar”, diz o médico (CARVALHO, 1994, p. 399).

Grupo supostamente envolvido no caso:

Latifundiários; fazendeiros; grileiros; pistoleiros.

Agentes do Estado envolvidos:

Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat);

Ministério Público do Estado do Pará (MPE-PA);

Polícia Militar do Estado do Pará (PM-PA);

Polícia Civil do Estado do Pará (PC-PA).

Ação direta de agentes do Estado na violação e/ou das omissões e conivências:

Vita Lopes seria o suposto coautor do crime, sendo julgado e condenado em 1993, sendo também preso Osvaldo R. Pereira, 50 anos, o motorista que dirigia o Fusca, carro utilizado pelos criminosos.

Além disso, através de depoimentos de Osvaldo Pereira, a polícia descobriu que este havia matado Antônio Sobrinho, autor dos tiros que vitimaram Paulo Fonteles, sendo que a ossada deste fora encontrada no Rio de Janeiro.

Nada além disto fora realizado pelo Poder Judiciário paraense, comprovando a inércia estatal frente a expressa violação de direitos humanos constante na região Norte do país, necessitando, assim, de políticas públicas eficazes para o enfrentamento da violência no campo.

Existência de inquéritos ou processos judiciais:

Existe processo.

Fontes:

AGEN (Agência Ecumênica de Notícias). Conflito Paulo Fonteles. Vol. 2. 1989.

A NOVA DEMOCRACIA. E o mandante continua solto. In: A Nova Democracia Apoie a imprensa popular e democrática. Ano I.no 1. 2002. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-1/1445-e-o-mandante-continua-solto>. Acesso em: 27 mai. 2014.

CAMARGO, Beatriz. “Impunidade permanece”, diz viúva de Gringo, morto há 28 anos. In: Repórter Brasil. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2008/07/quot-impunidade-permanece-quot-diz-viuvade-gringomorto-ha-28-anos/>. Acesso em: 15 jun. 2014.

CAROZZA, Paolo G.; MEJIA, Luz Patrica; GONZÁLEZ, Felipe; ROBERTS, Clare K., ABRAMOVICH, Víctor. RELATÓRIO No73/08

PETIÇÃO 1236/06 ADMISSIBILIDADE GABRIEL PIMENTA SALES BRASIL. Washington, D.C, 2008. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/annualrep/2008port/Brasil1236.06port.htm>. Acesso em: 05 abr. 2014.

CARVALHO, Luiz Maklouf. Contido a bala. Belém, CEJUP, 1994.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. Assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Execução dos Pistoleiros. In: NOTÍCIAS URGENTES. Ano 2. No. 12. Belém, 1988.

_____. OEA julgará Governo Brasileiro pela morte do Advogado Gabriel Pimenta. Marabá/Rio de Janeiro, 2009.

FONTELES FILHO, Paulo. Paulo Fonteles, mártir da luta pela terra. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/215806-1>. Acesso em: 13 jun 2014.

JORNAL DIÁRIO DO PARÁ. Péricles afirma que empresário é mandante. In: Diário do Pará. Vol. 2. 1989.

JINKINGS, Leila. O caso Gabriel Pimenta: impunidade. In: Horizonte Vermelho. 2010. Disponível em: http://leilajinkings.blogspot.com.br/2010_07_01_archive.html. Acesso em: 01 mai. 2014.

JORNAL O LIBERAL. Em 30 mais de 700 assassinatos - De todos os crimes o número de processos tramitando na Justiça é ínfimo. Belém, 2005.

JORDÃO, Paulo. Três advogados mortos pelo poder ruralista. Mandantes impunes. 2011, Disponível em: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2011/09/tres-advogados-mortos-pelo-poder.html>. Acesso em: 13 mai. 2014.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Secretaria Regional Do Sul. 1o Congresso Nacional Curitiba 29 a 31 de janeiro de 1985, Assassinatos no Campo Crimes e Impunidades: 1982 1983 1984. Curitiba, 1985.

NUNES, Ana Lúcia. Justiça premia assassino. In: A Nova Democracia Apoie a imprensa popular e democrática. Ano V.no30. 2006. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-30/461-justica-premia-assassino>. Acesso em: 27 mai. 2014.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Consulta Processual. Disponível em: <http://wsconsultas.tjpa.jus.br/consultaprocessoportal/consulta/principal?detalhada=true#>. Acesso 25 mai. 2014.

PINTO, Lúcio Flávio. O caso Fonteles: Um crime bem planejado. Disponível em: http://revistasamuel.uol.com.br/conteudo/view/19956/O_caso_fonteles_um_crime_bem_planejado.shtml. Acesso em: 13 jun 2014.

LANÇAMENTO DO LIVRO

Venha participar do lançamento do livro com o escritor Ismael Machado e do debate “O legado de Paulo Fonteles e a luta pela democracia.”

Realização:


- INSTITUTO PAULO FONTELES DIREITOS HUMANOS
- Fundação Maurício Corrêa
- Associação Justiça Cordeiro

Apoio:

- ASSOCIAÇÃO DE DEFENSORES DO PARÁ
- OAB PARA

Local: Auditório da OAB
Dia: 10 de abril de 2018.
End: Praça Barão do Rio Branco, 92 - Campina.
Hora: 19 h.

BRSPIEP_OSM



AVELINO RIBEIRO

SANTAREM URGENTE — AVELINO RIBEIRO, DELEGADO SINDICAL, LAVRADOR NO KM-73 DA RODOVIA SANTAREM - CUIABÁ, CASADO, 5 FILHOS, FOI ASSASSINADO NO DIA 24/3/82 PELO GRILEIRO OTACILIO ALVES FEITOSA, CONHECIDO COMO "OTA". O ASSASSINATO DE AVELINO NÃO É UM CASO ISOLADO DE 1980 PARA CÁ.

9 LÍDERES SINDICAIS 21 TRABALHADORES RURAIS E 3 ADVOGADOS DOS GRILEIROS, LATIFUNDIÁRIOS FORAM MORTOS POR CAPANGAS 11 MILHÕES DE PESSOAS SEM TERRA QUE EXISTEM NO BRASIL NÃO SE DEIXAM INTIMIDAR. SÓ EM 1.981 HOUE 916 CONFLITOS, ENVOLVENDO 272.000 FAMÍLIAS E 1.973.000 PESSOAS.

O EXEMPLO DE DEDICAÇÃO DO COMPANHEIRO AVELINO, FIGURARÁ SEMPRE VIVO ENTRE NÓS, FORTALECENDO AINDA MAIS A ORGANIZAÇÃO DE TODA A CATEGORIA DE TRABALHADORES RURAIS NA LUTA EM DEFESA DE SEUS DIREITOS.

A VIDA NÃO VALE NADA SE A GENTE DEIXAR QUE O ASSASSINO FUJA POR OUTRO CAMINHO E PREPARE OUTRA CILADA

ASSASSINADO DELEGADO SINDICAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTAREM

Assassinato de Avelino Ribeiro da Silva

por Isadora Cristina Cardoso de Vasconcelos

A morte de Avelino Ribeiro da Silva está relacionada à sua atuação como delegado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, o que provocou a ira do grileiro Otacílio Alves Feitosa, que premeditou a sua morte. No final da década de 70, o STR de Santarém foi o primeiro sindicato cuja direção foi reconquistada pelos trabalhadores rurais das mãos dos interventores instalados nos sindicatos pelos militares. A nova direção estruturou os sindicatos fortalecendo as delegacias sindicais e, por meio de cursos e da criação do Jornal “O Lamparina”, divulgava as lutas de resistência e conquista da terra.

Data do caso:

24 de março de 1982.

Localização espacial onde ocorreu a violência:

Igarapé Preto, KM 73 da rodovia Santarém-Cuiabá, Santarém, Estado do Pará.

Descrição do caso:

Existem dois relatos diferentes do assassinato do lavrador Avelino Ribeiro da Silva. Segundo uma fonte, teria sido executado por pistoleiros na frente da sua casa a mando do grileiro Otacílio Alves Feitosa. O “Realidade Rural” afirma que foi o próprio Otacílio que efetuou os disparos (REALIDADE RURAL, 1982).

Em virtude de sua forte atuação como delegado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, no Estado do Pará, o lavrador despertou ódio em muitos detentores de terras. Avelino era muito conhecido porque “(...) sempre incentivou seus companheiros a lutarem para a defesa de suas terras. Ele fez muito pela comunidade” (JORNAL O SÃO PAULO, 1983, p. 8). A morte em comento foi somente um desfecho de um problema de terra que se arrastava sem solução há mais de um ano:

- 1) No dia 6 de março de 1981, o filho de Otacílio Alves Feitosa, conhecido por “Dedé”, contratou dois marginais para matar Avelino Ribeiro da Silva e seu vizinho Evaristo Cornélio da Silva. Antes de realizar seu intento, dois marginais foram presos pelo agente de Polícia de Igarapé Preto e entregues ao delegado de Polícia de Rurópolis. Na delegacia, eles confessaram a trama dizendo de “Dedé” lhes havia oferecido cinco mil cruzeiros pela morte de dois lavradores;
- 2) No dia 19 de março de 1981, três policiais militares de Rurópolis foram à comunidade de Igarapé Preto para prender Avelino Ribeiro da Silva e seu vizinho. Como os policiais não apresentaram nenhuma ordem judicial, os dois lavradores se recusaram a acompanhá-los. No dia seguinte, Avelino Ribeiro da Silva, seu vizinho e outros lavradores da região compareceram à delegacia de Polícia de Rurópolis, sendo recebidos pelo sargento Miranda, visivelmente alcoolizado. O sargento provocou os lavradores e, em seguida, deu ordens aos policiais para atirar nos presentes. Os companheiros, com moderação, conseguiram evitar uma tragédia e se retiraram do local (STR de Santarém, 1982). Assim, já haviam sido contratados dois pistoleiros para acabar com a vida de Avelino e seu vizinho Evaristo. Os referidos pistoleiros confessaram que iriam receber cerca de 5 mil cruzeiros pelo “serviço”.

Após isso, um pelotão da Polícia Militar prendeu em Rurópolis, no dia 22 de março de 1981, 7 lavradores, entre eles Avelino e Ranulfo Peloso da Silva, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. O sindicato remeteu ofícios a diversas autoridades relatando os fatos, mas nenhuma providência foi tomada, tanto que Avelino foi morto. Somente houve a soltura dos lavradores presos.

Existem relatos de que os pistoleiros (ou o próprio Otacílio) tentaram matar a esposa de Avelino, Luzia Moreira da Silva, e erraram o alvo, bem como de que o crime foi premeditado há mais de oito meses.

Tipologia ou natureza da violação:

O lavrador Avelino Ribeiro da Silva foi assassinado por pistoleiros na frente da sua casa a mando do grileiro Otacílio Alves Feitosa ou pelo

próprio fazendeiro. Houve também tentativa de homicídio da esposa de Avelino, o que, porém, não teve êxito.

Identificação:

Avelino Ribeiro da Silva, lavrador, delegado sindical, era casado e deixou viúva e 5 filhos.

Conflitos na região com relevância para a violação:

A disputa pela direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, que no começo da década de 80 abrangia também parte da rodovia Transamazônica, se inseriu no processo de democratização do país. Lideranças formadas nas Comunidades Eclesiais de Base procuraram organizar oposições que se engajaram em retomar as direções sindicais das mãos dos que se alinhavam ao regime militar, que tinha transformado os STR em meros centros de atendimento à aposentaria e questões ligadas à saúde dos trabalhadores rurais (Funrural). A nova organização sindical tinha a defesa do acesso à terra pelos trabalhadores um dos pontos mais importantes de seu programa. O STR de Santarém se tornou exemplo para os demais sindicatos.

O acompanhamento dos conflitos era outra bandeira de luta. O levantamento realizado pela Clínica de Direitos Humanos da Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (CIDHA/PPGD/ICJ/UFPA), de 1964 a 1988, nos municípios de Aveiro e Santarém foram assassinadas 5 pessoas (0,90% do total dos assassinatos acontecido no Estado do Pará).

Grupo econômico supostamente envolvido no caso:

Grileiros; fazendeiros.

Agentes do Estado envolvidos:

Governo do Estado do Pará;

Ministério da Justiça;

Ministério do Trabalho;

Presidência da República;

Polícia Civil de Santarém;
Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará;
Polícia Militar do Estado do Pará;
Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
Inkra.

Ação direta de agentes do Estado na violação e/ou das omissões e conivências:

Segundo o Alvorada, a Contag mandou denúncia via “(...) telegrama ao presidente da República, aos ministros da Justiça e do Trabalho e ao governador do Pará, dizendo que o assassinato do companheiro Avelino (sic) fere o direito de organização e trabalho sindical dos lavradores”. Não houve referência à ação destes órgãos.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém pediu proteção de vida ao delegado de Polícia de Santarém Hélio Palhares, ao secretário de Segurança Pública do Estado do Pará, ao delegado Regional do Baixo-Amazonas Athos Treptow, ao Comandante do Batalhão “Tapajós” da Polícia Militar do Pará Pedro A. Silva, ao presidente da Fetagri Albarone Lobato e à juíza de Direito da Comarca de Santarém, Albanira Bemerguy. Entretanto, as autoridades nada fizeram para proteger a vida dos lavradores, tanto que Avelino foi morto.

Também foram apresentadas denúncias ao Inkra, no sentido de “(...) regularizar a situação das terras ambicionadas pelo grileiro Otacílio” (JORNAL DE BRASÍLIA, 1982, p. 5), contudo, de efeitos infrutíferos.

Existência de inquéritos ou processos judiciais:

Apesar do levantamento da CPT informar sobre um processo tramitando na Comarca de Aveiro, esta informação não foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Otacílio chegou a ser preso, mas foi solto.

Fontes:

ALVORADA. Mataram outro lavrador. 1982.

BOLETIM DA CPT NACIONAL. Avelino Assassinado. No 39. Mar/Abr., 1982.

JORNAL DE BRASÍLIA. Sindicalista e dois posseiros são mortos. Março, 1982.

JORNAL O SÃO PAULO. Avelino ainda vive! São Paulo, 1983.

REALIDADE RURAL. Mais um líder sindical morto a tiros no Pará. Abril, 1982.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTARÉM. Nota Oficial do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém sobre o Assassinato do Delegado Regional Avelino Ribeiro da Silva. Santarém, 1982.



Foragido passa dia perto de Sarney

Irmão de Newton, procurado no Pará, vive em Minas

BRASÍLIA — O presidente José Sarney não sabe que passou o sábado em companhia de um foragido da Justiça — Manoel Cardoso Neto, 63 anos, irmão mais velho do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso. *Nelito*, como é conhecido o primogênito da família Cardoso, tem um mandado de prisão expedido pela Justiça do Pará com data de 19 de março de 1986, por suspeita de co-autoria do assassinato do advogado Gabriel Sales Pimenta.

O crime ocorreu em Marabá em julho de 1982, depois de o advogado ter tido um jantar com o então candidato do PMDB ao governo do estado, Jader Barbalho, hoje ministro da Previdência, e com o atual deputado federal Benedito Monteiro, do mesmo partido. Manoel Cardoso deixou o Pará logo após o crime e, há alguns anos, está refugado na Fazenda Veredão, visitada sábado por Sarney.

Três tiros — Gabriel Pimenta, que integrava o Diretório Nacional do PMDB e era militante do MR-8, foi jurado de morte por *Nelito* e por seu sócio José Pereira da Nóbrega, o *Marinho*, no começo de 1982, depois que conseguiu, na Justiça, a reintegração de 150 famílias na posse de uma terra da qual haviam sido expulsas pelos dois *grilheiros*. Em julho daquele ano o advogado, então com 28 anos, acabou morto com três tiros nas costas, numa rua de Marabá. *Nelito* foi preso imediatamente e transferido para Belém.

Em 1986, o então Secretário de Segurança Pública do Pará, Paulo Sette



Câmara, confessou que, em seguida ao crime, passou dias sendo pressionado por políticos bem situados em Brasília e Belo Horizonte para libertar o preso. Manoel Cardoso foi sendo solto graças a habeas corpus impetrado por um advogado contratado pela família.

A prisão preventiva do suspeito, decretada semanas depois pelo juiz Eronides Souza Primo, nunca pôde ser cumprida, já que *Nelito* desapareceu. Enquanto isso *Marinho* circulava livremente por Marabá, e casou com a filha do titular do Cartório de 2º Ofício da cidade, onde o processo criminal terminou arquivado. Em 86 a juíza de Marabá, Mara Inês Antunes Lima, alegando suspeição do cartório, decidiu reabrir o processo, transferindo as peças judiciais para um escrivão de sua confiança. Foi expedido um novo man-

dado de prisão contra *Nelito*, seguido de uma convocatória para ele depor perante a Justiça paraense em fevereiro deste ano. O irmão do governador Newton Cardoso não compareceu.

Idas à Bahia — Segundo o presidente da Comissão de Direitos Humanos da seção paraense da Ordem dos Advogados do Brasil, José Carlos Castro, os autos do processo sumiram depois do pedido de vista da defesa de *Nelito*. "O caso está abandonado", afirma Castro. "Mas vamos acionar a Justiça para que o processo tenha andamento e seja concluído".

"Não tenho dúvidas de que o *Nelito* foi o mandante do crime", diz o advogado. Sua preocupação é com a juíza Ezilda Partana, responsável pelo processo. Castro levanta suspeita contra ela, argumentando que recentemente Ezilda revogou o pedido de prisão contra Marlon Pinde, acusado de ordenar o assassinato de nove pessoas em sua Fazenda Aurá e Paraíso. O *JORNAL DO BRASIL* não encontrou a juíza em casa, no fim de semana.

Manoel Cardoso Neto administra a Fazenda Veredão, situada no povoado de Berizal, município de Taiobras, a 750 quilômetros ao norte de Belo Horizonte, e vai seguidamente à cidade baiana de Vitória da Conquista, onde tem parentes. Mesmo procurado pela Justiça paraense, ele nunca foi incomodado pela polícia. A família do advogado assassinado mora em Juiz de Fora e não constituiu advogado para acompanhar o processo em Marabá. O irmão de Gabriel Pimenta, José Pimenta, trabalhou na campanha eleitoral de Newton Cardoso, e sua mulher, Raquel Scarlatelli, ligada ao MR-8 e candidata derrotada à Constituinte, foi nomeada pelo governador secretária-adjunta do Trabalho.

Assassinato de Gabriel Sales Pimenta

por Luana Nunes Bandeira Alves e Girolamo Domenico Treccani

Gabriel Sales Pimenta era defensor dos Direitos Humanos, militante da luta pelo acesso à terra do Brasil, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá - PA e sócio-fundador da Associação Nacional dos Advogados dos Trabalhadores da Agricultura, sendo ameaçado de morte desde dezembro de 1981, quando conseguiu uma liminar de posse em favor de 128 ocupantes da Fazenda Pau-Seco.

A vítima foi o primeiro advogado da história de Marabá a obter a cassação, perante o Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJE/PA, por meio de um mandado de segurança, de uma liminar ilegal e abusiva que havia determinado a expulsão de várias famílias das terras da Fazenda Pau-Seco, concernente à uma reintegração de posse. Assim, com este feito em prol da luta pelo acesso à terra, Gabriel Pimenta contrariou diretamente os interesses dos latifundiários da região.

O processo criminal deste caso tramitou durante 23 anos na comarca de Marabá, quando em 2006, o TJE/PA declarou a extinção do feito, em razão de prescrição, assim “o processo se encerrou com o triunfo da impunidade” (CPT, OEA julgará Governo Brasileiro pela morte do Advogado Gabriel Pimenta, Marabá/Rio de Janeiro, 2009).

Em razão dessa impunidade, a CPT de Marabá protocolou uma representação junto ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ contra o TJE/PA e os magistrados que atuaram no caso.

Nesse contexto de grave violação a direitos fundamentais, na região amazônica, em 17 de outubro de 2008, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) admitiu o caso Gabriel Sales Pimenta contra o Estado Brasileiro, por meio do relatório de admissibilidade no. 73/08, bem como também fora incluído no Relatório Anual da CIDH. A denúncia fora apresentada pelo Centro Pela Justiça e Direito Internacional (CEJIL) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 9 de novembro de 2006.

No referido relatório, a CIDH considerou haver falta de diligência do Estado para investigar o caso e punir os autores de modo eficaz, bem

como também foi verificada a ausência de medidas preventivas para evitar o assassinato do advogado.

O Estado, em sua defesa, apresentou contestação à petição que fora admitida, alegando a sua inadmissibilidade, uma vez que este não fora o responsável pelo assassinato da vítima porque seus autores não era agentes estatais.

O crime tomara grandes proporções, porque Gabriel Pimenta exercia um papel essencial na representação dos trabalhadores rurais naquela região, confirmado pelos excertos abaixo:

“O Gabriel na época era um defensor muito conhecido no Estado. Além da relevância do caso, há uma dívida histórica pelo trabalho dele em relação à impunidade. O trabalho que ele desenvolveu e a forma como ocorreu o assassinato mereciam uma resposta que não teve por parte do governo brasileiro” conta Helena Rocha, advogada do Centro pela Justiça e Direito Internacional. (JORDÃO, 2011).

Este fora o primeiro caso de assassinato no campo, na região amazônica, em que o Estado fora responsabilizado e condenado ao pagamento de indenização em razão da violação aos direitos humanos contra líderes populares.

Data do caso:

18 de julho de 1982.

Localização espacial onde ocorreu a violência:

Marabá (PA).

Descrição do caso:

No ano de 1980, Manoel Cardoso Neto, conhecido como “Nelito”, e José Pedreira da Nóbrega, conhecido como “Marinheiro”, adquiriram de Maria Moussalem Quadro, domínio de imóveis rurais, pertencentes ao Estado do Pará, conhecidos como Castanhal Pau-Seco, Castanhal Boa Esperança, Castanhal Pau Preto e Castanhal Cametaú, em razão disso, Nelito

e Marinheiro não aceitavam a presença das famílias de posseiros na área destacada do Castanhal Fortaleza II.

Em 20 de novembro de 1981, duas semanas após a expulsão dos posseiros, Gabriel Pimenta impetrou um Mandado de Segurança – MS no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, contra o ato ilegal realizado pela juíza de Direito de Marabá. O MS fora provido para tornar sem efeito a reintegração de posse e determinado o retorno das 160 famílias para suas áreas originais.

No dia 18 de julho de 1982, Gabriel Sales Pimenta, foi morto pelo pistoleiro Crescêncio Oliveira de Souza, sendo alvejado com três tiros pelas costas, morrendo instantaneamente.

Após a abertura do Inquérito Policial nº 024.82, o delegado Luiz Carlos de Carvalho solicitou à autoridade judiciária a decretação da prisão preventiva de Nelito e Marinheiro. Os autos do inquérito foram entregues, em 23 de junho 1982, ao escrivão Donizeth de Jesus Santis, que deveria encaminhar os documentos à autoridade judiciária, mas não o fez.

No dia 28 de julho de 1982, a juíza Ruth do Couto Gurjão decretou a prisão preventiva dos dois suspeitos, sendo estas revogadas pela própria magistrada tempos depois.

Nelito e Marinheiro somente foram denunciados em 19 de agosto de 1983 em decorrência da capitulação penal contida no artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal. Entre março de 1986 e março de 1987, o processo criminal fora dado como desaparecido e somente em 1988 fora realizada a audiência de qualificação e interrogatório.

No dia 2 de abril de 2006, a Polícia Federal prendeu Nelito, que fora encontrado na Fazenda Rio Rancho, pertencente ao ex-governador Newton Cardoso, no Estado de Minas Gerais. Esta notícia foi amplamente divulgada pela imprensa local e nacional⁷, sendo que em 12 de abril de 2006 o Ministério Público requereu a declaração da prescrição punitiva em relação a Nelito, reconhecida em 08 de maio de 2006, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos autos do Processo Criminal nº 028.1986.000004-9.

7 Notícia publicada no sítio do Jornal O Liberal, no dia 03.04.2006, intitulada: “Nelito já está preso em Belém”. Disponível em: <http://noticias.orm.com.br/noticia.asp?id=149913&%7C-nelito+j%C3%A1+est%C3%A1+preso+em+bel%C3%A9m#.U5EQR3JdV1Y> (Acesso em 29/maio/2014).

O Estado, em suma, sempre alegou ilegitimidade ativa, porque a ação deveria ser proposta pelo espólio da vítima.

Em vista a inegável desídia estatal, Maria da Glória Sales Pimenta, mãe do de cujus, ingressou com uma Ação de Indenização por Danos Morais, sob a alegação de morosidade processual, inércia, objetivando a responsabilização objetiva do Estado do Pará, sendo o pleito provido pela sentença de conhecimento proferida pela juíza titular de Direito da 3ª Vara Cível de Marabá, Maria Aldecy de Souza Pissolati, conforme comprova o seguinte trecho da referida decisão:

Ora, diante destes apontamentos, não há outra conclusão senão a de que os agentes e órgãos judiciais provocaram a lentidão voluntária da instrução criminal que investigava o assassinato de Dr. Gabriel Sales Pimenta, lesionando, por conseguinte, vários princípios que regem a atividade judicial, principalmente o da eficiência e o do impulso oficial, o que, por si só, já são capazes de gerar a responsabilidade civil do Estado do Pará pela omissão deliberada dos seus agentes. (3ª Vara Cível de Marabá – Ação Cível nº 0007348-91.2007.814.0028, juíza de Direito MARIA ALDECY DE SOUZA PISSOLATI, Data de julgamento: 05/10/2011, 3 – TERCEIRA VARA).

O caso teve repercussão internacional, sendo admitida a sua análise pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que reconheceu também a inércia do Estado brasileiro frente à resolução deste caso emblemático de violação aos direitos humanos.

Tipologia ou natureza da violação

A vítima sofrera várias ameaças antes de sua morte, em razão de sua atuação jurídica e sindical em favor de posseiros na cidade de Marabá, contrariando os interesses de grileiros da região.

O advogado fora executado sumariamente com três tiros pelas costas, disparados por um pistoleiro contratado pelo “Nelito” e “Marinheiro”. Assim, terminara forçosamente sua atuação em favor da luta pelo acesso à terra na região, conforme detalha o seguinte trecho:

Gabriel Pimenta foi assassinado a tiros na frente de sua casa em Marabá. Gabriel estava ameaçado desde dezembro de 1981, quando conseguiu uma liminar de reintegração de posse em favor de 128 (cento e vinte e oito) posseiros da Fazenda Pau-Seco, cuja propriedade era reclamada por Manoel Neto (“Nelito”). (MOVIMENTO DOS SEM-TERRA 1º CONGRESSO NACIONAL, ASSASINATOS NO CAMPO CRIMES E IMPUNIDADES: 1982 1983 1984, 1985, p. 35).

Identificação da vítima:

Gabriel Sales Pimenta, sexo masculino, 28 anos, advogado, branco.

Conflitos na região com relevância para a violação:

A região em que ocorrera o crime é marcada pelo conflito de terra, ocorrendo dezenas de mortes na luta pela posse da terra.

Em 13 de fevereiro de 1982, Erondino Alves de Souza, lavrador de Pau-Seco, no Município de Marabá – Pará, foi assassinado a tiros, sendo o crime de mesma autoria de Gabriel Sales Pimenta, uma vez que estavam envolvidos “Nelito”, grileiro; e “Marinheiro”, pistoleiro.

Erondino foi morto 4 meses depois de Gabriel Pimenta, sendo o fato levado às autoridades, porém nunca foram tomadas as providências necessárias à solução do caso.

Em razão dos inúmeros assassinatos e desaparecimentos, estima-se que mil pessoas se reuniram em Marabá na Romaria da Terra e dos Mártires, quando pararam em frente ao Fórum de Marabá e, lendo trechos bíblicos, queimaram uma faixa com os seguintes dizeres: “A justiça de Marabá” (ROMARIAS DA TERRA 1990 – ROMARIA DA TERRA E DOS MÁRTIRES REÚNE MIL EM MARABÁ).

Além disso, os manifestantes carregavam painéis com nomes de cerca de 40 lavradores, garimpeiros e sindicalistas mortos nos últimos anos nessa região, uma das mais violentas em conflitos de terra. Na missa de encerramento, foram lembradas ameaças feitas por fazendeiros contra os padres Paulinho Joanil da Silva e Roberto Vallicourt.

O levantamento realizado pela Clínica de Direitos Humanos da Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Fe-

deral do Pará (CIDHA/PPGD/ICJ/UFPA), de 1964 a 1988, no município de Marabá, mostra que foram assassinadas 34 pessoas (6,12% do total dos assassinatos acontecido no Estado do Pará). Na microrregião de Marabá, foram registrados 104 assassinatos (18,71%) e na mesorregião sudeste do Pará, 418 pessoas (75,18%, das vítimas).

Grupo econômico/político envolvido no caso:

Fazendeiros; grileiros; pistoleiros.

Agentes do Estado envolvidos:

Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – Getat

Ministério Público do Estado do Pará – MPE-PA

Polícia Militar do Estado do Pará – PM-PA

Polícia Civil do Estado do Pará – PC-PA

Tribunal de Justiça do Estado Pará – TJE-PA

Ação direta de agentes do Estado na violação e/ou das omissões e conivências:

O assassinato ocorreu no ano de 1982, sendo instaurado inquérito policial, porém ficou parado durante muito tempo.

A prisão preventiva decretada contra os autores fora revogada pelo Poder Judiciário, em total descompasso com a legalidade e a justiça.

A repercussão do caso fora tamanha, bem como a inércia do Estado, que em 1983 Miguel Pressburger, em nome da Comissão Pastoral da Terra – CPT, remetera uma carta ao presidente do Movimento Internacional dos Juristas Católicos Pax Romana, relatando, entre vários casos emblemáticos, o assassinato de Gabriel Pimenta, tal qual confirma o trecho abaixo:

Le 18 juillet 1982 fut assassine l'avocat GABRIEL SALES PIMENTA qui venait d'obtenir devant la Cour d'Appel de Belém un arrêt en faveur de paysans menaces d'expulsion par un gros propriétaire: les teursde PIMENTA, reconnus par des témoins, n'ont pas été traduits en justice et vivent aujourd'hui en toute impunité. (PRESSBURGER, 1983). O mandante esteve foragido até 2006, quando

fora capturado, porém, em virtude de pedido do Ministério Público do Estado do Pará, o Tribunal de Justiça do Estado extinguiu o feito sem resolução do mérito, em virtude de prescrição.

Existência de inquéritos ou processos judiciais:

Processo criminal nº 028.1986.000004-9: o processo foi extinto sem resolução do mérito porque foi considerado prescrito pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJE/PA. O referido processo encontra-se em grau de recurso perante o Tribunal de Justiça do Estado do Pará⁸.

EMENTA: Constitucional. Civil e processual civil. Danos morais. Morosidade processual. Configuração de inércia do requerido. Responsabilidade civil de natureza objetiva. Dano moral constatado. Fixação do quantum indenizatório. AÇÃO PROCEDENTE. (3ª Vara Cível de Marabá – Ação Cível 0007348- 91.2007.814.0028, juíza de Direito Maria Aldecy de Souza Pissolati. Data de Julgamento: 05/10/2011, 3 – TERCEIRA VARA).

Fontes:

A NOVA DEMOCRACIA. E o mandante continua solto. In: A Nova Democracia Apoie a imprensa popular e democrática. Ano I, nº 1. 2002. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-1/1445-e-o-mandante-continua-solto> Acesso em: 27 mai. 2014.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. Assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Execução dos Pistoleiros. In: NOTÍCIAS URGENTES. Ano 2. Nº 12. Belém, 1988.

_____. OEA julgará Governo Brasileiro pela morte do Advogado Gabriel Pimenta, Marabá/Rio de Janeiro, 2009.

CAROZZA, Paolo G.; MEJIA, Luz Patrica; GONZÁLEZ, Felipe; ROBERTS, Clare K., ABRAMOVICH, Víctor. Relatório no 73/08. PETIÇÃO 1236/06 ADMISSIBILIDADE GABRIEL PIMENTA SALES BRASIL. Washington, D.C, 2008. Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/annualrep/2008port/Brazil1236.06port.htm> Acesso em: 05 abr. 2014.

⁸ Ver tramitação em: <http://wsconsultas.tjpa.jus.br/consultaprocessoport/consulta/principal?detalhada=true#> . Acesso em: 25 maio 2014.

JINKINGS, Leila. O caso Gabriel Pimenta: impunidade. In: Horizonte Vermelho. 2010. Disponível em: http://leilajinkings.blogspot.com.br/2010_07_01_archive.html Acesso em: 01 mai. 2014.

JORDÃO, Paulo. Três advogados mortos pelo poder ruralista. Mandantes impunes. 2011. Disponível em: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2011/09/tres-advogados-mortos-pelo-poder.html> . Acesso em: 13 mai. 2014.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Secretaria Regional Do Sul. 1º Congresso Nacional Curitiba, 29 a 31 de janeiro de 1985, Assassinatos no Campo – Crimes e Impunidades: 1982 1983 1984. Curitiba, 1985.

NUNES, Ana Lúcia. Justiça premia assassino. In: A Nova Democracia Apoie a imprensa popular e democrática. Ano V. nº 30. 2006. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-30/461-justica-premia-assassino> . Acesso em: 27 mai. 2014.

Assassinato da Irmã Adelaide Molinari

por José Sonimar de Sousa Matos Júnior e Girolamo Domenico Treccani

O caso é emblemático porque traz como pano de fundo a repressão a especial tipo de vítima: lideranças e agentes religiosos que apoiavam a resistência dos trabalhadores rurais.

Partindo dos documentos de Medellín e Puebla que pregavam a escolha preferencial dos pobres, várias confissões religiosas manifestaram sua solidariedade à luta dos camponeses, atraindo a perseguição de fazendeiros e do aparato policial.

É nesse contexto que se insere o caso de Irmã Adelaide Molinari Dallas, assassinada enquanto esperava um ônibus e conversava com o delegado sindical rural Arnaldo Delcídio Ferreira na rodoviária de Eldorado dos Carajás, a mando de um fazendeiro da região.

Data ou período do caso:

14 de abril de 1985.

Localização:

Eldorado dos Carajás, a 770 km de Belém, a 102 km de Marabá, Estado do Pará.

Descrição do caso:

“Escuta, ó Pai, nossa prece. Teu filho Jesus venceu a morte e continua vivo no meio das comunidades cristãs. Que também nós possamos ser fortes como ele. Que ninguém fuja da luta nem mesmo com ameaça de morte. Que saibamos ficar atento às necessidades da comunidade e que de hoje em diante ninguém mais fique sofrendo desamparado. Alimente nossa fé, ó Pai, para que não te neguemos em nossa ação. Amém (O São Paulo, 1985, p. 2).” Foram essas as últimas palavras de Irmã Adelaide na oração que fazia em celebração dominical na cidade de Eldorado dos Carajás. Irmã Adelaide morava em Curionópolis, distante de Eldorado 30 km. Como em todos os domingos, se deslocava de sua cidade para celebrar o culto na igreja de Eldorado.

Após a celebração, Irmã Adelaide, enquanto aguardava o ônibus com destino a Curionópolis e conversava com o delegado sindical Arnaldo Delcídio Ferreira, sofreu um atentado a bala que lhe tirou a vida. O tiro dirigido ao delegado sindical o atravessou e matou a irmã (O São Paulo, 1986).

Lourdes Molinari, filha de Salvador e Cecília Letícia, nasceu em Garibaldi, Rio Grande do Sul, em 02/02/38. Quando se tornou religiosa, assumindo o nome de “Irmã Adelaide Molinari”, procurou encarnar o carisma próprio da Congregação das Filhas do Amor Divino: especial dedicação e preocupação com os pobres, os marginalizados e os doentes.

Desde 17 de março de 1983, Irmã Adelaide estava a serviço do projeto Igrejas - Irmãs entre Santo-Ângelo e Marabá, razão pela qual foi para Curionópolis desenvolver trabalho apostólico. Prontificou-se a integrar a primeira congregação da comunidade religiosa das filhas do amor divino e, durante muitos anos, dirigia uma grande creche na região entre Curionópolis e Eldorado (CNBB, 1985).

Enquanto conversava com Arnaldo Delcídio Ferreira, membro da diretoria do sindicato de Marabá à época, e esperava o ônibus com destino a Curionópolis no terminal rodoviário de Eldorado, no dia 14 de abril de 1985, Irmã Adelaide recebeu o tiro que era endereçado a Arnaldo e morreu quase que instantaneamente. O tiro atravessou o tórax de Arnaldo e atingiu a freira na altura do pescoço, na sua jugular. Irmã Adelaide só teve tempo de dizer: “Meu irmão, não faça isso”.

Arnaldo Delcídio Ferreira fazia parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá. Era delegado sindical e integrava a chapa que disputavam as eleições marcadas para o dia 12 de maio do ano deste atentado.

As suspeitas do assassinato e atentado contra a vida de Arnaldo recaíram sobre o fazendeiro Aloysio Vieira, que se dizia proprietário de uma enorme área entre os quilômetros 2 e 12 da estrada Serra Norte, área conflituosa envolvendo mais de cem trabalhadores rurais. Estes trabalhadores eram assistidos e apoiados por Arnaldo (Caminhada - Diocese de Goiás, ano XIX, nº 127, 1985).

Aloysio era dono da fazenda Alter Verde e já antes ameaçara Arnaldo pela luta empreendida a favor dos trabalhadores. Além de Aloysio, outros fazendeiros integraram o rol dos suspeitos: José Eduardo, Veloso e

Amaral, guiados pelos mesmos motivos de Aloysio. Esses fazendeiros visavam área que diziam ser suas e era ocupada por cerca de duzentas famílias de posseiros.

Antes deste atentado que vitimou irmã Adelaide, Arnaldo sofrera ameaças de morte advindas de Aloysio. Arnaldo procurou a delegacia local para relatar e denunciar tais ameaças, registrado sob o nº 2226049 o pedido de garantia de vida de Arnaldo ante as ameaças de Aloysio.

Nesta ocasião, quando intimado pelo delegado para explicar e defender-se das acusações, Aloysio, recusando-se a comparecer à delegacia, enviou uma carta ao delegado (O Liberal, 1985). Nesta carta, explicava Aloysio que sua fazenda fora invadida por posseiros e que se dirigiu à polícia e esta expulsou os posseiros.

Aloysio confessava na carta que foi até a casa de Arnaldo Delcídio, com quem afirmava ter boas relações, sendo ele seu ex-funcionário, o mesmo teria procurado Arnaldo para conversar e pedir a ele que, antes de tentar tal tipo de atividade (defesa dos posseiros), que pensasse em seus filhos e sua família. Acusava ainda Aloysio ao delegado sindical de ser o grande promotor da instabilidade social na região, sendo sua casa cheia de cartazes com a inscrição: “Reforma Agrária Já” (A Província do Pará, 1985).

O chefe da procuradoria do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –, Roberval Luiz Caldas Simas, de acordo com determinação do presidente do instituto, José Gomes da Silva, em atenção à orientação do ministro de Assuntos Fundiários, em 17 abril 1985, deslocou-se para Marabá a fim de acompanhar as investigações da morte da irmã Adelaide.

Roberval Simas, ao chegar a Marabá, foi até a Delegacia Regional De Polícia Civil para verificar o inquérito que apurava o crime. O inquérito se achava em poder do escrivão de polícia para cumprimento de diligências a 30 km de Marabá. (SIMAS, 1985)

No dia seguinte, teve vistas do inquérito o chefe da procuradoria. Informou que as únicas peças que o instruíam eram: I. - ofício no 85 de 15 abril 1985, do cabo responsável pela delegacia local, dando notícia do crime; II. - depoimentos prestados por testemunhas oculares do crime: Sebastião Aluzinam Moreno, em 16 abril 1985, e Danilo Becker Oening, em 18 abril 1985.

Os depoimentos eram contraditórios, pois a primeira testemunha afirmava ter perseguido a vítima, mas a segunda nega a perseguição. Constatou logo o chefe da procuradoria a inércia em apurar a autoria material ou intelectual do crime, permitindo que o executor se ausentasse do Estado e que circunstâncias materiais se diluíssem no tempo.

Conversou ainda o chefe da procuradoria com as religiosas da organização à qual pertencia a Irmã Adelaide. Irmã Lourdes, responsável pelas religiosas, afirmou que as suspeitas sobre Aloysio Ribeiro Vieira tinham razão de ser porque ele era o proprietário de uma área lindeira a que foi invadida pelos posseiros assistidos pelo delegado sindical. As áreas da fazenda invadida e da área lindeira a esta foram regularizadas pelo Getat – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins.

Estas áreas, como apontou o relatório do chefe da procuradoria do Incra, foram originariamente regularizadas em nome de uma pessoa e, uma vez consumada a regularização, transferida a propriedade a outras pessoas. João Roberto Ribeiro de Moraes era o nome que constava no processo de regularização do Getat. Depois de obtida a regularização, a propriedade da terra foi transferida a Jarbas Alves Silva, o mesmo ocorrendo com Marina Teixeira de Moraes, que, após obter regularização e receber propriedade de terra junto ao Getat, transferiu a Aloisio Ribeiro Vieira. Desta forma, ficou provada a fraude na regularização de terras feitas pelo Getat (SIMAS, 1985).

Visto que Irmã Adelaide estava integrada e desenvolvia um trabalho social importante à comunidade de Curionópolis, sua morte teve grande repercussão na região e causou grande comoção aos moradores desta vila.

Uma vez que o depoimento da testemunha ocular apontava como sendo o executor do crime um homem de estatura mediana e ruivo, um grupo de trabalhadores rurais armados de revólveres e espingardas ocupou as vias de acesso das cidades entre a vila de Eldorado, Marabá e Curionópolis, com o objetivo de encontrar o homem que matou Irmã Adelaide.

Segundo a testemunha ocular, o homem teria se escondido na mata após o crime. Dois veículos foram destruídos pelos colonos revoltosos pela morte da freira, sendo o clima propício para a eclosão de um conflito armado (A Província do Pará, 1985). A polícia precisou intervir para desfazer os grupos de posseiros que tomavam conta das estradas entre Eldorado,

Marabá e Curionópolis, além de montar um cerco em vários locais do município de Marabá, a fim de prender o homem descrito pela testemunha ocular e intensificar as buscas nos arredores de Curionópolis e Eldorado, sobretudo nas matas que demandavam para a ferrovia Carajás-Itaqui e Serra Pelada. Delegacias próximas receberam a descrição do pistoleiro executor (A Província do Pará, 1985).

Sendo temerária a revolta dos moradores e trabalhadores rurais da região pela morte de Irmã Adelaide, os fazendeiros da região reuniram-se com agentes da Polícia Federal para discutir soluções em nível federal para as ocupações que sofriam em suas propriedades pelos trabalhadores.

Os meios de comunicação veicularam à época a expectativa de que a qualquer momento poderia surgir um conflito armado entre os homens de Aloysio e os posseiros, aqueles comandados por José Pereira Nóbrega, acusado de matar o advogado Gabriel Sales Pimenta. José Pereira foi preso, mas obteve liberdade e retornou a Marabá (A Província do Pará, 1985).

Um ano após a morte de Irmã Adelaide, a Igreja local organizou uma caminhada em memória à vida e ao trabalho da freira: a programação da caminhada se iniciou às 22h do dia 13 abril 1986 em Eldorado, especificamente no terminal rodoviário, lugar onde Irmã Adelaide morreu.

Por volta da meia-noite, cerca de duas mil pessoas saíram em marcha com destino a Curionópolis, onde está seu túmulo e onde morava a Irmã. No total, foram percorridos 28 quilômetros a pé durante as primeiras horas do dia 14 abril de 1986. Durante a caminhada, houve várias paradas para reflexões, celebrações e muita oração (O São Paulo, p. 2, 1986).

Nesta ocasião, foi lida a biografia da Irmã Adelaide. Uma destas paradas foi na entrada da fazenda do mandante do crime no km 7 de Curionópolis, para serem lembradas as formas de opressão e injustiças que são feitas ao povo daquela região: grilagens e expulsão da terra; exploração através dos garimpos e das grandes construções civis do Projeto Grande Carajás. Toda a caminhada foi marcada pela expressão do sentimento do povo pela vida de Irmã Adelaide.

Em alguns cartazes confeccionados para exposição durante a caminhada e fixação nas paredes da Igreja, feitos por pessoas que conheciam Irmã Adelaide, *constavam as seguintes mensagens: “Prova de Amor não há*

que doar a vida pelo irmão; todo esse sangue que lava nossa terra há de fecundar este chão para fazer brotar a justiça, a paz e a fraternidade” (BERNASCONI, 1986). *A programação encerrou com uma missa em frente ao túmulo da Irmã* (O São Paulo, p. 2, 1986).

Na Assembleia Legislativa do Pará, lideranças do PMDB e PDS apresentaram votos de pesar e repúdio ao assassinato de Irmã Adelaide. Paulo Fonteles, do PMDB, pediu a extinção do Dops – Departamento de Ordem Política e Social – e a intervenção da Secretaria de Interior e Justiça em conflitos de terra dessa natureza.

Diante das repercussões e gravidade do caso, representantes da Comissão da Corte Internacional de Justiça e do Centro para Independência de Juizes e Advogados foram até Belém para investigar alguns assassinatos, entre estes o de Irmã Adelaide, denunciados por entidades de defesa dos direitos humanos (O Liberal, 1985).

Mesmo ao teor de algumas denúncias que indicavam ter sumido da delegacia de Marabá inquéritos policiais em dezembro de 1985, entre estes o que incriminava o fazendeiro Aloisio Ribeiro Vieira da morte de Irmã Adelaide, o resultado das investigações apontou como acusados de premeditar a morte do sindicalista Arnaldo Delcídio Ferreira, mas que acabou resultando a morte de Irmã Adelaide, um grupo de fazendeiros da região, com a contratação de um pistoleiro para executar o crime (SDDH, 1985).

O pistoleiro reconhecido pelas testemunhas era José de Ribamar Rodrigues Lopes, professor de Educação Física e garimpeiro, preso em 21 de maio de 1986 (O Estado de São Paulo, 1986). No ano de 1991, porém, tendo sua fuga facilitada na delegacia de Curionópolis, José de Ribamar e outros pistoleiros conseguiram escapar da prisão (O São Paulo, 1991). José de Ribamar passou doze anos foragido da polícia com prisão preventiva decretada (CPT - Diocese de Marabá, Fetagri, STR de Eldorado, Marabá, 2003).

Através de denúncia da CPT – Comissão Pastoral da Terra, em 9 de julho de 2003, José de Ribamar foi localizado e preso novamente no Rio de Janeiro (Contag, 2003). No dia 27 de agosto de 2003, Ribamar foi transferido do Rio de Janeiro para a cadeia pública de Curionópolis.

Como o processo ficara parado em virtude do desaparecimento de José de Ribamar, este foi pronunciado e ficou preso até o julgamento pelo

júri. O crime estava prestes a prescrever (CPT - Diocese de Marabá, Fetagri, STR de Eldorado, Marabá, 2003)

Segundo informações da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, em 6 de maio de 1992, o processo tramitava na comarca de Curionópolis (processo nº 4701/87) e encontrava-se na fase de instrução criminal. Os acusados eram: José Ribamar Rodrigues Lopes, João Batista Veloso, Aloysio Ribeiro Vieira e José Eduardo Abreu Vieira, sendo que nenhum deles estava preso àquela data (SDDH, 1992).

Tipologia ou natureza da violação:

Homicídio de Irmã Adelaide com tiro que a atingiu na altura da jugular.

Tentativa de homicídio de Arnaldo Delcídio Ferreira, delegado sindical do STR de Marabá.

Ameaças à vida de Arnaldo Delcídio Ferreira.

Identificação da vítima:

Ir. Adelaide Molinari (Lourdes Molinari), 47 anos, feminino, religiosa da Congregação Filhas do Amor Divino. Arnaldo Delcídio Ferreira, masculino, 47, delegado e líder sindical do STR - Marabá.

Conflitos na região com relevância para a violação:

Fazenda Alter Verde, Km 7 da rodovia entre Curionópolis e Eldorado. Castanhal Piranhas; Área rural Pedra Furada e Água Fria.

Grupo econômico supostamente envolvido no caso:

Fazendeiros, empresas madeireira e pecuaristas.

Agentes do Estado envolvidos:

Departamento de Ordem Política e Social (Dops);

Grupo Executivo de Terras Araguaia Tocantins (Getat);

Poder Judiciário - Comarca de Curionópolis, Comarca de Eldorado;

Polícia Militar (PM).

Ação direta de agentes do Estado na violação e/ou das omissões e conivências:

O Getat, na concessão da titulação de propriedade da terra aos fazendeiros da região, com intermediação de terceiros, ou seja, de forma irregular. A ausência de controle nas transações feitas após a expedição dos títulos mostra a fragilidade da aplicação das normas que vedam a alienação a terceiros das terras alienadas pelo poder público.

A polícia ou outro órgão/autoridade de segurança pública na omissão ante os inúmeros pedidos de proteção a vida de Arnaldo, bem como a falta de agilidade em apurar os responsáveis pela morte e pelos atentados contra sua vida, através dos processos e inquéritos instaurados.

A inércia em apurar a autoria material ou intelectual do crime, permitindo que o executor se ausentasse do estado e que circunstâncias materiais se diluíssem no tempo.

Existência de inquéritos ou processos judiciais:

Processo nº 147/90 – Ação Penal – Comarca de Curionópolis - Pará.

Réus: José de Ribamar Rodrigues Lopes; José Batista Veloso; Aloysio Ribeiro Vieira (segundo informações do Tribunal de Justiça do Pará, foi extinta a punibilidade por morte em 22/04/1987) e José Eduardo de Abreu Vieira. Vítimas: Irmã Adelaide Molinari e Arnaldo Delcídio Ferreira. *Data do homicídio e tentativa de homicídio: 14 de abril de 1985.*

O júri realizado dezenove anos após o assassinato resultou na absolvição do executor do crime, José de Ribamar Rodrigues Lopes. Por cinco votos a dois, o júri foi marcado por irregularidades: jurados que portavam celulares, se comunicaram e até receberam visitas entre os intervalos. A promotoria alegando a incomunicabilidade dos jurados pediu novo julgamento (Boletim Eletrônico da Justiça Global, 2004). Na época do crime, em depoimento à polícia paraense, Ribamar chegou a assumir a autoria do disparo que matou a Irmã. No julgamento, porém, negou e foi absolvido. Dois outros acusados de serem mandantes do crime foram impronunciados.

A decisão de absolver o executor do crime provocou revolta em religiosos, integrantes do MST e sindicalistas, além das pessoas que se reuni-

ram em frente ao teatro municipal para acompanhar o julgamento. Eram em número mais de mil (Folha de S.Paulo, 2004). A CPT de Marabá - Pará e o Centro de Justiça Global enviam denúncia para o relator especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU para independência de juízes e advogados, repudiando e denunciando a absolvição do pistoleiro José de Ribamar. O papa João Paulo II enviou uma carta pedindo justiça pela morte de irmã Adelaide (O Globo Online, 2004).

Fontes:

ADÉLIA; ANGELITA; LOURDES. Irmã Adelaide, Biografia de Irmã Adelaide. Disponível em: <http://goo.gl/TJ10G> . Acesso em: 5 abr. 2014.

BERNASCONI, Pompea. Irmã Adelaide, a “justiça” te esqueceu! In: Boletim CPT Nacional, no 63, mar/abr 1986. <http://goo.gl/TJ10G>. Acesso em: 5 abr. 2014.

CAMINHADA. Diocese de Goiás. Pistoleiro assassina religiosa em Marabá. Ano XIX, no 127, abr/mai 1985. Disponível em: <http://goo.gl/TJ10G> . Acesso em: 5 abr. 2014.

CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil). Cremos que irmãs: Adelaide e Cleusa Carolina Vivem! Boletim informativo no 20, abr/mai/jun 1985, CNBB - Sul IV, Florianópolis - SC, 1985.

CNRA Informa, no 13, Rio de Janeiro, Nov/Dez 1985. < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Acusado de assassinar Irmã Adelaide vai a júri popular. 6 nov. 2003. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

_____. Assassino de freira vai à Júri. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <agenciacontag@contag.org.br> em 6 nov. 2003. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 9 mai. 2014.

CPT - Comissão Pastoral Da Terra. Assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Execução dos Pistoleiros. In: NOTÍCIAS URGENTES. Ano 2. No. 12. Belém, 1988.

_____; DIOCESE DE MARABÁ; FETAGRI; STR DE ELDORADO. Autoridades ligadas ao governo do RJ fazem pressão para tirar da cadeia o acusado de ter assassinado irmã Adelaide em Eldorado dos Carajás. CPT

- Diocese de Marabá, FETAGRI, STR de Eldorado, Marabá, 1 set 2003. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 21 mai. 2014.

_____. MARABÁ. Preso no Rio assassino de Irmã Adelaide. 14 jul. 2003. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

CPT - Boletim CPT Nacional. Novo assassinato no Pará. Mar./Abr. 1985. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

CUT - Central Única dos Trabalhadores. Secretaria Rural. A violência no campo no Brasil. P. 12, jul. 1985. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

JORNAL CORREIO BRASILIENSE. ONU investigará crimes insolúveis. 9 jun. 1989. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ. Acusado manda carta ao delegado. 17 abr. 1985. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

_____. Clima de tensão domina Eldorado: Posseiros estão prontos para vingar morte da freira e atentado ao delegado sindical. 17 abr. 1985. < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

_____. Polícia vai ouvir a vítima do atentado: clima em Eldorado é de aparente calma, mas polícia está alerta e pronta para agir. 18 abr. 1985. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

_____. Tiro na garganta mata a religiosa: polícia confirmou assassinato da freira e baleamento do líder sindical. 16 abr. 1985. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

JORNAL DOS SEM-TERRA. Lembrando a irmã Adelaide Molinari. Nº 52, p. 54, mai. 1986. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

JORNAL O LIBERAL. Caça ao pistoleiro nas matas de Carajás: para a polícia, 4 fazendeiros são suspeitos como mandantes do crime. 18 abr. 1985. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

_____. Comoção no sepultamento da freira assassinada: Praticamente toda a população de Curionópolis foi velar o corpo. 17 abr. 1985.

_____. Votos de pesar e repúdio na Assembleia Legislativa. 18 abr. 1985. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Juíza Julga hoje o assassino da freira. Belém: Agência Estado, p. 12, 29 mai. 1986. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

JORNAL O SÃO PAULO. Lembrando irmã Adelaide. 30 mai/5 jun. 1986. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

_____. O terror é espalhado e culpado nada sofre. São Paulo, 17-23 mai 1985. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

_____. Pistoleiro que matou irmã Molinari foge da cadeia. 7, 5 set. 1991. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

JORNAL O POPULAR. ONU vai investigar assassinatos no PA. 9 jun. 1989. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

JUSTIÇA GLOBAL. Denúncia para ONU. Boletim Eletrônico da Justiça Global, no 11, 18 jun. 2004.

FERREIRA, Beatriz Silva. Carta para Nelson Ribeiro. Brasília. Notícia sobre o desaparecimento de inqueritos. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

FÓRUM DAS ENTIDADES PARA A REFORMA AGRÁRIA. Dados gerais sobre violência no campo no sul e sudeste do Pará nos últimos cinco anos. Relatório do Fórum das entidades para a reforma agrária, Marabá, 4 out. 2001. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

MASCHIO, José. Acusado de matar freira no PA é absolvido. In: Jornal Folha de São Paulo, p. A9, 1 mai 2004. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

NICODEM, Nilza M. Relatório da primeira caminhada da Irmã Adelaide Molinari. In: CPT Nacional, Curionópolis, 19 mai. 1986. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

O GLOBO ONLINE. Acusado de matar freira no Pará é absolvido. 30 abr. 2004. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/online/plana-to/141909376.asp> >. Acesso em: 10 mai. 2014.

SDDH (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos). Carta para Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Brasília. Casos de violência e assassinato no campo paraense. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

SIMAS, Roberval L. C. Relatório no 00228/85. Procuradoria Contenciosa da Procuradoria Geral do INCRA, 24 abr. 1985. < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

SIN (Serviço de Intercâmbio Nacional). Memorando no 56/85: Petrópolis: 10 set. 1985. Disponível em: < <http://goo.gl/TJ10G>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

18,19,20-04-86

TRIBUNAL DA TERRA

TERRA, MORTE E IMPUNIDADE



Palácio da Justiça (Pca. Felipe Patroni) Belém-PA

promoção
Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos·Nortell

entidades coordenadoras
CPT·Norte II, CUT·PA, OAB·PA, SPDDH, MMCC, CBB, Cedenpa

Assassinato de Belchior Martins Costa

por Flávia Sousa Garcia Sanz e Girolamo Domenico Treccani

Nos momentos de conflitos que antecedem o crime cometido contra o lavrador Belchior Martins da Costa, o Estado estava plenamente ciente do que se passava e participou diretamente de algumas violações, como o despejo sem mandado, foi omissivo e incapaz de evitar o assassinato do lavrador e, posteriormente, incapaz de investigar e punir os responsáveis. Funcionários do Getat exerceram papel de mediadores, mas se mostraram inconstantes e frágeis para lidar com a situação.

O crime foi cometido com extrema brutalidade (o corpo do camponês tinha 140 tiros, olhos furados com faca, pescoço quebrado), houve testemunhas oculares, mas ainda assim ficou impune. O Poder Judiciário atesta não encontrar inquérito, enquanto houve inclusive ordem de prisão preventiva aos acusados. Data e local do caso: 02 de março de 1982, na Gleba Cabeceira do Rio Maria, no município de Rio Maria, no Estado do Pará.

Descrição do caso:

Segundo Gaspar Martins da Costa, irmão da vítima, Belchior Martins da Costa e mais dez companheiros souberam de uma terra localizada a 12 km de Rio Maria que o Incra estaria demarcando para colonos. Os posseiros se instalaram na região a partir do dia 17 de abril de 1981.

Contudo, o fazendeiro Valter Valente ocupou seis lotes de vinte alqueires naquela área. O fazendeiro alegava ser proprietário destas terras e que os posseiros as teriam invadido. Em momento algum, porém, apresentou qualquer título de propriedade. Exigia que os posseiros se retirassem da área e conseguiu o apoio da Polícia Militar de Rio Maria e Xinguara.

Em fevereiro de 1981, Belchior da Costa e seus companheiros começaram a trabalhar mais onze lotes de terras devolutas próximos dali.

Em novembro de 1981, Josilton, representante do Getat, convocou os posseiros e o fazendeiro para uma reunião, na qual pediu que aguardassem até 20 de dezembro daquele ano para que fosse realizada uma vistoria. O Getat iria garantir ao Valter a área pretendida e o que “sobrasse” seria distribuído entre os posseiros. Nesta reunião, o fazendeiro apresentou um

mero requerimento de 60 alqueires. O Getat se comprometeu a enviar topógrafos para vistoriar os limites da terra do fazendeiro e ainda garantiu aos posseiros que eles ganhariam uma parte da terra.

Porém, no dia 4 de dezembro, os lavradores foram surpreendidos por funcionários do Getat, acompanhados de dez policiais da PM e quatro pistoleiros fortemente armados, que os despejaram e os expulsaram. Dez barracos foram derrubados e queimados, seus pertences foram jogados no mato.

A polícia apreendeu todas as ferramentas e armas dos lavradores. Um Relatório de Anistia Internacional comprovou que a expulsão se deu sem mandado judicial. Alguns lavradores foram levados para Rio Maria e outros ficaram na casa de amigos. Neste episódio, Valter da Silva, acompanhou os policiais fardados e à paisana, todos armados, entrou em todas as posses ameaçando os posseiros.

Otacílio Rufino Alves e Belchior Martins Costa exigiram que os policiais apresentassem a ordem judicial, mas os policiais alegaram que esta se encontrava em posse de outra turma que também estava na fazenda procedendo ao despejo. Neste momento, o tenente Vieira começou a escrever em uma folha de papel, em seguida quebrou uma caneta e sujou o dedo de Otacílio Alves.

Os PMs e jagunços de Valter da Silva tentaram forçar o posseiro Pedro Gonçalves da Oliveira a assinar a desistência do seu lote, mas, como este se recusou, sujaram seus dedos com tinta de caneta, os pressionaram contra o papel e despejando-o no meio da rua.

Os lavradores Belchior Martins da Costa, Luiz Bernadino, Osmar Miranda, Pedro de Tal, Geraldo Ribeiro e Pedro Gonçalves de Oliveira procuraram pela segunda vez o Getat, que assegurou a colheita da roça, porém, após a colheita, deveriam desocupar as terras e, então, o Getat tomaria as providências cabíveis. O coordenador do órgão, Zozilton Almeida, garantiu que o despejo não passara de um mal-entendido.

Contudo, o fazendeiro “Walter Valente afirmava publicamente que mataria quem entrasse na terra”. Próximo à época da colheita, as famílias dos posseiros estavam passando necessidade e voltaram a procurar o Getat, que o reforçou as garantias de que podiam retornar e colher suas plantações.

O próprio Zozilton afirmou ter chamado Walter Valente para avisar que os lavradores iriam entrar na terra para fazer a colheita, e que o fazen-

deiro não precisava se preocupar nem devia se aproximar da área, pois os posseiros seriam transferidos para outra região.

No dia 1º de março de 1981, os posseiros retornaram às terras para proceder à colheita. No dia seguinte, às 14h, enquanto colhiam a roça de Luiz Bernadino, o fazendeiro Valter Valente apareceu fortemente armado, voltando-se para Belchior, perguntou quem havia construído o barraco ali e o porquê.

Belchior Martins se acusou como o responsável pela construção do barraco, justificando que precisava colocar o arroz embaixo do barraco para não ficar na chuva, pois não tinham plástico. Em seguida, o fazendeiro disparou dois tiros no rosto do lavrador. Luiz Bernadino, que estava ao lado, ao pedir que o fazendeiro não matasse o colega, pois era pai de família, levou também dois tiros de Valter Valente, um no rosto, outro na costela.

Logo depois apareceram três capangas do fazendeiro que estavam entocados na roça de milho, Luiz Bernadino e os demais posseiros começaram a correr, ouviam-se vários outros tiros serem disparados contra Belchior. O fazendeiro estava acompanhado do filho e do pistoleiro Tota. Luiz Bernadino foi levado ao hospital.

Dia 3 de março, às 7h, o corpo de Belchior foi encontrado pela polícia de Rio Maria. Ao lado do corpo estava apenas o instrumento de trabalho, o cutelo de cortar arroz. Conforme consta no laudo médico, havia por volta de 140 perfurações de bala e seu pescoço estava quebrado. Os olhos foram furados. O lavrador tinha esposa e três filhos.

Ressalta-se que, neste conflito, por duas vezes Belchior desarmou Pernambuco, impedindo-o de atacar Valter Valente, e recusou proposta de Pernambuco de fazer tocaia para pegar o fazendeiro.

Os depoimentos que os posseiros prestaram para a Polícia e o Getat foram unânimes em descrever a dinâmica do assassinato e como o fazendeiro Valter Valente, seu filho de quinze anos e os pistoleiros “Zezão” e “Tota” executaram Belchior. Os depoentes afirmaram que os lavradores estavam todos desarmados, pois acreditavam não haver riscos de enfrentamento, já que a colheita havia sido autorizada pelo Getat.

Após o acontecimento, o Getat e a Polícia Federal permaneceram nas terras para garantir que os lavradores fizessem a colheita. Porém, o fazen-

deiro foi acobertado pela Polícia Militar e Federal, permanecendo livre e andando armado em Conceição do Araguaia e Rio Maria.

O lavrador Pedro Gonçalves de Oliveira denunciou omissão da polícia, que, ao ser comunicada do crime, não tomou as providências cabíveis, negando-se a prestar socorro e só veio a fazê-lo do dia seguinte, quando entrevistaram Luiz Bernadino de Paula, que já estava internado.

O lavrador Jaci Gonçalves de Oliveira, filho de Pedro Gonçalves de Oliveira, afirmou que foi à delegacia para dar queixa e pedir socorro a Belchior, mas o sargento Miranda negou-se, alegando que isso era por conta do Getat. Somente no dia seguinte, o sargento viria a “dar crédito” à denúncia e foi buscar o corpo de Belchior Martins.

A filha de Belchior Martins, Adélia Martins Bringel, declarou que, quando foi informada do assassinato, foi com sua irmã à delegacia e ao destacamento da polícia, aproximadamente às 17h, mas ambos os locais estavam fechados.

Na rua, encontraram o sargento Miranda e lhe relataram os fatos, porém o sargento afirmou que não iria até o local do crime, pois não sabia se os fatos eram verdadeiros e não iria estragar o carro na estrada. Por volta das 18h30, quando posseiros que havia presenciado o assassinato confirmaram o relato, o sargento novamente negou-se a ir averiguar o acontecido.

Os posseiros conseguiram um carro para que a polícia fosse ao local, mas o sargento se negou a ir e não autorizou que nenhum soldado fosse. Somente no dia seguinte determinou a ida de policiais para a apanhar o corpo. Valter Valente afirmava publicamente que havia matado Belchior Martins. Adélia Martins Bringel relatou que frequentemente o fazendeiro passava em frente à casa da família e ficava olhando, chegando um dia a parar o carro e confirmar que ali morava a viúva de Belchior Martins.

Tipologia ou natureza da violação:

Morte, despejo, destruição de bens, ameaça.

Conflitos na região com relevância para a violação:

Na década de 80, o sul do Pará foi visto como uma “região de fronteira” disputada entre milhares de posseiros e empresas agropecuárias.

O levantamento realizado pela Clínica de Direitos Humanos da Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (CIDHA/PPGD/ICJ/UFPA), de 1964 a 1988, informa que no município de Rio Maria foram assassinadas 16 pessoas (2,88% do total dos assassinatos acontecido no Estado do Pará). Na microrregião de Redenção, foram registrados 115 assassinatos (20,68%) e, na mesorregião Sudeste do Estado, 418 pessoas (75,18%, das vítimas).

Grupo supostamente envolvido no caso:

Fazendeiro, policiais militares e civis.

Agentes do Estado envolvidos:

Funcionários do Getat;

Policiais militares e civis.

Ação direta de agentes do Estado na violação e/ou das omissões e conivências:

Foi aberto inquérito, mas o delegado entendeu que o fazendeiro agiu em legítima defesa. A população, indignada com o caso, fez um abaixo-assinado, que foi entregue ao governador, exigindo o restabelecimento da justiça.

Apesar desta mobilização, segundo Anistia Internacional, por quase uma década: “Nenhuma das testemunhas oculares do assassinato foi ouvida pelas autoridades policiais”. A viúva de Belchior Martins apresentou uma representação sobre o caso ao CNDDPH, em setembro de 1987. Este documento foi enviado ao procurador geral de Justiça do Estado do Pará e ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana para investigação.

Em abril de 1991, o promotor determinou que se iniciasse o inquérito policial que estava paralisado desde 1982. As quatro testemunhas oculares do crime reiteraram as acusações contra o fazendeiro Valter Valente, seu genro, José Herzog, e o pistoleiro “Tota”. Em 29/05/1991, os três acusados foram denunciados e foi decretada sua prisão preventiva. Contudo, em 17/08/1991, o juiz de Rio Maria, José Cândido de Moraes, revogou a prisão preventiva de José Herzog, e os demais acusados permaneceram foragidos.

Em 25/08/1993, o juiz de Rio Maria abriu prazo para as alegações finais, o MP e a Assistência de Acusação requereram a pronúncia de José Herzog, os dois outros denunciados ainda estavam foragidos. Em 19/01/1994, o advogado de defesa não ofereceu alegações finais, e o juiz nomeou defensor dativo, que se recusou em 25/03/1994. O júri previsto para acontecer em 01/09/1995 não se realizou, pois os três acusados não foram encontrados. Os réus foram citados por edital, mas não compareceram ao interrogatório nem constituíram advogado. Foi nomeada a Defensora Pública para apresentar defesa prévia. Segundo informações prestadas pelo juiz, todos os réus estão foragidos.

Este caso é emblemático, pois mostra o apoio do Getat e das Polícias Militar e Civil ao latifúndio: expulsões de trabalhadores sem ordem judicial; demora na abertura de inquéritos; falta de vontade política de prender os acusados; possibilidade de extinção dos processos por mero decurso de prazo sem que o poder público cumpra seu papel.

Existência de inquéritos ou processos judiciais:

Processos nº 228-91 e nº 334/1992 da Comarca de Rio Maria. É necessário verificar qual a atual situação destes processos.

Fontes:

ANISTIA INTERNACIONAL. Relatório. 30.08.1999 (Arquivo Secretariado Nacional da CPT).

BRINGEL, Adélia Martins. Declaração. Rio Maria, 12 Mar. 1991 (Arquivo Secretariado Nacional da CPT).

COSTA. Gaspar Martins da. Carta. 30 Dez. 1989 (Arquivo Secretariado Nacional da CPT).

DIOCESE DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. O Caso Belchior. Boletim Diocese, no 02. Conceição do Araguaia, Pará, maio 1982.

JORNAL FOLHA DE SÃO BERNARDO. Mais um lavrador morto no Pará. 10 Abr. 1982.

JORNAL TRIBUNA OPERÁRIA. Posseiro é chacinado com 140 balas no sul do Pará. Rio Maria, 24 a 30 Mai. 1982.

OLIVEIRA, Jaci Gonçalves de. Depoimento. Rio Maria, 03 Jul. 1984 (Arquivo Secretariado Nacional da CPT).

OLIVEIRA, Pedro Gonçalves. Cabeceira Rio Maria, Rio Maria. 04 Mar. 1982.

OLIVEIRA, Pedro Gonçalves de. Depoimento. Rio Maria, 03 Jul. 1984.

PAULA, Luiz Bernardino de. Depoimento. Rio Maria. 03 Jul. 1984 (Arquivo Secretariado Nacional da CPT).

ROZIERS, Henri Burin des. Situação dos processos dos crimes praticados contra sindicalistas da região de Rio Maria, sul do Pará. Informações do advogado da CPT em Rio Maria, 24 Jun. 1991.

_____. Situação dos processos dos crimes praticados contra sindicalistas da região de Rio Maria, sul do Pará. Informações do advogado da CPT em Rio Maria, 28 Jul. 1993.

_____. Situação dos processos dos crimes praticados contra sindicalistas da região de Rio Maria, sul do Pará. Informações do advogado da CPT em Rio Maria, 11 Abr. 1994.

SECRETARIADO NACIONAL DA CPT. Denúncia de mais uma injustiça no sul do Pará. 15 Mar. 1982.

_____. Depoimento: “Gleba cabeceira do Rio Maria”. 11 Fev. 1982.

_____. Rio Maria- próximo de Conceição do Araguaia. Boletim n. 8, 30 Abr. 1982.

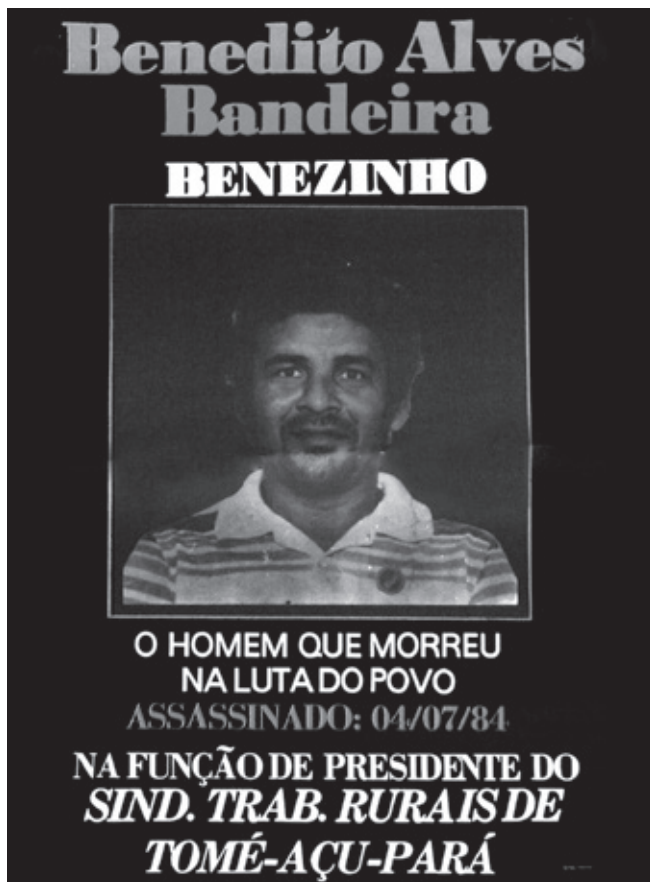
Impunidade no Pará

Depois de várias denúncias da CUT sobre a impunidade que gozam criminosos acusados e julgados por crimes cometidos no Estado do Pará, finalmente foram presos os responsáveis pelo homicídio de Expedito Ribeiro de Souza, presidente do STR de Rio Maria, o réu confesso de tentativa de homicídio do atual presidente do STR de Rio Maria, Carlos Cabral, e José Herzog, um dos acusados do homicídio de Belchior Martins da Costa.

No entanto, durante o mês de agosto e início de setembro, Carlos César Ferreira, autor do atentado contra Carlos Cabral, foi solto por determinação do Tribunal de Justiça. José Ribamar Rodrigues Lopes, as-

sassino de Irmã Adelaide, e José Ubiratam Matos Ubirajara, assassino dos irmãos Canuto e Marivaldo Ribeiro da Silva, pistoleiro processado e preso, fugiram da prisão de Curionópolis.

Ainda em agosto, o juiz de Rio Maria revogou a prisão preventiva de José Herzog e alertou para a impossibilidade de manter a proteção dada aos sindicalistas. O Setor de Combate à Violência no Campo do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT acusa o Poder Judiciário do Pará de omissão na ação de cercar os criminosos que colocam em risco a vida dos trabalhadores, testemunhas criminais e sindicalistas.



Assassinato de Benedito Alves Bandeira (“Benezinho”)

por Luana Nunes Bandeira Alves e Girolamo Domenico Treccani

Benedito Alves Bandeira, ou “Benezinho”, como era conhecido, durante anos tinha sido catequista e agente de pastoral da Igreja Católica e lutava por uma política social mais justa e igualitária. Sempre foi conhecido por sua combatividade e fidelidade à luta pelos direitos de sua categoria.

Benezinho foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Tomé-Açu, sendo morto no dia 4 de julho de 1984, por três pistoleiros. O período em que administrou a STR foi marcado pela defesa de agricultores e posseiros que buscavam garantir acesso à terra. Conjuntamente com seus companheiros de direção, denunciou todos os abusos cometidos por latifundiários que expulsavam posseiros ocupantes de algumas áreas por mais de 30 anos, no município de Tomé-Açu.

Em virtude de sua atuação enquanto líder sindical, logo que sua morte se tornou pública, a população da cidade, revoltada, clamava pela prisão dos três pistoleiros.

De acordo com as informações que circulavam pela cidade, o motivo do assassinato seria o envolvimento da vítima em favor de 60 famílias de posseiros que se encontravam em conflito com o fazendeiro conhecido como Acrino, que teria pagado 2 milhões de cruzeiros a cada pistoleiro e mais um carro para a fuga após o crime. Acrino, originário do Estado do Espírito Santo, se dizia dono da Fazenda Colatina e era conhecido na região como latifundiário que cometia diversas arbitrariedades, tais como: violência e usurpação de terras ocupadas pelos posseiros.

Os pistoleiros que executaram o crime foram presos pela polícia enquanto estavam fugindo e foram levados de volta para a cidade de Tomé-Açu. Todos eles confessaram sua participação no assassinato, apontando Acrino Azevedo Breda como mandante.

Na mesma noite, a população local invadiu a delegacia armada de paus, pedras, pedaços de ferro e os espancou. A delegacia foi incendiada e dois assassinos foram queimados vivos.

O caso gerou grande repercussão, porque Benezinho, apesar dos riscos que corria, nunca teve medo de defender os direitos de sua classe.

Sempre lutou pela liberdade, nunca recuou diante das dificuldades, sendo uma figura de grande representatividade popular, pois “Benezinho, você está sempre presente. Quem morre pelo povo sempre no povo viverá”.

Data do caso:

4 de julho de 1984.

Localização:

Centro urbano de Tomé-Açu, Estado do Pará.

Descrição do caso:

Benezinho foi assassinado com um tiro na nuca, em plena via pública, por volta de 12 horas da tarde, enquanto dirigia-se à sua residência, após retornar da sede do STR. O Estado, de forma geral, se mostra omissivo quanto às violações de direitos humanos ocorridas no campo. Neste caso, em especial, os executores chegaram a ser apreendidos pela Polícia Civil, mas foram mortos pela população, que se mostrou descrente na possibilidade de punir os responsáveis pelo assassinato. Os mandantes não chegaram a ser presos.

A repercussão do fato na cidade foi imediata, pois assim que o assassinato se tornou público, a população, revoltada, vingou-se linchando e matando um dos pistoleiros. Logo em seguida, os dois outros pistoleiros ainda vivos, prestaram depoimento na delegacia, porém, na madrugada do dia seguinte, após uma noite de vigília em frente ao local, a população arrombou portas e janelas, incendiou o prédio e retirou os corpos dos dois pistoleiros, colocando-os expostos na rua. Isso ocorreu no dia 05 de julho de 1984.

Tipologia ou natureza da violação:

A vítima fora assassinada por um tiro disparado por um pistoleiro que estava acompanhado por mais dois outros pistoleiros armados.

Identificação da vítima:

Benedito Alves Bandeira, sexo masculino, 35 anos, trabalhador rural, líder sindical.

Conflitos na região com relevância para a violação:

O assassinato teria sua origem na disputa pela fazenda Colatina.

O levantamento realizado pela Clínica de Direitos Humanos da Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (CIDHA/PPGD/ICJ/UFPA), de 1964 a 1988, mostra que no município de Tomé-Açu foram assassinadas 6 pessoas (1,08% do total dos assassinatos acontecido no Estado do Pará). Na microrregião de Tomé-Açu, foram registrados 17 assassinatos (3,06%) e, na mesorregião nordeste do Estado, 94 pessoas (16,91%, das vítimas).

Grupo supostamente envolvido no caso:

Fazendeiros; grileiros; pistoleiros.

Agentes do Estado envolvidos:

Polícia Militar do Estado do Pará – PM;

Polícia Civil do Estado do Pará – PC.

Ação direta de agentes do Estado na violação e das omissões e conivências:

A revolta da população local mostra a falta de credibilidade na eficiência da Justiça do Estado Pará. Um documento mostra a descrença dos trabalhadores na ação do Poder Público:

Mas nós nos perguntamos: como acreditar na justiça nestes casos? Como confiar, quando não temos nenhum caso de assassinato de agricultor que tenha sido esclarecido? E não foi por falta de provas e testemunhas!!! E no caso do nosso irmão BIRA, como vai ficar? (...) Até quando os moradores da ilha terão que esperar e viver no medo, debaixo de ameaças? (ENXADÃO, 1984, p. 06).

Embora, a Polícia tenha capturado os assassinos, não se verifica nenhuma medida de proteção a Benezinho, que já vinha sofrendo ameaças.

A fazenda Colatina foi desapropriada por interesse social para fins de reforma agrária em (Decreto nº 94.279, de 27/04/1987) e destinada à

criação do Projeto de Assentamento Benedito Alves Bandeira, localizado no município de Acará (Portaria INCRA SR 01 n° 621, de 06/05/1988, com 8.280,7057 ha, beneficiando 200 famílias).

Existência de inquéritos ou processos judiciais:

Processo n° 522/94. Em 15.07.2003, o Ministério Público requereu a extinção da punibilidade, face a juntada aos autos da Certidão de óbito do acusado. Em 27/06/2005, o processo foi julgado e declarado extinta a punibilidade em razão da morte do réu.

Fontes:

BANDEIRA, Maria de Fátima Lima. Carta Aberta da Viúva Maria de Fátima Lima Bandeira e seus Filhos. Acará - Tomé-Açu, 1989.

CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – CDDH. Ref. Memorando 48/84. Petrópolis, 1984.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Execução dos Pistoleiros. In: NOTÍCIAS URGENTES. Ano 2. N° 12. Belém, 1988.

JORNAL O DIÁRIO DO PARÁ. A morte do líder foi o estopim da revolta. Belém, 1984.

_____. Turba enfurecida mata pistoleiros e destrói a delegacia foi incendiada e completamente destruída. Belém, 1984.

ENXADÃO. Bené. N 19. Tomé- Açu, 1984. GRITO DA PA 150. Presidente Sindical assassinado. Ano VI. N° 31. Marabá, 1984.

REFORMA AGRÁRIA EM DADOS. BIBLIOTECA DIGITAL DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA. Benedito Alves Bandeira – Benezinho – Homem que lutava pelo Povo. Disponível em: <http://www.reformaagricariaemdados.org.br/biblioteca/cartaz/benedito-alves-bandeira-benezinho-o-homem-que-morreu-na-luta-do-povo> . Acesso em: 30 jul. 2014.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS. Moção de Repúdio à FETAGRI. Acará/Tomé-Açu, 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Moção de Apoio e Solidariedade e aos Familiares e Companheiros de Luta do Bené. Acará/Tomé-Açu, 1984.

Conflitos de terra já matou 30 no sul do Pará

BELEM, (AE) — Nos últimos 14 meses, mais de 30 pessoas foram mortas no sul do Pará em conflitos de terra, segundo levantamento feito pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e esse número poderá aumentar ainda mais a partir de agora, com a derrota da chapa de oposição ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia. Essa denúncia foi feita ontem em Belém, ao Governador Alacid Nunes, por representantes de 59 entidades que subscreveram memorial narrando os últimos atos de violência cometidos na área.

O documento foi entregue ao Governador por Gesulino Pereira da Souza. Ele foi ameaçado de morte pelo fazendeiro Paulo Maciel Bischoff, não pode retomar ao seu inte e teme o destino de sua esposa e 10 filhos. Gesulino tem uma área vizinha à que pertence ao possessor Francisco Jacinto de Oliveira, líder sindical da região que foi morto na semana passada pelo fazendeiro. O Governador encaminhou o lavrador e a comitiva à Secretaria de Segurança Pública para a instauração de inquérito, ontem mesmo Gesulino prestou depoimento.

A comissão, porém, pediu providências mais ágeas e energicas do Governo, alertando-o para a gravidade da situação. Segundo o memorial, com a derrota da oposição nas eleições para o Sindicato, o mais importante do Estado, os fazendeiros vão iniciar uma ofensiva contra os posseiros, que, se não for contida, vai resultar em muitas mortes". A comissão disse que os proprietários e o Governo estavam muito preocupados com a possibilidade de vitória da oposição, empenhando-se a fundo pela reeleição da atual Diretoria, no cargo há nove anos. "porque ela é pelega". Os membros da comissão mostraram que a área é estratégica "e o Governo Federal tem um Sindicato nas mãos realmente dos trabalhadores".

Com a derrota da oposição, os fazendeiros, que se vinham mantendo em atitude de expectativa, "estão se tornando agressivos", disse um membro da comissão, citando o caso de Francisco Jacinto, morto à "queimadouras" pelo fazendeiro, quando discutia com ele um problema de indenização de suas posses. "Se não fosse o irmão do lavrador ter escapado dos tiros que dispararam contra ele, a família nem teria podido recuperar o corpo de Jacinto", explicou ao Governador um dos membros da comissão. Alacid Nunes ouviu calado a exposição, pediu licença, telefonou para o Secretário de Segurança Pública e pediu-lhe que ouvisse a denúncia, encaminhando a Comissão.

Assassinato de Francisco Jacinto de Oliveira (“Sinhozinho”)

por Isadora Cristina Cardoso de Vasconcelos e Girolamo D. Treccani

A morte de Francisco Jacinto de Oliveira está relacionada ao assentamento dele pelo Getat. Ele foi despejado e preso algumas vezes por defender sua terra face aos interesses da oligarquia fundiária da região, assim como tantos outros posseiros.

O fazendeiro Paulo Bichuette, com a promessa de “resolver” suas querelas com o posseiro, o chamou para um suposto pagamento, que não ocorreu. Naquele momento, ordenou a morte de Sinhozinho ao pistoleiro Adilson Ribeiro dos Santos.

Todos os fatos descritos ocorreram para evitar que o posseiro tivesse o seu direito à terra devidamente reconhecido pelo Getat, que havia determinado o assentamento legalmente reconhecido.

Data do caso:

02 de junho de 1981.

Localização espacial onde ocorreu a violência:

Fazenda São Francisco (“Água Fria”), Região da Boa Vontade. Xinguara (Conceição do Araguaia), Pará.

Descrição do caso:

Após as eleições para o sindicato dos trabalhadores rurais, quando Bertoldo Siqueira de Lima derrotou a chapa da oposição graças ao apoio do Getat e do “major Curió”, o posseiro Francisco Jacinto de Oliveira, vulgo “Sinhozinho” foi assassinado por pistoleiros do fazendeiro Paulo Maciel Bichuette.

Vale salientar que “Sinhozinho” já havia sido espancado barbaramente com sua mulher, dias antes do assassinato. A violência contra posseiros aumenta naquela região, tendo inclusive aumentado a presença de militares no local, a fim de intimidar os posseiros e defender os pistoleiros e proprietários (JORNAL O SÃO PAULO, 1981, p.8). Segundo o Jornal “O São Paulo” (1981, p. 8), o posseiro estava recebendo muitas pressões para

abandonar suas terras, dentro dos limites da Fazenda São Francisco, inclusive tendo contra ele uma liminar judicial. O supracitado fazendeiro era o principal interessado em ficar com as terras para si.

Relatou o advogado Paulo Fonteles (JORNAL O SÃO PAULO, 1981, p.8), que era advogado do posseiro, que Paulo Bichuette demonstrou especial interesse em resolver “amigavelmente” as questões com Sinhozinho, nas proximidades das eleições para o Sindicato de Lavradores de Conceição do Araguaia. Devido às pressões, o posseiro aceitou a negociação com o fazendeiro: o Getat daria um título de terra, mais 150 mil cruzeiros, e todas as despesas de mudança. Mas, depois da eleição para o sindicato, Bishuet mudou completamente, sendo que o posseiro chegou a ser espancado violentamente dias antes de ser morto. Anteriormente, ele já havia sido preso duas vezes pela polícia de Conceição do Araguaia (JORNAL O SÃO PAULO, 1981, p.8).

No dia do crime, Sinhozinho foi buscar um caminhão que Bichuette havia prometido ceder para efeito de realização das mudanças. O fazendeiro disse que só possuía uma caminhonete C-10 ou então 20 mil cruzeiros para as despesas, o que gerou reclamação de Sinhozinho, pois as promessas anteriores foram diferentes.

Após isso, Bichuette e seu pai, acompanhados pelo pistoleiro Adilson, falaram que não haveria mais mudança nenhuma e que Sinhozinho seria morto ali mesmo. O fazendeiro desferiu um tiro na frente de Sinhozinho, que caiu morto. O irmão do posseiro, que o acompanhava no momento, lutou com o pai de Bichuette e conseguiu escapar da morte e fugir do local, apesar de ter levado um tiro no braço.

O assassinato ocorreu sete dias após o término das eleições para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia. Relata a SDDH que naquele momento:

(...) todo o peso da repressão policial e da propaganda ideológica do Governo deram vitória à chapa 1, dos pelegos. Na ocasião do assassinato, conforme ainda a CPT, o fazendeiro teria dito “Agora que a chapa 1 ganhou vai ser assim”. Com efeito, apesar de não ser sindicalizado, “Sinhozinho” era um combativo posseiro, que apoiava a chapa 2. Por duas vezes, com a omissão do sindicato

dirigido pelo pelego Bertoldo Siqueira de Lira, ele foi despejado de sua posse e preso pela polícia, sendo espancado. Durante um desses despejos, conforme a CPT, a esposa de “Sinhozinho” foi duramente maltratada pela polícia, na presença dos filhos. O Getat e a justiça tinham conhecimento do conflito do posseiro com os Bishuet (sic), mas sempre intercederam a favor destes. O pior é que estes fazendeiros vêm fazendo ameaças de despejo e de morte a outros posseiros da área (JORNAL RESISTÊNCIA, 1981).

Cumpra explicitar que o termo “pelego” é depreciativo dentro do movimento sindical referente aos líderes ou representantes que se dizem defensores dos direitos dos trabalhadores, porém, na verdade, defendem os interesses dos empregadores.

O líder da Chapa 2, Jesuíno Pereira de Souza, também foi ameaçado de morte pelo fazendeiro em comento. Dezenas de entidades reuniram-se contra os absurdos ocorridos na época e emitiram uma nota de protesto. Tal nota foi encaminhada ao Governo do Estado do Pará e ao secretário de Segurança Pública do Estado do Pará, a fim de exigir a prisão dos assassinos e garantias de vida para Jesuíno, responsabilizando o Estado pelo que viesse a lhe acontecer. Assinada por 59 entidades, tal nota mencionou que:

(...) os responsáveis por tão bárbaro crime não são apenas os fazendeiros e os pistoleiros que puxaram o gatilho, e contra os quais pedimos providências. Acreditamos que a entrega desenfreada de nossas riquezas ao capital monopolista nacional e multinacional é que gera a desgraça cotidiana do nosso povo (JORNAL RESISTÊNCIA, 1981).

A nota ainda citava que a origem de todos os crimes incidia na necessidade de o regime militar “limpar a área” para o “grande leilão” da Serra dos Carajás.

Importa ressaltar que, em depoimento, o fazendeiro e seu pai (Wilton Bichuette) souberam por outros da morte de Sinhozinho, efetuada por Adilson Ribeiro dos Santos. Disseram ainda que havia uma rixa entre o

pistoleiro e o posseiro, escusando-se de alguma culpa.

Adilson, no mesmo depoimento, já como indiciado, alegou legítima defesa, pois achou que Sinhozinho iria sacar uma arma. Adilson posteriormente foi preso e Bichuette continuou solto.

Tipologia ou natureza da violação:

No dia 02 de junho de 1981, às 16h, o fazendeiro ordenou que o pistoleiro Adilson atirasse no posseiro, que foi morto sem chance de defesa. O irmão de Sinhozinho, Dionísio, também estava presente e foi baleado no braço, “(...) mesmo assim conseguindo fugir”. Sinhozinho deixou a viúva Irani e três filhos.

Identificação das vítimas:

Francisco Jacinto de Oliveira (“Sinhozinho”), posseiro, lavrador; (assassinato) Dionísio Jacinto de Oliveira, posseiro, trabalhador rural, irmão de Francisco (ferido).

Conflitos na região com relevância para a violação:

A região de Xinguara é marcada por conflitos fundiários que culminam em muitos desaparecimentos, assassinatos de trabalhadores e lideranças sindicais.

O levantamento realizado pela Clínica de Direitos Humanos da Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (CIDHA/PPGD/ICJ/UFPA), de 1964 a 1988, no município de Xinguara informa que foram assassinadas 79 pessoas (14,21% do total dos assassinatos acontecido no Estado do Pará). Foi o município que registrou o maior número de assassinatos. O número seria ainda maior se se levasse em consideração que os municípios de São Geraldo do Araguaia (48 assassinatos), Água Azul do Norte (3) e Piçarra (3) foram desmembrados de seu território. Somando-se estes números, chegar-se-ia a 133 assassinatos, isto é 23,50% do total. Na microrregião de Redenção, foram registrados 115 assassinatos (20,68%) e, na mesorregião sudeste do Estado, 418 pessoas (75,18% das vítimas).

Grupo envolvido no caso:

Latifundiários.

Agentes do Estado envolvidos:

Getat (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins);

Governo do Estado do Pará;

Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará;

Polícia Civil do Estado do Pará;

Polícia Militar do Estado do Pará;

Polícia Federal (Superintendência no Estado do Pará).

Ação direta de agentes do Estado na violação e/ou das omissões e conivências:

O conflito entre posseiros e latifundiários era do conhecimento do Getat e estava sendo encaminhado pela justiça local através da CPT. A diretoria do sindicato nunca tomou nenhuma providência em relação ao posseiro, mesmo sabendo que Sinhozinho já havia sido despejado e preso por duas vezes, sendo violentamente espancado pela polícia, o que ocorreu também em um desses despejos à sua esposa, Irani, na presença dos filhos.

Segundo a CPT, o fazendeiro em comento recebeu apoio da Justiça e do Getat e:

Além do crime praticado, estes fazendeiros vêm fazendo ameaças de despejo e de morte a outros posseiros da área. Os fatos demonstram que a situação dos trabalhadores da região continua se agravando, sem poderem contar com a ajuda de seu sindicato, porque dentro permanece a mesma diretoria pelega, que recebe todo o apoio da Polícia Militar, da Polícia Federal, do Getat e dos fazendeiros (BOLETIM INFORMATIVO CPT, 1981).

A única providência relatada foi que a polícia decidiu “(...) enterrar Sinhozinho em cova rasa, o que só não ocorreu porque a família interveio” (TRIBUNA OPERÁRIA, 1981, p. 5). A morte de Sinhozinho e a tentativa de homicídio constam em relatório da Delegacia de Polícia de Conceição do Araguaia (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 1981), porém o tiro no braço de Dionísio foi considerado uma lesão corporal.

O secretário de Segurança Pública, quando recebeu a supracitada nota, solicitou providências ao delegado distrital de Xinguara em relação ao laudo cadavérico da vítima e o laudo de lesões corporais da vítima (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 1981).

Por fim, apesar de tantos apelos, Bichuette continua solto, sendo ainda influente na região. Não constam processos judiciais sobre a morte de Sinhozinho tanto em nome do pistoleiro quanto em relação ao fazendeiro.

Existência de inquéritos ou processos judiciais:

Não constam processos judiciais nas bases do Tribunal de Justiça do Estado do Pará nem em relação a Paulo Bichuette, nem em relação a Adilson Ribeiro dos Santos.

Fontes

BOLETIM INFORMATIVO CPT. Carta ao Governador do Estado do Pará Cel. Alacid da Silva Nunes enviada pelas 59 Entidades Religiosas, Leigas e Partidos Políticos. Número 19, 07/1981.

JORNAL MOVIMENTO POPULAR. Matéria de capa. Separata de Movimento. Filiação 314, 1981.

JORNAL O SÃO PAULO. A morte de Sinhozinho. São Paulo, 1981.

_____. Nota sobre Conceição do Araguaia/PA. São Paulo, 1981. JORNAL RESISTÊNCIA.

Sinhozinho: mais um mártir da luta pela terra. Belém, Pará, 1981. PARÁ (Estado). Depoimento. 1981. TRIBUNA OPERÁRIA. Depois da fraude eleitoral posseiro é morto no Araguaia. 1981.

Secretaria Nacional de Imprensa e Divulgação/CEJCS



até quando ficarão impunes
os assassinos dos trabalhadores??!

BASTA!

Nas fotos:

1. Os corpos dos posseiros mortos na Fazenda Primavera são retirados do rio Escuro, Marabá, setembro de 1988. Mandante conhecido, sítio: *Walter Aguiar/Marcos Rossi*
2. Corpo de trabalhador trazido no ambulatório da UPA, São João do Araguaia, em julho deste ano. Mandante conhecido e sítio: *Walter da CPT*
3. Nair da Natividade, presidente do SIR de Camo do Rio Verde, Goiás, assassinado em outubro de 88. *(Foto CPT)*
4. Ditosos corpos da chácara de Uba. *(Foto CPT)*
5. Elton Freire, líder sindical assassinado em 1988. Sítio não conhecido. *(Direção do campo)*
6. Margerida Maria Alves, presidente do SIR de Alagoa Grande, na Paraíba. Assassinada em sua casa em 1983. Sítio não conhecido. *(Direção do campo)*
7. João Rodrigues de Moura, pai do dirigente da CUT, fundador do SIR de Ubatuba, Minas Gerais, morto em outubro. Assasino conhecido. *(Foto de divulgação)*
8. Quintino Lara da Silva, torturado em janeiro de 88, pelas costas, pela Polícia Militar do Pará, que o acusava de "partidário" porque defendia os colonos da ilha Cidasa.
9. Cora dos Trabalhadores, embalsamada em outubro na Fazenda Rio Bonito, Buriticupu, Maranhão. *(Foto Fausto)*

Em setembro e outubro foi assassinado um trabalhador rural a cada dois dias. São mais de 200 mortes este ano, principalmente de dirigentes sindicais e líderes rurais.

Basta! Os trabalhadores não estão dispostos a ficar de braços cruzados enquanto o latifúndio assassina pais e filhos e as autoridades são incapazes de punir um só dos assassinos de aluguel ou mandantes.

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Campanha Nacional contra a violência no campo

Cadeia não detém jagunço de coronel

Belém - Sebastião Pereira Dias, o "Sebastião da Teresona", o mais famoso pistoleiro do violento sul do Pará, fugiu cinematograficamente da cadeia pública de Conceição do Araguaia na noite de quinta-feira. Ele estava preso há quase um mês na cidade, 900 quilômetros ao sul de Belém, respondendo por vários crimes de que era acusado no município. Depois, Sebastião também teria que ser interrogado em Marabá, onde outros crimes lhe são atribuídos, inclusive a Chacina do Castanhal Ubá. Nessa propriedade, ele e outros pistoleiros mataram cinco pessoas.

O pistoleiro era considerado o preso de mais alta periculosidade da região, com pedidos de prisão preventiva solicitados nas comarcas de Maracabá e Conceição.

Esperava-se que, de seus depoimentos, a polícia pudesse chegar aos mandantes dos numerosos crimes de morte, principalmente de posseiros, até hoje não identificados, porque os pistoleiros raramente são presos. Havia a expectativa de que Sebastião pudesse delatar vários fazendeiros poderosos e políticos da região, que já haviam usado seus serviços, sobretudo contra ocupantes de suas terras.

Chacina do Castanhal Ubá

por Luana Nunes Bandeira Alves e Girolamo Domenico Treccani

A Chacina da Fazenda Ubá iniciou no dia 13 de junho de 1985, quando os trabalhadores rurais João Evangelista Vilarins, Francisco Pereira Alves, Januário Ferreira Lima e Francisca (gestante) foram mortos por pistoleiros.

Cinco dias depois, foram mortos José Pereira da Silva, Valdemar Alves de Almeida e Nelson Ribeiro. As casas das vítimas foram queimadas e seus corpos, jogados no rio.

Em 1999, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) denunciaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) as violações dos direitos à vida e a garantia e proteção judicial da Convenção Americana de Direitos Humanos. O pedido teve como base o fato de que não foi observada nenhuma proteção aos trabalhadores rurais da violência sistemática que os estava atingindo, bem como pela ausência de jurisdição eficiente em âmbito interno, ratificando a impunidade dos crimes no campo.

Somente em março de 2010 foi firmado um acordo entre os familiares das vítimas e o Estado, obrigando o segundo a reconhecer a sua responsabilidade internacional pela violação de direitos humanos, realizar uma cerimônia pública pedindo formalmente desculpas às famílias dos assassinados na Fazenda Ubá, indenizar estas famílias, conceder uma pensão vitalícia e construir um memorial em homenagem à luta pela terra, o que representa um ato simbólico de grande importância para a memória das vítimas, conforme observamos por meio do seguinte depoimento:

Esse acordo obriga o Estado brasileiro a reconhecer sua responsabilidade internacional por ter violado direitos humanos desses trabalhadores. O pedido de desculpas é um ato simbólico de extrema importância no nosso contexto de luta pela terra, onde ainda hoje os trabalhadores rurais são vítimas de violência e os crimes per-

manecem impunes, diz o presidente da SDDH, o advogado Marco Apolo Santana Leão (SDDH). Assim, a referida cerimônia ocorrerá no dia 16 de agosto de 2012, no assentamento da Fazenda Ubá, no município de São João do Araguaia⁹.

Data ou período do caso:

Entre 13 e 18 de junho de 1985.

Localização espacial onde ocorreu a violência:

Fazenda Ubá, localizada no município de São João do Araguaia (Pará).

Descrição do caso:

O crime ocorreu na região do Bico do Papagaio, uma das mais violentas do campo brasileiro. Famílias de trabalhadores ocupavam a Fazenda Ubá, um castanhal de 42.895.955m², na época do fato, de propriedade da Família Virgolino.

Segundo a denúncia feita pela Comissão Pastoral da Terra – CPT no dia 13 de junho de 1985, Edmundo Virgolino, chegou ao assentamento de trabalhadores rurais, no Km 30 da rodovia Transamazônica, no Castanhal Ubá, por volta das 8h, com 6 pistoleiros, matando três trabalhadores neste local.

Em 18 de junho de 1985, cinco dias após as primeiras mortes, os mesmos pistoleiros retornaram ao local do crime para assassinar mais três pessoas, entre as vítimas estava o líder comunitário José Pereira da Silva, conhecido popularmente como “Zé Pretinho”.

A CPT solicitou às autoridades que “dessem um basta” a esta chacina, prendendo os criminosos, desarmando os fazendeiros, proibindo a polícia de se envolver em problemas de terra e prestar serviços a fazendeiros e grileiros, como é prática comum na região.¹⁰

De acordo com informações divulgadas pela imprensa, havia tensão na região dos assassinatos, sendo os pistoleiros contratados por grupos de

9 Ver sobre isso em: CPT, Brasil pede desculpas a familiares das vítimas da Chacina da Fazenda Ubá. Disponível em: <http://global.org.br/programas/brasil-pede-desculpas-a-familiares-das-vitimas-da-chacina-da-fazenda-uba/>. Acesso em: 29 jun. 2014.

10 CPT. DENÚNCIA - Conflito Castanhal Ubá. São João do Araguaia, 1985.

fazendeiros que objetivavam formar uma “milícia” no local. Além disso, suspeitavam haver relação desta chacina com a que ocorrera na Gleba Surubim, totalizando 17 mortes de trabalhadores rurais por pistoleiros em menos de duas semanas.

Tipologia ou natureza da violação:

Os trabalhadores rurais foram mortos, sofreram torturas, maus-tratos, tendo os seus cadáveres amarrados e atirados no rio. Além disso, suas casas foram queimadas.

Identificação das vítimas:

José Gonçalves de Souza, sexo masculino, posseiro;
Francisco Pereira Alves, sexo masculino, posseiro;
Francisca de Souza, sexo feminino, 13 anos, posseira;
Januário Ferreira Lima, sexo masculino, posseiro;
João Evangelista Vilarins, sexo masculino, posseiro;
Luiz Carlos P. Souza, sexo masculino, posseiro;
José Pereira da Silva, sexo masculino, posseiro;
Valdemar Alves de Almeida, sexo masculino, posseiro;
Nelson Ribeiro, sexo masculino, funcionário da fazenda.

Conflitos na região com relevância para a violação:

A região do sudeste do Pará, onde se localiza o município de São João do Araguaia, foi palco de dezenas de assassinatos nos anos de 1985 e 1986. Várias chacinas ocorreram: Fazenda Ubá, Princesa, Pastoriza, Fortaleza.

O levantamento realizado pela Clínica de Direitos Humanos da Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (CIDHA/PPGD/ICJ/UFPa), de 1964 a 1988, mostra que, no município de São João do Araguaia, foram assassinadas 5 pessoas (0,90% do total dos assassinatos acontecido no Estado do Pará). Na microrregião de Marabá, foram registrados 104 assassinatos (18,71%) e, na mesorregião sudeste do Pará, 418 pessoas (75,18%, das vítimas).

Grupo econômico envolvido no caso:

Fazendeiros; grileiros; pistoleiros.

Agentes do Estado envolvidos:

- Ministério Público do Estado do Pará (MPE);
- Polícia Militar do Estado do Pará (PM);
- Polícia Civil do Estado do Pará (PC);
- Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE);
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ação direta de agentes do Estado na violação e/ou das omissões e conivências:

A chacina é mais um exemplo de impunidade dos crimes no campo, no interior do Pará, sendo, por isso, remetido à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Na denúncia do Ministério Público, oferecida ao Poder Judiciário do Estado do Pará, informou que um dos seis pistoleiros executores, chamado de “Sebastião Terezona”, já respondia a processos na Justiça do Pará e do Maranhão, acusado da prática de mais de 30 homicídios. Ele foi o executor/ planejador das várias chacinas. Seu assassinato no presídio de Americano foi considerado por muitos como uma “queima de arquivo”.

O processo criminal levou 26 anos para que fossem julgados todos os réus, sendo essa demora de vários anos resultado de completa inatividade processual. Ressalta-se que o prazo para as alegações finais durou 1.280 dias, quando o normal seria 25 dias.

Além disso, a tomada de depoimentos foi adiada por quatro vezes, o que provocou várias mudanças na data do julgamento.

Os jornais da época também questionavam a imparcialidade da juíza Ezilda Pastana para julgar o caso, além dos atrasos no processo, em virtude de seu afastamento por motivo de gravidez.

Em virtude de todas essas problemáticas, a CIDH acolheu a denúncia feita a respeito desta chacina e condenou o Estado brasileiro a uma série de obrigações, desde a indenização aos parentes da vítima até a manutenção da memória dos trabalhadores assassinados.

Existência de inquéritos ou processos judiciais:

Processo nº 019/2005. Comarca de São João do Araguaia. Em 12/12/2006, José Edmundo Ortiz Vergolino, 69, é julgado e condenado a 152 anos de reclusão.

Fontes:

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Levantamento dos Conflitos de Terra em que se registram mortes, ocorridas no país em 1985. Brasília, 03 fev. 1986.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Denúncia Conflito Castanhal Ubá. São João do Araguaia, 1985.

_____. Brasil pede desculpas a familiares das vítimas da Chacina da Fazenda Ubá. Disponível em: <http://global.org.br/programas/brasil-pede-desculpas-a-familiares-das-vitimas-da-chacina-da-fazenda-uba/>. Acesso em: 29 jun 2014.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Acusado diz que não participou do massacre a posseiros no Estado do Pará. São Paulo, 1985.

_____. A luta pela terra: são 9 mortos no Araguaia. São Paulo, 1985.

LESSA, Ricardo. O Brasil dos assassinos Na Amazônia Legal quase mil crimes aguardam punição. In: Jornal Do Brasil. Brasília, 1988.

JORNAL O LIBERAL. Réus da “Chacina da Fazenda Ubá” vão à júri hoje. Belém, 2011. Disponível em: <http://noticias.orm.com.br/noticia.asp?id=560379&%7Cr%C3%A9us+da++chacina+da+fazenda+ub%-C3%A1++v%C3%A3o+a+j%C3%BAri+hoje#.U7GjFJRdV1Y>. Acesso em: 30 jun. 2014.

SOCIEDADE PARAENSE EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. Estado brasileiro pede desculpas a familiares de vítimas da chacina da Fazenda Ubá. Disponível em: <http://sddh.org.br/?p=916>. Acesso em: 30 jun. 2014.

PINTO, Lúcio Flávio. Pistoleiro com futuro incerto. In: Jornal Pessoal. Ano II. Nº 42. 1ª quin. 6 de junho de 89. Belém, 1989.

Conflito no castanhal já provocou 29 mortes

BELÉM, (AE-DN)- Cinco corpos de posseiros assassinados na semana passada em São João do Araguaia, no Sul do Pará, já foram localizados, mas outros nove podem estar ainda espalhados dentro da mata. Dois dos mortos já foram identificados: Francisco Pereira Alves e João Evangelista Vilares. Os outros corpos são de dois homens e de uma mulher grávida. Entre os desaparecidos há algumas crianças, uma das quais teria sido queimada dentro de sua casa. Dois lavradores conseguiram escapar e estão hospitalizados.

O morticínio no Castanhal Ubá (também conhecido como Arara e Consulta), pode ter sido o mais grave dos já ocorridos este ano na região, elevando para 29 o número de mortos em conflitos de terra. Os

sobreviventes acusam o proprietário das terras, Edmundo Vergolino, de ter levado os pistoleiros para expulsar de qualquer maneira os ocupantes da área e ainda ter participado dos ataques armados. Vergolino é motorista de táxi em Marabá e já há algum tempo vinha enfrentando problemas nas terras, nas quais, segundo os lavradores, não possui benfeitorias. Como as invasões aumentassem, ele decidiu recrutar pistoleiros e simplesmente acabar com todos os ocupantes.

Ontem, a polícia começou a ouvir os depoimentos de lavradores da área e está tentando fazer a identificação dos cadáveres. No domingo à noite, houve uma missa e procissão em São Domingos do Araguaia pelos mortos.

DIÁRIO DO PARÁ ANO 2

CADERNO ESPECIAL

Belem, quinta-feira, 17 de março de 1984 4

Aragão, que hoje está solto, foi autor do mais bárbaro crime praticado no Pará, trucidando quatro pessoas e deixando uma quinta vítima à beira da morte. Os quatro corpos foram jogados numa fogueira, na Chacina de Goianésia.

A CHACINA DE GOIANÉSIA

Até crianças foram trucidadas pelo soldado louco

Por um crime de sangue, o soldado Aragoão tornou-se o mais conhecido dos assassinos do Pará. O crime ocorreu em 1979, na Chacina de Goianésia, onde ele matou quatro pessoas e deixou uma quinta vítima à beira da morte.

AS PROVIDÊNCIAS tomadas pelo governador Jader Barbalho, após o crime, foram consideradas insuficientes para conter a violência. O governador pediu a intervenção federal.

DO ASSASSINIO DO SOLDADO Aragoão, que hoje está solto, foi autor do mais bárbaro crime praticado no Pará, trucidando quatro pessoas e deixando uma quinta vítima à beira da morte.



A comunidade não perdoou Aragoão após o crime.

Em 1979, o soldado Aragoão, então da Polícia Militar, foi acusado de matar quatro pessoas e deixar uma quinta vítima à beira da morte. O crime ocorreu na Chacina de Goianésia.

AS PROVIDÊNCIAS tomadas pelo governador Jader Barbalho, após o crime, foram consideradas insuficientes para conter a violência. O governador pediu a intervenção federal.

DO ASSASSINIO DO SOLDADO Aragoão, que hoje está solto, foi autor do mais bárbaro crime praticado no Pará, trucidando quatro pessoas e deixando uma quinta vítima à beira da morte.

O crime ocorreu em 1979, na Chacina de Goianésia, onde ele matou quatro pessoas e deixou uma quinta vítima à beira da morte. Os quatro corpos foram jogados numa fogueira.

AS PROVIDÊNCIAS tomadas pelo governador Jader Barbalho, após o crime, foram consideradas insuficientes para conter a violência. O governador pediu a intervenção federal.

DO ASSASSINIO DO SOLDADO Aragoão, que hoje está solto, foi autor do mais bárbaro crime praticado no Pará, trucidando quatro pessoas e deixando uma quinta vítima à beira da morte.

COMO AGIAM os soldados da Polícia Militar, após o crime, foram considerados insuficientes para conter a violência.

A CHACINA DO ASSASSINIO DO SOLDADO Aragoão, que hoje está solto, foi autor do mais bárbaro crime praticado no Pará.

OS QUATRO CORPOS foram jogados numa fogueira, na Chacina de Goianésia.

O GOVERNADOR JADER BARBALHO pediu a intervenção federal.

AS PROVIDÊNCIAS tomadas pelo governador Jader Barbalho, após o crime, foram consideradas insuficientes para conter a violência.

SACOLÃO DAS CARNES



O POVO GOSTA. O GOVERNO APOIA.

Agora a população pode comprar o melhor pelo menor preço. O governador Jader Barbalho, já impulsionou dois sacolões de carne, o 1º, na Cidade Nova VI, e o 2º, no antigo mercado de Carnes. Outras sacolões serão inauguradas para oferecer melhor atendimento ao público, obra social de Jader Barbalho, em colaboração com os frigoríficos A.R. Gomes.



CARNES, VISCERAS E AVES

DO PRODUTOR DIRETO AO CONSUMIDOR, COM OS MELHORES PREÇOS DA CIDADE.

Realização: **GOVERNO JADER BARBALHO**

SEMPRE PREOCUPADO COM A ALIMENTAÇÃO DO POVO, APOIO FRIGORÍFICOS A.R. GOMES E CIA. LTDA.

NA CIDADE NOVA 6 E NO MERCADINHO DE CANUDOS, EM PLENO FUNCIONAMENTO, SERVINDO A NOSSA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA. BREVEMENTE, EM OUTROS BAIRROS DA GRANDE BELEM, NOVOS "SACOLÕES" COM ALIMENTOS DE PRIMEIRA QUALIDADE A PREÇOS SEMPRE MAIS BAIXOS.

Chacina de Goianésia

por Flávia Sousa Garcia Sanz e Girolamo Domenico Treccani

A Chacina de Goianésia gerou enorme comoção popular. O motivo da indignação foi o assassinato frio de duas pessoas indefesas, uma criança de 3 anos e seu pai de 51 anos, além de um caçador de pássaros que estava apenas de passagem na região e não tinha qualquer ligação com o conflito de terras ali instalado.

“Mais uma vez a ferócia e a crueldade dos jagunços, contratados para matar sem olhar nada: um Clécio tinha somente 3 anos e a única ‘culpa’ de estar acompanhando os pais no roçado. João Ventinha estava passarinhando (...) e foi morto sem nem saber por que. Sebastião, lavrador sem terra morto por querer denunciar um crime à polícia.” A viúva e os cinco filhos buscam justiça, mas esbarram na lentidão e omissão dos órgãos de justiça (Chacina, 1987). Segundo Padre Paulo Joanel, este seria o primeiro crime, no sul do Pará, em que haveria julgamento dos mandantes de um crime contra posseiros.

Data do caso:

23 e 24 de outubro de 1987.

Localização espacial onde ocorreu a violência:

Gleba Ararandeuá, Km-170 da PA-150, próximo a Goianésia, município de Rondon, Pará.

Descrição do caso:

Entre os dias 23 e 24 de outubro de 1987, a mando dos irmãos Hermínio Lopes, dono de uma serraria no km 142 da PA-150; Joaquim José Ferreira Branco, dono de uma loja de armas em Imperatriz-MA e João Manuel três pistoleiros assassinaram João Barbosa da Conceição, “Ventinha”; Sebastião Pereira de Souza e seu filho, Clécio Silvino da Silva, de 3 anos.

Os crimes decorreram de conflito de terras entre posseiros e fazendeiros. Cerca de 100 posseiros faziam suas roças e estavam instalados com

casas e outras benfeitorias próximo a Goianésia, a 30 km da margem direita da PA-150, no fundo da serraria de Hermínio e seus irmãos, Joaquim e João Manuel, que alegam ter comprado as terras de Chico Cacau, conhecido pistoleiro-grileiro da PA-150, assassinado em 1983 em um “acerto de contas” entre pistoleiros.

As famílias sofriam constantes ameaças para que abandonassem a posse. Sebastião Pereira de Souza era acusado pelos mandantes de liderar uma invasão às “suas” terras. Hermínio Branco chegou a “avisar” pessoalmente Sebastião: “Se o seu pessoal não sair de lá, botamos fogo em todo mundo” (Menon, 1988).

A viúva de Sebastião afirma que somente após dez meses da ocupação da área por posseiros, quando se iniciou o asfaltamento na região, os irmãos, interessados na valorização do terreno e no aproveitamento da madeira para a serraria, alegavam ter adquirido o terreno do pistoleiro-grileiro Chico Cacau.

No dia 23/10/1987, três pistoleiros, instalados na serraria do senhor Hermínio (km-142 da PA-150), foram à casa do sr. Sebastião, às 15h. Não o encontrando, mataram com tiros de calibre 12 na boca João Barbosa da Conceição, conhecido como “Ventinha”, que ficou com o rosto desfigurado. “Ventinha”, de 25 anos, era amigo da família de Sebastião, trabalhava capturando pássaros vivos para realização de pesquisas Emílio Goeldi em Belém, o que lhe rendeu o apelido de João “Passarinho”, e estava apenas de passagem na região. Os pistoleiros atiram também em outros trabalhadores, mas nenhum ficou ferido.

Maria de Jesus e Sebastião viram da gleba onde trabalhavam João “Ventinha” ser assassinado e, no mesmo dia, a família de Sebastião, composta por nove pessoas, foi para Goianésia, junto com caravana de mais 15 posseiros com o intuito de relatar o assassinato de “Ventinha” à delegacia de Goianésia. Outra parte dos posseiros permaneceu nas terras ocupadas, temendo invasão por pistoleiros ligados a Hermínio.

No dia seguinte, 24/10/1987, às 6h, os pistoleiros foram levados por Joaquim José no arrastão do km 170. No caminho, encontraram três filhos de Sebastião (Antônio, Raimundo e Francisco), desferiram tiros na direção deles, mas erraram e os três conseguiram fugir.

Ao avistarem Sebastião com o restante de sua família, os pistoleiros ordenaram que parassem, mas Sebastião, que carregava seu filho caçula de três anos, apavorado, correu para o mato. O caçula foi atingido nas costas com um tiro de espingarda calibre 12. Os pistoleiros continuaram perseguindo Sebastião, que andava com dificuldade. Logo o alcançaram e o mataram com um tiro à queima-roupa na cabeça, deixando seu rosto irreconhecível.

Os corpos de ambos ainda levaram mais outros tiros e facadas. Conforme relata o deputado estadual João Batista, do PMDB, a violência foi tanta que Sebastião ficou sem a metade do crânio (Assassinatos em Goianésia, 1988).

A esposa de Sebastião, Maria de Jesus, um filho de nove anos e duas filhas conseguiram escapar.

Uma caçamba da prefeitura foi buscar os corpos, às 18h. O prefeito ofereceu dois caixões para o sepultamento, que foi procedido no município de Nova Jacundá. A comunidade preparou os corpos e assumiu o velório no dia 25 de outubro.

Centenas de trabalhadores compareceram ao sepultamento, além da “Federação de Trabalhadores na Agricultura no Pará, STR de Jacundá, Delegacia do STR de Goianésia, Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Nova Jacundá, Regional Sul do Pará da CUT, Comissão Pastoral da Terra de Marabá e Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, que assumiram o compromisso de não descansar enquanto os assassinos não fossem presos e de prosseguir na luta pela reforma agrária”.

A Comissão Pastoral da Terra e os militantes do Partido dos Trabalhadores organizaram uma manifestação em função da omissão da justiça na chacina de Goianésia. A manifestação se iniciou com uma missa no local onde tombaram Sebastião e Clésio. Antes da manifestação, os pistoleiros rodavam pelas ruas amedrontando a população. Ainda assim, padres e pistoleiros realizaram a manifestação guarnecidos por policiais militares.

Os assassinatos foram denunciados por padre Paulo Silva e Maria de Jesus à Delegacia de Ordem Política e Social (Dops). Segundo informações chegadas a Belém, a polícia de Goianésia não tomou nenhuma providência ao tomar conhecimento dos assassinatos, e os corpos foram sepultados sem o laudo de necropsia.

Os irmãos Hermínio Ferreira da Silva Branco e Joaquim José Ferreira da Silva Branco, quando ouvidos na Corregedoria Geral da Polícia Civil pelo delegado Frederico Melo, no dia 16/11/1987, negaram qualquer participação nos crimes. Joaquim José declarou que mora há 14 anos em Rondon do Pará, na localidade de Goianésia, km 160, e trabalha com pecuária (Pecuaristas depõem sobre chacina, 1987).

Joaquim apontou que, no início de outubro, 16 homens procuraram invadir suas terras, porém conseguiu demovê-los da ideia, oferecendo-lhes serviço de juquirá (roçagem). Quando foi a Belém pegar documentos de posse das terras, tomou conhecimento de que cerca de 150 homens armados expulsaram seus trabalhadores e se instalaram em suas terras, mas, ao retornar com os documentos, novamente conseguiu contornar a situação.

Ele ainda alegou ter ficado surpreso ao tomar conhecimento através da imprensa da morte dos posseiros João Passarinho, Sebastião de Souza e seu filho Clésio. Aduziu que os crimes não aconteceram em suas terras e que havia feito acordo com os posseiros, não sendo cabíveis as acusações que lhe eram feitas em relação à chacina. Joaquim pediu que as certidões de conflitos registrados na Delegacia de Goianésia por seus empregados fossem juntadas aos autos, afirmando ter sofrido coação por parte do prefeito de Nova Jacundá, do padre Paulo Silva e do deputado João Batista e que, após emitida ordem de prisão, viu-se obrigado a fugir para Belém.

Os irmãos Branco, quando chamados para depor, pagaram CZ\$ 150 mil por um habeas corpus preventivo. O padre Paulo Joanil afirma ter visto o escrivão entrar no carro de um dos pistoleiros dos irmãos (Menon, 1988).

Foram ouvidos, ainda no mesmo dia, pelo delegado, o gerente da fazenda “Baronesa”, Manoel Mendes Filho, o comerciante Afonso Barral da Costa e a viúva de Sebastião, Maria de Jesus. Manoel Mendes Filho alegou não ter participação no crime, pois ocorreram na fazenda de Amaro Lopes.

O comerciante Afonso Barral da Costa disse que havia sido informado que Sebastião havia invadido as terras de Joaquim José, que este fez várias tentativas frustradas para que Sebastião saísse das terras e que João “Ventinha” foi assassinado nas terras de Amaro Lopes.

A viúva relatou que Sebastião e seus filhos trabalhavam nas terras do pecuarista Amaro Lopes (gleba Ararandeuá, km-170 da PA-150), na divisa

das terras de Hermínio; que viu João “Ventinha” ser assassinado com seis tiros na boca por dois pistoleiros desconhecidos a mando dos grileiros Hermínio e Joaquim José Branco; que, ao denunciar os homicídios, os policiais não fizeram nada sob o argumento de que não tinham condições e ainda a mandaram sair da área.

Segundo a viúva, os pistoleiros eram de Imperatriz e chegaram ao local da chacina se identificando como policiais federais, que ali estavam para matar Sebastião, mas dispararam doze tiros contra a criança e ainda mais tiros e facadas no lavrador. Maria de Jesus afirmou que “os três corpos ficaram cerca de cinco dias insepultos, aguardando providências da polícia” (Menon, 1988).

O delegado afirmou que Joaquim José estaria indiciado e responderia como mandante da matança, posto que no inquérito haverá indícios de envolvimento direto nos crimes (Fazendeiros negam a chacina de Goianésia, 1987).

Uma delegação de posseiros do povoado de Goianésia foi até Brasília denunciar a chacina no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, ligado ao Ministério da Justiça. De Brasília, a delegação seguiu até São Paulo em busca do apoio da Ordem dos Advogados do Brasil para indicar advogados para atuarem na acusação dos envolvidos na chacina (Comissão pede ajuda contra grileiros, 1988). Ao ser questionada sobre os assassinatos, a viúva mostra fotos dos corpos, “já não mais impressionada”, e diz: “É a crueldade de dentro, e não os ferimentos de fora, que impressiona”.

O inquérito policial foi aberto em Belém 10 dias após a chacina e, assim que concluído, foi enviado à Justiça de São Miguel do Guamá, sob a responsabilidade da juíza Maria Rita de Assumpção (Mandantes da chacina vão ser julgados, 1988; Direitos Humanos recebe denúncia de assassinato, 1988; Menon, 1988).

A Promotoria de Justiça da Comarca de São Miguel do Guamá, em ofício de número 10/88, afirma ter denunciado os irmãos Branco, que três dias que antecederam os assassinatos teriam se reunido com Manoel Mendes, gerente da fazenda “Baronesa”, na churrascaria “Esplanada”, cujo gerente era Afonso Barral Costa. Segundo Izabel dos Santos, foi nesta ocasião que foi acertada a vinda dos pistoleiros que matariam quem entrasse nos seus terrenos (MPE, 30/12/1899).

O Dr. Márcio Thomaz Bastos, presidente da OAB e membro da CD-DPH, foi encarregado de designar um advogado para prestar assistência às famílias dos assassinados. O Conselho remeteu a denúncia ao procurador de Justiça do Estado do Pará, Arthur Melo, que também é presidente do Conselho de Direitos Humanos no Pará. A CDDPH também encaminhou solicitação ao procurador da República do Estado do Pará para que acompanhasse o caso.

Os pistoleiros Zacarias Rodrigues da Silva, o Baixinho, e Ademir Moreira, o Baianinho, acusados do crime, foram mortos em confronto com a polícia em 19 de outubro de 1988. Os pistoleiros teriam reagido à voz de prisão (Polícia de Jacundá mata Baixinho e Baiano, 20.10.1988). Contudo, aponta-se outra versão, segundo a qual o delegado de Jacundá, Carlos Alcântara, e três policiais militares teriam prendido os pistoleiros e, em seguida, intimado o filho de Maria de Jesus, Raimundo, a acompanhar o delegado.

Os pistoleiros teriam sido assassinados a sangue frio pelo delegado, que teria entregado sua arma a Raimundo para que este disparasse o “tiro de misericórdia” nos cadáveres. Na sequência, o delegado teria disparado tiros contra seu próprio veículo para justificar suposta troca de tiros. Raimundo é, então, obrigado a assinar uma série de papéis dos quais desconhece o conteúdo (CPT, 30.12.1988). Os policiais proibem qualquer um de ver os corpos e prendem, sob acusação de “agitador”, um presidente da Associação de Trabalhadores que protesta contra a atitude dos policiais. Porém, ele foi solto após mobilização da população. A juíza local, Maria das Graças, teria se pronunciado: “Vocês pedem justiça, mas, quando a gente faz, vocês acham ruim” (CPT, 30.12.1988). Delegado e juíza abandonaram a cidade.

Há suspeita de que teria sido um crime sob encomenda, já que o pistoleiro Zacarias foi o único identificado e citado, pois tinha endereço fixo. Descobriu-se que uma semana antes o delegado tinha sido exonerado de suas funções (CPT, 30.12.1988).

Durante missa concelebrada pelo arcebispo coadjutor D. Vicente Zico, o padre Raimundo Possidônio acusou os fazendeiros Hermínio e Joaquim José Branco de estarem preparando o assassinato do padre Paulo Jonnil, e afirmou que também haviam prometido matar o deputado estadual João Carlos Batista, e que após sua morte os pistoleiros teriam entrado na

cidade de Goianésia atirando para o alto como forma de festejar (Violência no campo: a lista não terminou, 13.12.1988). Os pistoleiros teriam ainda celebrado com cerveja e uísque a morte do deputado e anunciavam os próximos da lista: a viúva, Maria de Jesus, seu filho Raimundo e o padre Paulo.

Um ano após o crime, o bispo da Diocese de Marabá, Altamiro Rosato, retornou a Brasília para pedir que fossem adotadas as providências cabíveis para a averiguação e punição dos responsáveis e que fosse garantida a segurança dos ameaçados de morte (CPT, 21.12.1988).

Joanil decidiu passar uns tempos fora da Diocese de Marabá, depois que grupos de homens armados foram vistos rondando sua casa e seguindo-o em suas obrigações pastorais. Ele teme ter o mesmo fim do padre Josimo, de São Sebastião do Tocantins, assassinado no dia 10 de maio de 1986, na cidade de Imperatriz (Pároco teve de deixar diocese de Marabá, 22/01/1989).

Tipologia ou natureza da violação:

As violações na chacina de Goianésia não se resumem às mortes. A população sofre constantes ameaças para que deixem a região. A própria chacina foi uma forma de amedrontar e forçar a expulsão dos posseiros.

Identificação das vítimas:

João “Ventinha” “Passarinho”, sexo masculino, 25 anos, caçador de pássaros;

Sebastião de Souza, sexo masculino, 51 anos, lavrador;

Césio de Souza, 3 anos, criança.

Conflitos na região com relevância para a violação:

Os pistoleiros costumavam se esconder atrás de empresas tidas como de segurança, prestadoras de serviço para indústrias, bancos, madeireiras. Após fazerem o serviço, os pistoleiros de encomenda somem sem deixar vestígios, restando aos policiais (em número reduzido demais mesmo para garantir segurança básica da área, segundo padre Paulo Joanil) tão somente fazer o levantamento de corpos de vítimas e registro dos casos.

Grupo supostamente envolvido no caso:

Ruralistas e União Democrática dos Ruralistas (UDR).

Ação direta de agentes do Estado na violação e/ou das omissões e conivências:

A viúva, Maria de Jesus, foi impedida de registrar o crime na polícia e aconselhada por um sargento a desaparecer (Assassinos impunes, 31.12.1988).

Duas semanas após os crimes, padre Paulo Joanil pediu ao secretário de Segurança Pública, Antônio Carlos, que fossem adotadas providências, pois nem a polícia local, nem a Polícia Federal haviam se mobilizado para prender os pistoleiros, que andavam livremente pela cidade e ameaçando matar mais cinco lavradores que estariam na “lista negra”, sendo que nessa lista o próprio padre estava incluído. Segundo o padre, um policial de Goianésia de sobrenome Mendes não havia sequer instaurado inquérito, alegando “falta de papel” na delegacia (Lista negra em Goianésia; Padre denuncia impunidade em Goianésia, 1987). Segundo Maria de Jesus, os filhos “não saem de casa porque correm risco de vida”.

O padre Joanil procurou a Polícia Federal de Marabá, e o delegado afirmou não ter recebido ordens superiores para prender os pistoleiros, nem possuía viaturas e dinheiro para as diligências, e ainda disse à viúva que “quem nasceu tem que morrer mesmo”.

Padre Paulo Joanil identificou os dois pistoleiros como “Cigano” e “Venâncio”, alegou que, além dos irmãos Hermínio e Joaquim José Lopes, estariam envolvidos no crime “Lezinho”, “grileiro conhecidíssimo em Goianésia”, que teria vários pistoleiros a seu serviço; Manoel, que costuma subornar a polícia local para expulsar os posseiros; e Afonso, dono da churrascaria “Esplanada”, que teria acobertado os pistoleiros. Segundo o padre Paulo Joanil, milícias da União Democrática Ruralista (UDR) estariam envolvidas no caso.

Conforme carta do padre Joanil, remetida ao secretário executivo do Ministério da Justiça, em 05/01/1989, até aquela data ainda não havia sido sequer averiguada a existência de pistoleiros em Goianésia. A carta

foi respondida com cópia das informações prestadas pela MM juíza da 1ª Comarca de São Miguel do Guamá e do promotor de Justiça da Comarca (Ministério da Justiça, 25.02.1988).

O caso comprova como a morosidade do Poder Judiciário estimula a impunidade.

Existência de inquéritos ou processos judiciais:

Processo nº 01/89. Comarca de São Miguel do Guamá, depois transitado na Comarca de Rondon do Pará. Os acusados foram pronunciados. Os recursos foram julgados. Antes de ser marcado o júri, o processo desapareceu do fórum de Rondon do Pará. Apenas os mandantes foram identificados na época. Pedido de restauração, desde 2004, na Comarca de Goianésia (Assassinatos e Julgamentos 1982-2008, CPT). Processo nº 052/04.

Fontes:

JORNAL O LIBERAL. Assassinatos em Goianésia: lavradores acusam fazendeiro como mandante. O Liberal, Belém, 28 de jan. de 1988.

_____. Ministério da Justiça, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Carta. GM, CDPFH, N. 336, Brasília, 25 fev.1988.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Execução dos Pistoleiros. In: Notícias Urgentes. Ano 2. Nº 12. Belém, 1988.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Violência no campo: a lista não terminou. N. 2- Sávio Corinaldesi. Belém, 13 dez. 1988.

CORREIO DO BRASIL. Direitos Humanos recebe denúncia de assassinato. Distrito Federal, 08 jan. 1988.

JORNAL A PRONÚNCIA DO PARÁ. Fazendeiros negam a chacina de Goianésia. Belém, 17 nov. 1987. JORNAL DO BRASIL. Pároco teve de deixar diocese de Marabá. Brasília, 22 jan. 1989.

JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Violência: pistoleiros matam criança no Pará. São Paulo, Nº 68 – Ano VI, Dez. 1987.

JORNAL JACUNDÁ. Goianésia: igreja e posseiros pela justiça. Jacundá, Nº 25, dez. 1987.

JORNAL O CORREIO BRASILIENSE. Posseiro faz relato de chacina no Pará. Correio Brasiliense, Brasília, 06 jan. 1988.

JORNAL O DIÁRIO DO PARÁ. Onde matar é profissão: no sul do Pará, a vida é mercadoria paga com moeda de sangue. Belém, 06 nov. 1987.

_____. Viúva acusou portugueses pela Chacina de Goianésia. Belém, 17 de nov. de 1987.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Comissão pede ajuda contra grileiros. São Paulo, 06 jan. 1988.

JORNAL O SÃO PAULO. Chacina de Goianésia ainda não foi esclarecida. 29 jan. a 04 fev. 1988.

_____. Mais um crime do latifúndio. São Paulo, 13 a 19 nov. 1987.

JORNAL O LIBERAL. Mandantes da chacina vão ser julgados. Belém, 06 jan. 1988.

_____. Padre denuncia impunidade em Goianésia. Belém, 06 nov. 1987.

_____. Pecuaristas depõem sobre chacina. Belém, 17 nov. 1987.

_____. Polícia de Jacundá mata Baixinho e Baiano. Caderno 3, Belém, 20 out. 1988.

MENON, Murilo. Viúva denuncia em São Paulo assassinatos no sul do Pará. Jornal do Brasil, 18 de jan. 1988.

POVO DA TERRA. Chacina. Belém, p. 14, Nº 6. Nov–Dez. 1987.

ROSSATO Altamiro, bispo da Diocese de Marabá, 12.1988. Arquivo CPT Marabá.

SEM TERRAS. Assassinos impunes. Nº 79. São Paulo, 31 dez. 1988.

O PAÍS

Violência em Marabá preocupa advogados

MARABÁ — O Tribunal do Júri não se reúne há 9 anos em Marabá, embora a cidade tenha registrado, até setembro destes anos, a elevada média de dois homicídios diários. A revelação foi feita pelo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Hermann Assis Baeta, ao encerrar o 2º Encontro sobre Violência e Direitos Humanos.

De acordo com documento firmado ao final do encontro, a “Declaração de Marabá”, a violência decorre de “causas estruturais resultantes da injusta distribuição de renda e da propriedade”. A declaração registra que o aspecto particular da criminalidade local consiste “na existência de grande número de pistoleiros profissionais, enquanto que o poder público caracteriza-se por uma absoluta ineficiência na prevenção e repressão da criminalidade”.

A grande maioria das vítimas são trabalhadores rurais ou posseiros, assassinados principalmente por questões de terras. Os advogados ouviram diversas denúncias e narrativas desses crimes, inclusive da parte de viúvas de camponeses vítimas da chacina da Fazenda Princesa. Registraram, também, a morte do 32º líder sindical este ano, acontecida no município de Rio Maria, distante 400km de Marabá e de dois advogados, inclusive do secretário de subseção de Marabá. Denunciam por isto que “a atividade profissional do advogado manifesta-se perigosa para aqueles que se dedicam a defender as partes mais carentes e menos favorecidas pelo sistema”.

Chacina da Fazenda Princesa

por Isadora Cristina Cardoso de Vasconcelos e Girolamo Domenico Treccani

Na Chacina da Fazenda Princesa, vários trabalhadores assentados pelo Getat foram assassinados depois de serem torturados por pistoleiros contratados pelo fazendeiro Marlon Pidde.

Os trabalhadores foram fuzilados dentro da fazenda e seus corpos foram encontrados no rio Itacaiunas com várias perfurações de projéteis. Os corpos estavam parcialmente devorados por peixes, apresentando um estado avançado de putrefação.

A chacina teve todas as características de uma execução previamente planejada, haja vista que os trabalhadores haviam sido convidados para participar de uma reunião que posteriormente revelou-se ser nada mais do que uma emboscada.

Data ou período do caso:

27 de setembro de 1985.

Localização espacial onde ocorreu a violência:

Fazenda Princesa, PA-103, situada a 80 km da cidade de Marabá, no sudeste do Estado do Pará.

Descrição do caso:

Em 27 de setembro de 1985, Ezequiel Pereira dos Santos (“Índio”), Manoel Barbosa da Costa, José Barbosa da Costa (“Toinho”), José Pereira de Oliveira e Francisco Oliveira da Silva foram fuzilados dentro da Fazenda Princesa a mando do fazendeiro Marlon Pidde, que se dizia proprietário de três grandes fazendas, de “barrancos” em Serra Pelada e de ser amigo do então deputado Sebastião Curió.

O fazendeiro e o gerente da Fazenda Princesa, contrataram Quincas Bonfim, “Louro” e Renato em Imperatriz (MA), que, acompanhado por mais dois homens armados, passaram primeiramente pela casa de “Índio”, chamando-o para a reunião mortal, poupando a Dona Maria, esposa de “Índio” e sua filha, Terezinha de Jesus.

Saindo de lá, seguiram para a residência dos gêmeos Manoel e José Barbosa, onde acabaram encontrando também “Toinho” e “Chico”. Assim que tomaram conhecimento da chacina, as viúvas dos trabalhadores caminharam 80 km até Marabá, onde a denunciaram na Delegacia Regional do Sul do Pará. Os policiais informaram que não podiam retirar os corpos por ordem de Marlon Pidde, que montou forte esquema de segurança para evitar a chegada de quaisquer pessoas a sua propriedade, principalmente da polícia. Só em 05 de outubro foi designada uma diligência de 35 soldados da Polícia Militar e três policiais civis para o resgate dos corpos, sendo que somente três dos cinco foram encontrados. Os corpos só foram localizados mais de uma semana após o crime no fundo do rio Itacaiunas, amarrados entre si e a pedras por uma corda.

O caso foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, onde tramita um processo contra o Estado brasileiro. Tanto o fazendeiro quanto os pistoleiros foram denunciados pelo Ministério Público do Estado do Pará. Durante mais de 20 anos, ele permaneceu foragido.

Informações da Comissão Pastoral da Terra dão conta que ele teria se mudado para a cidade de Goiânia-GO e, apesar de sua prisão ter sido para lá remetida, nunca foi efetuada. Outros relatos informam que ele seguiu para Rondônia com o intuito de explorar ouro em uma Reserva Yanomami (CPT, 1999).

Inclusive informações sobre o paradeiro de Marlon Pidde foram divulgados em âmbito nacional na Revista Veja, em 1989, mostrando o descaso das autoridades no que tange à prisão do referido fazendeiro:

O principal financiador da invasão da reserva indígena Yanomami, em Roraima, por milhares de garimpeiros, é o fazendeiro Marlon Pide, que retirou 3.000 quilos de ouro de Serra Pelada e teve há meses sua prisão preventiva decretada pela juíza de Marabá, no sul do Pará, Ezilda Pastana. Ele é apontado como mandante do assassinato de seis posseiros na fazenda Ubá. Marlon Pide é dono da pista clandestina conhecida como “Baiano Formiga”, em Roraima, e está financiando também a invasão da área indígena Yanomami de Maturacá, no Parque Nacional do

Pico da Neblina, de onde o Exército retirou há quinze dias cerca de 52 garimpeiros (REVISTA VEJA, 1989).

Nesse período, várias autoridades foram acionadas entre o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, e do Ministério da Justiça, porém, todas infrutíferas. Em 1999, foi dirigido documento ao Conselho de Segurança Pública do Estado do Pará para que as prisões em relação ao caso em questão fossem efetivadas, porém sem lograr êxito.

Os advogados entraram com uma série de ações na Justiça Comum e recursos em diversas instâncias judiciárias, inclusive no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, tendo nestes os seus pleitos devidamente negados. O tardio julgamento de Marlon Pidde e seus comparsas perante o Tribunal de Justiça do Estado do Pará ocorreu em 08.05.2014, com a condenação de todos em 130 anos de prisão cada.

Tipologia ou natureza da violação:

A crueldade do crime impressiona:

O caso ficou conhecido a nível nacional e internacional, em razão da crueldade usada pelos assassinos para matar as vítimas. Os seis trabalhadores foram sequestrados em suas casas, amarrados, torturados durante dois dias e assassinados com vários tiros. Depois de mortos, os corpos foram presos uns aos outros com cordas e amarrados a pedras no fundo do rio Itacaiunas. Os corpos só foram localizados uma semana após o crime (CPT, SDDH, Fetagri, STR de Marabá, 2007). Cumpre ressaltar que, nas sessões de violência a que foram submetidos os trabalhadores, também ocorreu que “(...) os colonos foram barbarizados e presos sobre formigueiros. Terminado o ‘serviço’, os corpos foram amarrados uns aos outros pelos tornozelos e cinturas, atados a pedras e jogados no rio” (REVISTA TEMPO E PRESENÇA, 1986).

Os crimes foram denunciados pelas viúvas às autoridades de Marabá oito dias após terem sido praticados. Segundo a Revista Tempo e Presença, “a demora deveu-se às más condições de locomoção e grandes distâncias da área”. O resgate foi realizado, porém somente três corpos foram encontrados: o de Ezequiel e os dos gêmeos Manoel Barbosa da Costa e José Barbosa da Costa, continuando os outros dois desaparecidos até hoje.

Identificação das vítimas:

Ezequiel Pereira dos Santos, sexo masculino, apelido “Índio”, 50 anos, casado, Índio Kayapó, possuía uma filha e morava na Fazenda Princesa. Foi assassinado com um tiro pelas costas;

Manoel Barbosa da Costa, sexo masculino, 30 anos, casado, lavrador, irmão gêmeo de José Barbosa da Costa;

José Barbosa da Costa, sexo masculino, 38 anos, lavrador;

José Pereira de Oliveira, sexo masculino, apelido “Toinho”, 38 anos, casado, lavrador;

Francisco Oliveira da Silva, sexo masculino, 55 anos, casado, lavrador.

Conflitos na região com relevância para a violação:

A região de Marabá é marcada por conflitos fundiários que culminam em muitos desaparecimentos, mortes e, infelizmente, por famílias desoladas pela perda de seus entes queridos. Somente no ano de 1985, o mesmo ano do caso em questão, a região foi palco de 37 assassinatos de trabalhadores rurais e de uma religiosa, ocorrendo inclusive chacinas como as de Surubim, Ubá e Princesa.

Como o documento acima citado destacou, ocorreu a Chacina de Surubim. Esta foi orquestrada por João Almeida, com pistoleiros comandados por “Sebastião da Terezona”, que:

(...) em uma de suas investidas atacaram com todos os requintes de crueldade uma família inteira, assassinando o esposo, a mulher e um cunhado. Depois de violentar a mulher, os pistoleiros queimaram o seu corpo e possivelmente o de uma criança de dois anos, cujo corpo não chegou a ser localizado. (CPT NORTE II e outros, 1985).

Houve também, em 13 de junho de 1985, na área de Ubá, sob o comando do já referido “Sebastião da Terezona”, contando também com a participação do pretendente da área José Edmundo Ortiz Vergolino, oito trabalhadores foram barbaramente assassinados, sendo que existem relatos de que tal pistoleiro passou um bom tempo em liberdade.

Essa chacina, como as demais, confirma a existência de milícias particulares, um verdadeiro “crime organizado”, a serviço de latifundiários que executavam seus serviços nas áreas de tensão social no sul do Pará e do Maranhão (a chamada região do “Bico do Papagaio”). Confirmam, também, a “pedagogia do terror” denunciada pelo Padre Ricardo Rezende para a CPI da Assembleia Legislativa do Estado do Pará: “Violência: omissão e impunidade”.

Consultando dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Mirad), Almeida relacionou 23 chacinas ocorridas na Amazônia entre 1985 e 1996, com um total de 127 assassinatos. Chacinas que perpassaram o período da ditadura civil-militar e da transição para a democracia (Nova República).

A força bruta e os constrangimentos físicos constituíram-se numa forma de relação legitimada, de maneira implícita, pelos aparatos do poder. A banalidade das chacinas, tornadas rotineiras, e a inexistência de medidas efetivas para apuração dos delitos e para transformação da estrutura fundiária tratam-se, pois, de um corolário desse sistema repressor da força de trabalho. Destaca-se que 12 destas chacinas, com um total de 79 assassinatos (62% do total), aconteceram no sul do Pará nos anos de 1985 a 1987.

Percebe-se que, além de investigar e punir os responsáveis pelos assassinatos, é indispensável rever a estrutura fundiária existente.

Grupo supostamente envolvido no caso:

Latifundiários (oligarquia latifundiária da região).

Agentes do Estado envolvidos:

Getat (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins);

Polícia Militar do Estado do Pará;

Polícia Civil do Estado do Pará;

Polícia Federal do Estado de São Paulo (Superintendência Regional de São Paulo);

Polícia Federal do Estado do Pará (Superintendência Regional do Pará);

Ministério Público do Estado do Pará;
Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário;
Superior Tribunal de Justiça;
Supremo Tribunal Federal.

Ação direta de agentes do Estado na violação e/ou das omissões e conivências:

Em termos gerais, há relatos de que a atuação do Poder Público não foi suficiente para frear as constantes situações de conflitos fundiários na região de Marabá e de, infelizmente, mortes decorrentes deles, sendo que, em muitos casos, vem favorecendo os latifundiários, através da participação das Polícias Militar e Civil em despejo, até mesmo sem mandado judicial. A Polícia Federal chegou a pressionar trabalhadores a desocuparem suas posses em Mãe Maria – Marabá.

A política do Getat tem contribuído ainda mais para retardar a solução dos graves problemas da terra na região - (CPT NORTE II e outros, 1985). Em 28 de novembro de 1985, os brutais assassinatos ocorridos na Fazenda Princesa foram denunciados ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, bem como foi pedida uma reforma agrária adequada às necessidades da região, sendo infrutífera, infelizmente. Outro documento no mesmo sentido, exigindo justiça pelas mortes supracitadas, foi remetido ao referido Ministério em 06.01.1986, porém sem efeitos concretos (PE. VILSON GROH; OLINDAMIR MACHADO, 1986).

Mais especificamente sobre a Chacina da Fazenda Princesa, apesar de a prisão preventiva de Marlon Pidde ter sido decretada em 1985, a mesma foi revogada em 19.07.1988 pela juíza Ezilda Pastana, da Comarca de Marabá, e o processo passou um bom tempo sem ter sido devidamente encaminhado.

Segundo o Instituto Apoio Jurídico Popular, o Poder Judiciário de Marabá, a Polícia Militar Estadual e a Polícia Federal sabiam onde moravam os responsáveis pelos crimes, porém, (...) por omissão participativa, não fazem cumprir os procedimentos legais para a punição dos criminosos. A certeza da impunidade tem permitido o crescimento da violência no

Estado do Pará. E o governo nada tem feito para impedir a continuidade dos assassinatos de trabalhadores rurais, lideranças sindicais, advogados e assessores que apoiam os trabalhadores ameaçados (INSTITUTO APOIO JURÍDICO POPULAR, 1991). O processo passou muito tempo paralisado, tendo sido realizado o Tribunal do Juri somente no dia 08.05.2014, mais de 25 anos depois da ocorrência dos crimes.

O fazendeiro Marlon Lopes Pidde e Lourival Santos da Rocha foram condenados a uma pena de 130 anos de reclusão cada um, e será cumprida em regime inicial fechado.

Inquéritos ou processos judiciais:

Supremo Tribunal Federal:

Medida Cautelar em Ação Cautelar AC/2531.

Decisão: “Trata-se de ação cautelar, com pedido de liminar, incidental ao Habeas Corpus nº 101.984, distribuído ao ministro Cezar Peluso. No HC 101.984, pede-se, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, por excesso de prazo e ausência de motivação. Distribuídos os autos, o relator entendeu necessária a solicitação de informações ao juízo de primeira instância. O pedido da presente ação cautelar é a apreciação imediata da liminar pedida no HC 101.984 (fl. 8). Com a presente ação cautelar, o requerente não pretende assegurar o resultado útil do HC 101.984, e sim repetir o pedido lá formulado e que se encontra pendente de apreciação por este Tribunal. Resta patente a impropriedade da via eleita. Ante o exposto, nego seguimento ao pedido (RISTF, art. 21, § 1º). Publique-se. Brasília, 23 de dezembro de 2009” (BRASIL, 2010).

Habeas Corpus (HC 101.984).

Decisão: A Turma, por votação unânime, indeferiu o pedido de habeas corpus. Habeas Corpus. 2. Alegação de excesso de prazo para julgamento perante o tribunal do júri. Instrução criminal de caráter complexo. 3. Pedido de desaforamento formulado pela acusação. Segurança, isenção do julgamento e imparcialidade dos jurados. 4. Alegação de ausência de fundamentação da decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória. Decisão fundamentada na necessidade de se assegurar a aplicação

da lei penal. 5. Constrangimento não configurado. 6. Ordem denegada” (BRASIL, 2010).

Recurso Extraordinário com Agravo 719.080 – Pará.

Decisão: “Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso extraordinário. Verifica-se, na cópia da petição de recurso extraordinário, a ausência de preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, pressuposto de admissibilidade do recurso (art. 543-A, § 2º, do CPC). Esta Corte, no julgamento do AI-QO 664.567, Rel. Sepúlveda Pertence, Plenário, DJ 06.09.2007, decidiu que o requisito formal da repercussão geral será exigido quando a intimação do acórdão recorrido for posterior a 03.05.2007, data da publicação da Emenda Regimental no 21 do STF, o que ocorre no presente caso. Ante o exposto, nego seguimento (art. 21, § 1º, do RISTF). Publique-se. Brasília, 26 de outubro de 2012” (BRASIL, 2012).

Superior Tribunal de Justiça:

Habeas Corpus 196.566 - PA. Decisão: Criminal. Habeas Corpus. Homicídio qualificado. Impetrado contra decisão liminar. Superveniência de acórdão. Não conhecimento. Ilegalidade patente. Prisão preventiva. Excesso de prazo da segregação. Constrangimento ilegal configurado. Ordem não conhecida e concedida de ofício.

I. Seguindo a linha que vem sendo adotada por esta Turma, no sentido de proteger os limites do habeas corpus para manter sua credibilidade e funcionalidade e, do mesmo modo, a fim de respeitar o sistema de recursos legalmente previsto e sistematizado, com o julgamento do habeas corpus impetrado na origem, novo título judicial é expedido, e contra ele deve se insurgir a parte.

II. Entretanto, a hipótese dos autos revela ocorrência de constrangimento ilegal patente, apto a ensejar a concessão da ordem de ofício.

III. Segregação cautelar que se estende por mais de cinco anos, prazo evidentemente longo e que ultrapassa o razoável, a despeito da eventual complexidade dos autos, quanto mais se tal lentidão ocorre a despeito de já ter se efetivado a pronúncia do paciente.

IV. “Ordem não conhecida e concedida de ofício, nos termos do voto do relator” (BRASIL, 2012).

Agravo em Recurso Especial nº 19.439 – PA.

Decisão: Trata-se de dois agravos em recurso especial interpostos por Marlon Lopes Pidde e José de Souza Gomes contra decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que negaram seguimento aos seus recursos especiais. Em seus agravos os ora agravantes pleiteiam, em síntese, a admissão dos recursos especiais interpostos, alegando estarem presentes os pressupostos de admissibilidade. A Subprocuradoria-Geral da República opinou pelo não conhecimento dos recursos (fls. 1331/1341). Decido. Primeiramente, cumpre destacar que o agravo de Marlon Lopes Pidde não merece ser conhecido, em razão de sua intempestividade. O Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária ocorrida em 13/10/2011, reconheceu falha na redação da Resolução 451, que trata do assunto, reforçando a validade da Súmula 699/STF, que fixa o prazo para a interposição do agravo em recurso especial em cinco dias, de acordo com o artigo 28 da Lei 8.038/1990.

Referida Súmula tem o seguinte teor: “O prazo para interposição de agravo, em processo penal, é de cinco dias, de acordo com a Lei 8.038/90, não se aplicando o disposto a respeito nas alterações da Lei nº 8.950/94 ao Código de Processo Civil”. No presente caso, a decisão que inadmitiu o especial foi considerada como publicada em 17.02.1011 (fl. 1068). No entanto, a petição de agravo foi protocolada somente em 24.02.2011. Levando-se em consideração que, em matéria criminal, nos termos da supracitada Súmula, o lapso temporal para a interposição de agravo contra decisão obstaculizadora do apelo extremo é de cinco dias, nos termos do art. 28, caput, da Lei no 8.038/90, evidencia-se a intempestividade. Quanto ao agravo de José de Souza Gomes, consoante se verifica nos autos, o agravante não atacou especificamente os fundamentos da decisão agravada, limitando-se a repisar os argumentos expendidos no recurso especial. Assim, nos termos do art. 544, § 4o, I do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei no 12.322/2010, o presente agravo não merecer ser conhecido. Neste sentido: “Agravo regimental. Agravo de instrumento. Fundamentos da decisão de

inadmissão do recurso especial. Impugnação específica. Necessidade. Princípio da dialeticidade. Aplicação analógica da Súmula 182/stj. art. 544, § 4º, I, do CPC, com redação determinada pela Lei nº 12.322/2010.

1. A jurisprudência desta Corte, com fundamento no princípio da dialeticidade, aplicava, por analogia, a Súmula 182/STJ ao agravo de instrumento que não refutasse, de maneira específica, os fundamentos da decisão de inadmissão do recurso especial.

2. O vigente art. 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil - com redação determinada pela Lei 12.322/2010, que alterou o procedimento recursal do agravo contra a decisão de inadmissão do especial - prevê, como atribuição do relator, “não conhecer do agravo (...) que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada”.

3. Agravo Regimental Desprovido. (AgRg nº 1219461/RS, Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, 10/06/2011). Ante o exposto, não conheço dos agravos. Publique-se. Brasília (DF), 28 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012).

Tribunal de Justiça do Estado do Pará:

Proc. 0005342-35.2013.8.14.0401. Sentença: VISTOS etc. Submetidos os pronunciados MARLON LOPES PIDDE (presente), LOURIVAL SANTOS DA ROCHA (ausente) e JOÃO LOPES PIDDE (ausente) a julgamento pelo egrégio 1º Tribunal do Júri da Comarca da Capital, o Douto Conselho de Sentença acatou a tese da Acusação, de Homicídio Triplamente Qualificado, ex. VI do artigo 121, § 2º, I, III e IV c/c art. 29 e 69 do Código Penal Brasileiro, reconhecendo por maioria de votos que os réus MARLON LOPES PIDDE e LOURIVAL SANTOS DA ROCHA foram autores dos crimes em que foram vítimas Manoel Barbosa da Costa, José Barbosa da Costa, Ezequiel Pereira da Costa, José Pereira de Oliveira e Francisco Oliveira da Silva. Por maioria de votos, o Douto Conselho de Sentença acatou a tese do Ministério Público de Negativa de Autoria, em relação ao réu JOAO LOPES PIDDE, pelo que o ABSOLVO, como absolvido tenho, nos termos do art. 492, II, do Código de Processo Penal Brasileiro. Por consequência REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA outrora decretada contra a pessoa do absolvido.

Expeça-se o competente Contramandado de Prisão em favor de JOÃO LOPES PIDDE. Considerando o reconhecimento pelo Conselho de Sentença das qualificadoras, a pena cominada ao crime passa a ser de 12 a 30 anos de reclusão. Considerando os critérios legais dos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal Brasileiro, os réus MARLON LOPES PIDDE e LOURIVAL SANTOS DA ROCHA agiram com culpabilidade em grau reprovável, não possuem antecedentes, são primários na forma da lei, possuem personalidade normal e conduta social não avaliada nos autos, os motivos, as circunstâncias e as consequências do crime lhes são desfavoráveis, sobretudo diante do resultado morte, considero que as vítimas não concorreram para a prática do crime, assim, fixo a PENA BASE em 26 (vinte e seis) anos de reclusão, em relação a cada uma das 05 (cinco) vítimas para o condenado MARLON LOPES PIDDE e 26 (vinte e seis) anos de reclusão, em relação a cada uma das 05 (cinco) vítimas, para o condenado LOURIVAL SANTOS DA ROCHA, totalizando-se a pena base de 130 (cento e trinta) anos de reclusão para cada um dos condenados. Não existem nos autos circunstâncias agravantes, nem tampouco atenuantes. Também não existem nos autos causas especiais de aumento ou de diminuição de pena. Pelo exposto e em razão da fundamentação acima, CONDENO o réu MARLON LOPES PIDDE (presente) à pena de 130 (cento e trinta) anos de reclusão e o réu LOURIVAL SANTOS DA ROCHA (ausente) à pena de 130 (cento e trinta) anos de reclusão, que deverão ser cumpridas inicialmente em regime fechado, ex. VI do artigo 33, § 2º, letra “a” do Código Penal Brasileiro, no Sistema Penitenciário do Estado do Pará, penas estas que torno definitivas, concretas e finais. Considerando que o réu MARLON LOPES PIDDE (presente) responde ao processo em liberdade, com a obrigação de comparecer aos atos do processo, conforme decisão deste Juízo e tendo comparecido à presente Sessão de Julgamento, concedo ao mesmo o direito de, querendo, apelar em liberdade da presente Decisão. Considerando que o réu LOURIVAL SANTOS DA ROCHA (ausente) tem contra si prisão preventiva decretada por este Juízo conforme fls. 354 dos autos e há bastante tempo encontra-se na qualidade de Foragido, e em face, ainda, da presente condenação e por vislumbrar a presença dos requisitos legais, na forma do art. 312 do Código de Processo Penal, MANTENHO a

prisão preventiva do condenado LOURIVAL SANTOS DA ROCHA, para os fins de direito. Expeça-se o competente Mandado de Prisão contra o condenado LOURIVAL SANTOS DA ROCHA. Após o trânsito em julgado da presente decisão, lance-se o nome dos condenados MARLON LOPES PIDDE e LOURIVAL SANTOS DA ROCHA no livro “rol dos culpados”, encaminhando-se, em consequência, as peças necessárias ao Juízo da Vara de Execuções Penais da Comarca da Capital. Transitada em julgado a presente decisão, expeçam-se as competentes Guias de Recolhimento. Sentença publicada em Plenário, pelo que ficam devidamente intimadas as partes. Plenário Elzaman Bittencourt do Egrégio Tribunal do Júri da Comarca da Capital, em 09 de maio de 2014, às 02h45” (BRASIL, 2014).

Fontes:

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial no 19.439 - PA, Relator Ministro Gilson Dipp. Data de Julgamento: 28.08.2012. Data de Publicação: 30.08.2012. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/40101437/stj-30-08-2012-pg-6165>>. Acesso em 16 mai. 2014.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus no 196.566 - PA, Relator Ministro Gilson Dipp. Quinta Turma. Data de Julgamento: 23.08.2011. Data de Publicação: 31.08.2012. Disponível em: <<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21085867/habeas-corpus-hc-196566-pa-2011-0024911-7-stj/inteiro-teor-21085868>>. Acesso em 16 mai. 2014.

_____. Supremo Tribunal Federal. STF - AC/2531, Relator: Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 23.12.2009, Data de Publicação: DJE-19/02/2010. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/djEletronico/DJE_20100201_019.pdf>. Acesso em 16 mai. 2014.

_____. Supremo Tribunal Federal. ARE: 719080 PA, Relator: Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 26/10/2012, Data de Publicação: DJE-215 DIVULG 30/10/2012 PUBLIC 31/10/2012. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22569712/recurso-extraordinario-com-agravo-are-719080-pa-stf>>. Acesso em 15 mai. 2014.

_____. Supremo Tribunal Federal. STF - HC: 101984 PA, Relator: Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 29/06/2010, Segunda Turma, Data de Publicação: DJE- 149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-03 PP-00592. Disponível em: <<http://stf.jusbrasil.com.br/diarios/40101437/stj-30-08-2012-pg-6165>>.

com.br/jurisprudencia/15667814/habeas-corpus-hc- 101984-pa >. Acesso em 16 mai. 2014.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. Assassinato do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Execução dos Pistoleiros. In: Notícias Urgentes. Ano 2. No. 12. Belém, 1988.

_____. Nove Trabalhadores Mortos em Marabá. Informativo CPT, no 14, Ano III, pg. 11. 30 out. 1985.

_____. Ficha “Assassinatos no Campo: a violência e a impunidade no sul do Pará”. 26 mai.1999.

_____. MARABÁ. Chacina em Marabá. 22 out. 1985.

_____. NORTE II, CPT ARAGUAIA TOCANTIS, MEB DE MARABÁ E CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, DIOCESE DE MARABÁ E CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, SAGRI DE MARABÁ, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA CIDADE NOVA E NOVA MARABÁ, ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE MARABÁ, ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE MORADA NOVA. Documento ao Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário. 19 dez. 1985.

_____; SDDH; DIOCESE DE MARABÁ; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARABÁ;

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RONDON DO PARÁ; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA. Documento dirigido ao Conselho de Segurança Pública do Estado do Pará. 12 nov. 1999.

_____; SDDH; FETAGRI; SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARABÁ. Ficha “Mandante de Chacina em Marabá irá a Júri 22 anos depois”. 20 dez. 2007.

_____. MARABÁ/XINGUARA; SDDH; COMITÊ RIO MARIA. Ficha “Em menos de três meses a Polícia Federal prende quatro fugitivos de Assassinatos no Campo no Estado do Pará”. 03 mai. 2006.

DIOCESE DE MARABÁ. Documento dirigido à Polícia Federal pelo Bispo da Diocese de Marabá D. Altamiro Rossato. 22 dez. 1988.

INSTITUTO APOIO JURÍDICO POPULAR. Formulário de Denúncia. 09/maio/1991.

JURAMIR BARBOSA DE OLIVEIRA. Documento dirigido por Juramir Barbosa ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. 01.06.1988.

_____. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Processo no 0005342-35.2013.8.14.0401. Data de Julgamento: 09.05.2014. Disponível em: < www.tjpa.jus.br >. Acesso em 16 mai. 2014.

PE. VILSON GROH; OLINDAMIR MACHADO. Documento dirigido ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. 06.01.1986.

REVISTA TEMPO E PRESENÇA. Ciladas e Torturas. no 205. Jan/Fev. . Rio de Janeiro, 1986.

REVISTA VEJA. O foragido da lei age às claras. 26 abr. 1989.

SERVIÇO DE INTERCÂMBIO NACIONAL; CPT. Chacina de Colonos em Marabá. 07 out. 1985.



Resgate dos corpos da chacina na Fazenda Princesa, em Marabá

7. ARAGUAIA/TOCANTINS

OS CAMPONESES NA GUERRILHA DO ARAGUAIA

por Hugo Studart

Desde 1980, quando familiares dos desaparecidos realizaram a primeira de muitas expedições ao Araguaia, vêm sendo colhidos depoimentos de camponeses sobre o episódio. De início, a partir de conversas reservadas sobre o destino dos desaparecidos; mas, desde 2007, moradores vêm prestando de forma aberta depoimentos oficiais sobre o episódio a autoridades do Ministério Público ou do Executivo Federal.

Entre 2007 e 2009, a Comissão dos Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça e o Grupo de Trabalho Tocantins colheram 286 diferentes depoimentos oficiais. Somando-se a depoimentos ao Grupo de Trabalho Araguaia, criado em 2010, a jornalistas, a pesquisadores, ou a familiares de desaparecidos, cerca de 400 camponeses já registraram suas histórias sobre o episódio. Cruzados com documentos militares, é possível constatar o apoio ou a participação de camponeses na Guerrilha do Araguaia.

O objetivo aqui é enumerar os camponeses cujos nomes aparecem prioritariamente nos documentos militares que até a presente data já emergiram em pesquisas históricas. Deve-se separá-los em duas categorias: documentos de prospecção e de consolidação de informações.

Documentos de prospecção são aqueles produzidos por militares que participaram das operações ao longo de três anos, entre abril de 1972 e outubro de 1974. Nesse período, agentes da repressão foram a campo em busca de informações sobre a guerrilha e sobre os moradores da região, e produziram relatórios de campo. É o caso do documento original intitulado “Pessoas com ligações junto ao Grupo”, de quatro páginas, elaborado durante a chamada Operação Sucuri, em 1973, que infiltrou agentes na população local, sendo que muitas das informações acabaram em documentos oficiais das Forças Armadas.

Restam centenas de páginas desses documentos, tanto no Arquivo Nacional quanto nos acervos pessoais de militares que participaram das operações, como é o caso do “Relatório Especial de Informações nº 06”, produzido pela Agência do SNI em Marabá. São documentos com informações disper-

sas sobre os camponeses, muitas vezes desencontradas ou mesmo contraditórias, como é comum em relatórios sobre prospecções de campo.

O segundo conjunto a ser considerado são os documentos de consolidação sobre a participação dos camponeses na guerrilha. Terminado o episódio, os militares produziram alguns documentos de avaliação. Tudo indica que tenha sido somente nessa ocasião que tiveram informações suficientes para consolidar os nomes dos guerrilheiros e dos camponeses que, de alguma forma, participaram dos acontecimentos.

Com a chamada Operação Limpeza, desencadeada a partir de 1975, boa parte dos acervos dos órgãos de inteligência militar (SNI, CIE, Cisa e Cenimar) acabou destruída, mas restaram acervos documentais sobre as primeiras operações. Entretanto, raros são os documentos que já emergiram a público relativos à Operação Marajoara, quando os militares voltaram ao Araguaia com supostas ordens de não fazer prisioneiros, na qual se concentra quase a totalidade das denúncias de violações dos Direitos Humanos.

Restaram, portanto, raríssimos documentos consolidando a participação dos camponeses na Guerrilha do Araguaia. De documento oficial, timbrado, carimbado e assinado, o único que até a presente data veio à tona foi originalmente batizado de “Relação de subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, produzido por algum analista da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 14 de março de 1986, e arquivado no órgão sob o protocolo ACE 54730/86.

Esse documento apresenta a relação completa dos militantes do PC-doB que aderiram à Guerrilha do Araguaia, tantos os mortos e desaparecidos quanto os sobreviventes. Também apresenta a data das mortes ou prisões de cada um. Informa ainda os números dos documentos arquivados no SNI que serviram de fontes originais da compilação. No meio dos guerrilheiros, encontram-se camponeses que aderiram à luta armada e que acabaram mortos ou presos na repressão ao episódio. Por essa razão, esse documento do SNI foi escolhido como ponto de partida para a construção da relação sobre a participação dos camponeses e demais moradores da região no episódio.

Relevante ressaltar, entretanto, que a primeira informação consolidada que veio à tona sobre participação dos camponeses na guerrilha emer-

giu dentro de documento “Dossiê Araguaia: Ultrapassando a Guerrilha”, construído entre 1998 e 2001 por um grupo de militares que participaram do episódio.¹¹ O documento apresenta uma relação de 29 camponeses que teriam entrado para a guerrilha. Até então, para o PCdoB, a guerrilha teria tido a adesão de 18 camponeses. Além de revelar um índice de sucesso da guerrilha 50% maior, o documento informa o destino de cada um desses 29 camponeses recrutados: 9 mortos, 3 presos, sendo 1 apontado como “desertor” e, por fim, 17 deles com “paradeiro desconhecido”. Os militares que produziram o Dossiê Araguaia não apresentam, contudo, o documento original onde conseguiram essas informações. A relação dos camponeses foi divulgada na obra *A Lei da Selva* (páginas de 27 a 40).¹²

Mais recentemente, durante as pesquisas do Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), que busca os restos mortais dos guerrilheiros do Araguaia, foi revelado um documento, supostamente produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE), com a relação de 178 camponeses que teriam prestado apoio aos guerrilheiros. Esse documento contém alguns problemas, por exemplo: não se trata exatamente de um documento oficial, mas da reprodução digitalizada de algum documento que, até a presente data, ainda estaria em poder do CIE. Ademais, a fonte militar que o forneceu preferiu manter sua identidade sob sigilo.

Por outro lado, essa reprodução de documento apresenta relevantes pistas sobre a participação e o destino dos camponeses durante a guerrilha. É dividido em duas partes.

Na primeira, a relação de 36 nomes de moradores que teriam sido “apoios fortes” da guerrilha. Os nomes coincidem em quase totalidade com

11 Esse documento foi construído por quatro militares, com base nos acervos pessoais de documentos ou depoimentos orais de 27 militares que participaram das operações de repressão à Guerrilha do Araguaia. Serviu como fonte primária da obra *A Lei da Selva*, op. cit.; como também para o livro *Movimento Comunista Brasileiro; Guerrilha do Araguaia “Revanchismo: A Grande Verdade*, do coronel Aluísio Madruga de Moura e Souza (Brasília: Edição Pessoal, 2002). A maior parte desse documento encontra-se disponível, em capítulos, no site *Mídia Sem Máscara*, <http://www.midiaseम्मascara.org>, mantido por Olavo de Carvalho.

12 Esse texto está reproduzido no *Direito à Memória e à Verdade*, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, lançado em 2007, onde consta a lista dos camponeses (pp. 270-271). A obra *A Lei da Selva* é referência em 53 verbetes de *Direito à Memória e à Verdade*.

a relação apresentada tanto pelo documento oficial “Relação de subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, do SNI, quanto com a listagem do “Dossiê Araguaia”.

Esse documento é relevante, pois apresenta detalhes até então desconhecidos sobre a participação de cada um dos camponeses na guerrilha, revelando nomes que não constam nas relações anteriores.¹³ Apresenta nomes de 10 camponeses mortos, informa que um deles “perdeu as terras”, e revela que outros que haviam aderido à guerrilha, apresentados no “Dossiê Araguaia” como tendo “paradeiro desconhecido”, tinham se transformado em guias do Exército.

Na segunda parte, essa reprodução de documento apresenta a relação de outros 142 moradores da região que teriam sido “apoios fracos” da guerrilha. No total, 178 camponeses, de acordo com a avaliação dos militares, teriam de alguma forma participado da guerrilha. Esses números também coincidem com o documento “Relatório Especial de Informações nº 06”, da Agência do SNI em Marabá, que informa que 161 “apoios” haviam sido presos até 15 de novembro de 1973, e que outros 42 estavam sendo procurados, totalizando 203 camponeses.

Esse “Documento (descaracterizado) do CIE” pode ser visto como uma pista, um indício, e auxiliar como guia de pesquisa. Assim, esse documento deve ser considerado uma espécie de “informante” sobre a participação dos camponeses na Guerrilha do Araguaia. A partir dele, os 178 nomes relacionados precisam ser cruzados com os processos de indenização que se encontram na Comissão de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça, como também com outros depoimentos de camponeses (ou de seus familiares) às autoridades oficiais.

Em trabalho posterior, as informações aqui contidas precisam ser cruzadas com as informações prestadas pelas centenas de testemunhas que buscam reparação através de processos de indenizações do Estado, e, ainda,

13 Dentre as informações inéditas, esse documento traz o nome do camponês Edite, que “morreu em 1972 junto com Helenira”. Outro documento não oficial, o “Diário do Velho Mário”, atribuído ao comandante da guerrilha Maurício Grabois, cita um tropeiro de burros chamado “Edith”, que estava presente no episódio que resultou na morte da guerrilheira Helenira Rezende.

cruzadas com os milhares de páginas de documentos militares já em poder do Arquivo Nacional, contendo relatórios de prospecção de campo onde constam nomes de “suspeitos” de apoiar a guerrilha.

Abaixo, os nomes dos camponeses, compilados a partir do cruzamento dos documentos militares e compêndios supracitados.¹⁴ Teriam morrido 27 camponeses durante a repressão à Guerrilha do Araguaia. Essas informações, contudo, são preliminares, apenas base para o cruzamento de dados com outros documentos oficiais, conforme acima detalhado.

Mortos durante a guerrilha (casos consolidados):

Quase todos os nomes abaixo citados são de moradores da região que efetivamente teriam entrado para os grupos guerrilheiros. Nesse grupo, são citados apenas aqueles cujas histórias são conhecidas por moradores da região ou por militantes dos Direitos Humanos

- **Antônio Alfredo Lima:** lavrador, nascido em 1928, no Pará, entrou para o Destacamento A. Encontra-se na listagem dos desaparecidos do compêndio Retrato da Repressão Política no Campo (p. 278): “Militante da Guerrilha do Araguaia. Foi morto pelas Forças Armadas, no dia 14 de outubro de 1973, em sua roça, às margens do rio Fortaleza, em São João do Araguaia (Fonte: DMV)”. Em verdade, morreu em 13/Out/73 junto com André Grabois e mais dois guerrilheiros, em combate com o grupo militar comandando pelo major Lício Augusto Maciel. Fontes: “Diário do Velho Mário”, “Dossiê Araguaia”, “Documento (descharacterizado) do CIE” e Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **Clóvis Ribeiro dos Santos:** encontra-se na listagem dos desaparecidos do compêndio Retrato da Repressão Política no Cam-

14 As informações dos militares já foram cruzadas com os nomes de camponeses que constam no compêndio Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos, de Ana Carneiro e Marta Cioccarri, editado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em dezembro de 2011, com base no compêndio Direito à Memória e à Verdade, da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

po (p. 278): “Camponês. Foi preso e torturado em fevereiro de 1974 pelos militares, sendo libertado em novembro do mesmo ano. Após sua soltura, entretanto, continuava com a obrigação de apresentar-se ao acampamento de Bacaba (PA), de oito em oito dias. Numa dessas ocasiões, segundo relato constante nos autos, nunca mais retornou para a sua residência nem foi localizado. Desaparecido em 1974, no Araguaia (Fonte: DMV)”.

- **Jair Maciel, conhecido por Zequinho:** camponês, morto em janeiro de 1974. Fontes: “Dossiê Araguaia” e Documento (descharacterizado) do CIE.
- **Joaquim de Souza:** encontra-se na listagem do compêndio Retrato da Repressão Política no Campo (p. 279). Registra o compêndio: “Desaparecido em junho de 1973, em Araguaia. Segundo depoimento do lavrador Valdemar Cruz Moura ao Ministério Público Federal, em 15/7/2001, em São Domingos do Araguaia, “no ano de 1973, ele morava no lugarejo de Pedra da Colher, município de Xambioá, juntamente com seu pai, Joaquim de Souza (...). No dia 18 de junho de 1973, saiu para trabalhar e não retornou mais. Acredita que foi morto pelo Exército, pois o nome de Joaquim constava no cartaz das vítimas da guerrilha”. (Fonte: DMV)”¹⁵.
- **João Pereira da Silva:** é um caso polêmico, à época usado pelos militares para fazer propaganda contra a guerrilha. João (Joãozinho) era filho do camponês José Pereira da Silva, que tinha uma propriedade ao sul de São Geraldo e apoiava o Destacamento C da guerrilha. Até que, em abril de 1972, um grupo de militares chega à área e dá ordens ao Sr. Pereira para levá-los aos “paulistas” que estavam na base guerrilheira de Abóbora. O camponês

15 Ressalve-se que a data apontada coincide com o período no qual CIE deflagrava a Operação Sucuri, de infiltração entre os guerrilheiros. Um dos objetivos essenciais era o de não despertar suspeitas. Assim, não se tem notícias de que militares tenham matado algum camponês naquele período, nem nos documentos militares até o momento disponíveis, nem nos documentos remanescentes produzidos pelos próprios guerrilheiros, como o “Diário do Velho Mário”, do comandante Maurício Grabois, ou o “Relatório Arroyo”, do vice-comandante Ângelo Arroyo. Ao contrário, tanto Grabois quanto Arroyo registram, em seu conjunto, as mortes de quatro moradores da região “justicados” pelos guerrilheiros.

então envia seu filho Joãozinho, com 17 anos. A partir de então, os militares passam a ocupar as terras do Sr. Pereira com um grupo avançado. Em 10/08/1972, Joãozinho Pereira seria morto com um tiro no peito. Ele estava em companhia de um adolescente chamado Paulo, que escapou. Foi Paulo que informou à família Pereira que teriam sido os guerrilheiros Rosalindo Cruz (Mundico) e Jaime Petit (Jaime) os autores do disparo que matou Joãozinho, para servir de lição aos demais moradores, explicou. Ele deixou viúva de 16 anos, uma filha de dois anos e uma criança recém-nascida. A família Pereira abandonou suas terras. Cada um dos três filhos remanescentes foi morar com um parente em local diferente. O pai José Pereira passou a ser guia do Exército. E a viúva de Joãozinho, Maria Creuza, por sua vez, passou a trabalhar como prostituta. Os militares espalharam na região a história de que o adolescente teria sido esquartejado vivo pelos “terroristas”. A família, contudo, informa que morreu de tiro perto do coração. Fontes: Termo de Declaração de Maria Creuza Rodrigues dos Santos à Comissão de Anistia do MJ, em 25/04/2008 (Ref. Proc. Nº 10987); e depoimento conjunto dos irmãos Jota Orlando Pereira da Silva, Jacy Santiago Pereira da Silva, e de Maria Bonfim Pereira de Oliveira (filha de Joãozinho) ao Grupo de Trabalho Araguaia, GTA, em 15/09/2012.¹⁶

- **José Ribeiro Dourado:** encontra-se na listagem dos desaparecidos do compêndio Retrato da Repressão Política no Campo (p. 279): “camponês. Foi preso em sua roça, em Pau Preto, e desapareceu em 1974, em Marabá. Conhecido como José Madalena. Segundo o depoimento prestado por seu filho em Xambioá, em 11/04/1991, à Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos durante a ditadura, José foi preso e obrigado a ser guia do Exército. A esposa, Madalena, contou que seu marido fora assassinado

¹⁶ Particpei da coleta dos depoimentos orais dos irmãos Pereira na condição de ouvidor do GTA, ao lado da advogada Mercedes Castro, irmã do guerrilheiro desaparecido Antônio Theodoro Castro, e de seu marido, o advogado Jadiel Camelo.

porque, dias antes, tinha dado comida ao guerrilheiro Osvaldão. O jornal A Província do Pará publicou, em 1996, matéria com entrevista de Madalena: ‘Ela conta que na época ia todo dia ao Exército perguntar pelo marido. Eles diziam que ele se encontrava na mata e que ia voltar para casa, conta, enxugando lágrimas.’ (Fonte: DMV)”.

- **Juarez Rodrigues Coelho:** preso em 14/Ago/72, morreu na Delegacia de Polícia de Xambioá. De acordo com a versão relatada pelos militares à família, teria cometido suicídio. Documento (descaracterizado) do CIE registra apenas: “Morreu em 1972”.
- **Lourival Moura Paulino:** era barqueiro e lavrador. Encontrase na listagem do compêndio Retrato da Repressão Política no Campo (p. 278). De acordo com os militares, seria apoio dos guerrilheiros. Documento (descaracterizado) do Exército o cita como “ligado a Osvaldão”. Teria sido encontrado na cozinha de um acampamento militar em Xambioá. Os militares desconfiaram que estivesse tentando envenenar a comida. Preso em 18/05/1972, foi levado para a Delegacia de Polícia da cidade. Parentes levaram uma rede para que pudesse dormir. Apareceu morto no dia 21/05/72. Segundo a versão dos militares, teria cometido suicídio com as cordas da rede. Já havia morrido um militar (o cabo Odilio Cruz Rosa) e um guerrilheiro (Bergson Gurjão). Lourival foi o terceiro. Simbolicamente, uma vítima de cada lado da luta. Fonte: Documento do SNI “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia” aponta sua morte em 28/05/1972.
- **Luiz Vieira de Almeida, conhecido por Luizinho:** camponês, “pegou em armas”, segundo Documento (descaracterizado) do CIE. De acordo com o documento do SNI “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, teria sido morto a 30 Dez 1973. “Dossiê Araguaia” e Doc (descaracterizado) do CIE, por sua vez, apontam sua morte a 31/Dez/1973. - Luiz Viola: Documento (descaracterizado) do CIE informa apenas: “Morto”. Dossiê Araguaia registra que foi “Morto em 74”.

- **Manoel Neres Santana, conhecido por Batista:** Entrou para a guerrilha antes dos militares chegarem. Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, informa que teria sido morto em 12/01/1974. Dossiê Araguaia registra: “Paradeiro desconhecido”. Documento (descaracterizado) do CIE informa: “Preso junto com Áurea Valadão”. Marinha informa que Áurea teria sido morta em 13/06/1974. Em diferentes depoimentos ao GTT, quatro camponeses informam que avistaram Batista preso junto com a guerrilheira Áurea Elisa Valadão. São eles Anísio Rodrigues da Silva Cícero Pereira Gomes, Iomar Ribeiro da Silva e Josias Gonçalves. Os depoimentos convergem para a prisão de ambos entre janeiro e fevereiro de 1974. O livro *A Lei da Selva* informa, com base em depoimentos de militares, que Áurea foi presa com Batista em fevereiro de 1974, e que Batista pode ser um dos guerrilheiros poupados pelos militares e que teriam trocado de identidade, os chamados “mortos-vivos”. A obra *Direito à Memória e a Verdade* registra o destino de Batista como: “Paradeiro desconhecido” (p. 270).
- **Pedro Pereira de Souza ou Pedro Matias de Oliveira, conhecido por Pedro Carretel:** encontra-se na listagem do compêndio *Retrato da Repressão Política no Campo*, como tendo desaparecido em janeiro de 1974 (p. 279). Fonte: DMV. Era posseiro na região, aderiu à guerrilha antes mesmo da chegada dos militares, em 1972. Os documentos militares identificam Carretel pelo sobrenome Pereira de Souza. Na obra *Direito à Memória e à Verdade*, é identificado como Pedro Matias de Oliveira. No documento (descaracterizado) do CIE, é citado como “maior apoio da guerrilha”. O mesmo documento informa que sua mulher, Isaura, que “morreu anos depois do marido”, também foi “apoio forte” da guerrilha. O “Dossiê Araguaia” informa que Pedro (Carretel) Pereira de Souza foi morto em 06/01/1974. Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, registra sua morte em 15/02/1974.

Mortos desaparecidos (casos a apurar):

Nomes com dificuldades de identificação apresentados pelas listagens produzidas por militares e que requerem mais investigação.

- **Aluísio Nunes Ferreira, conhecido por Beto:** morto em 13/05/1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”. Pode ser o guerrilheiro Lúcio Petit da Silva, codinome Beto, preso em maio de 1974. Era comum os guerrilheiros presos informarem nomes falsos para despistar os militares.
- **Amaury de Azevedo Siqueira, conhecido por Amaury:** morto em 27/fev/1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **Antônio Ferreira Pinto, conhecido por Antônio:** morto a 30/04/1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **Célia Sanches Cristie, conhecida por Cristina:** morta em 08/02/1974, registra o documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”. Outro caso de possível guerrilheira informando nome falso, no qual o analista militar que elaborou o documento pode ter se confundido. Havia uma guerrilheira chamada Maria Célia Corrêa, codinome Rosa, desaparecida no início de janeiro de 1974. Há relatos de camponeses de que Célia foi vista presa na Base de Bacaba. Havia outra guerrilheira, Jana Moroni Barroso, codinome Cristina, desaparecida no início de fevereiro de 1974. Também há relatos de camponeses de que Jana foi avistada presa. As duas eram amigas e militaram juntas no movimento estudantil no Rio de Janeiro. Célia Sanches Cristie também pode ser alguma moradora da região. Ou ainda pessoa de fora da região confundida com os guerrilheiros. Fonte: DMV, pp. 237-239.
- **Chico:** morto em dezembro de 1973. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **Edith ou Edite:** era tropeiro de burros. Documento (descaracterizado) do CIE informa: “Edite. Morreu em 1972 junto com Heleni-

ra.” No “Diário do Velho Mário”, ao relatar a morte da guerrilheira Helenira Nazareth, Maurício Grabois informa que o Destacamento A estava preparando uma emboscada contra uma patrulha militar quando “apareceram 16 homens, com quatro burros tropeados pelo Edith à frente”. Grabois relata ainda que, no embate, Fátima (Helenira) “fusilou um militar” (sic). Esse militar pode ter sido o tropeiro Edith. De qualquer forma, há consenso de que um tropeiro, de nome Edith ou Edite, morreu na mata em setembro de 1972, enquanto acompanhava os militares na repressão aos guerrilheiros.

- **Hermógenes:** auxiliava a guerrilha pelo menos desde 1972. Identificado pela inteligência militar como guerrilheiro, ou “apoio forte” da guerrilha, foi preso em 04 de outubro de 1974 e levado para a Base de Xambioá. Lá, foi colocado em um pau-de-arara e torturado. Permaneceu três dias preso no “Buraco do Vietnam” e depois desapareceu. Fonte: livro *A Lei da Selva*, p. 220. Até a presente data não se conhece o seu sobrenome. Hermógenes encontra-se na relação dos desaparecidos preparada pelos próprios militares no Dossiê Araguaia. Contudo, seu nome não figura entre os desaparecidos políticos do PCdoB nem do Ministério da Justiça.
- **Joaquim de Souza Moura, conhecido por Joaquinção:** o “Dossiê Araguaia” aponta como “paradeiro desconhecido”. O Documento (descaracterizado) do CIE informa que foi “morto em 1973”.
- **João Aquino Jaime, conhecido por João Goiano:** morto em 17/01/1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **João Moacir Santiago de Mendonça, conhecido por Santiago:** morto em 18/08/1972. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”. ERRATA: Ao contrário do que diz o documento oficial João Moacir Santiago de Mendonça foi militante da ALN e permanece vivo até a edição desse relatório.
- **José Amaurílio Patriarca, conhecido por Mané:** morto em setembro de 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

- **José Antônio Botelho, conhecido por Antônio:** morto em 30/04/1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **José Machado da Silva:** encontra-se na listagem dos desaparecidos do compêndio Retrato da Repressão Política no Campo (p. 279): “Camponês. Desaparecido em 1974, em Marabá. Segundo informações de seu irmão, Luiz Machado da Silva, José teria sido obrigado a se apresentar toda semana na Base do Exército em Bacaba (PA). Numa dessas ocasiões, José se encontrava em frente à base para pegar uma carona e ‘houve uma batida em nosso carro, quando foi atingido e socorrido por um informante do Exército na região, que o levou de helicóptero para Marabá, não resistindo e vindo a falecer no hospital do Sesp’ (Fonte: DMV)”.
- **Landinho:** morto em 25/01/1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **Levy:** o Dossiê Araguaia registra apenas: “Morto”. E o Documento (descaracterizado) do CIE informa: “Morto em combate”.
- **Miguel Tavares, conhecido por Cazuzá:** morto em 20/09/1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **Manoel:** morto em 12/Jan/1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **Paulo Mauro Rodrigues, conhecido por Paulo:** o Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, informa que foi morto em 25/12/1973. O analista que elaborou o documento pode ter se enganado. Havia um guerrilheiro de nome similar, Paulo Marques Rodrigues, conhecido por Paulo, comandante do Destacamento C, falecido em 25/12/1973.
- **Quincas:** camponês, morto em 1974. Fonte: “Dossiê Araguaia”.
- **Waldir da Costa Lima, conhecido por Waldir:** morto em 29/Abr/1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **Zé Luís:** morto em 13/10/1973. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

Sobreviventes (“apoios fortes”) da guerrilha:

Aqueles nomes que emergem de documentos militares ou de depoimentos orais como camponeses que entraram efetivamente para a guerrilha e sobreviveram, ou ajudaram os guerrilheiros depois que a luta armada teve início, portanto, com consciência de que estavam arriscando suas vidas e a segurança de suas famílias.

- **Adalgisa Lopes:** moradora de São Domingos, era mulher de Frederico Lopes, que aderiu à guerrilha. Ela fornecia alimentos para o Destacamento A. Também teria participado da logística do assalto ao posto da PM na Transamazônica. Fonte: “Documento (descaracterizado) do CIE”.
- **Antônio Araújo Veloso, conhecido por Sitônio:** encontra-se na listagem do compêndio Retrato da Repressão Política no Campo, como tendo desaparecido em janeiro de 1974 (p. 280): “Lavrador piauiense, radicado na região do Araguaia. Preso em abril de 1972, foi submetido a brutais torturas que resultaram em sequelas permanentes, perseguido de morte em 31 de agosto de 1976” (Fonte: DMV). Veloso também é mencionado como Citônio no relatório de campo do CIE “Pessôas (sic) com ligações junto ao grupo”, como apoio do grupo guerrilheiro que ficava na base de Metade: “É seu cunhado e compadre, em condições de identificar os componentes do Grupo e, também, possíveis ligações de autoridades locais com os subversivos. Morador em S. Domingos”.
- **Antônio Febrônio de Oliveira, conhecido por Pernambuco do Cavalo:** o Documento (descaracterizado) do CIE o aponta como “apoio forte”.
- **Cícero Daniel, conhecido por Cícero Tocador:** “paradeiro desconhecido”, segundo “Dossiê Araguaia”. Desertou em 1973, de acordo com o documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **Edna Rodrigues de Souza, conhecida por dona Diná:** foi estuproada por vários militares na frente da comunidade. O marido a largou por essa razão. Fonte: Depoimento ao Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), em 29/06/2010.

- **Francisco Amaro Lins:** era operário no Rio de Janeiro e militante do PCdoB. Foi para a guerrilha em 1970, integrando-se ao Destacamento C. Lá conheceu uma camponesa, Neuza Lins, e teve de deixar a guerrilha para poder se casar. Passou a viver entre os camponeses da região, agora na condição de apoio da guerrilha. Foi preso pelos militares em 14/04/1972. Faleceu na década de 1990. Fonte: Depoimento de Neuza Lins ao GTT, em 2009.
- **Frederico Lopes:** morador de São Domingos, integrou o Destacamento A da guerrilha. “Documento (descaracterizado) do CIE” o aponta como “ligado a Osvaldão (Destacamento B) e a Lúcio Petit (Destacamento A)”. Participou do assalto ao posto da PM na Transamazônica, em setembro de 1973. Foi preso durante a Terceira Campanha. Fontes: “Dossiê Araguaia” e “Documento (descaracterizado) do CIE”.
- **José Wilson de Brito Feitosa, conhecido por Wilsinho:** o “Dossiê Araguaia” aponta “paradeiro desconhecido”. “Documento (descaracterizado) do CIE” informa: “Menino preso dias depois do combate com Sônia. Sobreviveu”. Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, informa apenas que foi preso em 07/11/1973. Em 2009, Wilson foi encontrado pelo GTT, trabalhando como caseiro de um sítio no interior do Amapá.¹⁷ Relatou em depoimento que era filho de um camponês na área do Destacamento A. Tinha 13 anos quando a guerrilheira Maria Lúcia Souza, a Sônia, o convenceu a sair da casa dos pais para integrar a guerrilha. Na mesma época, um primo seu de 14 anos também foi recrutado pelo guerrilheiro André Grabois, o Zé Carlos, comandante do Destacamento A. Wilson permaneceu cerca de um ano com os guerrilheiros, quase sempre ao lado de Sônia. Estava com a guerrilheira quando ela foi morta, em 24/10/1973. Conseguiu fugir pela mata, mas semanas depois seria preso pelo Exército. Permaneceu na Casa Azul, em Marabá,

17 Fui designado pelo grupo, na condição de Observador Independente e de Ouvidor, para colher seu depoimento oral.

por vários meses. Sua função era cuidar dos demais camponeses presos. Fontes: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, “Dossiê Araguaia”, “Documento (descaracterizado) do CIE” e depoimento de Wilson ao GTT.

- **José de Almeida, conhecido por Zezinho (filho de Luiz Vieira de Almeida, o Luizinho):** foi preso junto com o guerrilheiro Antônio de Pádua Costa, o Piauí, em fevereiro de 1974, por uma equipe chefiada pelo sargento José Vargas Jimenez, o Chico Dólar. Ficou preso na Base de Bacaba. Mora em São Domingos. Fontes: Documento (descaracterizado) do CIE e o livro Bacaba: Memórias de um guerrilheiro de selva, de José Vargas Jiménez.
- **Joana de Almeida:** esposa do falecido guerrilheiro Luizinho e mãe de Zezinho. Apoiava a guerrilha. Fonte: Documento (descaracterizado) do CIE.
- **José Maria Alves da Silva, conhecido por Zé Maria:** o Dossiê Araguaia o inclui entre os camponeses que aderiram à guerrilha, com “paradeiro desconhecido”. O “Documento (descaracterizado) do Exército” o cita também pelo apelido de Zé Catingueiro, e como sendo “ligado a Pedro Carretel. Preso, ‘virou’ guia do Exército”, explica o documento. José Maria apresentou-se espontaneamente ao GTT em 2009, a fim de ajudar na localização dos corpos dos guerrilheiros desaparecidos.¹⁸ Relatou em depoimento que em 1972 aderira ao Destacamento A da guerrilha, de fato recrutado por Pedro Carretel. Foi preso em fins de 1973, torturado e obrigado a servir de guia do Exército. Terminada a guerrilha, a partir da descoberta de Serra Pelada, passou trabalhar para o major Curió. Mora em Serra Pelada.
- **José Ribamar, conhecido por Zé Ribamar:** “sobreviveu”, informa o Documento (descaracterizado) do CIE. Local, preso em 24/01/1974, detalha documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

18 Também fui designado pelo grupo para colher seu depoimento oral. Posteriormente, mantive outras três longas conversas com Zé da Catingueira, um dos camponeses da região que resguardam em suas lembranças um dos mais relevantes acervos de informações sobre a Guerrilha do Araguaia, conhecendo tanto o lado dos guerrilheiros, quanto o dos militares.

- **José Vieira de Almeida, conhecido por Zé do B:** preso em janeiro de 74, informa “Dossiê Araguaia”. Local, preso em 24/01/1974, detalha documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **José Vieira da Silva Souza:** paradeiro desconhecido. Fonte: “Dossiê Araguaia”.
- **Josias Gonçalves, conhecido por Jonas:** camponês da região de São Geraldo, aderiu ao Destacamento B da guerrilha no início de 1973, com 19 anos. Pegou em armas. “Documento (descaracterizado) do CIE” informa que “estava com Arildo Valadão no dia em que este foi emboscado”. O Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, informa apenas que foi preso em 02/02/1974. Em depoimento ao GTT, em 2010, Josias informou que em 25 de novembro de 1973 deixou o grupo do Osvaldão para fazer contato com outro grupo do Destacamento A. Estava em companhia dos guerrilheiros Arildo Valadão, o Ari, e Antônio Theodoro Castro, o Raul, quando foram emboscados por três guias do Exército. Ari foi atingido no peito e teve a cabeça cortada. Raul conseguiu correr para um lado e ele, Jonas, escapou para outro¹⁹. Dias depois, recebeu o aviso de um camponês de que seu pai estava preso em Xambioá. Decidiu se entregar em troca da libertação do pai. Foi ele quem cavou o buraco onde Osvaldão foi inicialmente enterrado, na Base de Xambioá. Fontes: Documento (descaracterizado) do CIE e Depoimento de Josias ao GTT.

¹⁹ Fui apresentado a Jonas em 2010, em São Geraldo, por Diva Santana, irmã da guerrilheira desaparecida Dinaelza Santana Coqueiro e representante oficial das famílias dos desaparecidos políticos junto à Comissão dos Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça. Na ocasião, colhi seu depoimento oral para o GTT, buscando informações que pudessem levar à localização dos restos mortais de guerrilheiros. Aproveitei para também colher suas narrativas sobre o cotidiano da Guerrilha, à qual aderiu e empunhou armas. Por fim, tomei a iniciativa de levar Jonas ao local onde havia tombado o guerrilheiro Arildo Valadão, buscando a reconstituição do episódio, como também a localização dos restos mortais. Possuo um vídeo no qual o camponês-guerrilheiro tenta reconstituir o episódio em conjunto com o ex- guia do Exército Sinésio Martins Ribeiro, que chefiava o grupo de guias que atirou nos guerrilheiros e decapitou Arildo Valadão.

- **Luiz Garimpeiro:** o “Dossiê Araguaia” o cita com “paradeiro desconhecido”. Documento (descaracterizado) do CIE detalha: “Ligado a Pedro Carretel. Preso, “virou” guia do Exército.
- **Manoel Dias Costa, conhecido por Tourinho:** preso em 12/12/1973. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **Manoel Pereira Marinho, conhecido por Manoelinho:** encontra-se na listagem dos desaparecidos do compêndio Retrato da Repressão Política no Campo (p. 278): “16 anos, camponês. Passou a caminhar com os guerrilheiros pela mata. Desaparecido em setembro de 1973, no Araguaia”. Citado como “apoio forte” pelo Documento (descaracterizado) do CIE. O camponês Sinésio Martins Ribeiro, em depoimento ao GTT, informa que Manoelinho andava com o guerrilheiro Osvaldão. Segundo Sinésio, estava no grupo que teria encontrado o corpo do guerrilheiro Arildo Valadão, em 26/11/1973. Depois da guerrilha, ainda de acordo com Sinésio, teria virado pistoleiro e trabalhado para o major Curió. A advogada Mercês Castro²⁰ o encontrou em Serra Pelada, em 2012.
- **Marco Aurélio de Freitas Lisboa:** citado no grupo “apoios fortes” no Documento (descaracterizado) do CIE.
- **Maria Viana, Maria Castanheira ou Maria da Tomaza:** companheira de Osvaldão, dona de um bar em São Geraldo, às margens do rio Araguaia. Seu filho, Antônio Viana, mora em São Geraldo. Fonte: Documento (descaracterizado) do CIE.
- **Margarida Pereira Félix:** citada como “apoio forte” pelo Documento (descaracterizado) do CIE.
- **Oneide:** esposa de Antônio Alfredo Lima, camponês que aderiu ao Destacamento A e faleceu junto com André Grabois. O Documento (descaracterizado) do CIE a aponta como “apoio forte” da guerrilha.

20 Irmã do guerrilheiro desaparecido Antonio Theodoro Castro e membro do GTT/GTA

- **Osniel Ferreira da Cruz, conhecido por Osnil:** preso em 12/01/1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **Pedro Pinheiro Dias, Pedão de um Olho Só:** o Documento (descharacterizado) do CIE registra: “Ligado a Osvaldão. Preso, ‘virou’ guia do Exército. A mulher dele, Maria da Soledade Dias, mora na estrada que liga Marabá a São Domingos”. Desde a chegada dos militares, em abril de 1972, Pedão tornou-se um dos mais conhecidos guias da região, auxiliar do cabo Carlos Marra, então delegado de Xambioá, apontado como responsável pela tortura de camponeses. Em depoimento ao procurador da República André Casagrande Raupp, em 12/09/2012, Pedão relatou que de fato andava com o cabo Marra e como guia do Exército (Doc. Anexo).
- **Porfírio Vaz Azevedo:** morador de Brejo Grande, ele e sua esposa Lidia Francisca da Luz eram apoio do Destacamento B da guerrilha. Preso e torturado, desde então ele sofre de fortes sequelas neurológicas. Lídia é dona de um centro espírita de terecô (umbanda) em Brejo Grande. Fonte: Depoimento de Porfírio e Lídia ao GTT, em 2009.
- **Raimundo Nonato dos Santos, conhecido como Peixinho:** citado no relatório de campo do CIE “Pessoas com ligações junto ao grupo”: “Mora aproximadamente no Km 80 da Trans, próximo à Fazenda do Pernambuco”. O Documento (descharacterizado) do CIE também o cita como “apoio forte”, ligado ao Destacamento A. “Preso, ‘virou’ guia do Exército” informa ainda o documento. Foi o guia que levou a equipe do major Lício Augusto Maciel a um grupo guerrilheiro, quando então morreram André Grabois, o Zé Carlos; Divino Ferreira de Souza, o Nunes; João Gualberto Calatrone, o Zebão; e o camponês Antônio Alfredo de Lima, o Alfredo, em 13/10/1973. Fonte: Depoimento de Peixinho ao GTT, em 2009.

- **Salvador Pereira:** preso em 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **Sebastião Batista da Cruz, conhecido por Sebastiãozinho:** preso em 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **Sebastião de Santana, conhecido por Tião:** preso em 12/01/1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.
- **Tota:** citado como “marido de Margarida” e que “perdeu as terras”, segundo o Documento (descaracterizado) do CIE.

Camponeses não identificados (sobreviventes ou desaparecidos):

Nomes citados em documentos militares, ou pelos apelidos, ou sem os sobrenomes. Todos eles teriam sido detectados pelos órgãos de informações militares ou como tendo aderido à guerrilha, ou como “apoios fortes” dos guerrilheiros.

- **Adão e Adãozinho:** pai e filho, citados no relatório de campo do CIE “Pessoas com ligações junto ao grupo”. Já o Documento (descaracterizado) do CIE também cita ambos, Adão e Adãozinho, do Povoado de Alvo, como “apoios fortes” da guerrilha.
- **Alumínio:** paradeiro desconhecido. Fonte: “Dossiê Araguaia”.
- **Epaminondas:** paradeiro desconhecido. Fonte: “Dossiê Araguaia”.
- **Hilário:** o Documento (descaracterizado) do CIE o aponta como “apoio forte” e “contato da Sônia”.
- **Humberto:** paradeiro desconhecido. Fonte: “Dossiê Araguaia”.
- **Pedro Cantador:** citado como “apoio forte” pelo Documento (descaracterizado) do CIE.
- **Rafael:** paradeiro desconhecido. Fonte: “Dossiê Araguaia”.
- **Rita:** paradeiro desconhecido. Fonte: “Dossiê Araguaia”.

- **Sabonete:** Citado como “apoio forte” do Documento (descaracterizado) do CIE. Citado como camponês que aderiu à guerrilha no Dossiê Araguaia, com “paradeiro desconhecido”.
- **Sandoval:** paradeiro desconhecido.
- **Toinho:** camponês que aderiu à guerrilha antes da chegada dos militares. Documento (descaracterizado) do CIE apenas o aponta como “apoio forte”. Teria se entregado em 10/12/1973, de acordo com o “Dossiê Araguaia”.
- **Zequinha:** paradeiro desconhecido. Fonte: “Dossiê Araguaia”.
- **Zezinho:** em 1974, encontrava-se preso. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

Outros apoios da guerrilha:

Há uma listagem com 142 nomes no Documento descaracterizado do CIE, relativos ao que os militares chamam de “apoios fracos”.

DTR. 165, p. 164/179

MA - IMPERATRIZ

10/05/86

FONTE: CNDB/CPT

CPT/ARAQUAIA/TOCANTINS

VÍTIMA: PE, JOSIMO MORAES TAVARES, 36 ANOS

"Com um tiro pelas costas, que lhe atravessou o corpo, foi assassinado ontem, por dois jagunços, o vigário de São Sebastião do Tocantins e coordenador da Comissão Pastoral da Terra no extremo norte de Goiás, padre Josimo Tavares, 36 anos. O crime ocorreu por volta das 12:30 hs, em Imperatriz, Estado do Maranhão, quando o padre Josimo ingressava no prédio do bispado, situado na praça de Fátima. Um dos pistoleiros, descrito como sendo louro, alto e forte, que ocupava o Corcel I, cor amarela, placa IA-3614 (fria), de Imperatriz, foi o autor do disparo.

Padre Josimo Tavares, juntamente com a CPT, denunciou várias vezes as ideias anti-reformistas da União Democrática Ruralista. Por inúmeras vezes, igualmente, foi ameaçado de morte. No dia 15 do mês passado, os opositores deixaram de lado as ameaças, e seu carro foi alvejado com cinco tiros de pistola 7,65. Ele não morreu porque foi protegido pela porta de seu Toyota".

VIDE NO QUADRO DE MORTOS EM CONFLITOS DE TERRA A OCORRÊNCIA QUE CORRESPONDE AO SEGUINTE NÚMERO DE ORDEM: 117

Nacional

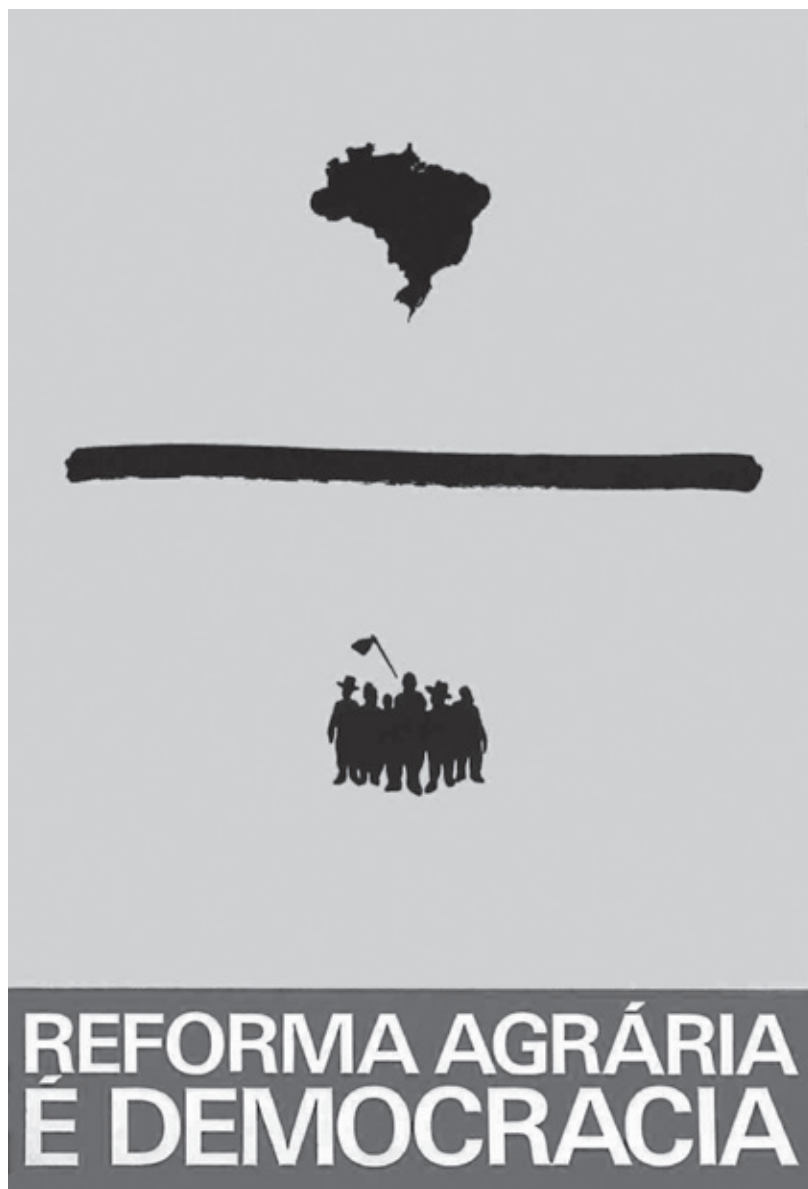
JORNAL DO BRASIL

São Paulo — Foto de Isaias Feltosa



Na missa pelo padre Josimo, sua camisa ensangüentada foi usada como estandarte pelos trabalhadores

Missa pelo padre Josimo reúne 1.500



8. TOCANTINS - ASSASSINATO DO PADRE JOSIMO MORAES TAVARES

por Antônio Canuto

Padre Josimo nasceu em Marabá/PA em 1953, foi ordenado padre em 1979 em Xambioá-TO. Coordenou a Comissão Pastoral da Terra – CPT, na região do Araguaia-Tocantins, que compreendia o norte de Goiás (hoje Tocantins) o sul do Pará, o oeste do Maranhão e o nordeste de Mato Grosso, na década de 80. Sua ação mais direta era no Bico do Papagaio. Ficou conhecido por sua defesa intransigente dos trabalhadores rurais que eram expulsos de suas terras. Josimo causava medo e ódio aos fazendeiros da região, inclusive pelo fato de ser negro, o que é relatado em sua biografia “Todos sabiam”, escrito pela escritora inglesa Binka Le Breton.

Em 25 de setembro de 1984, o Centro dos Canários, município de Axixá, foi invadido por policiais armados, acompanhando o oficial de justiça com uma liminar contra dois posseiros de outra área, o Centro do Moacir. Queimaram 33 casas, espancaram, atiraram e ameaçaram matar. O suposto dono da fazenda voltou à área para mostrar à esposa a vitória alcançada e foi morto pelos posseiros. Treze posseiros foram presos e um, sob tortura, apontou como autor intelectual do crime o padre Josimo. Este e a agente pastoral Lourdes Lúcia Goi foram presos.

Em 15 de abril de 1986, Josimo, indo de São Sebastião (TO) para Imperatriz (MA), sofreu um atentado. As balas ficaram alojadas na porta da Toyota que ele dirigia. Os bispos do Centro-Oeste foram ao presidente da República, José Sarney, pedir segurança de vida para o padre. No dia 10 de maio, Josimo foi morto com dois tiros pelas costas, enquanto subia a escadaria do prédio onde funcionava o escritório da CPT em Imperatriz.

A quem interessava a morte de Josimo

Os donos de terras faziam listas de “criadores de caso” a serem eliminados e, numa destas listas, o nome de Josimo se destacava. Havia muita gente interessada em silenciar Josimo.

Todos sabiam que a polícia estava a favor dos fazendeiros. Rotineiramente descrevia a equipe da CPT como estando armada. Os pequenos agricultores eram vistos como invasores. Josimo era taxado de terrorista. No registro policial que descreve um mutirão feito em 9 de novembro em Sumaúma, afirma-se que Josimo comandava cem homens, todos armados de espingardas, e acrescenta que o povoado era defendido por homens entrincheirados.

O ex-tenente Trajano Bueno Bicalho, que servira no combate à Guerrilha do Araguaia e que trabalhava para Lourismar e Tomás Lobo na Fazenda Camarão, afirmou numa entrevista a uma revista: “Temos de nos livrar deste padre preto e daquelas freiras estrangeiras que vêm promovendo confusão por aqui”. João Japonês, dono da Fazenda Ouro Verde, culpou Josimo pela invasão que resultou na desapropriação de parte de sua propriedade – pela qual nunca foi indenizado.

A família numerosa de Osmar Teodoro da Silva (Neném) havia jurado se vingar de Josimo depois que um da família, Nenezão, foi morto durante protestos de Augustinópolis. Neném foi considerado um dos mandantes do assassinato do Josimo, junto como seu irmão Guiomar Teodoro da Silva (conhecido como Tem-tem). Outros fazendeiros também tiveram problemas com os posseiros, e colocaram a culpa em Josimo. O fazendeiro José de Souza acusou Josimo de ser diretamente responsável por, no mínimo, doze mortes.

Fontes:

ALDIGHIERI, Mario. Josimo: A terra, a vida - Edições Loyola / CPT 1993.

LE BRETON, Binka. Todos sabiam – A morte anunciada do Padre Josimo. Loyola, 2000.

Documentos no arquivo do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra, CPT - Goiânia - GO.





CAPÍTULO 7

GUERRA DOS PERDIDOS,
DO OCULTAMENTO
HISTÓRICO À BUSCA DE
REPARAÇÃO

Guerra dos Perdidos, do ocultamento histórico à busca de reparação



1. INTRODUÇÃO

Caianos, Perdidos, Caçador, Cajueiro. Ao longo dos anos 1970, a região do Araguaia, no sul do Pará, foi sacudida por guerras encobertas, aparentemente isoladas entre si, mas que refletiam o clima de pânico nas hostes militares causado pela Guerrilha do Araguaia. Foram também conflitos resultantes de uma colonização feita a ferro e fogo, onde um pedaço de terra quase sempre estava manchado de sangue.

Das primeiras escaramuças entre camponeses e representantes armados da União até o auge da crise, causada pela prisão dos padres

Aristide Camio e Francisco Gouriou, no início dos anos 80, a região do Araguaia foi o epicentro da política governamental militar, com tortura, conflitos agrários, paranoia anticomunista, abuso de poder e incentivo à prática de pistolagem.

Eles chegavam aos borbotões. Atraídos pela propaganda oficial do governo a respeito da Amazônia, os nordestinos aboletavam-se em “paus de arara” e acorriam ao suposto “eldorado verde”, que era a região do Araguaia. Como aquelas famílias seriam alojadas na terra era o desafio a ser vencido. Não seria fácil. Em abril de 1971, a União tomava para si 100 km de cada lado das rodovias federais. A ideia era ter mais controle em uma região já conhecida por ser um barril de pólvora.

Sentindo-se lesado, o governo paraense boicotava dados e informações para o recém-instalado escritório do Inbra em São Geraldo do Araguaia, numa queda de braço entre o Itaipá e o órgão federal. O caos fundiário se alastrava. Dois anos depois do ato da União, o governo do Estado publicou no Diário Oficial que as glebas estavam reservadas para colonização.

Se os nordestinos viram inicialmente as terras amazônicas como o paraíso, mas sem infraestrutura, lotes demarcados oficialmente, documentos de posse da terra e sem escolas, estradas e postos de saúde, ficar na terra era um esforço descomunal. E, numa região cercada por conflitos, era de se esperar que eles chegassem. Não tardaram.

A cena passou a se repetir com frequência. Pessoas se dizendo donas da terra ameaçavam os colonos e tentavam a todo custo expulsá-los do local. Grileiros se dizendo fazendeiros, como Dalvo Rodrigues da Cunha, ameaçavam famílias de lotes. Já em 1973, era a vez de César Sebastião Martins cobiçar três lotes. Outro grileiro, Ronaldo Assumpção, também reivindicava terras ocupadas pelos colonos. Em comum, os três personagens tinham o apoio e o aparato da Polícia Militar, sempre disposta a efetivar com rapidez os despejos das famílias.

A ainda jovem Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) contribuía para o caos fundiário. Desde a criação em 1966 até 1975, o órgão já havia aprovado 33 projetos agropecuários para Conceição do Araguaia e 20 projetos para Santana do Araguaia. Os dois municípios eram os líderes em projetos aprovados. Grupos empresariais nacionais e es-

trangeiros encontravam facilidades em se instalar na região. Tinham bons créditos bancários e fartos incentivos fiscais.

Já em 1967, o governo do Estado ampliava os benefícios com uma lei que proporcionava a isenção total ou parcial de imposto de circulação de mercadoria para empresas agrícolas, madeireiras e pecuárias. O que atrapalhava eram os pequenos trabalhadores rurais já ocupantes das terras em questão. Era um problema antigo na Amazônia. Sempre foi. Tanto que, em 1964, o jurista Aldebaro Klautau, então superintendente da SPVEA, lançou a campanha “Amazônia é Brasil”. A ideia era incutir na consciência brasileira a importância da região para a nacionalidade, desconsiderada pelos homens públicos do país, que submetem a região a um “martírio suave, lento, compassivo, como verdadeiro espiáculo”, criando uma “eutanásia político-administrativa”.

Um sinal de que os conflitos ganhariam outras dimensões foi dado em abril de 1976. No lote 7, uma gleba localizada no Baixo Araguaia, soldados da Polícia Militar armavam-se para tentar prender o lavrador Raimundo Ferreira Lima, conhecido por “Gringo”. Os policiais se deslocaram até Itaipavas. Não contavam com a resistência de “Gringo”, que não se deixou ser preso e se escondeu nas matas. Gringo escapou dessa vez, mas cinco anos depois tombaria, vitimado pela pistolagem em “outra guerra” no Araguaia.

A violência com que esses despejos eram feitos foi um dos estopins para o acirramento dos conflitos. Em 1976, um ano depois de oficialmente extirpada a Guerrilha do Araguaia, uma nova guerra, a dos Perdidos, sacudia a região do Araguaia.

Nela, camponeses, padres, Polícia Militar, pistoleiros e grileiros praticamente fizeram justiça à fama de terra sem lei que costuma acompanhar o estado.

Os motivos reais são quase desconhecidos, mas, em 1945, o então interventor federal no Pará, coronel Magalhães Barata, faz uma generosa doação de 50 milhões de hectares de terra no Araguaia para a Fundação Brasil Central, que tinha como membro, entre outros, o futuro presidente do Brasil Jânio Quadros. A terra, nunca demarcada e sem receber benfeitoria, foi aos poucos sendo ocupada por colonos, ansiosos por um pedaço

de chão para plantar e morar. Em 1961, o governador Moura Carvalho tornaria nula a doação, mas o estrago já estava feito. A origem da Guerra dos Perdidos, em 1976, está diretamente vinculada a essa confusão imobiliária.

A partir daí, entraram em acirrada luta. De um lado, aqueles que receberam as terras da Fundação Brasil Central; e, de outro, os adquirentes de terras vendidas pelo estado do Pará. No trabalho de levantamento nas terras, o Incra identificou cerca de 450 famílias de legítimos posseiros situadas em terras devolutas de União, aptas a terem suas posses reconhecidas pelo governo.

Parte das terras doadas por Magalhães Barata à Brasil Central foi vendida a um empresário japonês. A Fundação também não havia tomado iniciativa de fazer o devido registro no Cartório de Imóveis de Conceição do Araguaia. Um grupo de São Paulo adquiriu terras de um sócio do tal empresário japonês que havia comprado à fundação. E Moura começava a titular terras.

Não é difícil imaginar o rastilho de pólvora pronto a ser aceso. E ele foi. Isso havia sido explicitado ainda no início dos anos 1970. Antes de completar um ano de governo, Emílio Garrastazu Médici, em uma reunião extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em Manaus (AM), fez um discurso inflamado para uma plateia de empresários e políticos interessados em adquirir créditos subsidiados e grandes extensões de terras na Amazônia.

No discurso, Médici diz que considera imprescindível a colonização ao longo da rodovia Transamazônica porque, segundo ele, “seria um esforço necessário para superar duas grandes dificuldades: trazer camponeses empobrecidos e trabalhadores rurais sem-terra e assolados pela seca no Nordeste para a Amazônia e, com isso, ocupar o que se entendia como espaços vazios”.

Em seguida, solta a emblemática frase: a medida seria a solução dos problemas “do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia”. Mais uma vez, o destino amazônico era selado em gabinetes refrigerados.

Em 1976, os posseiros receberam a notícia de que a terra onde moravam seria demarcada com a anuência do Incra. O capataz Luiz Hernandez,

um dos 35 sucessores da antiga doação Fundação Brasil Central, mais conhecido por Careca, começou a espalhar pela região que, através de suborno, havia conseguido legalizar as terras e iria expulsar todos os posseiros. A polícia viria junto aos topógrafos para garantir a retirada dos colonos. Em uma reunião de emergência, os trabalhadores rurais decidiram enviar a Belém o lavrador Joel Rodrigues de Souza. A ideia era manter contato com as autoridades e buscar solução ao problema. Nada foi resolvido. Os posseiros sentiam que mais uma vez a terra lhes faltaria.

Em São Geraldo, três agentes pastorais vindos do Rio de Janeiro para dar apoio às comunidades foram presos pelo Exército, desconfiado de que fossem guerrilheiros. Recém-chegado do Rio Grande do Sul, o padre Florentino Maboni foi enviado às pressas ao local dos conflitos. Nas mãos, um documento que naqueles tempos valeria pouco: uma carta do bispo de Conceição do Araguaia, Dom Estevão Cardoso de Avelar. Em mensagem direta aos colonos, Dom Estevão encerrava a missiva afirmando: “Devo dizer-lhes que estou tomando todas as providências para que a justiça se faça e vocês permaneçam em suas terras para a paz da nossa querida pátria, já tão abalada pelos abusos do poder econômico”.

Os topógrafos iniciavam os trabalhos. Em Belém, Incra e Iterpa empurravam responsabilidades. Os colonos procuraram o Exército, que também foi de pouca valia. De volta à área, os colonos pediram aos topógrafos para ver a autorização do Incra. Não havia. O serviço fora encomendado pelos que representavam a Fundação Brasil Central. A guerra era iminente.

Numa quarta-feira, 26 de outubro de 1976, o tenente Walmary, comandando 18 soldados, partiu para dar cobertura ao serviço de demarcação do projeto da Fundação Brasil Central, na localidade de Itaipavas. Mesmo fortemente armados, foram avisados pelos trabalhadores rurais que o serviço não deveria prosseguir. Acompanhado do guia, o seminarista Hilário Lopes, padre Marboni esforçava-se para chegar a tempo de evitar o confronto. Chegou tarde demais.

Na manhã do dia 28, a polícia entrou nas terras ocupadas. Os posseiros, como avisado, armaram-se e prepararam uma emboscada aos PMs. O ataque foi inesperado e fez com que o tenente Walmary ordenasse que os soldados se jogassem no chão e se dispersassem na mata para uma ofen-

siva. O revide ocasionou um tiroteio cerrado. Entrincheirados, os posseiros estavam prontos para qualquer iniciativa. Levavam vantagem, já que os soldados não conheciam bem a região. No tiroteio, morreu o soldado Élzio Araújo dos Santos, 22 anos, e saíram feridos os soldados Claudomiro Rodrigues da Fonseca, Ruy Silva e João Luis, que retornaram imediatamente para a cidade de Marabá e foram internados no hospital do SESP. Claudomiro morreu depois.

Outro ferido foi o soldado Maximiano dos Santos Batista, capixaba, 22 anos. Estava com Elzio quando ocorreu o ataque. Conduziu nos ombros o companheiro de farda por cerca de dois quilômetros. De dentro da mata, apareceu um posseiro fazendo disparos de cartucheira. Élzio levou uma carga de chumbo no rosto.

Enquanto as balas zuniam nas matas araguaias, o lavrador Joel Rodrigues chegava a Brasília pedindo providências. Enquanto zanzava de gabinete a gabinete sem ser ouvido, lavradores entrincheiravam-se na floresta.

A notícia da emboscada soou como uma bomba, sucedida por uma onda de temor da reação policial. Enquanto os homens se embrenhavam na mata, as mulheres carregavam crianças e fugiam das casas, sem saber para onde ir. Seu Dodó, um velho dono de quitanda que era contra a emboscada, também fugiu para a mata. “Eu sabia que, quando a polícia voltasse, a revolução ia ser grande. Eles iam bater em todo mundo, e eu já estou velho, não aguento mais pancada”, relatou ele a um jornal da época..

Foi esse o clima encontrado pelo padre Maboni ao chegar a Perdidos. Todos sabiam que a vingança da Polícia Militar seria pesada, principalmente porque, em Belém, o clima de comoção era ampliado pelo uso político feito pelo governador Aloísio Chaves, coronel da velha guarda. Com um discurso que inflamava ainda mais os ânimos, acusando a presença comunista entre os lavradores, Chaves fez questão de carregar o caixão.

O comandante geral da Polícia Militar Carlos Alberto Moreira levantaria a voz em Belém para dizer que a ação dos posseiros guardava todas as características guerrilheiras. Moreira justificaria a frase no que chamou de Emboscada do Araguaia. A prova seria o fato de tudo ter sido feito dentro de um cronograma pré-estabelecido. “Os posseiros foram dirigidos de fora

pra dentro e atuaram numa típica emboscada de guerrilha”, diria o comandante.

Sobrava também para a igreja. Carlos Peixoto, 1º promotor da capital (Belém) que esteve à frente da acusação no Caso Perdidos, afirmava com todas as letras que os religiosos tinham estreita ligação com o crime cometido contra os policiais. Peixoto diria que a Igreja estava minada de ideário comunista, infiltrada por elementos que tinham como objetivo maior implantar a ideologia de esquerda no país.

O promotor acusaria, ainda, que religiosos não estariam fazendo ação pastoral. “Igreja não manda matar”, resumiria. Os religiosos estavam “incitando os camponeses ao crime”. Essa era a visão de Carlos Peixoto.

O governo entendia ser preciso ganhar corações e mentes, embora isso fosse uma tarefa hercúlea naquele momento. No dia 28 de novembro de 1976, promoveu mais uma Ação Cívico-Social-Militar (Aciso) no interior do Pará. A decisão de realizar a operação fora tomada depois de duas reuniões reservadas entre o ministro do Exército, o chefe da Casa Militar e quatro ministros da área civil, informava o jornal “A Província do Pará”, chamando a ação de Operação Relâmpago.

Três dias depois do primeiro confronto, aproximadamente 50 soldados da PM invadiram Perdidos. Batiam em quem aparecesse pela frente. Barracos foram queimados. Mais de 100 pessoas foram detidas, entre elas, padre Maboni e o seminarista Hilário.

Uns 20 camponeses tentaram resistir à entrada dos soldados em Santa Luzia dos Perdidos. Foram presos e ficaram dois dias sem comer. A PM saqueou e queimou casas, matou animais, como bois e galinhas, e bateu sem dó. Os posseiros foram caçados e trazidos ao povoado. Mais de 100 pessoas acabaram detidas. Ficaram amarradas sob o sol durante todo o dia, pois não havia onde prendê-las. Mas os policiais não permitiam que recebessem água.

Enfurecidos com a morte de dois companheiros, os soldados da PM não se limitaram a bater e prender. Queimaram as casas dos posseiros Daniel e Otacílio, tidos como cabeças da emboscada. Prenderam Edna Rodrigues de Souza, professora do Mobral – que ficaria conhecida como Dina ou Edna dos Perdidos –, e seu marido João de Deus. Na casa deles, rasgaram

livros, cadernos e roupas. Aparecida, a filha de cinco anos do casal, assistiu à violência e chorava de não calar mais. Edna seria submetida a sessões de tortura e teria o corpo violado por PMs encapuzados. Mais de 40 anos depois, Edna diria ser difícil acreditar que aqueles eram soldados de verdade, “estuprando homens e mulheres”.

Edna – ou Dina, como a guerrilheira famosa do Araguaia – é uma heroína perdida à margem da estrada que viu tantos conflitos. Em cadernos, escreve as próprias memórias, um tanto desconstruídas. Fala de forma pausada. Virou tema de um documentário produzido por Érik Rocha, filho de Glauber.

Perdidos e Boa Vista foram isoladas. Ninguém entrava ou saía. Quem era encontrado nas estradas ou nos rios, era sumariamente preso. Maboni clamava a Deus pelo fim dos confrontos, mas foi o oposto dele quem conseguiu a rendição dos trabalhadores. Um policial conhecido por “Satanás” trocou o uniforme de PM pelo do Exército e negociou junto aos colonos o fim dos confrontos armados. Em Perdidos, Deusdeth Dantas, o Deti, veria as duas filhas, de 12 e 13 anos, serem violentadas por PMs. A mulher, espancada. Deti e dois filhos foram amarrados dentro de casa.

Acusado de portar balas e facas, padre Maboni foi levado a São Geraldo. Encontrou cerca de 60 posseiros já presos anteriormente. Todos estavam incomunicáveis. Maboni e Hilário foram torturados no período de prisão. A tortura se deu em Xambioá, que já tinha presenciado torturas a guerrilheiros do Araguaia. O interrogatório e a tortura duraram das 7 da manhã às 17h30.

Anos depois, o seminarista relataria a sessão ao padre Ricardo Rezende. “...ainda era espancado com chutes, ‘telefones’ (quando se bate com as palmas das mãos abertas nos ouvidos da vítima), faziam-me deitar no chão com as mãos postas e diziam ‘reza para nós vermos.’ Também encostavam o revólver em minha cabeça e com o dedo no gatilho iam contando até cinco. Quando chegavam ao cinco, diziam: “Agora tu respondes à pergunta ou eu disparo esta bala na tua cabeça”.

Hilário lembrou, ainda, de ter sido obrigado a ficar agachado em direção a uma faca com a ponta para cima. Não podia se levantar e, se sen-

tasse, seria ferido com a faca. Depois, passaria por uma sessão de choques. Encapuzado, não via o que estava ocorrendo ao redor, mas ouvia lavradores passando por situação semelhante. Os colonos eram postos em fila e recebiam coronhadas de fuzil na cabeça. Já Maboni era transferido junto a alguns dos lavradores para o presídio São José, em Belém, acusado de ser cúmplice do assassinato dos soldados.

Os abusos cometidos contra o padre Maboni azedaram de vez as relações entre a Igreja e o Estado. No dia 26 de novembro, depois de sucessivas denúncias da CNBB, Maboni foi solto e mandado para o Rio Grande do Sul. Depois de dois meses presos, os posseiros retornaram a Perdidos.

E mesmo com a 8ª Circunscrição da Justiça Militar dando o parecer que o caso não fora um atentado à Segurança Nacional, num processo de oito volumes e duas mil folhas, até 1984 nenhuma solução efetiva para o problema da terra foi apresentado. Situações como a de Perdidos, no entanto, seriam fundamentais para o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

No dia 25 de julho de 1978, Dia do Lavrador, o fazendeiro Neif Murad recebeu de um juiz a ordem de despejo para retirar colonos de um lote próximo a Itaipavas. Novamente, a Polícia Militar acompanhou com celeridade os oficiais de justiça. Mas o despejo não é feito no Lote 73, como especifica a ordem judicial, e sim em Cigana e Caçador, lugarejos distantes cerca de 30 km dos lotes. O despejo é feito de forma violenta.

Juntam-se polícia e homens contratados por Murad. Invadem poses, arrancam moradores das casas, comandam espancamentos. Barracos são queimados e os colonos, levados a São Geraldo. Nem todos. Um lavrador resiste. Vicente Matão de Aquino, o “Pé-no-Toco”, foge mata adentro. É perseguido por dois pistoleiros. Vira caça na floresta onde costuma ser caçador. Por dois dias, os pistoleiros fazem trincheira, rastreiam os passos do colono. Disparam. Julgam que o lavrador está morto. Neif Murad organiza um churrasco comemorando ter se livrado de um entrave.

Durante três dias, “Pé-no-Toco” se esconde na mata. Dorme ao relento. Come o que pode arrancar da floresta. Retorna à posse destruída. É recebido como herói. A comunidade decide resistir. Dessa vez, com reforço judicial.

Com pouco tempo de existência, a Comissão Pastoral da Terra percebe que precisa lidar com algumas armas dos adversários e contrata advogados. O primeiro se mostra muito atarefado com outras demandas. O segundo se joga de corpo e alma na missão. O nome dele: Paulo Fonteles.

No dia 2 de setembro de 1978, Paulo Fonteles consegue a reintegração de posse aos colonos. É a primeira vitória judicial protagonizada pela CPT. Neif Murad entra com outra ação, em uma área ao lado do Caçador. Consegue autorização judicial e o despejo é feito mais uma vez com violência. Fonteles rebate judicialmente e vence novamente. Só que dessa vez a ameaça é explícita. O próprio advogado de Murad diz que há homens armados prontos para impedir a reintegração. “Nem tentem entrar”, avisa. Murad vai além. “Vou transformar lavrador em bagaço”, afirma dias depois. A reintegração é adiada.

Só viria a ocorrer cinco meses depois, em fevereiro de 1979. Já que a Polícia Militar justificava a ausência alegando não ter contingente suficiente para desafiar os jagunços de Murad, trinta colonos de outras posses, armados de espingardas de caça, dão apoio ao oficial de justiça. É uma reintegração tensa, com mais de duas horas de negociação junto ao capataz de Neif Murad, conhecido como Xavier.

Quatro dias depois da reintegração, Xavier e quatro pistoleiros bloqueiam a estrada de acesso ao Caçador. ‘Pé-no-Toco’ chama companheiros e cria um atalho pela mata. Xavier passa a ameaçar realizar despejos por conta própria. Os posseiros estão armados e contam com apoio de outros colonos. Permanecem firmes.

O capataz se sente encorajado a expulsar os colonos. O confronto se torna aberto no dia 26 de março. O tiroteio cerrado fere um vaqueiro e Xavier percebe que o fim da contenda não será como de costume. Foge, abandonando mulher e filhos. Nunca mais é visto na região.

A guerra continua. Em abril, três homens ligados a Murad são postos para correr em novo tiroteio. Os pistoleiros do fazendeiro, pouco acostumados a enfrentar resistência, abandonam o chefe à própria sorte. Outro fazendeiro, Luís Resende, tenta o mesmo procedimento. Os posseiros de Caçador resistem.

Caçador foi efetivamente a primeira vitória conquistada por trabalhadores rurais na luta pela posse da terra. Venceram na Justiça, mas isso não foi suficiente. Tiveram de enfrentar a tiros as ameaças de pistoleiros. Também venceram naquele primeiro momento. Organizados, fortaleceram as ocupações. Quatro grandes áreas ociosas seriam ocupadas nos próximos meses. Sumaúma, São Pedro, São José e Açaizal abrigariam 250 famílias.

De 1972 a 1979, a guerra pela posse da terra deixara 60 mortos como saldo. E, se o dia 26 de março de 1979 podia ser comemorado como o dia da vitória, com a fuga de pistoleiros diante de trabalhadores rurais, os anos seguintes acirrariam ainda mais a disputa. Outras guerras viriam. A de Cajueiro, já nos anos 80, seria simbólica. Padres e trabalhadores rurais seriam presos. Os órgãos de informação das Forças Armadas passam a monitorar os conflitos de perto e, livre da guerrilha, Sebastião Curió afia as garras e sobrevoa o Araguaia, buscando ampliar ainda mais o próprio poder. Mais sangue mancharia o sul do Pará.

Nos conflitos em Caçador, padre Maboni foi preso e torturado. O incidente mostrava que as relações entre a Igreja e o Estado haviam chegado a um ponto de ruptura quase total. Do apoio inicial ao golpe militar, por parte da ala mais conservadora do clero a uma posição explícita de confronto, o cenário era de mudança. O sul do Pará abrigava os mais empenhados em caminhar ao lado dos colonos. A “opção pelos pobres” era o pensamento dos mais idealistas.

Foi esse o cenário encontrado por dois padres franceses que haviam tido uma passagem tumultuada pelo Laos. Pertencentes às missões estrangeiras de Paris, Aristides Camio, 36 anos, e Clemente Montagne, 45 anos, sabiam das dificuldades a serem superadas, inclusive entre os próprios pares, já que foram recebidos com certa desconfiança pelos colegas.

No início de 1978, mais dois padres chegam também do Laos. Francisco Goriou e Miguel de Moal. O primeiro se une a Clemente e vai para Xinguara. A outra dupla se concentra em São Geraldo.

Mesmo com o Exército espalhando a informação de que padre estrangeiro não era padre, os quatro embrenharam-se pelo interior dos mu-

nicípios. Foram a Itaipavas, onde 42 famílias haviam sido despejadas. Foram à antiga Caianos, onde o povo, ainda ressabiado da “guerra” de poucos anos antes, assistia à missa do lado de fora da igreja. A fama de padres “terroristas” impunha receios, principalmente porque os braços, olhos e ouvidos do governo estavam por toda a parte, com a presença de moradores assalariados da delação.

Os constantes conflitos levaram os trabalhadores a olhar com mais cuidado para o sindicato que os representava, até então mantido a rédea curta pelas Forças Armadas, com um interventor ligado ao governo. A partir de 1979, a ideia de passar a controlar o próprio sindicato ganhou força entre os colonos.

Em janeiro de 1980, é formado oficialmente um grupo de oposição para disputar a eleição no sindicato, marcada para junho. Mas, entre a formação da chapa e a eleição, a guerra não seria esquecida, com forte resistência colona. No fim de 1979, um pistoleiro havia morrido em confronto com lavradores na região conhecida como “Pau d’Arco”. Outro pistoleiro morreu em uma área chamada Tupã Ciretã. Na São Francisco, mais pistoleiros saíram feridos ao enfrentar um grupo de camponeses. Em Flor da Mata, mais três feridos. Na gleba Canadá, outros quatro.

Foi um momento em que os colonos decidiram responder com bala as violências sofridas. As respostas vinham com violência redobrada. Abusos sexuais e violência contra crianças tornaram-se comuns. No dia 30 de dezembro de 1979, em Bela Vista, antiga Caianos, seis lavradores são tocaiados. O governo federal reagiu. O delegado do DOPS Franklin Marques chegou ao Araguaia acompanhado de 40 soldados da PM para investigar os ocorridos.

O Araguaia não era um lugar seguro para se estar. Em 1980, entre maio e novembro, a Comissão Pastoral da Terra contabilizava 33 mortos por questões de terra. Desde Caianos, a guerra pela terra já registrava mortes às centenas. A CPT procurava soluções junto ao governador Alacid Nunes. Não encontrava eco. Em Brasília, falava-se em nova guerrilha.

Em outubro de 1979, o major Curió se reúne com representantes do Incra, do Serviço Nacional de Informação (SNI) e com membros da Política Militar, em Sobra da Terra, no Baixo Araguaia. A ordem era pacificar a terra para não atrapalhar os planos do “Projeto Carajás”, que en-

volvía de mineração a exploração de monoculturas na região. O investimento estrangeiro precisava de um mínimo de condições para se instalar sem problemas na região.

Um ano depois, é criado o Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (Getat) para tentar solucionar a questão da legalização das terras, mas subordinado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional (CNI), na prática passa a ser mais um braço forte contra os posseiros. Foi o que ocorreu quando explodiu a “Guerra do Cajueiro”.

Na região conhecida por Castanhal, próximo a Cajueiro, o Inca iniciou uma demarcação em 1979. Famílias antigas seriam expulsas dos castanhais. Isso porque, em Cajueiro, um homem conhecido por Olímpio vendera terras ao deputado goiano Juracy Teixeira. Quase no mesmo local, outro “fazendeiro”, chamado José de Almeida, começou a comprar posses. Pistoleiros foram contratados para vigiar as terras.

Mais de 90 posseiros correram até a casa paroquial de São Geraldo. Buscavam apoio para impedir a demarcação. O Getat só considerava 40 como posseiros antigos. Os outros seriam invasores, no entendimento do órgão federal. Os posseiros iniciam a resistência. A partir de 1981, a Polícia Federal começa a repressão aos colonos. Em julho, seis posseiros são presos.

O dia 8 de agosto caiu num sábado. Era o dia em que os padres Francisco Goriou e Aristides Camio reservaram para uma missa em favor dos posseiros ao lado das glebas em litígio. A quilômetros dali, a Polícia Federal planejava mais uma retirada – e prisão – de colonos. A coordenação do Getat pediu aos padres que a missa fosse cancelada. Não foi atendida. A Polícia Federal adiou a ação para o dia 10.

Durante a missa, os mais de 60 posseiros foram informados de que a Polícia Federal estava se deslocando para a área. Dois colonos, João Matias e Simplício, eram alvos preferenciais, por serem vistos como líderes. No dia 11 de agosto, 50 lavradores se reuniram na posse de João Matias. Decidiram resistir.

A caminho das glebas, duas viaturas do Getat, trazendo, entre outros, dois funcionários do órgão, três agentes da Polícia Federal e um gerente da fazenda do deputado Juracy Teixeira. No dia 13 de agosto, os dois grupos se encontraram. De um lado, 20 lavradores; do outro, as duas viaturas do Getat. Saldo: um morto e vários feridos. O morto era o pistoleiro Luiz An-

tonio dos Santos. Feridos, os agentes da Polícia Federal, dois funcionários do Getat e o gerente do deputado.

Para o governo, era o ressurgimento da guerrilha. Na emboscada, haviam sido feridos o delegado Alan Kardec, os policiais federais Osias Mendonça, Lumar de Oliveira e Aquiles Pinto Filho, além de Benício Duarte, funcionário do Getat. O pistoleiro Luiz Antonio dos Santos foi o único a morrer. O dia era 18 de agosto de 1981 e Camio estava em Condição do Araguaia.

Havia motivos para preocupação. Menos de dois dias antes do embaite, Camio e Goriou haviam celebrado missa nos lotes ocupados. No mesmo instante em que o corpo e o sangue de Cristo eram ofertados aos colonos, a repressão oficial parecia querer o mesmo dos posseiros. Liderados pelo posseiro João Matias, 50 colonos decidiram resistir. Treze deles participariam da emboscada aos enviados do Getat e ainda estavam foragidos na mata. Um bilhete tosco e escrito por um João Matias de pouca familiaridade com as letras havia chegado às mãos dos padres, já anunciando o confronto e alertando que os religiosos também estariam marcados.

“Foi a missa dos padres que o governo transformou o que seria mais um conflito de terras num rumoroso caso de crime contra a Segurança Nacional. Um crime comum se transformou em guerra revolucionária e como tal foi julgado pela Justiça Militar”, relatou o advogado Egidio Salles Filho, que viria a defender os padres num dos mais famosos julgamentos ocorridos no Pará.

Francisco Goriou, o padre Chico, percebeu que as coisas saíam totalmente do controle quando viu o corpo do pistoleiro Luiz Antonio chegar à cidade junto com os feridos. No dia seguinte, começaram a chegar a São Geraldo reforços da Polícia Federal e um helicóptero do Exército. De pronto, onze lavradores foram presos. Antigos guias da Guerrilha do Araguaia foram chamados para entrar novamente em ação. A vila passou a ser controlada. Ninguém entrava ou saía sem permissão.

Para os moradores, seriam dias de terror. Maria Noêmia da Silva, mulher do posseiro Raimundo Resplandes Coelho, viu a irmã Iracema e o cunhado Alfredo nas mãos dos policiais. O relato feito ao padre Aristides era apenas um dos muitos que ocorreriam nos próximos dias.

No dia 15 de agosto, a Polícia Federal invadiu a casa de Iracema e Alfredo. “Senta pra morrer”, disseram a ela. Alfredo foi arrastado para fora, enquanto os policiais diziam que iriam “quebrar duas balas na cabeça dele”. Os oito filhos do casal rodearam a mãe. Um deles disse: “Não mate minha mãe, que nós somos de Deus”. “E nós somos do Diabo”, ouviu como resposta. Alfredo seria surrado até ficar com os dentes moles. Passou quatro dias preso.

A casa de João Matias é invadida e quase que totalmente destruída. No dia 18, os 13 lavradores se entregam à polícia. São mantidos presos e incomunicáveis na sede do Getat em São Geraldo. Começam os interrogatórios. O líder João Matias é mantido algemado por oito dias num jipe, isolado dos outros. Todos são enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

No dia 31, Aristides Camio e Francisco Goriou são presos. Na casa paroquial onde moram, são apreendidas máquinas de escrever, mimeógrafo, rádio, papéis, documentos e dinheiro. Também são mantidos incomunicáveis. Doze dias depois, padres e posseiros são levados para Belém em avião da FAB. Ficam mantidos no prédio da Polícia Federal. Ninguém consegue falar a sós com nenhum deles.

Defendendo os padres, os advogados Egídio Sales Filho, Eduardo Greenhalgh, Luiz Carlos Seixas e Heleno Fragoso apontam as irregularidades encontradas, como o cerceamento dos direitos de defesa, a proibição dos advogados de falar a sós com os presos, o não-acesso aos autos do inquérito e a incomunicabilidade dos presos.

Na Polícia Federal, o senador Teotônio Vilela, o deputado federal Jader Barbalho e a deputada pernambucana Cristina Tavares tentam contato com os presos. São barrados na porta da PF. Decidem, então, ir a São Geraldo conversar com os lavradores. São acompanhados por Paulo Fonteles e pelo padre Ricardo Rezende. São abordados por soldados do Exército.

A chegada das mulheres de sete posseiros presos revela os espancamentos sofridos pelos lavradores. E, no dia 9 de outubro, os dois padres são sigilosamente transferidos de Belém a Brasília. O inquérito destina-se a expulsá-los do país.

“Foi dona Vivi, mulher do presidente em exercício, Aureliano Chaves, quem impediu a expulsão dos padres”, relatou Egídio Sales Filho. Cató-

lica fervorosa, não admitia o tratamento dado a religiosos. Instou o marido a rever a expulsão. Aureliano acatou e criou uma crise com os militares.

Os advogados José Carlos Dias de Castro, Heleno Fragoso, Luiz Eduardo Greenhalgh e Egídio Sales Filho sustentaram que a denúncia contra o padre François Gouriou é de toda omissa e contra o padre Aristide, sem fundamento. Também arguíram a incompetência da Justiça Militar para julgar o caso, além de pedir a absolvição de ambos, na hipótese de o Tribunal entender que não houve crime contra a Segurança Nacional.

Apurados os votos dos ministros, o Superior Tribunal Militar, por maioria de votos, reduziu para dez e oito anos as penas de reclusão dos padres Aristides e Gouriou, anteriormente condenados a quinze anos e 12 anos, respectivamente. Os posseiros ficaram com a pena mínima prevista no artigo 31 da Lei de Segurança Nacional, fixada em oito anos de reclusão, com exceção de João Matias da Costa, que teve a condenação fixada em nove anos.

O julgamento durou 22 horas. Oito ministros apoiaram o voto do relator, condenando os padres e posseiros. O ministro Júlio Sá Bierremback votou pela transferência dos processos dos padres e posseiros para a Justiça Comum e os ministros José Fragomeni, Gualter Godinho e Jacy Guimarães Pinheiro absolveram o padre François Gouriou por insuficiência de provas. Gouriou receberia o título de cidadão paulistano em 1983.

Entre a prisão e a liberdade de todos os envolvidos, foram mais de dois anos. Uma foto feita por Miguel Chicaoka mostra o clima que envolveu o julgamento. Uma igreja totalmente cercada por soldados do Exército. A libertação dos presos foi no dia 17 de dezembro de 1983.

A questão é que, desde a Guerrilha do Araguaia, todos os passos na região do Araguaia eram monitorados. No início dos anos 1980, o temor era o surgimento de novos focos guerrilheiros. No dia 21 de outubro de 1981, o Ministério da Aeronáutica era informado sobre “atividades subversivas da esquerda clerical na região do Araguaia”. O documento originado do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa) dá um histórico dos conflitos.

No dia 8 de maio de 1980, o fazendeiro Fernando Leitão Diniz foi assassinado num tiroteio com posseiros na área. Os conflitos se seguiram e

chegaram ao auge com o assassinato de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, posseiro e agente de Pastoral da Diocese de Conceição do Araguaia. Segundo os relatórios de espionagem, Gringo era quem “insuflava” os posseiros da área, a mando dos padres Aristides Camio, François Jean Marie Gouriou, conhecido como ‘padre Chico’, e Nicola Arpone, contra os órgãos do Governo e o Getat.

O desencadeamento de operações de informações e a instauração de um inquérito com base na LSN comprovaram, segundo os militares, novo surto de agitação detectado na região do Araguaia, à época com menos de 120 mil habitantes.

Durante as operações de informações desenvolvidas, os agentes de informação informaram que os padres Camio e Gouriou tinham em seu poder levantamentos completos da área, como, por exemplo, cópia de todas as certidões das propriedades, croquis das posses e invasões e cópia de todos os processos impetrados na Justiça pelos posseiros da região do Araguaia.

Os padres tinham, ainda, um levantamento estratégico do município de Conceição do Araguaia, como prédios, energia elétrica, estabelecimentos hospitalares, de ensino, principais produtos exportados e importados, aeroportos e campos de pouso, entre outras informações que eram repassadas para a França através de cartas.

Os agentes do governo dividiam em três campos as ações e atividades subversivas desenvolvidas. No campo religioso, político e subversivo. As ações iam de distribuição de panfletos, estimulando os trabalhadores à luta de classes, confecção de cartilhas políticas, com táticas e métodos de atuação subversiva no meio rural, inclusive como agir e fazer uma emboscada. Eram ministradas aulas sobre socialismo, marxismo e proletariado.

Os recursos financeiros recebidos eram do Partido Comunista Francês, uma organização chamada Fraternité, e do Grupo MEP, os Missionários Estrangeiros de Paris. Ao examinar o livro-caixa do padre Goriou, os agentes descobriram que a soma recebida no período de 1977 a 1981 foi de aproximadamente um milhão de dólares.

No dia 11 de novembro de 81, outra apreciação do Cisa a respeito das atividades subversivas da esquerda clerical mostrava que, após os conflitos

em São Geraldo do Araguaia, que resultaram na prisão e abertura de inquérito com possibilidades de expulsão dos padres Goriou e Camio, o “clero progressista” tem procurado, através da CNBB, encobrir o fato.

Organizações como PT, Comitê de Defesa dos Direitos Humanos do Pará, Comitê Brasileiro de Anistia, Comissão de Justiça e Paz e PMDB manifestavam solidariedade aos religiosos. A discussão chegou ao Congresso Nacional, com o presidente do Senado, Jarbas Passarinho, defendendo a expulsão dos padres e, do lado contrário, o senador Teotônio Villela posicionando-se a favor dos religiosos.

A ação dos padres franceses foi monitorada desde o início pelos militares. No dia 20 de outubro de 1981, a informação de número 73, chegada ao Comar, tinha a transcrição de um relatório em francês feito pelos padres. O documento foi interceptado pela Operação de Informações na região do Araguaia. A tradutora juramentada Lila de Araújo Rhone foi responsável pela transcrição em português.

O relatório era uma espécie de ata de uma reunião do Grupo MEP feita entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1981 no Rio de Janeiro, com Jean Paul Bayzelon, superior geral da sociedade. O grupo estava completo, isto é, com os sete membros, incluindo François Gouriou. Cada membro tinha de expor e situar os problemas defrontados nas dioceses onde trabalhavam.

Aristide Camio, Jean Louis Purguy, Clemente Montagne e Gouriou, da Diocese de Conceição do Araguaia, informaram que a violência causada pelos conflitos de terra era resultado de um trabalho pastoral iniciado há quatro ou cinco anos, de conscientização, da liberação dos camponeses por eles mesmos e por suas próprias forças. Segundo os missionários, faltava uma visão política lúcida da ação do empreendimento, e muitos não viam ainda as implicações da fé com a política. “Não estão ainda conscientes de que, lutando pela terra, eles lutam contra o sistema a partir de sua fé”, diziam os missionários. O documento falava, ainda, da posição desse setor da Igreja em “pregar a violência”, argumentando que a violência já estava instalada no Brasil.

Para as Forças Armadas, o conflito do Cajueiro se configurou como uma nova guerrilha. É o que deixa clara a informação número 112, de origem do Cisa, em 26 de agosto de 1981. Recebido pelo IV Comando Geral

do Ar, da Aeronáutica, o documento diz que, após uma semana de operações, podiam ser considerados os seguintes resultados:

- A presença dos meios aéreos da FAB causou impacto de consequências imediatas;
- O pessoal que compôs o grupo de emboscada aos agentes federais e Getat entregou-se.

O inquérito policial a cargo da Polícia Federal indicava que a emboscada teve, em parte, “motivação” aproveitada por ação imprópria do órgão do Getat, que teria atendido a interesses imediatistas (retirada de posseiros) de políticos da região (deputados Juracy e Evandro, do Pará) que teriam acionado a PF para tal retirada.

Sobravam críticas ao Getat, de funcionamento lento e sem a dedicação que a complexidade da situação recomendava. O documento finalizava afirmando que o padre Aristides era fortemente indiciado como mentor da “guerrilha”.

Sebastião Moura, o major Curió, foi a presença mais constante em todos os episódios na região do Araguaia. Reuniu-se com os padres tentando cooptar apoio; com Incra e Getat buscando soluções alternativas para o problema da terra; acendia velas para todos os santos possíveis; pressionou de todas as formas para que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia não passasse às mãos dos trabalhadores. Quando os padres Aristides Camio e Francisco Goriou e os 13 posseiros foram presos, major Curió pressionou os lavradores a mudar versões.

“Instaurou-se o reino do terror, onde não faltou sequer o choque elétrico. Obrigaram os lavradores a esquecer o passado para articular uma versão inverossímil. Tivemos provas fartas, documentos vários que revelam os espancamentos e as coações que os lavradores tiveram na roça e na sede do Getat, principalmente por parte da Polícia Federal”, revelou padre Ricardo Rezende.

Curió foi visto pelo menos quatro vezes em Belém, entrando de madrugada no presídio São José, “visitando” os presos. A denúncia chegou a ser feita pelo diretor do presídio, coronel Bahia, inconformado com a quebra de hierarquia.

O temor era a guerrilha. Os conflitos pela posse da terra eram observados por esse clima. A própria eleição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 1980 é cercada por essa paranoia. A oposição é comandada por Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, agente pastoral que em 1976 havia escapado da morte na Guerra dos Perdidos.

No dia 29 de maio, Gringo retornava de São Paulo. Havia mantido contato com grupos de operários, buscando informações sobre a organização sindical. Por falta de ônibus no horário, dormiu em Araguaína, em Goiás. Às seis horas da manhã, estava de pé. Ia a um encontro em frente ao banco Bradesco, no centro da cidade. Tomou um táxi para isso. Foi a última vez que o viram vivo.

Gringo foi sequestrado por José Antônio, filho adotivo de Fernão Leitão Diniz, morto havia pouco tempo, em confronto com posseiros em São Geraldo. A vingança alcançava uma liderança rural. Gringo foi o escolhido. O agente pastoral foi encontrado meia hora depois na saída da cidade, com um dos braços quebrados e baleado com vários tiros. Ainda agonizava quando o acharam.

Foi o primeiro dos considerados grandes líderes dos trabalhadores rurais a ser morto. Não seria o último. Entre 1980 e 1984, foram 35 trabalhadores rurais assassinados.

O receio de uma revolta generalizada durante a prisão dos padres franceses fez com que o Exército percorresse vilas e povoados do Baixo Araguaia, recolhendo armas de caça dos colonos. Foram destruídas sob um trator e depois lançadas ao rio. Só depois de terem certeza de que os camponeses estavam desarmados é que Camio e Goriou foram presos.

Enquanto o Exército ostentava a força, Curió agia pelos bastidores. Tinha do Governo Federal carta branca para agir como lhe conviesse. O status privilegiado e a vaidade pessoal não permitiam que aceitasse ingerências. Os padres da região não se curvaram a ele. Sem poder atrair a Igreja para o seu próprio lado, Curió passou a persegui-la.

Durante os anos seguintes, enquanto Curió se tornava “dono” de grande parte da região, os fazendeiros e madeireiros não tolerariam mais as revoltas e resistências. Passaram a contratar milícias armadas e efetivaram a eliminação seletiva de lideranças rurais. Paulo Fonteles, João Canuto, De-

zinho, padre Josimo, João Batista, entre outros, foram assassinados nesse contexto. Ainda que não ostensiva, a “guerra” se mantinha no Araguaia e se estenderia a quase todo o Pará. Em 1996, os sem-terra de Eldorado dos Carajás sabiam disso. E o mal disfarçado apoio policial ao latifúndio se mostraria de forma completa.

2. O ARAGUAIA DEPOIS DA PRIMEIRA GUERRA

por Caio Eduardo Teixeira Vasconcellos e Rafaela Nunes Pannain



Já nos primeiros anos do golpe de 1964, o regime civil-militar brasileiro demonstrava um interesse estratégico na região do Bico do Papagaio. Embora registrasse um contingente importante de migrantes nos anos de construção da rodovia Belém-Brasília e, por óbvio, a presença de populações indígenas que habitavam aquele território, o Governo Federal elaborou planos para fomentar uma nova ocupação da região. Sob os lemas “Integrar para não entregar” e “Terra sem homens para homens sem terra”, o objetivo inicial parecia querer desencadear outra frente de expansão da fronteira agrícola do país; que, ao avançar pelas terras da floresta da Amazônia, garantisse a integridade do território nacional e pudesse, ainda, arrefecer as lutas e os conflitos pela terra, intensamente destravados no Nordeste brasileiro.

Para dar uma resposta a essa situação, o presidente Emílio Garrastazu Médici lançou o Programa de Integração Nacional (PIN) com a assinatura do decreto-lei nº 1.106, de 16 de julho de 1970, norteador dessa nova ocupação dos territórios da Amazônia a partir da construção de duas grandes rodovias – a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém (Matos, 1980: 100). Além de melhorar as condições de logística e escoamento para a produção de gêneros alimentícios e para a extração de minérios, esse programa continha um plano para fomentar a construção de polos de desenvolvimento regionais, e áreas destinadas a colônias e vilas agrícolas para assentamento de migrantes sem-terra. Os números ambicionados pela ditadura civil-militar eram grandiloquentes. Segundo Velho (1979), a proposta do Governo Federal reservava uma faixa de 100 quilômetros em cada lado das estradas a serem construídas – totalizando mais de 2 milhões de quilômetros quadrados – para assentar cerca de 100 mil famílias, em um prazo de 5 anos (idem, *ibidem*: 209).

Porém, malgrado a euforia com os resultados econômicos positivos do fim da década de 1960, as expectativas promovidas pelas propagandas oficiais e o início das obras da Transamazônica, esse modelo proposto de nova ocupação demonstrou inúmeras dificuldades de implantação, sendo logo paralisado em virtude da falta de recursos públicos decorrentes da crise do petróleo de 1973 (Matos, 1980: 100). Principal eixo de desenvolvimento do PIN, a própria construção da Transamazônica não passara da fase de terraplanagem naquele momento e, ademais, pouquíssimos projetos de colonização conseguiram manter padrões mínimos de subsistência (Campos Filho, 2014: 133). Muito embora tenham atraído levas de migrantes com suas promessas, os lemas associados a essa nova ocupação da região pareciam deixados em segundo plano pelo Governo Federal.

Todavia, os combates para eliminar a Guerrilha do Araguaia deram um novo impulso e desencadearam inflexões importantes nos planos do regime civil-militar para a região. Pelo decreto-lei nº 1.131 de outubro de 1970, os municípios de Marabá, Altamira e Itaituba foram tornados áreas de segurança nacional e a cidade de Xambioá recebeu uma base do exército para dar suporte às campanhas contra o levante armado.

Durante as incursões de armas em punho e, posteriormente, nas operações para ocultação de cadáveres e eliminação de outros vestígios dos

conflitos, agentes das forças de repressão do Estado brasileiro compuseram toda uma rede de instituições e de informantes para mapeamento da área, localização dos guerrilheiros e monitoramento da população local. Responsável por destruições de roçados, invasões de propriedades e de domicílios, prisões ilegais, práticas de tortura e assassinatos, esse aparato repressivo e de vigilância estendeu sua atuação ao longo das décadas do regime civil-militar brasileiro. Articulado a oligarquias políticas e de setores da elite local, representantes do Poder Judiciário, membros de instituições públicas, de forças policiais, grileiros e pistoleiros, esse consórcio entre civis e militares perpetrou graves violências e inúmeras arbitrariedades contra camponeses, castanheiros, indígenas, padres, freiras, sindicalistas e outras lideranças populares da região.

Após a eliminação da guerrilha, o Governo Federal também alterou seu planejamento econômico para a região. Em 1975, foi lançado o II PND, que, entre outros aspectos, substituía o modelo de colonização anterior por um novo direcionamento, baseado em vultosos investimentos públicos para atrair para a região grandes empresas nacionais e multinacionais (Campos Filho, 2014: 143). Aplicando uma doutrina de esvaziamento de espaços ocupados e tornando “o chão que antes era do homem em chão da vaca e do capital” (Martins, 1978: 9), o regime civil-militar acentua o seu divórcio com interesses e expectativas das classes subalternas, e agravava a precária condição socioeconômica desses segmentos populares (Ianni, 1981: 13). Beneficiados por grandes incentivos fiscais e outras vantagens, bancos, companhias de seguro, mineradoras, empresas de transporte, construção e outros setores concentraram seus investimentos na destruição da floresta tropical para introduzir, sobretudo, grandes projetos de criação de gado (Kohlhepp, 2002: 40). Se em um primeiro momento o regime civil-militar viu na nova ocupação da Amazônia uma oportunidade de minorar conflitos de terra pelo país, as ações e políticas posteriores acabaram atuando para agravar uma situação que já era crítica.

Assim, praticamente dois anos após a execução de Walkíria Afonso Costa, episódio que marca o fim da guerrilha, habitantes do povoado de Perdidos, próximo de onde se localizava o Destacamento C do levante armado, reviveram as experiências de terror que haviam conhecido ante-

riormente. No dia 27 de outubro de 1976, posseiros que habitavam a região se organizaram para resistir à presença de funcionários do Incra, que visitavam a área para um processo de demarcação das terras a pedido da Indústria Madeireira Paraense e Agropecuária Ltda (Impar), pertencente ao grupo Óleo Pacaembu, que possuíam títulos cedidos pela Fundação Brasil Central (FBC) de onze glebas de 4.356 hectares cada (Pereira, 2014: 10).

O processo era bastante controverso. Criada sob a ditadura do Estado Novo, a FBC perdeu seus títulos de propriedade sobre vastas extensões de terras com a Lei estadual nº 3.196, de janeiro de 1961, legando um grande ativo litigioso que será o pano de fundo de inúmeros conflitos de terras. A prática de grilagem de terra, que já era recorrente na região, foi agudizada com a chegada desses grandes capitalistas; a pistolagem, que garantia o poder do fazendeiro local, passou a encontrar apoio de militares e forças policiais. Outras instituições públicas e agentes do Estado se tornaram cúmplices ou, ao menos, manifestavam extrema conivência com essas práticas. A esse respeito, em relatório confidencial (Informe nº 1393, ASS. SPEL/30/AC/81. Confidencial, fl.05), o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o major Curió, reconhece o alto grau de corrupção no Instituto de Terras do Pará (Iterpa), no Incra e no Grupo Executivo de Terras do Araguaia (Getat), órgãos diretamente ligados a esse e outros litígios na região (Campos Filho, 2014: 187).

Sob comando do tenente Walmery, um contingente de 18 soldados foi deslocado para garantir a nova demarcação daquelas terras no povoado Perdidos. Surpreendidos pela trincheira preparada pelos camponeses para resguardar seus direitos de posse, houve tiroteios entre os militares e os camponeses, ocasionando a morte de dois soldados e o ferimento a bala de outros dois. No dia 30 de outubro, cerca de 50 policiais militares retornaram à região e, conforme relatos de suas vítimas, queimaram diversas casas, destruíram roçados, prenderam e torturaram mais de 100 pessoas (Figueira, 1986: 37). Entre os alvos dessas violências e arbitrariedades, 30 posseiros foram transferidos para Belém e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Acusados de associação com os camponeses, o padre Florentino Maboni e o seminarista Hilário Lopes da Costa também foram detidos e barbaramente torturados; Dom Estevão de Avelar, bispo de Conceição de

Araguaia, e Dom Alano Maria Pena, bispo de Marabá, foram submetidos a inúmeros interrogatórios e, tal como os posseiros, foram processados de acordo com a Lei de Segurança Nacional (Pereira, 2014: 11).

A proximidade física e temporal entre os eventos em Perdidos e a Guerrilha do Araguaia alarmou a cúpula do regime civil-militar e, em decorrência, fortaleceu o prestígio e os poderes do interventor nomeado para a área, o oficial do exército Sebastião Rodrigues de Moura, o célebre major Curió, militar de destaque nas operações contra a guerrilha. Mediando as relações entre o alto comando do regime civil-militar e a elite local, Curió era o verdadeiro comandante de uma vasta rede para vigilância e repressão que permanecia articulada e atuante, agora fortemente mobilizada contra camponeses, indígenas e outros habitantes da região do Araguaia.

Os relatos de algumas de suas vítimas e a literatura acadêmica registram ainda outros eventos importantes nos quais cidadãos brasileiros tiveram seus direitos humanos mais básicos criminalmente desrespeitados por agentes do Estado e órgãos públicos naquela região. Em 1978, houve mais um conflito em torno dos direitos de posse sobre terras entre, de um lado, o fazendeiro Neif Murrad e o grupo Bamerindus Agropastoril S/A e, de outro, posseiros que habitavam aquela área há mais de uma década (Campos Filho, 2014: 214).

O advogado Paulo Fonteles, representante legal contratado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) da região, conseguiu vencer o pleito na justiça, e a reintegração de posse em favor dos camponeses só foi garantida em fevereiro de 1979 (Figueira, 1986: 57). O mesmo Walmari do episódio de Perdidos e que era o comandante da PM de Conceição do Araguaia anunciou que não possuía contingente disponível para enfrentar os pistoleiros de Neif Murad (*idem*; *ibidem*: 55), que seguiu ainda por meses se negando a sair da área e ameaçando com pistoleiros os camponeses que, por direito, teriam a posse daquelas terras (Campos Filho, 2014: 214).

A inesperada vitória judicial estimulou os posseiros a se organizarem politicamente, culminando na formação de uma chapa para disputar a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, em 1980. Além do advogado Paulo Fonteles, esse movimento dos camponeses contou com o apoio da CPT e de religiosos, como os padres Fran-

cisco Gouriou, Aristides Camio, Nicola Arpone, entre outros. Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, liderança local que seria o candidato a presidente na chapa oposicionista, buscou apoios e aliados também em outras regiões e estados, conseguindo repercussão nacional ao destacar a importância do pleito, as péssimas condições de vida dos camponeses e posseiros da região e, ao denunciar as ameaças que sofria – além de órgãos de imprensa ligados ao PCdoB e a outros partidos e movimentos de esquerda, a Revista Veja publicou a reportagem “Araguaia: guerra à vista”, em 11 de junho de 1980.

Doze dias antes de ser assassinado com um tiro na nuca e outro no peito na cidade de Araguaína, em 29 de maio de 1980, o SNI elaborou um informe intitulado Conflitos de terras na região do Araguaia (Documento do SNI, 012344 de 20/06/1980, elaborado pelo Cisa-RJ; informe nº 0283), no qual se afirmava que havia um conflito iminente na região, e chamava atenção para o papel desempenhado por “elementos notoriamente comunistas” e pelo “clero progressista” no trabalho de “politização” e “conscientização” dos camponeses da região (Campos Filho, 2014: 221). Cometido a um mês das eleições para o sindicato, o crime que vitimou Gringo jamais foi esclarecido pela Justiça, apesar de José Antônio, filho adotivo do fazendeiro Fernão Leitão Diniz, que morrera dias antes em um embate contra outros posseiros, ter confessado o assassinato (Figueira, 1986: 63).

Cerca de dois anos depois o assassinato de Gringo, houve mais um enfrentamento armado entre camponeses e agentes de repressão do estado na região, agora em virtude de disputas pelas terras da Fazenda Cajueiros, também próxima de onde se instalara o Destacamento C da guerrilha. Extrapolando suas funções e suas competências legais, o Getat se manifestou a favor das reivindicações de três latifundiários sobre a área – entre eles, o então deputado Juraci Teixeira, do PDS de Goiás –, e classificou como invasores uma parcela significativa dos posseiros que cultivavam aquelas terras há anos (Figueira, 1986: 75). Em 18 de agosto de 1981, uma missa celebrada pelo padre Aristides na casa de um desses camponeses desencadeou os conflitos. Dias após a realização da missa, um grupo de posseiros trocou tiros com dois funcionários da Getat, três policiais federais e um pistoleiro associado ao deputado Juraci, que rondavam as áreas da fazenda

– nesse confronto, o pistoleiro Luiz Antônio dos Santos morreu, dois policiais foram feridos e alguns dos sublevados fugiram para dentro da mata, permanecendo cercados e sob ameaça de pistoleiros e policiais federais por mais de um mês (Campos Filho, 2014: 234).

Alarmado por mais um enfrentamento, major Curió destacou para a região um contingente de agentes do SNI e do CIE, coordenado por um homem que se apresentava como Dr. Severiano, levando os policiais federais e os pistoleiros que perseguiram os camponeses na mata a retornar para suas bases e manter guarda nas instalações do Getat, em São Geraldo do Araguaia (Figueira, 1986: 234). Além das ameaças, das intimidações e das perseguições, órgãos de inteligência do exército passaram a monitorar o cotidiano de pessoas como Maria Oneide da Costa Lima, viúva do Gringo; os padres Aristides Camio, Francisco Gouriou, Josimo Tavares, Nicola Arpone, Ricardo Rezende e o frei Henry Burin des Roziers; o advogado Paulo Fonteles; e outros camponeses e lideranças populares que se destacavam por suas atividades políticas como Carlos Cabral, Expedito Ribeiro de Souza, João Canuto de Oliveira e Orlando Canuto (Campos Filho, 2014: 228).

Denunciado anonimamente por levar armas para posseiros em um povoado próximo ao município de Wanderlândia, o missionário Nicola Arpone foi sequestrado por homens do major Curió (Nossa, 2012: 231). Em agosto de 1981, Maria Oneide da Costa Lima e os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou foram presos e confinados em situação de incommunicabilidade nas dependências do Getat, em São Geraldo do Araguaia (Figueira, 1986: 80). Presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais de Rio Maria, João Canuto, líder camponês que estreitou sua militância política por sua amizade com o advogado Paulo Fonteles, foi também assassinado por três pistoleiros bastante conhecidos no entorno de Rio Maria, em dezembro de 1985 (Campos Filho, 2014: 291). Em maio de 1986, o padre Josimo Tavares também foi executado na região.

Mantida como área de Segurança Nacional até o fim do regime-civil militar, a região do Araguaia continuou a ser palco de mais inúmeros outros conflitos, que reproduziam os mesmos personagens e padrões de monitoramento, repressão e outras arbitrariedades contra moradores daquela

região. Para finalizar, apresentamos essa pequena tabela com dados sobre o assassinato de outras lideranças populares e ativistas políticos nesse último período do regime civil-militar.

Município	Liderança	Ano	Processo
São Geraldo do Araguaia	Raimundo Ferreira Lima (Gringo)	1980	Sem processo – sem mandantes ou autores formalmente acusados
Marabá	Gabriel Sales Pimenta – advogado	1982	23 anos de tramitação
Rio Maria	Belchior Alves Pereira – sindicalista	1982	Acusados foragidos
Tomé-Açu	Benedito Alves Pereira – sindicalista	1984	Sem informações
São Geraldo do Araguaia	Lázaro Alves Pereira - delegado sindical	1985	Sem informações
Eldorado de Carajás	Irmã Adelaide Molinari - religiosa	1985	Apenas o pistoleiro julgado e absolvido, 19 anos após o crime
Rio Maria	João Canuto de Oliveira - sindicalista	1985	Mandantes condenados após 18 anos e foragidos

Fonte: Campos Filho, 2014: 321.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Campos Filho, Romualdo, (2014). **Araguaia: depois da guerrilha, outra guerra**. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois e Editora Anita Garibaldi.

Figueira, Ricardo Rezende (1986). **A justiça do lobo**. Petrópolis: Vozes.

Ianni, Octávio (1981). **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Kohlhepp, Gerd (2002). “Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira”. In: **Revista de Estudos Avançados**, nº 16, São Paulo.

Martins, José de Souza, (1978). “Apresentação”. In: Dória, Palmério; Buarque, Sérgio Buarque et all. (org.) **A guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega.

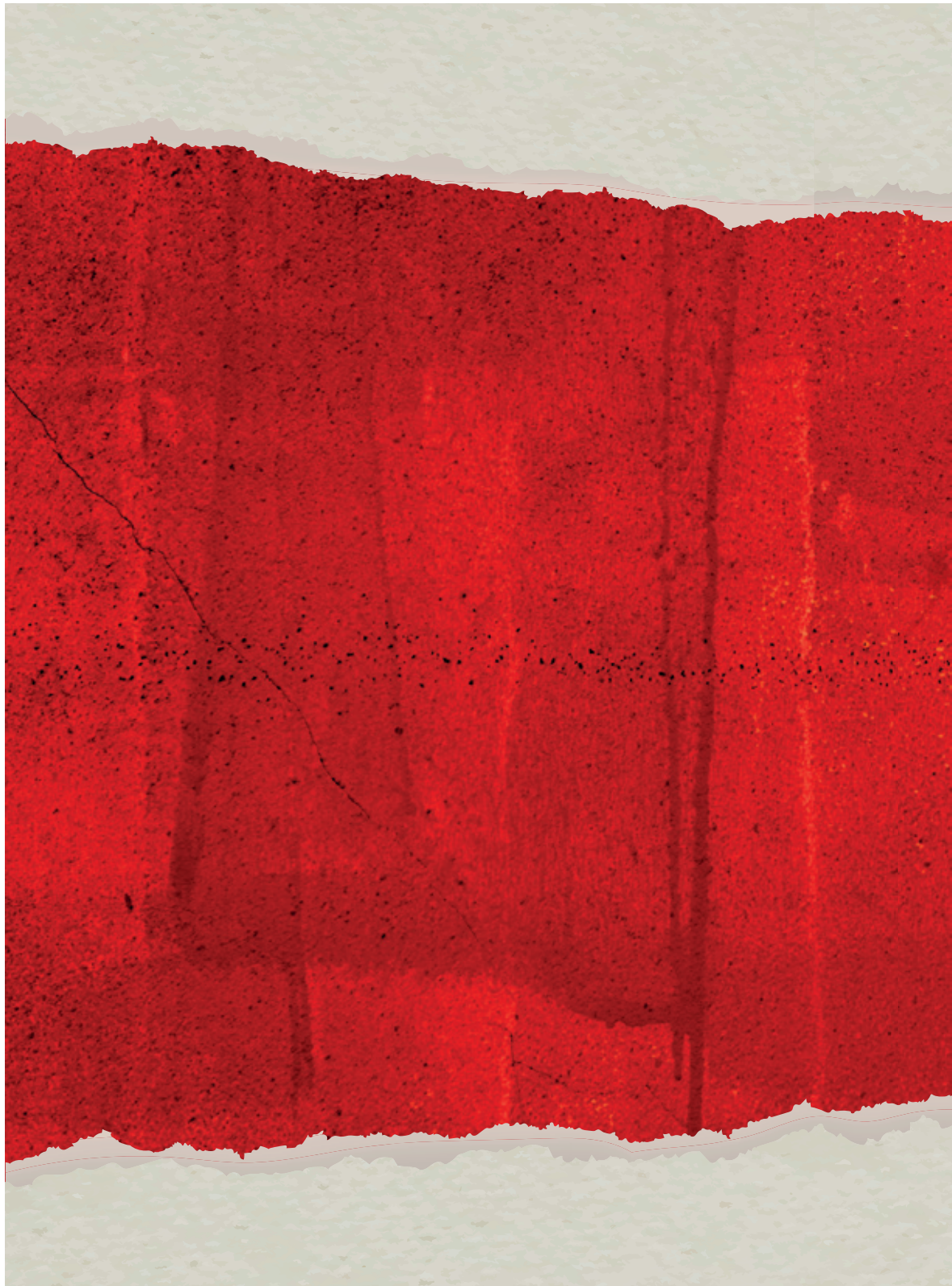
Matos, Gal. Meira (1980). **Uma geopolítica panamazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

Nossa, Leonêncio (2012). **Mata! O major Curió e as guerrilhas do Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras.

Pereira, Airton dos Reis (2014). “Colonização e conflitos na Transamazônica em tempos da ditadura civil-militar brasileira”. In: **Clio - Revista de pesquisa histórica**, nº 31.2, Pernambuco.

Velho, Otávio Guilherme (1981). **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Zahar.

Relatório do Inquérito Policial Militar (IPM) sobre a Guerra dos Perdidos. Acesse: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=b-mn_arquivonacional&pagfis=29170





CAPÍTULO 8

O SOFRIMENTO AIKEWARA - RELATÓRIO

O sofrimento Aikewara - Relatório

1. INTRODUÇÃO

A invisibilidade oficial sempre foi uma característica marcante de praticamente todos os governos brasileiros – democráticos ou não – em relação à sua população indígena. Quando não invisíveis em reconhecimento de direitos, foram marcados por violências e extermínios, considerados entraves a um suposto desenvolvimento econômico do país. Durante os 21 anos de domínio militar no Brasil, ocorreram massacres, tentativas de extermínio e abandono completo de políticas públicas realmente direcionadas a essa população.

Quando as primeiras narrativas sobre anistia, desaparecidos políticos, torturas e crimes cometidos pela ditadura vieram à tona, nada se falou sobre a situação dos povos indígenas. Os governos de José Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso silenciaram totalmente sobre essa questão. Até mesmo a primeira iniciativa do Governo Lula em 2007, ao lançar a publicação *Direito à Memória e à Verdade*, protagonizada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, ignorou a situação indígena.

Essa situação foi parcialmente resolvida em 2014, quando da publicação do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Na ocasião, a CNV instalada pela presidenta Dilma Rousseff, dedicou um capítulo à saga de sofrimento dos índios Aikewara-Suruí, envolvidos na sangrenta Guerrilha do Araguaia. Os suruí, incentivados pelos mais jovens, relataram sua própria situação, com entusiástico apoio de Paulo Fonteles Filho. Houve um primeiro movimento em relação a indenizações feitas a essa população no sul do Pará.

Atualmente, com uma população que não chega a mil pessoas, desde 2015 os Suruí-Aikewara formaram quatro aldeias no interior da Terra

Indígena Sororó, um território com apenas 26.000 hectares, demarcado em 1977 pela Funai, hoje a única área com intensa cobertura florestal numa região em processo de desertificação, resultante de intensos desmatamentos. A aldeia mudou de lugar. Deslocou-se uns três quilômetros mais para dentro da reserva. O território Suruí está situado no sudeste do Pará, no município de São João do Araguaia, distante aproximadamente uns 100 quilômetros da cidade de Marabá, o maior centro urbano da região. Nos últimos 30 anos, a floresta nativa foi cedendo lugar a pastagens. Os suruí são os responsáveis pelo que resta da mata original naquela parte do Pará. O Decreto Presidencial nº 88.648, de 20 de agosto de 1983, homologou a demarcação realizada em 1979, de 26.257 hectares.

Em 1972, onde havia uma picada na mata, o Exército abriu uma estrada para a penetração das tropas: a OP-2 cortou a porção leste do que viria a ser a TI Sororó. No fim dos anos 80, tornou-se a PA-153 para ser pavimentada e federalizada ao final da década de 1990. A BR-153 liga a rodovia Transamazônica a São Geraldo do Araguaia. Em dezembro de 1972, a Funai havia instalado uma unidade administrativa, o Posto Indígena Sororó, junto à “aldeia velha” dos Suruí-Aikewara, numa área de castanhais a 120 km ao sul de Marabá, interdita por decreto desde 1969.

Nunca foi fácil ser um suruí numa terra de garimpos, castanhais, projetos pecuários e conflitos pela posse da terra. Nem direito à própria denominação esses índios da família tupi-guarani tiveram ao longo dos anos. Originalmente chamavam a si próprios de Aikewara, algo como ‘o povo’, ‘a gente’. Em 1923, Frei Antônio Salas os denominou Sororós. Três décadas depois, o dominicano Frei Gil Gomes, considerado como responsável pelos primeiros contatos, passou a chamá-los de Suruí. É como são conhecidos atualmente.

Até 1960, a população suruí era de pouco mais de 120 pessoas. Uma epidemia de gripe resultante do contato inicial com os ‘kamará’ (brancos) matou mais de 80 deles. Quase foram extintos. O contato com os ‘não índios’ sempre foi problemático. Depois da Segunda Guerra Mundial, áreas próximas onde moravam os suruí foram invadidas por garimpeiros. Já nos anos 50, duas tentativas de aproximação com coletores de castanha resultaram em tiros. Mortos e feridos foram contabilizados entre os índios como

resultado desse encontro. A aproximação de Frei Gil foi mais eficaz, com a costumeira troca de presentes entre as duas partes. Em anos posteriores, ocorreram tentativas de transformar os índios em caçadores de pele. Frei Gil foi o responsável por evitar a exploração.

As idas e vindas, os avanços e recuos no contato com os ‘kamará’ ganharam proporções mais traumáticas para os suruí nos anos 1970, com a eclosão da Guerrilha do Araguaia. Os suruí acabaram sendo recrutados a fechar fileiras com os militares na perseguição aos guerrilheiros. Liderados pela única vez na própria história por um cacique que não era da própria tribo, os suruí deram a chefia a um índio Karajá. Foi Amaxu quem resolveu impasses mais complicados no período. Isso porque já tinha bastante conhecimento sobre os ‘kamará’.

“O território original deles era a Serra das Andorinhas. Aos poucos, os suruí foram sendo empurrados para outros lugares”, diz a antropóloga Jane Beltrão. É uma história comum a quase todas as tribos indígenas do Brasil desde a chegada dos portugueses. “Geralmente, eles não são considerados sujeitos de direito. Contra eles vêm sempre o sujeito arbitrário. Na época da guerrilha, foram os militares”, ressalta a antropóloga.

Segundo ela, os suruí formavam um grupo de ‘razoável’ densidade demográfica até a década de 1960. Foi nesse momento, coincidente com os anos que iniciariam a última ditadura militar brasileira, que os suruí chegaram a apenas 44 pessoas.

“Ao longo dos anos, eles foram caçados a bala”, diz Jane Beltrão. Garimpeiros que subiam a serra atrás de diamantes, caçadores de animais silvestres, homens interessados nos castanhais. Um após outro tentaram varrer os suruí das terras cobiçadas. A Guerrilha do Araguaia é apenas mais um capítulo dessa história. Mas deixou cicatrizes difíceis de serem apagadas.

A história começou a ser buscada pelo ponto de vista indígena em 2009, com Paulo Fonteles Filho, integrante do Grupo de Trabalho Araguaia. Não demorou e o temor do passado voltou, com a chegada de militares à aldeia, interessados em identificar locais de ossadas de guerrilheiros.

“É necessário muito cuidado ao tratar dessa questão da guerrilha com os suruí”, avaliava Paulo Fonteles Filho à época. “Eles foram muito marcados, muito machucados com essa história. É complicado falar de

mutilação de corpos, de caçadas a guerrilheiros. Tudo precisa de muito cuidado”. Segundo Fonteles relatava, talvez fosse essa a principal razão para que os próprios filhos, netos e sobrinhos dos índios que vivenciaram o período da guerrilha escrevessem os relatos dos mais velhos. “Isso assegura a fidelidade das histórias e é mais fácil para eles contar como foi esse período”, analisava.

“Os suruí sempre se sentiram muito explorados pelas pessoas que ao longo dos anos estiveram na aldeia pedindo para que eles contassem sua história. E, como está havendo lentidão no processo de indenização dos índios que deram entrada em processos junto à Comissão de Anistia, acaba havendo uma certa desconfiança”, explicou Maria Rita Kehl em 2013, ao coordenar a comissão que investiga as violações de direitos humanos contra índios e camponeses.

Mais de quatro décadas depois do conflito entre militantes do PC-doB e as Forças Armadas, foi só por conta dos trabalhos da CNV que começou a cair o manto de silêncio envolvendo a participação dos índios suruí no episódio que culminou com o extermínio de quase todos os guerrilheiros que se embrenharam nas matas paraenses, no período mais violento da ditadura militar brasileira, nos anos 70. Contar a história do envolvimento indígena na guerrilha é revolver fatos ainda obscuros e de consequências traumáticas para os sobreviventes.

Índios suruí foram obrigados a servir de mateiros para o Exército, caçar guerrilheiros, carregar corpos de militantes mortos e, em alguns casos, até a decepar cabeças de alguns deles para identificação. Há relatos de violações a mulheres e a conclusão a que chegaram alguns pesquisadores e membros da Comissão Nacional da Verdade, é que os índios foram submetidos a um estado de sítio, não podendo sair da aldeia, caçar, pescar ou mesmo tomar banho nos igarapés próximos. A fome, o medo e a incerteza sobre o que estava ocorrendo foram companheiros dos suruí durante a parte final da Guerrilha do Araguaia.

“Cerca de 20 índios foram recrutados, com base em tortura, intimidação e agressões, para que servissem de ‘mateiros’ para as Forças Armadas”, denunciou Paulo Fonteles Filho, membro do Grupo de Trabalho do Araguaia, responsável pela investigação sobre o episódio da Guerrilha do Araguaia. No

dia 16 de novembro de 2012, Fonteles acompanhou os membros da Comissão Nacional da Verdade na ida à aldeia Sororó-Suruí, entre os municípios de São Domingos e São Geraldo do Araguaia. A coordenadora do grupo de trabalho que investiga as violações de direitos humanos contra camponeses e indígenas nos anos da ditadura, Maria Rita Kehl, esteve na aldeia e anunciou, junto a Fonteles, a criação da Comissão da Verdade Suruí.

Um dos primeiros a terem contato com os soldados à época foi um então jovem Umassú. Havia ido comprar uma rede em São Domingos do Araguaia a pedido de Frei Gil Gomes Leitão, o dominicano responsável pelos primeiros contatos com os suruí. “Na volta, encontrei o exército. Botaram arma na minha perna, derrubaram do jumento, soldado perguntou se a rede que eu levava era para os guerrilheiros, e eu disse que era para a aldeia”, relata Umassú.

Umassú chegou esbaforido à aldeia. Contou o ocorrido à comunidade. Não demoraria e o barulho dos ‘ericópire’, como muitos pronunciam helicópteros, começaria a se tornar um som familiar. As botas de soldados pisariam na aldeia. Terrorista passaria a fazer parte do vocabulário indígena.

O argumento era simples. Índio conhece a mata. Nada melhor que eles para serem os guias dos soldados, os mateiros. Os índios eram recrutados para ir com os soldados atrás dos guerrilheiros. Explicação, quase nenhuma. “Nós não sabia pra que era”, diz Umassú. Os suruí viram trocas de tiros entre soldados e militantes, presenciaram destruição de acampamentos, testemunharam atrocidades. Sobre o que viram e viveram, pouco falaram.

“É importante mostrar que mais uma vez os índios foram enganados, desrespeitados e violados por uma sociedade que os vê como seres inferiores. É fundamental mostrar que eles foram forçados a viver nesse estado de sítio por conta de uma manobra militar, que buscava punir quem tivesse dado guarida e ajudado os guerrilheiros. Contra uma arma na mão ninguém resiste. Os suruí não resistiram”, avalia a antropóloga Jane Beltrão, da Universidade Federal do Pará.

É um dos motivos do silêncio de décadas entre os índios mais velhos. “É uma cicatriz que para nós não vai fechar. Para nós é difícil. Cada vez que

se fala nisso, causa muita revolta. Meu pai foi ameaçado até de ser jogado de um avião”, diz Clelton Suruí. Clelton é uma das jovens lideranças indígenas que pretendem passar a limpo a história da própria tribo. Na aldeia Itahy, onde mora, dentro da reserva dos suruí, Clelton cresceu ouvindo as histórias do pai, Tiwacu.

“Um parente foi obrigado a cortar cabeça de guerrilheiro”, admite Tiwacu, 59 anos. Tiwacu Suruí tem trajetória diferente entre os índios da reserva. Perdeu pai e mãe muito cedo. Levado por Frei Gil Gomes Leitão, foi criado em colégio paulista. Quando tinha 18 anos, voltou à aldeia. O ano era 1972. “Na Transamazônica, tinha exército procurando os guerrilheiros, os ‘kamará punura’, como nós chamamos. Depois, desceram dois helicópteros no centro da aldeia. Dois soldados desceram com arma e disseram pra mim: ‘Tu vai com nós fazer as buscas’. Eu disse: ‘Assim, em cima da hora? Deixa me despedir da mulher”.

Tiwacu foi posto no helicóptero e levado para a Base da Bacaba. “Falei com o tenente por que tava me levando e ele disse que eu ia saber. Perguntei de novo e ele respondeu que, se eu perguntasse mais uma coisa, era capaz de me jogar fora”. Na chegada, perguntaram a Tiwacu o que ele sabia fazer. Como sabia aplicar injeção, disseram que ele seria ajudante do enfermeiro.

Foi o que ele menos fez. Tiwacu precisou procurar pentes de metralhadora perdidos na mata, ajudar a localizar túneis onde guerrilheiros armazenavam víveres e munição e até foi obrigado a agredir e rasgar as roupas de uma índia considerada por ele como mãe de criação. Presenciou tiroteios entre os guerrilheiros e o Exército. Um tiro de ‘chumbete’ na costela é um dos saldos que carrega do período. “Foram três anos convivendo com essas coisas”, diz.

Da primeira vez que foi obrigado a servir de mateiro, Apí e mais um companheiro saíram num grupo com dez soldados. Seguiram em direção a um castanhal. Em uma picada, a arma de um soldado disparou acidentalmente e foi uma correria para todos os lados. “Todo mundo ia assustado”, lembra.

Eram caminhadas longas. Apí saiu da aldeia sem comer nada. À noite, um segurava a camisa do outro, numa tentativa de superar o breu.

“Passamos andando de quatro numa ponte”, conta. Ao amanhecer, a patrulha capturou um homem acusado de ajudar a guerrilha. “Botaram ele num formigueiro, depois levaram para Marabá”, diz.

“No outro dia de tarde, pegaram eu e meu irmão Warani de novo. O helicóptero pegou nós e levou para perto do Brejo Grande. Acampamos numa barraquinha velha. Vimos muita casa ser queimada pelos policiais. Era tempo de Natal”, diz o suruí.

No terceiro dia de expedição forçada, dessa vez em matas próximas a Xambioá, Apí testemunhou a morte de quatro guerrilheiros. Foi obrigado a carregar os corpos ensacados até o helicóptero. “Fiquei com muito medo quando vi”, diz. No outro dia, ao retornar ao local, viu urubus comendo os miolos que restavam espalhados pelo chão. “O fedor era muito grande”, lembra.

Ver corpos de pessoas jogados na mata ou cabeças decapitadas é uma violência extrema para os suruí, segundo a antropóloga Jane Beltrão. “Eles fazem parte dos Tupi e a tradição é de não deixar pessoas sem enterramento. Eles têm cuidado com o enterro. Qualquer corpo insepulto deixa um suruí incomodado. Isso porque eles se decompõem e podem contaminar animais que os alimentam. E há a ideia dos ‘karuara’, espíritos que se desassossegam se esse ritual não for feito e podem levar doenças às aldeias como castigo”.

Durante três anos, os suruí presenciaram de perto o desenrolar de uma guerra suja. Pagaram um preço demasiado alto por isso.

No Diário Oficial da União do dia 03 de julho de 2012, a publicação da portaria de número 38, expedida pelo Ministério Público Federal no dia 26 de junho, serviu de esperança para os suruí na luta por uma indenização almejada. Dizia a portaria: “(...) Considerando que o procedimento administrativo de nº 1.23.001.000374/2011-26 foi instaurado a partir de representação da comunidade indígena Suruí, da TI Sororó, noticiando que sofreram várias lesões no episódio conhecido como ‘Guerrilha do Araguaia’ e que nunca tiveram reparações pelos danos materiais e morais sofridos; considerando que a proteção do direitos indígenas é uma das atribuições do Ministério Público Federal (...) Instaura Inquérito Civil Público a fim de se promover ampla apuração dos fatos noticiados”.

O Ministério Público Federal indicava, ainda, que fosse encaminhado o ofício à Funai em Brasília e em Marabá a fim de informar se há procedimentos administrativos ou solicitação da autarquia junto à Comissão de Anistia da União, em relação à indenização aos índios Suruí, da TI Sororó, ‘pelos danos materiais e morais sofridos em decorrência do episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia’.

“Todos já contaram a própria história em relação ao período da ditadura. Camponeses, operários, estudantes, militares, políticos. É a hora de os índios também mostrarem à sociedade o que eles sofreram nesse período”, discursou Paulo Fonteles Filho, ao anunciar na aldeia Sororó-Suruí a criação da Comissão da Verdade Suruí.

A história espera. É sobre essa trágica história de violência que esse capítulo trata.

2. SÍNTESE DO CASO

por Maria Pinheiro

Os Suruí, como foram chamados por Frei Gil, ou Aikewara, pela denominação da antropóloga Iara Ferraz, são o povo indígena que atualmente tem como seu território duas Terras Indígenas, a TI Sororó, demarcada em 1983, e a TI Tuwa Apekuokawera, em processo de luta pela demarcação, ambas localizadas na região sudeste do Pará.

Os Aikewara, como se autodenominam, foram por muito tempo os esquecidos das atrocidades ocorridas no período ditatorial, mais especificamente no período que ficou marcado pela ocorrência da Guerrilha do Araguaia, que foi um movimento revolucionário ocorrido entre os anos de 1972 e 1975, que do lado revolucionário tínhamos a presença dos militantes do Partido Comunista do Brasil, e do outro, as forças de repressão do regime ditatorial.

Na época do ocorrido, o confronto foi abafado e isolado do conhecimento do resto do Brasil, para que não se incitassem outros focos de revolta, e só 20 anos depois é que foi reconhecido e amplamente divulgado. Neste ínterim, personagens deste conflito foram relegadas ao esquecimento

durante longos anos, e apenas com o relatório da Comissão Nacional da Verdade é que vieram à tona.

Estamos falando justamente do povo indígena Aikewara, que, sem ter tomado parte de um ou de outro lado do confronto e de nem sequer ter conhecimento de que uma ditadura estava instalada no Brasil, foi pressionado, constrangido e intimidado, tendo sido usado como bode expiatório e escudo por parte dos militares. Na versão oficial, eles são unicamente lembrados de uma forma depreciativa como aliados do regime militar na busca por revolucionários na floresta, tendo guiado os milicos até o acampamento dos guerrilheiros.

A real história por trás de todos esses anos de esquecimento nos é relatada pelos próprios Aikewara. À época, quem estava à frente do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) era um funcionário militar infiltrado que, sob a alegação de que estava procurando alguns conhecidos naquela área, conseguiu extrair dos índios coordenadas, e, de posse dessas últimas, partiram para a ofensiva diante não só dos revolucionários como também dos Aikewara.

Com helicópteros, em um dia comum naquela aldeia, os militares fizeram dela sua base, usurpando a vida daquele povo. Recrutaram os homens para os guiarem mata adentro, fazendo mulheres e crianças reféns em suas próprias terras, e foram além, utilizando-se da mulher índia para satisfação de seus prazeres sexuais. Sem poderem sair de suas casas, mulheres e crianças passaram fome e medo. Privadas de sua liberdade, não saíam nem para satisfazerem suas necessidades básicas.

Enquanto isso, na mata, os homens Aikewara enfrentavam seu próprio inferno, sendo obrigados a guiar e ser escudo dos militares, em condições precárias. Proibidos de fazer fogo, comiam carne crua, passavam noites sem dormir e ficavam entre o fogo cruzado dos militares e revolucionários.

Hoje, as consequências desses tempos perduram, o trauma psíquico vivenciado por eles se mostra presente. Tendo sido obrigados a presenciar e até participar de decapitações, hoje sofrem um terror mental. O trauma físico também é real. Há registro de um índio que, tendo ficado muito tempo exposto aos barulhos de tiros, sofre hoje com a surdez; muitos abortos

ocorreram nesses tempos, e a tuberculose também os afetou gravemente. Isso não é nem o começo das sequelas que esse tempo de terror deixou sobre esse povo.

A busca pelo reconhecimento do povo Aikewara na guerrilha como uma parte que também sofreu consequências graves (diríamos até mais graves do que todos, uma vez que era a única parte no conflito que em momento algum assumiu o risco de estar ali; pelo contrário, eles nem sabiam do que se tratava aquele confronto) é constante, bem como a busca de reconhecimento formal de todo o seu território, uma vez que em 1983 apenas uma parte foi declarada como território Aikewara.

Em 2014, 14 dos 16 Aikewara que entraram com processo de anistia tiveram seu pedido concedido, tendo recebido uma indenização pecuniária. Mas esse é só o começo do que pode ser feito por um dos muitos povos que sofreram e ainda sofrem as consequências de um período que alguns querem esquecer, mas que permanece vivo na memória de muitos, como os Aikewara.

3. REFERÊNCIAS

BESSA FREIRE, José Ribamar. O assassinato de indígenas pela ditadura na Amazônia. Disponível em: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2015/02/o-assassinato-de-indigenas-pela.html> Acessado em: 15 de setembro de 2015.

BLOG DO PAULO FONTELES FILHO. 'O que se diz de Indígenas é muito pouco', diz pesquisador do Araguaia. Disponível em: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2015/05/o-que-se-diz-de-indigenas-e-muito-pouco.html> Acessado em: 15 de setembro de 2015.

CARTA MAIOR. O depoimento dos índios Suruí sobre a guerrilha do Araguaia. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/OdepoimentodosindiosSuruissobreaGuerrilhadoAraguaia%0D%0A/4/25384> Acessado em: 15 de setembro de 2015.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Ditadura militar e genocídio indígena no Pará. Disponível em: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com>.

br/2014/12/ditadura-militar-e-genocidio-indigena.html Acessado em: 15 de setembro de 2015.

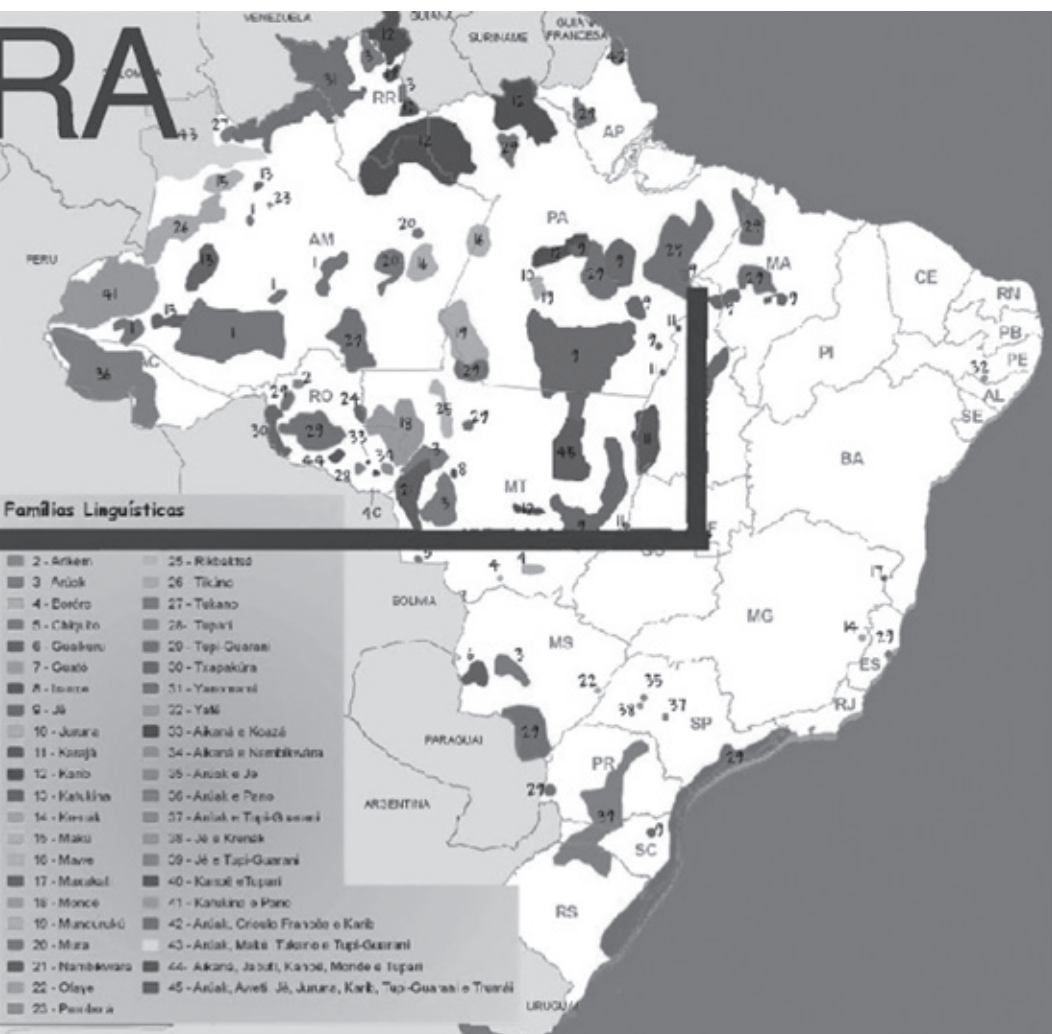
COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. O caso Aikewara no Relatório da CNV. Disponível em: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2014/12/o-caso-aikewara-no-relatorio-da-cnv.html> Acessado em: 15 de setembro de 2015.

FONTELES FILHO, Paulo. A altivas flechas amordaçadas. Disponível em: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2014/10/as-altivas-flechas-amordacadas.html> Acessado em: 15 de setembro de 2015.

PÚBLICA. A 'guerra' do Araguaia contada pelos Aikewara. Disponível em: <http://apublica.org/2014/12/aguerradoaraguaiacontadapelosaikewara/> Acessado em: 15 de setembro de 2015.



É... nós sofremos demais, (...) *nesse tempo que aconteceu essa “guerra”* aí, nós num sabia de nada, nós entremo assim mesmo, sem saber de nada! (...) inocente mesmo nós entremo, num sabia de nada! Api, agosto 2013.



Relatório Aikewara

1. “O TEMPO DA GUERRA” – OS AIKEWARA E A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Iara Ferraz

Orlando Calheiros

Tiape Surui Winurru Surui

Fevereiro 2014*

*Este trabalho foi originalmente elaborado como subsídio ao Grupo de Trabalho Araguaia e aos processos existentes na Comissão de Anistia (MJ). Contou com a valiosa colaboração de Gilles Gomes (SDH/PR), Juliano Almeida da Silva (CR Funai/Marabá), Magda Fernandes (MJ), Manaira Carneiro, Ubiratan Cazetta (PGR/PA) e Victoria Grabois (Grupo Tortura Nunca Mais/RJ).

2. APRESENTAÇÃO

Este trabalho resultou da pesquisa documental, bibliográfica e de cunho antropológico, realizada ao longo de 2013 e, no campo, entre abril e setembro, acerca do envolvimento dos Aikewara – também conhecidos como “Suruí do Pará” – com a repressão ao movimento guerrilheiro do Araguaia, pelas Forças Armadas, na primeira metade da década de 1970. Este povo tupi-guarani, com uma população atual de 340 indivíduos¹, está distribuído em duas aldeias – Sororó e Itahy – na Terra Indígena Sororó, situada nos municípios de Brejo Grande do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Marabá, no sudeste do Estado do Pará.

Na segunda metade dos anos 1960, diante da falência da luta armada nas áreas urbanas do país e do recrudescimento da violência do Estado ditatorial, o projeto do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na clandestinidade, consistia em estabelecer a guerra popular revolucionária, de inspiração maoísta, na região do chamado “Bico do Papagaio”, confluência dos estados do Pará, Maranhão e norte do então Goiás, hoje Tocantins. De acordo com Sousa (2011:26):

“Este movimento não eclodiu por iniciativa dos guerrilheiros, como ocorreu na maior parte dos movimentos armados que se conhece no Brasil e na América Latina daquele período. Ele teve seu início marcado por um intenso ataque das forças oficiais, que desde o princípio tiveram a determinação de destruí-los e eliminá-los e de apagar da memória local e da história nacional a sua existência.”

1 Cf. Polo Base Marabá, DSEI/Sesai, set. 2013.

A pesquisa documental e bibliográfica revelou que são esparsas e não raras vezes infundadas as referências ao envolvimento dos Aikewara com a repressão à Guerrilha do Araguaia. Os poucos documentos encontrados reiteram a necessidade de abertura à sociedade dos arquivos das Forças Armadas relativos a este tema. Nos arquivos da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, foram localizadas apenas duas portarias administrativas referentes ao Posto Indígena Sororó: a de sua criação (n. 040/N, de 20.12.71) e a de seu controle operacional (n. 130/N de 06.9.73), vinculado à Base Avançada de Pucuruí (que se ocupava da atração dos Parakanã), mas subordinado de fato à então 2ª Delegacia Regional da agência tutelar, em Belém.

Os artigos de jornais só viriam a mencionar os chamados “índios Suruí” por ocasião de uma das caravanas oficiais integrada por familiares em busca dos restos mortais dos guerrilheiros, em julho de 1996, encontrados no interior da “Reserva Indígena Sororó” por uma equipe de legistas.²

De um modo geral, a literatura sobre a Guerrilha do Araguaia vem se estendendo. Foi inaugurada com a publicação de Dória et alii (1978), seguida de outras de cunho jornalístico (Moura, 1979; Kotscho, 1982; Portela, 1986; Morais e Silva, 2005; Gaspari, 2005; Nossa, 2012), relatos de militantes (Pomar, 1980; vários autores, 1982; Sá, 1990; Mourão, 2005), memórias de militares (Cabral, 1993; Souza, 2002; Carvalho, 2004; Studart, 2006, entre outros), um breve ensaio de cunho sociológico (Peixoto, 2011) e trabalhos de pesquisa histórica (Campos Filho, 1997 e Sousa, 2011).³

2 “Peritos acham em reserva a quarta ossada do Araguaia”, O Globo, 17.07.1996; “Ossada pode ser de mais de um guerrilheiro”, Amaury Ribeiro Jr, O Globo, 19.07.1996

3 Sousa (2011:32,33) realizou um cuidadoso levantamento através do portal da Capes (banco de teses), sobre a temática da Guerrilha do Araguaia, tendo localizado cerca de uma dezena de outros trabalhos de cunho acadêmico que, no entanto, não chegaram a ser consultados para a composição do presente estudo.

Poucos desses autores, no entanto, apenas mencionam o envolvimento dos “índios Suruí” (sic).⁴

Os depoimentos colhidos ao longo deste trabalho, por sua vez, consistem em provas testemunhais dos Aikewara relativas à violência de Estado praticada em toda a região e por eles sofrida, diretamente. Todas as ações da guerrilha e da repressão desenvolveram-se exatamente no centro do território tradicional Aikewara, presença histórica que foi subestimada pelas Forças Guerrilheiras do Araguaia. Por outro lado, o profundo conhecimento dos indígenas acerca do seu território tradicional foi sumariamente utilizado pelas forças repressivas devido ao seu despreparo e desconhecimento em relação ao ambiente de floresta amazônica desde a primeira campanha (abril de 1972), quando se verificou a ocupação ostensiva pelos militares de toda a região do “Bico do Papagaio”.

Enquanto a presença de missionários dominicanos entre os aikewara desde os contatos pacíficos de 1953 – notadamente de frei Gil Gomes Leitão, ligado à Prelazia de Marabá – impediu o seu envolvimento com as forças repressivas, já a atuação dos agentes tutelares na aldeia do Sororó desde meados de 1972 fez com que os Aikewara fossem envolvidos e, subitamente, tornados guias e prisioneiros das forças repressivas. Ao contrário, o Posto da Funai foi instalado exatamente para que seus agentes intermediassem relações de força e imposição das ações repressivas. Por dois anos seguidos, de 1972 a 1974, ‘recrutaram’ de modo compulsório praticamente todos os homens adultos da aldeia para servir de guias para os militares, na mata, para a “caça” aos guerrilheiros.

4 A antropóloga Iara Ferraz conheceu os Aikewara em julho de 1975, logo depois do fim da repressão à guerrilha. Desde então, a pesquisadora dedicou-se à identificação do território tradicional Aikewara para fins de seu reconhecimento oficial e, ao longo de mais de três décadas, em suas inúmeras estadas na aldeia, colheu depoimentos esparsos e informais sobre aqueles episódios traumáticos para toda a sociedade aikewara. A maioria dos homens adultos na aldeia evitava falar abertamente sobre fatos que haviam testemunhado, como a decapitação de guerrilheiros. Em 1976, quando prestava serviços à Funai, na coordenação do “Projeto da Castanha” entre os Gavião da Terra Indígena Mãe Maria e os “Suruí” do Sororó (Ferraz, 1976), acompanhou o jornalista Palmério Dória e o fotógrafo Vincent Carelli à aldeia, quando colheram declarações dos “Suruí”, que resultaram na primeira publicação sobre a guerrilha (cf. Dória et alii, 1978) e no seu afastamento compulsório da coordenação do projeto (Ferraz, 1985).

Uma base militar de operações foi instalada junto ao rio Gameleira (limítrofe da atual Terra Indígena Sororó), na localidade denominada São Raimundo. Um grande acampamento militar foi montado a apenas 100 metros da aldeia, destinado a vigiar diuturnamente as mulheres e as crianças, além de quatro homens adultos, impedidos de prover alimentos através da colheita da roça, da caça, da pesca e da coleta de frutos na mata. Os integrantes da sociedade aikewara viram-se assim humilhados, despojados e prisioneiros em suas casas e em seu próprio território.

Os Aikewara afirmam, categoricamente, que desconheciam os motivos dos marehai – forma como denominam “guerreiros” e, por extensão, soldados e militares em geral – para as ações violentas ali empreendidas. Tratados como prisioneiros de guerra, os homens da aldeia foram submetidos a um regime servil de privações e humilhações: sempre em duplas, desarmados, à frente dos soldados, servindo-lhes de escudos humanos, eram obrigados a caminhar, muitas vezes aos empurrões, horas e dias sem descanso ou alimentação adequados, carregando cargas pesadas às costas para os militares, com muita fome e sede, só ingerindo alimentos crus, dada a interdição de acender fogo, dormindo pouco, ao relento, no chão encharcado da mata na estação das chuvas. Foram obrigados ainda a depositar cadáveres nos helicópteros militares e a segurar corpos de guerrilheiros mortos para que soldados e moradores locais executassem a decapitação.

Os voos rasantes de aviões e, sobretudo, de helicópteros – chegavam a pousar quatro de uma só vez junto à aldeia – erguiam as coberturas das casas, de palha, e provocavam terror: todas as mulheres e crianças corriam e se escondiam como podiam, com muito medo. As lembranças mais recorrentes são da fome e do medo intenso por que passaram naqueles “tempos horríveis” todos os adultos da comunidade aikewara, segundo Teriweri, mulher com 60 anos atualmente. Ao lado da lembrança das rajadas de metralhadoras, explosões de granadas e dos seguidos tiroteios por todos os lados nas proximidades da aldeia, a morte de crianças nascidas prematuramente durante o mesmo período é outro registro trágico dos Aikewara relativos ao “tempo da guerra”. O período foi marcado pela desorganização social e cultural profundas, fome intensa e, sobretudo, medo da morte impostos pelas forças repressivas, que se revelaram traumáticos, com seque-

las físicas e psicológicas, como abortos, tuberculose, pesadelos recorrentes, insônia e outras psicopatias. Todos os depoimentos, colhidos na principal aldeia dos Aikewara entre abril e setembro de 2013, registrados em vídeo e aqui transcritos, consistem em provas testemunhais dos fatos ocorridos.⁵

3. O TEMPO DO FREI GIL

A população aikewara encontrava-se muito reduzida no período posterior ao contato com agentes da sociedade nacional, através dos dominicanos ligados à prelazia de Marabá, no início da década de 1950. As mortes que tinham se verificado eram decorrentes de tiroteios de garimpeiros e castanheiros que, na década anterior, começaram a invadir o território aikewara e incendiar suas aldeias. Segundo os registros na memória dos mais velhos, uma epidemia de sarampo também os acometeu antes do encontro com frei Gil Gomes Leitão, o dominicano que realizou os encontros pacíficos com o grupo, em 1953, na “aldeia velha”, como chamam os Aikewara, junto ao Grotão dos Caboclos, o mesmo local em que estavam quando da ocupação das Forças Armadas, no início da década de 70, a cerca de cinco km da aldeia atual.

Segundo Laraia (1967), em abril de 1960, uma epidemia de gripe abateu-se sobre o grupo, tendo levado à morte de Musená, um dos homens mais velhos do grupo e o então chefe maior – murerekotareté (“aquele que manda de verdade”) –, que tivera papel importante no contato com o missionário dominicano. A depopulação sofrida desencadeou uma forte crise e desorganização da sociedade aikewara. Conforme o mesmo autor, aproveitando-se da ausência temporária de Frei Gil, João Correia (chamado de João “peito largo”) inseriu-se no grupo e passou a ditar novos hábitos e padrões de comportamento regionais, como o corte dos cabelos, o uso de

5 Api, Arihêra, Arikasu, Marahy, Masara, Muretama, Muruá, Saiw’i, Sarisapuá, Tawé, Teriweri, Tiremé, Tiwaku, Umasu, Waiwera e Warini foram os principais depoentes. Todos os depoimentos foram registrados em vídeo. A transcrição integral destes depoimentos foi protocolada na Comissão de Anistia/ Ministério da Justiça em 15 de agosto de 2013, anexada aos processos que lá se encontram desde 2010.

roupas, construção de habitações de duas águas e a dieta alimentar. João Correia valeu-se do conhecimento dos Aikewara sobre as matas e incentivou-os a caçar animais cuja pele tivesse valor comercial - junto com ele entraram muitos regionais na aldeia para acompanhar nas caçadas. Como consequência, esse contato trouxe a transmissão de muitas moléstias, reduzindo a sua população a cerca de 40 pessoas.

Ainda em 1960, através de contatos com agentes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Frei Gil obteve uma autorização para expulsar João Correia e seus comparsas da aldeia. O missionário contratou então um casal de moradores regionais (Doca e dona Alzira) para prestar assistência ao reduzido grupo na reorganização de seus roçados, construção das habitações tradicionais – casas grandes abrigando famílias extensas – e auxílio no tratamento das doenças. Morando num barracão a três km da aldeia, este casal trabalhou com os Aikewara até 1965.

Em 1964, com base nas informações do Frei Luiz Palha, dominicano de Conceição do Araguaia, José Maria da Gama Malcher, inspetor regional do SPI em Belém, registrou: “Vivem na região do Itacaiunas (Tocantins-Pará), igarapé Sororozinho, afluente do Sororó, tributário do rio Vermelho, subgrupo Asurini, também conhecido como Suruí” (cf. Funai, 1996: 18). Sob esta denominação – adotada pelos dominicanos e pelos indígenas (“boca pequena”, literalmente)⁶ – foi a primeira vez que a agência indigenista oficial reconheceu a presença dos Aikewara em seu território.⁷

Ao final da década de 60, intensificaram-se as invasões no território aikewara por castanheiros e grileiros. Neste contexto, Frei Gil Gomes Leitão fez algumas gestões junto aos órgãos de terras estaduais e conseguiu que o então presidente Artur da Costa e Silva decretasse a interdição de uma área (Decreto nº 63.367, de 08 de outubro de 1968) para os “suruí”, como eram denominados. Esse decreto, no entanto, não estabelecia com precisão técnica os limites da área, estimada em apenas 5.000 hectares, acrescida de

6 Os Aikewara – sua autodenominação é “povo daqui”, por oposição a Aipewara (povo de longe) – não sabem porque foram chamados “Suruí”, tendo adotado como sobrenome em todos os seus documentos pessoais.

7 De acordo com Calheiros Costa (2013), trata-se de um subgrupo Parakanã, e não Asurini, como supôs Laraia (op.cit.).

outros 1.900 hectares em 1969. Só em 1977, através de um conturbado processo administrativo na Funai, uma nova delimitação seria realizada, mas excluindo áreas consideradas de grande significado pelos Aikewara, como castanhais, antigas aldeias, cemitérios e jazidas de argila para o fabrico de panelas. Foi esta a demarcação homologada posteriormente, em 1983, cuja revisão vem sendo desde então requerida pelos Aikewara (ver adiante).

4. A “GUERRA”: “TEMPO DO SOFRIMENTO MAIS HORRÍVEL”

O Estado ditatorial no Brasil, configurado com a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968, foi marcado pelo recrudescimento da violência em todo o país. No início de 1971, toda a área em que está situado o município de Marabá foi decretada “área de segurança nacional” e, no ano seguinte, os Aikewara viriam a ser envolvidos pelas Forças Armadas no combate ao movimento guerrilheiro do Araguaia (Moura, 1979: 44).

O projeto do PCdoB, na clandestinidade, consistia em estabelecer a guerra popular revolucionária de inspiração maoísta naquela região remota do país, face à repressão e às derrotas dos movimentos da luta armada nas áreas urbanas. Na escolha do local e nas ações empreendidas pelo grupo que se fixou na região em 1967, não fora considerada a existência de uma sociedade indígena que tinha ali o seu território tradicional, fato que acabou sendo subestimado pelos guerrilheiros quando da deflagração da repressão, em abril de 1972, segundo José Genoíno Neto, em seu depoimento gravado em São Paulo no segundo semestre de 1977, que resultou numa das publicações pioneiras sobre a guerrilha (Doria et al, 1978).

Segundo Tiramé, que tem hoje 60 anos, foi ao fim de 1970 que ele e seu irmão Tiwaku buscaram os agentes da Funai.

(...) Ficamos sabendo que a Funai que tava “conduzindo”, e fomos eu mais Tiwaku, isso em 70, no final de 70. Nós fomos pra Marabá, na Prefeitura, e pedimos uma passagem para ir pro Rio de Janeiro, porque lá existia a Funai, aqui não tinha ainda. Aí o prefeito deu um dinheiro pra nós, pagou a passagem e nós fomos. Passamos lá

na aldeia dos “Gavião” [TI Mãe Maria], tinha o Antônio Pereira [então recém-formado técnico indigenista, estagiário]. O Seu Mariano [trabalhador braçal no Posto Indígena] é que tava aqui (ele já morreu). Daí a gente explicou a situação que nós precisava de alguém pra ficar aqui... Ele [Antonio Pereira Neto] tava fazendo estágio lá no “Gavião” ... Ligaram pra lá, falaram com Chefe de Posto deles. Depois falaram com Belém [Delegacia Regional da Funai], que respondeu e mandaram para Brasília. Eles vieram na década de 71 pra 72 (abril de 2013).

Em dezembro de 1971, através da criação do Posto Indígena Sororó, a assistência tutelar da Funai viria a ser estendida aos Aikewara em função, principalmente, da ocupação militar na região que, abertamente, se estendeu até 1974. No entanto, as instalações do posto só se efetivaram no segundo semestre de 1972 e, até 1974, o posto foi chefiado pelo técnico indigenista Antonio Pereira Neto, a quem Tiremé se referiu acima. Teriweri, ex-mulher de Tiwaku, que perdeu filhos gêmeos prematuros, resume a situação na aldeia, enfatizando a fome e o medo intenso que vivenciaram então.

Num sei... num sei o quê que foi que... aconteceu, né? eu num sei... Mas eu acho que tanto susto aí que nós pegava, né? Porque... toda hora era tiro!! toda hora!! Vento num podia balançar um matinho que eles atiravam! É!... E a gente num podia ir pra roça mais também... porque... eles [os militares] proibia! porque as vez, os “pessoal da mata” ... [os guerrilheiros] eles falava que era os “pessoal da mata” e podia matar nós lá no mato, né?... Nós num podia caçar também... E aí nós falamos assim: “Como é que nós vamos então sobreviver agora?”

Porque... naquele tempo índio num fazia roçona grande, né? E era pouca... assim era só um pedacinho assim que eles fazia roça., roçava e... plantava mandioca. E aí... aí... num podia sair! Porque... eu acho que por conta de tudo isso que aconteceu eu... tive assim... quase aborto, né? As criança num viveram porque tanto medo que a gente passava, dos tiro, né? Então aconteceu isso com a gente, eu

num gosto de me lembrar, sabe? Eu tou contando aqui pra vocês porque... tem que... as pessoa assim... pode ser assim os povo do Brasil, do mundo todo pra saber direito que aconteceu mesmo esse... esse horrível acontecimento, é “guerra”, né? No tempo da guerrilha, né? É por isso que eu tou contando aqui um pouco... E aí assim... passei muito tempo assim, passando medo mesmo! Tem vezes que a gente dormia com fome né? Meus menino pedia as coisas, né? e eu tinha vergonha de ir lá no acampamento do pessoal [dos militares] pedir as coisas pra eles... Aí eu ficava numa... sem dar nadinha pros meus menino (...) Eu sei que esses tempo que nós passamo, foi...em 72 né? que nós viemos pra cá8 ... aí quando eu cheguei na aldeia... já tava acontecendo mesmo! Pessoal dizia que... ia ter “guerra”, né? Aí eu ficava com medo! Aí depois foi... foi a época mais é... mais ruim que nós passamo! 72, 73, no final de, é ... no final de 74 terminou a “guerra” né? E aí... eles [militares] levou nosso marido... nós via tanta coisa feia, né? Os pessoal trazendo nos helicóptero assim os pessoal preso... outro eles queriam enforcar! pra aparecer do avião lá de cima enforcado!...(..) Trazia tudo aí pro acampamento deles! Eles trazia o pessoal pra enforcar o pessoal! Descia lá... enforcado assim, do avião, lá de cima!! (...) Mas só que... um dia, veio um nosso conhecido, eles queria enforcar, o Umasu num deixou! Falou que... senão nós ia ficar tudo assombrada mesmo, nós já tava com medo mesmo, de tanto tiro que o pessoal dava lá na aldeia, né! Aí nós saía tudo correndo, com medo, né? E as criança saía tudo correndo com medo pra dentro do quarto! Era muito ruim naquele tempo! [agosto 2013, grifo nosso].

4.1 A invasão da aldeia

A ocupação da aldeia ocorreu logo na primeira campanha das forças repressivas à guerrilha, em abril 1972, quando ficou patente o despreparo das tropas. O relato a seguir é de Tawé, jovem e solteiro à época, com pouco

8 Com o marido, foram levados pelo frei dominicano para São Paulo, onde ficaram por quatro anos.

menos de 20 anos de idade, que testemunhou a ocupação da região pelos militares e a invasão da aldeia.

*(...) Primeiro que apareceu esses militares aqui na aldeia, aqui no Sororó, né, os Aikewara... Na época, foi mais ou menos... em agosto... Nesse tempo, tinha um padre que ele era... missionário, né, por nome frei Gil. Aí ele sabia dessa história...e nós num sabia não... esses povo passava dentro da aldeia e nós não sabia quem era essa pessoa - a gente é inocente, né? - nós pensava que era uma pessoa assim normal, né? nós achamos, né? Mas pros militares, já é outra... os inimigos que ele andava procurando, né? mas nós num sabia... Aí foi assim que, a gente tava em festa, né, que aconteceu, a primeira! Aí chegaram lá, as tropas, vinham por terra, dentro da mata. Nós tava lá embaixo, na aldeia velha mesmo, a primeira, né?
A chegada e a movimentação das tropas na região interromperam bruscamente o cotidiano na aldeia, quando os Aikewara se preparavam, na estação seca, para a realização de um importante ritual, o karuwara⁹, que requer a provisão de alimentos em grande quantidade, sobretudo de mandioca para a elaboração do karusi, o mingau cerimonial.*

Tawé menciona também que conheciam muitos dos guerrilheiros – tornados “inimigos” pelos militares – como pessoas “normais”, ou seja, que passavam pela aldeia, assim como muitos dos então poucos moradores da região. Tawé prossegue o relato da invasão da aldeia e o pânico causado, quando helicópteros levantavam a cobertura das casas e os soldados apon-tavam armas para as mulheres.

(...) Aí chegaram lá a tropa, vinha... por terra, aí vieram... os comandante vinha no avião. Aí avião chegou primeiro. Aí nessa época, naquela época, quer dizer (hoje as mulher são mãe, né ?),era tudo criancinha, eles ficaram com medo daquele barulho do avião, heli-

9 Ver adiante (Item 5) a importância simbólica deste ritual para a cultura aikewara.

cóptero, né? Ele desceu bem no meio da aldeia que... arrancou tudo... a “capote” [cobertura] da casa, da aldeia... Aí as crianças (que ta sendo hoje a mãe) correram pra dentro da mata que... primeira vez... num sabiam o que era aquilo, né? Elas correram! Até a mãe, correu pra dentro da mata, outro entrou dentro da casa, pra ficar lá, pra ninguém ver!! Aí desceu um dos militar que são ‘coronel’, essas pessoas né? grande! Aí pediu pro..., quem tava nessa época era o... Warini mais o irmão dele, Sawaraá, que ele era cacique, né? na época (Sawaraá, que hoje taí). Aí ele [militar] pediu [perguntou] pra ele [cacique] se ele não viu pessoa que vinha por terra, fardado assim tudo né? e nós num sabia o quê que era isso não! nós num conhecia direito também quem era o militar né? nós num...a gente via só nome, mas a gente num sabia o que eles andavam fazendo. Aí... chegaram lá, invadindo, assim, né? botaram arma nas mulheres, os homens que tavam, aí eles ficaram com medo... Por quê era... por quê que eles tavam fazendo aquilo com eles? ficaram com medo... as crianças tudo chorando... Aí falou assim: - Num tem alguém por aqui por perto? - se correrem, que podia... atirar atrás, né? Aí o... o cacique na época era... o Sawaraá né? aí falou na linguagem pra ele: - Não, não tem ninguém não, mas já pedi pra eles num correr (ele entendia pouco... bem pouquinho mesmo... a palavra do... português, né?) (...) Aí daqui a pouco chegaram mais outra tropa atrás. Aí fizeram do mesmo jeito de novo: cercaram lá, aí começaram falar que ninguém era pra sair... todo mundo dentro da casa lá. Aí então fizemo do jeito que eles falaram. Que nós num queria que acontecesse alguma coisa... podia atirar na gente... matar, né?

Tawé explicita as ameaças feitas pelos militares, assim como a profunda alteração das condições de vida na aldeia, com as interdições de sair de casa para prover o sustento diário, na roça (o “trabalho”) ou na mata (a caça, a pesca e a coleta):¹⁰

10 De acordo com os relatos das mulheres, por imposição dos militares, até mesmo as necessidades fisiológicas tinham que ser realizadas no interior das casas, sobretudo à noite.

(...) Aí contei tudo pra ele [para o seu pai, Kuimuá, que tinha chegado da roça], que eles queria pessoa... eles tão procurando... se um de nós sabia onde esse pessoa vivia, né? Aí explicava pra ele que nós num sabia, a gente sabe mas nós... num sei aonde que eles mora né? Aí depois, - Vocês pode ensinar ao menos a entrada pra gente ir? Aí ensinamos né, pra eles. “É por aqui.” Aí pegou tudo... a distância, quantos km que podia chegar lá... “Não! é longe, por terra aqui é longe!” Aí eles ficaram lá planejando, aí chamaram mais turma deles, chegaram de novo! Aí chegou tal de major, coronel, tudo lá... Aí ele falou mesma situação lá como... a tropa dele falou né? que ninguém, num era pra ir pro trabalho [as roças] ... num era pra ir pro ... pra caçada, que ... as tropa vem aí! Já tava tudinho aí já dentro da mata aí, em todo quanto é canto tava, em Marabá, São Domingos, Fortaleza (que chama até hoje), aqui na Serra já tava por aí já tudinho! Nós num sabia! Nós escutava aquele barulho do avião dele, mas nós num... sabia o quê que significava aquilo lá não, né?

Assim como fizeram em toda a região, com o objetivo de isolar os guerrilheiros das suas possíveis fontes de alimentos e colaboração entre os moradores, na invasão da aldeia dos Aikewara, os militares queimaram o paiol de arroz e incendiaram as casas, conforme o relato de Tawé.

Com três dias eles voltaram de novo. Ele falou assim pra nós: “É, eu vim falar de novo pra vocês! e num sair pro canto nenhum!”. Falei: “É, nós num vamos sair mesmo não!”. Aí já tinha tocado fogo no paiol de arroz que nós tinha... que era da comunidade... era pouca, pequena gente né? Aí chegaram, mesma coisa de novo, com a tropa deles, quase invadindo mesmo assim, tudo! Um já ia queimando o paiol de arroz... derramava o que tinha da gente... escolhambava tudo... Ele falou: “Ó, vocês não vão usar nada aqui não!”. E as crianças chorando, com medo... e fome! Até hoje eu me sinto, assim, as minhas irmãs, aconteceu, na época, né? eles era tudo pequenininho... Pediam pra mim... arrumar comida pra elas,

e num tinha como, porque os militares já tinham bagunçado tudo! Queimaram o paiol de arroz, queimaram farinha, tudo! incendiaram na aldeia tudo, queimou a aldeia todinha! Aí nós ficuemo sem a casa, num tinha onde ficar! Ainda bem que era verão, é... em agosto, né?

Conforme mencionado, embora tivesse sido criado ao final de 1971, o Posto Indígena Sororó só foi instalado no segundo semestre de 1972. Há menção na literatura (Portela, 1986:53) de que frei Gil se opunha à presença da Funai entre os “Surui”, exatamente para que não fossem envolvidos na repressão à guerrilha. Tawé prossegue em seu depoimento.

Era no tempo do frei Gil que aconteceu primeiro! o primeiro que eu tou contando! Aí, nós ficuemo sem farinha, sem arroz... sem nada mesmo. Eles proibiram pra nós ir caçar, que ele disse que eles iam ficando num sei quantos tempo aí dentro da mata aí, num era pra ir não, era pra ficar dentro, na aldeia mesmo, tudo lá! e nós passando necessidade, num tinha o que comer, o que nós tinha, eles tocaram fogo! Queimou farinha, arroz, milho... as coisas que sempre a gente usa... a cultura que a gente tinha, né? A gente tava fazendo... planejando pra fazer festa nesse dia, né? [karuwara] que eles chegaram, bagunçando lá, e nós num sabia não... Aí nos ficuemo tudo... desesperado mesmo! (...) E as crianças tudo com fome, dormia com fome! O que nós tinha, tocaram fogo mesmo! Aldeia já tava limpo, queimou... aldeia era bem pouquinho, não é igual aqui não, era bem pouquinho... mais ou menos umas seis casa, por aí tinha, assim, era bem pouquinho. Aí eles foram embora! foram lá pro rumo da Serra das Andorinhas, lá eles ficaram. Ouvimos muito aquele... tiroteio! muito avião rodando aí por cima....

Toda a população aikewara, neste período, não devia ultrapassar cerca de 50 indivíduos. Os dados disponíveis são de um período anterior, quando Vieira Filho (1970), médico da Escola Paulista de Medicina que

acompanhou frei Gil à aldeia em algumas viagens, registrou em 1969 apenas 42 pessoas. Já em março de 1975, havia 64 indivíduos, sendo que quatro mulheres estavam grávidas (Queiroz, 1975). Com o seu território totalmente ocupado e interdito pelas forças repressivas, proibidos de ir à roça, de caçar, coletar ou pescar – às vésperas do ritual do karuwara que iriam realizar –, com o incêndio da provisão de arroz e de milho, assim como das casas na aldeia com seus pertences, os Aikewara tiveram deliberadamente destruídas pelas militares todas as suas bases materiais e simbólicas – e, portanto, culturais, de existência. No trágico relato, Tawé ressalva o fato de estarem na estação seca (“verão”), no mês de agosto, quando foi possível sobreviver em pequenos abrigos até que a aldeia pudesse ser reconstruída com a retirada temporária das tropas, em novembro de 1972. Tawé relata uma das últimas visitas de frei Gil à aldeia e algumas de suas explicações sobre o que estaria então ocorrendo.

Aí depois que terminou essa... essa “guerra” que tavam fazendo [1ª. campanha], aí o padre apareceu de novo, né? Aí ele contou tudo pra nós:

— Ói, esses militares que vêm de Brasília... Rio de Janeiro procurando a pessoa aí - ele explicou pra nós, que podia ficar atento, né? que nenhum de nós que num era pra ir junto com ele não, que era muito perigoso!

Ele avisava pra nós! Aí então nós num saía, num saía não!! (...) Tava com mais de 20 dias que aconteceu, aí ficou calmo. Nós “as-suntava” escutava] só aquele tiroteio por aí, aquele “tirão” grande! Soltando sei lá que era,... granada, uma coisa assim! Eles já tinham matado num sei quantas pessoas lá... Aí depois que terminou essa “guerra” que eles fizeram pra lá, esse mesmo padre que vivia aqui na nossa aldeia [Frei Gil Gomes Leitão], ele falou assim:

— Rapaz, vocês tão precisando de muita coisa, mesmo! (mostramo pra ele, ele levou tudo lá...).

Ele falou:

— Eu tenho que ir pra Belém - conversar lá com autoridade lá, em Belém, né? Agora num sei com quem que ele falou.

Eu acho que eu me lembro foi no tempo do tal de... SPI, né? Eu acho, uma coisa assim, né? Ele foi prá lá, conversar com ele, pedindo uma ajuda..., pra dar a roupa pra gente também, que nós perdemos tudo, a rede... essas coisa assim. Aí ele falou assim:

— Ó, esses militares vieram aí, fizeram guerra aí... morreu um monte de gente aí, gente boa aí, morreu aí (eles tinham um bocado de conhecido por aí, pro rumo do... Serra Andorinha).

Ele falou assim:

— Ó, eu vou comprar alimento pra vocês, farinha, mas vocês têm que ir buscar lá, de animal.

Ele foi pra lá e... comprou bem uns 10 sacos [de farinha], ele comprou pra gente, pra gente ir vivendo, enquanto a gente faz uma rocinha pra poder... continuar.

Tawé relata um diálogo havido com um morador quando, em companhia de um primo (finado Irikwá) e montados em jumentos, estavam se dirigindo a uma localidade chamada “Pau Preto”, na direção de São Geraldo, para apanhar as sacas de farinha que frei Gil havia comprado para aliviar a fome na aldeia. Segundo Tawé, o morador (“Cearense”) lhes falou:

— Ói, kamará,¹¹ vocês tome cuidado! aí tem muita pessoa, pessoal de polícia mesmo! eles tão atacando a gente aí! E... e tão matando mesmo! Eu num sei por quê é não, eu num entendi também não! (que ele falou). Eles me pegaram mas... eu num tinha nada a ver com essas coisas que tavam procurando. Eu esclareci pra ele! que... num sabia dessas coisa aí que... Ele tava viajando pra cá, pra ir pro Marabá (pessoal antigo ia por terra mesmo, dentro da mata, pra ir pro Marabá!). Aí ele contou tudo pra nós: - Vocês tomem cuidado! tão matando aí, pessoa aí, já mataram um monte de gente aí, na serra aqui... Eles tão pegando corpo! num sei pra onde levaram! Aí nós com medo, né? nós contemo também pra ele o que aconte-

11 Observa-se aqui a reciprocidade do termo kamará (“não indígena”) usado no tratamento coloquial.

ceu lá na nossa aldeia: nós ficuemo mais de vinte dias como fosse preso, nós num tinha nada, até hoje! Eles tocaram fogo na aldeia também... Ele viu, né, quando ele passava por aqui, ele viu a situação: tudo queimado e a mata ia queimando também... se nós num apagasse, ia embora o fogo aí... tudinho! Aí nós arrisquemo tudo ainda, eles proibiram pra gente num fazer nada, né? e nós tinha que apagar o fogo, pra num ir... queimando aí pra dentro da mata. Foi assim que nós fizemo... (agosto 2013).

A ocupação militar de toda a região, já na segunda campanha empreendida pelas forças repressivas, encontra-se documentada na literatura. Em 1979, numa das primeiras publicações sobre a Guerrilha do Araguaia, o envolvimento dos Aikewara foi registrado:

“As tropas ocupam estradas, fazendas, sedes de castanhais, a aldeia dos índios Suruí. Abrem algumas picadas na mata. Utilizam helicópteros e aviões. Recrutam bate-paus locais aos quais pagam diária de 25 cruzeiros. Distribuem boletins dirigidos aos guerrilheiros, destacando que “era inútil prosseguir no caminho da luta” e insistindo no conselho dos que se julgam todo-poderosos: ‘Entreguem-se’” (Moura, 1979:44).

Umasu, que tinha à época menos de 30 anos, casado com Arihêra, então grávida do seu quinto filho, também se recorda do recrutamento e dos tiroteios no entorno da aldeia velha.

*Tinha um coronel, mais mais... perigoso! trouxe corda. Ele disse:
— Esse aqui é pra amarrar bandido!
Eu falei assim:
— Pra quê isso aí?
— Esse aqui é pra amarrar esses doidos aí ...
Aí ele combinou com velho Mariano, né? [trabalhador braçal do Posto da Funai]:
— Nós tamos precisando de... pra ir mostrar na mata, pra nós.*

Sabe que nós num sabe nem pra quê esse aí! Aí nós num sabia de nada, aí nós foi assim mesmo, enganado!!

Aí depois tava escutando tiro por ali, né?...

— Será que tá matando gente? Já num tem mais jeito não, eles tão aqui na mata, só tiro que a gente tava escutando por ali, tavam atirando!!

Ele [Mariano, trabalhador braçal do Posto da Funai] falou assim:

— Alguém de vocês que... cada um... eu vou... escolher pra vocês, andar cum eles... Você vai, cada um índio vai pra cá, cinco soldado acompanhando vocês.

(...)

Aí entremo na mata! Aí meu cunhado, finado Kuimúá (ele morreu já), rapaz! meu cunhado num aguentou, ta com “pira” demais!... [feridas de picadas de insetos] tudo pintado, nós tava chegando, nós tudo pintado, só mosquito mesmo! Nós num aguentamo... fiquemo... nós procurou, nós vimos só rastro dele [kamará], que tava passando! Encontremo rastro dele... daí ele sumiu, num sei pra onde que ele foi!

Em tom de ameaça, os militares caracterizam o “terrorista” para os Aikewara como a figura do “inimigo” que iria lhes “tomar as terras” - e que por isso era preciso combater. Umasu prossegue o relato do fato ocorrido, provavelmente, entre uma campanha e outra:

(...) Aí começou, ele andou de novo aí... ele [militar] falou pra mim:

— Umasu, a hora que eu precisar de vocês de novo, nós vamos vir de novo! Talvez tem alguém ainda aí, tem muita gente! (sabe que índio num sabe de nada, né?)

— Tá bom - eu falei assim. Depois que ele falou pra nós, ele falou pra mim:

— Tu sabe por quê que nós tamos levando vocês? Porque é “terrorista”, rapaz! ele vai tomar todinha a terra de vocês! (ele falou pra mim). Esse aí é muito perigoso! você vai ficar sem terra de vocês!

Eles já queria tomar tudinho - ele falou - a terra de vocês! por isso que nós tamos procurando! Num sabia nem o que é nada...

[N]aquele tempo a gente num sabia de nada... eu num sei pra quê que chama “terrorista”! Nós num sabia o que era “terrorista”, “comunista”, nós num entende o que era “terrorista”! Depois que terminou, eu fiquei até o final, mataram tudo! Depois que terminou, foi ‘mbora, soldado espalharam tudo. Aí eu vim ‘mbora pra casa (agosto 2013, grifo nosso).

Arikasu, que também tinha à época pouco menos de 30 anos, narra a sua versão da invasão da aldeia, as privações impostas e de como eram vigiados pelos militares.

(...) Eu foi pro mato [caçar]... aí quando chegou militares, né? aqui na aldeia... (eu num tava aqui não... eu tava pro mato!) Quando eu cheguei, mulher, ele [ela] encontrou eu, né?... Eu tava esperando lá no caminho, aí ele [ela] me contou:

— É... kamará! tem muito aqui!!

Aí eu:

— Qual kamará?

— Não! num sabe nada, rapaz!

Ele chama marehai, né? Soldado, militar, né?

Aí eu cheguei lá e... tudinho tão cercando tudinho a casa, e um e outro! E eu cheguei aí... e ele falando pra mim, aí... eu falei com ele:

— Mãea upá pikó, marehai? (O quê que ta fazendo, soldado?)

Ele num falou nada!

— Aí nós vem aqui... - aí num sabia o quê que ta acontecendo! Aí chegou avião ficou aí... helicóptero... rodando aí em cima de... aldeia! Aí todo mundo, mulher com medo! Aí entrou na mata, tudo! Aí nós quer saber o quê que ía fazer, né? Aí nós assim (nós chama taratirating, helicóptero, né?), aí assim:

— Kusó mia miawêi kusó mياهو!! Ele [elas] falou pra esconder, né? [as mulheres] Aí todo mundo na casa ficou com medo, todo!

— Num sei o quê que vai fazer com nós! - ele [elas] falou, o pessoal... mulher falou.

— Não! ... kusó mياهو ure pupé misaw! (as mulheres se escon-

deram nas nossas casas). Aí ele entrou tudinho pessoal ... aí ele ficou... Aí escureceu... aí ele [soldado] falou pra todo mundo né? Pra nós: - Quando tiver... pra urinar, é pra avisar!! - ele falou. Aí ele ficou com medo! mulher, menino, tudo! Meu filho pequenininho ainda, no braço ainda, na mão... Aí tiraram desse... cará, carazinho pra comer... eu num podia trabalhar! [ir pra roça] — Não! vocês num pode sair não! - ele falou - Que nós vamos precisar de uma pessoa pra atirar neles, de vocês! ele falou. Nós fiquemo todo mundo... parado! sem trabalhar! eles [elas] tirava inhame... sytiwa, batata... só! — Vai buscar macaxeira, ligeirinho! pra voltar ligeirinho! (tinha que falar pro soldado, né?) — Nós vamos buscar uma... uma coisa pra comer! Aí nós... foi buscar ligeirinho, aí parece que passou três dias que ele ficou aí na aldeia, cada uma... que ele ficou assim, no canto. (...) Aí vem aqui, aí telefonou... [falou pela fonia] helicóptero vem de novo, rodou aí em cima lá da aldeia! Todo mundo ficou caladinho, todo mundo... a mulher! Só home ficou lá fora! (agosto 2013).

4.2 “Recrutamento” e maus-tratos

Porque... eu num queria andar com eles, mas eles falava pra mim que eu era obrigado porque eu era índio, né?” (Tiwaku, agosto 2013).

O “recrutamento” compulsório dos Aikewara pelas forças repressivas à guerrilha foi documentado na literatura existente, referido sobretudo à segunda campanha. Numa publicação datada de 1986, o autor mencionou o rompimento das relações da Igreja com os militares e o “recrutamento” dos “Suruís” (sic):

“Agora, o relacionamento da Igreja com os militares chega a um quase rompimento. Primeiro foram os índios suruís, uma aldeia de 75 pessoas desgraçadamente civilizadas e que não foram poupadas durante o “tempo da guerra”. Além de terem sua aldeia cortada

por uma estrada operacional, por onde as tropas se locomoviam no combate à guerrilha, estrada que sai do km 48 da Transamazônica e atinge o município de São Geraldo do Araguaia, os suruíis foram também “recrutados” para guias das forças do governo na selva. Mas eles possuíam, como uma espécie de escudo ecológico, o dominicano Frei Gil Gomes, que primeiro entrou em atrito com a Funai (...), favorável à nova atividade dos suruíis, e depois com os militares. Frei Gil fez de tudo para evitar o emprego dos índios como guias. Os soldados chegaram a receber ordens superiores para prendê-lo, sem dar a mínima para a Igreja” (Portela, 1986:53).

Campos Filho (2003) faz referência tanto à ocupação da região quanto ao recrutamento dos “Suruí” na segunda campanha:

(...) “as tropas foram estabelecendo uma nova relação com o povo da região, ao mesmo tempo em que realizavam emboscadas nas estradas, grotas, roças e capoeiras. Ocuparam a aldeia dos índios Suruí, obrigando-os a servirem de guias. Espalharam bases militares por toda a região (...). Várias picadas foram abertas na mata com o apoio de bate-paus; aviões e helicópteros passaram a bombardear locais suspeitos de serem refúgios de guerrilheiros. Era a Operação Manobrão, comandada pelos generais Viana Moog, Antonio Bandeira e Hugo Abreu. (2003: 119)¹²

Então, praticamente monolíngues, apenas os mais jovens, entre eles Tawé e Api, falavam um pouco a língua portuguesa – os Aikewara foram tomados de assalto pela invasão dos militares na aldeia, causando pânico. É importante salientar que eram ainda recentes, na memória de todos os mais velhos de então no reduzido grupo, os tiroteios, incêndios de aldeia e mortes nas correrias provocadas por garimpeiros e castanheiros. No segundo semestre de 1972, chegaram os funcionários do Posto

¹² Há ainda outra menção ao recrutamento dos “Suruí”: “Na área sul do Araguaia, a sudoeste da Serra das Andorinhas, os militares recrutaram uma tribo inteira de suruíis” (Stuart, 2006: 246).

Indígena Sororó, recém-instalado e subordinado à 2ª Delegacia Regional da agência tutelar (Belém), assim como outras tropas de militares. Tawé prossegue em seu depoimento:

(...) Aí chegou... pegando a gente de surpresa de novo... Aí foi a vez que... a Funai já tava na época, tinha chegado, num acabou direito de chegar não! Ele chegou nessa época, a Funai chegou, eu tava bem novato, Kwahi também... Aí... nós num sabia o que que a Funai ia fazer com a gente também... Com o susto que nós tava, que o militar tava fazendo com a gente, aí nós pensava que era o deles [agentes da Funai] também, né? a gente com medo, tudo... Aí o Tiwaku falou assim pra nós:

— Não, esse povo é pessoa boa, que eles vão trabalhar com a gente, eles são “Funai”, né? Eles ta aqui pra gente conversar com eles negócio de terra aqui, aonde vocês vivia mais, que eles querem saber, a Funai, o pessoal da Funai.

Aí tá bom, aí que o pessoal “calmaram” mais. Aí os militar foi na época que ele chegou! Ele chegou à base de cinco horinha... nós num tava sabendo que eles voltaram de novo! Aí... chegaram fazendo mesma coisa de novo! cercando a aldeia tudo... queria prender a Funai [o chefe do posto], tudo... lá... Ai a Funai [o servidor] mostrando a identidade pra eles, documento tudo... que eles era também tudo pessoa de órgão também... mostrou tudo lá pra eles. Aí eles “calmaram”. Aí a Funai pediu pra ele [soldado] “calmar”, né? pra num fazer isso, assustar mais o índio, que... tinha medo! Aí ele [soldado] falou:

— Não, não, nós tamo aqui mas num é pra... causar violência com eles não! - que ele falou assim -Apenas que nós viemos por aqui de novo... viemos pra conversar com vocês aqui também, com pessoal da Funai (que foi na época do Antonio Pereira, sabe?).

Aí ele conversou lá cum Antonio Pereira [técnico indigenista, o primeiro chefe do PI Sororó]. Conversaram... aí nós fiquemo lá atento também, né? Com medo! Aí pessoal da Funai falou cum nós:

— Não, nós já conversemo com eles [soldados], apenas o que eles querem... mostrar o rumo pra eles, pra eles ir de novo! Porque eles já ta mais de ano, já era outra tropa, não era mesminho não! Já era outro militar, que já... que já vem falaram por nome... Exército, né, eles falaram que “somos pessoa de Exército, tropa do Exército”, eles falaram assim, eles conversaram com ele, com Pereira, como é que podia fazer. Se pegasse algum índio... queria ir com ele, investigar aí a mata, que os índios que conhece mais a mata. Uma luta pra gente... a Funai ... conversar com eles mesmo! Falou:

— Rapaz, e daí... eu acho que num... num tem como, né? Porque logo o que vocês tão querendo... é muito perigoso!

— Não! num vai acontecer nada isso! Apenas o que eu quero... eles... ao menos uns dois (apontando pra nós!), que eles sabe aonde é... o local, pra onde... que a gente ta indo, tudo! - era pra... ensinar, né? Aí... acho que concordaram com ele, né? Com a Funai, nós num tava sabendo!

Já no outro dia, seis horinha da tarde, Antonio Pereira chegou lá na pequena aldeia, falando cum nós. Ele chamou eu, o Api, ele falou assim:

— Api, Tawé, tu vai mais essa turma, mostrar o rumo pra ele! Aonde chegar no local que eles querem ficar, vocês vão voltar!

Aí falei:

— Rapaz, a gente vai, né? nós vamo fazer pra ele assim, mostrar!

Aí ele falou:

— Vocês vão deixar eles no local que eles querem ficar, vocês vão voltar! Eu pedi pra ele... vocês voltarem!

Aí nós fizemo isso, nós levamo, ensinamo pra ele:

— Ói, daqui pra frente é... todo morador que tem aí... (mas nós num sabia quem era pessoa, né?)

Ele falou:

— Então ta bom.

Nós pedimo pra ele que nós ía voltar.... Aí deixa lá... pessoa dele... ele segurou nós!

— Não! daqui vocês num volta mais não! Se voltarem, é muito perigoso, pode querer... um alguém... num conhecer vocês lá e... querer fazer alguma coisa... Agora daqui vocês vão com nós!

De acordo com o relato de Tawé, os agentes tutelares no Posto Indígena recém-instalado acabaram por avaliar o recrutamento dos Aikewara pelas forças repressivas. Em princípio, segundo o diálogo entre os militares e o servidor, seria “apenas para indicar o caminho na mata e retornar à aldeia” – e não seguirem guiando as tropas. Tawé prossegue em seu relato:

Eu falei:

— Não! mas nós conversemo com pessoal da Funai!

— Mas eu vou falar com ele aqui no rádio.

Aí eles falaram, no rádio, aí (antigamente eles tinham rádio amadorzinho, né? aquele radinho, de falar). Aí eles falaram lá... dentro da mata pra... onde nós deixamos, falou com a Funai. Ele falou:

— Não, mas vocês num pediram que era pra vocês... ele ir com vocês nesse local?

Ele falou [soldado]:

— Não, mas nós num conhecemo esse local aqui, e nós queremos continuar que eles fossem mais nós!

Aí eu falei:

— Rapaz, e agora? Como é que nós vamos fazer?

Aí ele falou assim: “Então vocês vão!”. Aí... eles [militares] conversaram de novo lá com ele [agente da Funai]:

— Vocês leva eles, mas com cuidado!! Vocês leva eles... vocês leva... com muito cuidado... num vão fazer nada com eles... E é muito perigoso! (que ele falou pra ele, a Funai tava falando). Aí falaram lá, e ... e nós sem saber, né? Se nós ia pra morrer também... ou não, nós num sabia! Nós fomos assim como inocente mesmo!

Tawé enfatiza as ameaças e maus-tratos a que começaram a ser submetidos enquanto ele e Api iam guiando as tropas na mata, rumo à Serra das Andorinhas.

Aí tinha um deles que era muito 'grosso' [grosseiro], foi 'grosso' com nós!!!

— É, vocês têm que acompanhar nós, porque se vocês num ir... ir com a gente, num mostrar o rumo... nós vamos pegar vocês! - apontando a arma pra nós, e nós num podia falar nada...

Aí falei:

— Não, não! Tá bom.

Continuando... Aqui e acolá ele queria obrigar nós, pra onde que nós tava indo?

— Ó, nós tamos indo, pra estrada que vocês querem ir, por aqui!

— Não, nós quer ir num lugar que nós tamo querendo... num lugar que chama Serra da Andorinha!

— Pois é, por aqui mesmo...

Aí esse cara, esse militar era muito mau demais!... Nós pedimo pra ele alimento, num deu pra nós... Nós tava com sede, num dava água pra nós, e, quando ele tava bebendo água e se alimentava, nós ficava olhando pra ele, com fome! Dois dias! (primeiro, o começo). Aí nós continuemo de novo. Aí eu falei:

— É, Api... é assim mesmo! O quê que nós vamos fazer? (falando... na "gíria", né?) [i.e. no próprio idioma]

Aí, embora, levaram quase nós pro rumo assim... Levaram nós quase empurrando assim! Eu falei: - Calma! mais devagar.

Tawé e Api testemunharam as torturas impingidas aos moradores locais, tratados como suspeitos de dar alimentos e apoio aos guerrilheiros:

(...) Aí começaram pegar aquelas pessoas, né? morador, começaram a judiar... e... fizeram muito serviço com eles, amarraram pela perna, a mão... pra trás... botaram a corda, dependuraram assim... através da casa assim, bateram muito! Num podia falar nada, né? Aí tinha um deles que... morador ia correndo, fugindo, né? Pegaram ele correndo, metralharam atrás dele... sorte que num pegou nele o tiro! Pegaram ele, amarraram ele, judiaram ele, tudo! E nós... vendo aquilo, né? Num podia falar nada! Aí começaram

a pegar lá os moradorzinho!... Eu acho que fizeram estupro com a família deles também tudo... eles era ruim, mau, esses povo aí... Batiam nas mulher, estupravam a família deles... tudo! O que nós vimos a gente viu, né? A gente num podia falar nada! Eles pegaram, um monte de gente... amarraram a mão pra trás, tudo... falando de morador em morador, onde é que morava mais pessoa...

Com a fome crescente, há três dias praticamente sem comer e sentindo sede, foram obrigados a comer charque cru, dada a interdição de acender fogo.

Aí nós chegemo num local que chamam... Xambioazinho... O Api, quando era pequenininho assim, mais ou menos assim, tinha... 10 anos mais ou menos, de idade, esse homem pegou ele aqui na aldeia, levou ele pra lá, pra trabalhar com ele, ele (re)conheceu ele, ele falou:

— Ô Api, por aqui? O quê que tu ta fazendo aqui?

Aí... contamo pra ele:

— Não! Nós tamo aí com a turma aí. Aí esse cara que ficou com Api foi pego também, algemaram ele, judiaram ele... ele [soldado] acabou com as coisas que ele tinha... tudo! Mataram meio mundo de... criação que ele tinha lá, vaca, né? Boi... porco... bode... eles tinha tudo... Fizeram churrasco lá! Aí lá eles ficaram. Aí nós pedimo pra ele:

— E aí “doutor”, nós vamo pra onde agora?

— Não, vocês vão ficar mais... mais três dia aqui com a gente!

Aí... nós fiquemo lá. E eles passando numa boa... e nada nós! A fome crescendo na gente, a fome crescendo!

— Ôi, alguém deram comida pra esses (chamavam nós de) kamará, né?

E ele falou:

— Não.

— Rapaz, o quê que é isso, rapaz? Dá menos um... algum frito de farofa pra eles comer! Eles tão com fome, desde três dias, hoje! [há três dias não comiam] - Aí falou:

— Se vocês não arrumarem pra eles... eu vou dar um jeito, né?
Aí falou lá pro... comandante dele pra trazer mantimento pra ele lá, faz de conta que era pra nós né? Pra eles também... Mas eu pensava que nós ia comer comida que a gente tem costume de comer! Trouxeram a carne, aquela carne... que vem... enrolado num plástico, que chama... parece que é charque, uma coisa assim, né?
Aí ele entregou lá pra nós:
— Agora vocês vão comer!
Nós falamos:
— Não! nós tem que acender o fogo!
— Não! não é pra acender fogo, não! vocês vão comer assim mesmo!
Aí tinha que... comer assim mesmo!
— Cadê a água pra nós também?
Num tinha também. Eles tinha, mas eles num queria dar água pra nós, não!

Tawé se recorda bem da presença de um certo “Doutor Antonio”, na segunda campanha das forças repressivas. Antes de retornar à aldeia, mais uma vez entraram na mata:

(...) Aí chegou um... parece que um tenente deles, ou major, uma coisa assim, por nome...eles se tratavam conhecido por nome “Doutor Antonio”. Ele era um cara alto, magro, ele era... chefe deles, comandante, chefe geral. Aí nós falemos pra eles:
— Quem era o comandante geral mesmo?
— Não, ele tá chegando, daqui a pouco tá chegando!
Chegou lá no avião, onde nós tava... Aí falei pra ele pra onde é que nós ía, daqui pra frente? Ele falou:
— Não, daqui pra frente vocês vão pra aldeia, eu vou levar vocês pra lá.
Tá. Aí, com a fome! Nós fiquemos lá com esse primeiro... Aí ele falou assim:
— Antes de ir pra aldeia de vocês, vocês vão com o pessoal, dentro da mata!

Eu falei:

— *Pra onde?*

— *Não! vocês vão aí, caçar aí! (aí nós tinha que ir). De tarde vocês vão embora, vou apanhar vocês!*

Aí... entremo na mata com eles! E eles sempre... quase gritando com a gente mesmo, querendo empurrar a gente por aí assim... Falei:

— *Não, meu amigo, num é assim, não!*

A gente tava vendo o local pra gente ir, porque a gente... Ele queria que nós entrasse [como se] fosse um... bicho do mato! Rasgando mesmo assim!

Tawé também se recorda dos quatro dias que andaram com o Josias (Tobias Pereira Jr.), que se entregou ao Exército ao final de 1973 (cf. Moraes & Silva, 2012:581) e que os acompanhava para indicar os locais de refúgio dos companheiros:

Aí, ele já tinha pegado um desse, que ele chamava, que povo... que nós conhecia, eles deram o nome pra nós...

— *Vocês tão vendo esse rapaz bem aqui? Nós tamo procurando! São... tem dez pessoa dele aqui dentro da mata! Que vocês são acostumado a mata aí, vocês conhece... Se vocês primeiro do que nós avistar o vulto assim, vocês pode sentarem assim, ligeiro, que a gente... dá um jeito nele!*

Ele [militar] falou assim, explicando assim pra nós (a gente num falava nada...).

— *Esses cara que são “terrorista”! Que ele falou pra nós - nós num sabia quem era, ele deu o nome pra nós aqui. - Nós tamo à procura a turma desses cara que chama “terrorista”, eles tão por aqui!*

Aí... falou pra ele lá, pra esse rapaz lá que... ele era até um médico ele, por nome Josias, nome dele, verdadeiro, ele era médico deles lá... gente boa! Aí ele falou assim:

— *Cuidado! O pessoal acho que... armaram uma mina por aqui (mina, que eles chamam... bomba, né?). Enfiaram aqui dentro da mata aqui, tá tudo cercado de mina por aqui!*

Ei, rapaz! um perigo que nós tava! Nós passamo bem pertinho duma! Aí Exército fizeram pesquisa lá, que eles são... acostumado, ele achou uma lá. Eles [militares] tavam com ele [Josias] ... Aí nós ficuemo quatro dias cum ele, dentro da mata, quatro dias... Aí com quatro dias nós voltemo pra aldeia, de novo, primeiro. Aí nós acabemo de chegar, assim como hoje, à tarde ele foi de novo atrás de nós... foi lá de novo. E o Josias ficou cum eles.

Tawé reporta o desconhecimento e a incompreensão em relação à caracterização do “terrorista” como inimigo, assim como àquela situação de guerra e ao que os militares lhes diziam, enfatizando a imposição do silêncio pelo medo:

Eles [militares] falaram que foi assim: esse povo chamado por nome “terrorista” fugiram de num sei aonde, do Rio de Janeiro... de Brasília pra cá, né? Diz que... eu acho que por causa de negócio de política né? Eu entendia uma coisa pouca na época, eles falaram, contaram: “Não, porque aconteceu assim: política! Porque perderam (eu num sei quem foi que perdeu, um de política, né?) aí começaram a briga, brigaram contra militar, essas coisa tudo, acho que... pegaram a arma de militar, falando, botando desculpa, sei lá, num sei como foi que aconteceu mesmo! Um deles falou que... assaltaram banco... sequestraram policial de lá também, num sei aonde, acho que foi em Belém, num sei”, eles contando pra nós.

— *E nós tamo à procura deles! a turma dele tá aqui! Ele tem que contar pra nós aonde que eles deixaram o resto da turma!*

Ele [Josias] contou pra ele [militar]:

— *Tá nesse local, pra cá assim, tal lugar, tal tal ...*

Assim nós fomos com ele, assim mesmo, com medo! A gente num podia dizer nada... faz de conta que a gente era mudo, né? Num podia falar.

Em seguida, o encontro com Walquíria (Walquíria Afonso Costa), em Xambioá. Tawé relata que retornaram à mata, desta vez com os dois, Josias (Tobias) e Walquíria:

(...) Aí nós voltemo de novo... com esse rapaz e uma mulher. Nós voltemo pra cá, pra mata, de novo. Ainda hoje tem um lugar que chama... São Raimundo, né, aqui perto. (...) Essa mulher diz que vem de lá, de Brasília, junto com eles! Era do pessoal deles, tava o Josias e uma mulher. Essa mulher foi pega por nome... Walquíria! E a outra chamava Dina [Dinalva Oliveira Teixeira], torturaram ela pra lá... Aí ele falou:

— Falta duas mulher, a Waquiria, a Dina e a... - eu num me lembro da outra mulher que ele falou.

Ficou, faltou uma, era três mulher e seis homem que ele tava procurando! (...) Esse Josias... ele transferiu pro Xambioá, na hora que aconteceu essas coisa (pra cortar o corpo, né?), levaram ele pra lá, pro Xambioá, junto com essa mulher... (...) Num vimo mais, não. De lá eles desapareceram (agosto 2013).

O relato a seguir é de Api, que, assim como Tawé, tinha então menos de 20 anos de idade, ainda estava solteiro e foi um dos primeiros a serem recrutados pelas forças repressivas, junto com outros três indivíduos mais velhos e exímios caçadores, através do trabalhador braçal do Posto da Funai (aqui mencionado). Em duplas, seguiam à frente de recrutas inexperientes, durante a chamada “primeira campanha” no combate aos guerrilheiros, onde sobressai o tratamento como prisioneiros de guerra e o seu sofrimento:

(...) É... nós sofremos demais (...). Nesse tempo que aconteceu essa “guerra” aí, nós num sabia de nada, nós entremo assim mesmo, sem saber de nada! (...) inocente mesmo nós entremo, num sabia de nada! [(...) De noite, primeiro, foi mais Tawé, nós ia assim, nós pegava tudo a camisa assim... [agachados, andando na mata, segurando a camisa do que estava à frente] e Tawé na frente de mim

e eu atrás dele! E a polícia pegava assim, nós ia no escuro (...) caçando a “pinicadinha” [trilha estreita] de noite, no escuro! Até que nós cheguemo de madrugada (...) aí no S. Raimundo! Rapaz, era perigoso! Nós... no espinho... era perigoso pra nós, era muito difícil mesmo pra nós! A polícia tinha lanterna, mas num tinha coragem de alumiar pra nós nada a estrada, pra nós ir! Nós fomos de madrugada, nós cheguemo lá, com Tawé. De noite, num sei que hora nós passemos debaixo de cipó escada... Nós, lá na frente nós saimo de novo na estrada... nós caçando com pauzinho assim a “pinicada” [trilha, na mata], no escuro, só mesmo só estrela ainda, no céu ainda! Aí nesse dia, nós paremo, fiquemo bem um pouquinho..., eu mais Tawé, nós fiquemo... Daqui a pouco a polícia entrou de novo! Cinco hora da tarde de novo! Lá pra aldeinha, pra pegar eu. — Rapaz! soldado vem atrás de tu de novo! [o servidor da Funai] — Rapaz, pra quê?

— Rapaz, vocês vão! vocês quatro!

Primeiro dia que ele pegou nós, nós quatro! Era eu, “Moreninho” [Warini], Arikasu e Marahy. Aí nós fomo pra frente. Aí nós fomo... Aí noutra dia amanheceu pra nós de novo... Aí cada um espalhou pro outro rumo! [em duplas, foram para direções distintas].

Api prossegue relatando a saída com seu meio-irmão, a quem chamam “Moreninho”, forma como os não indígenas, em geral, ouvem o seu nome, Warini:

Aí nós fomo pra cá mais “Moreninho”, pro Jacaré Grande... Jacaré Grande (no rumo da OP3) que nós fomos (...). E o Arikasu foi lá pro lado da serra [das Andorinhas] mais o Marahy. Eles [militares] ainda pegaram a corda branca no São Raimundo, nós descemo lá no Matrinchã, lugarzinho chamado Matrinchã... [antigo garimpo de cristal de rocha] Nós fiquemo lá... Nós fiquemo... aí nós foi ‘mbora... pro mato, mais o “Moreninho”.

Os maus-tratos e as humilhações que sofreram na estação das chuvas, na mata, já em 1973 (terceira campanha), em companhia de um guerrilheiro, o “Ari” (Arildo Valadão), tornado prisioneiro, são relatados por Api:

(...) Nós num comia direito não... Nós parava de... de fumar cigarro, parece que era cinco hora da tarde! Aí polícia num deixava mais nós fumar, não! Nós parava tudo... ficava tudo quietiinho... Aí amanheceu o dia, rapaz, tinha o kamará que a polícia tinha pegado, kamará aí, no mato, nós andava mais ele...[Ari]. Aí nós fizemo a tarimbinha [cama com folhas e galhos] assim de noite, no inverno ainda! tinha uma ladeirinha assim meio caidinha, nós fiquemo bem em cima da ladeirinha... a barraquinha. Aí deu uma chuva grande pra nós... aí a água passou por nossa costa! Aí nós: — Rapaz! Que ta correndo a água aqui por trás da nossa costa! — Então ‘mbora forrar, passar um plástico aqui! Aí nós levantemo de noite! Passou o pano pra limpar assim a nossa costa... Aí pro kamará [Ari] num forrou, num botou plástico, não! Aí ele ficou vermelho a noite toda (...). Ele amarrava assim, a polícia amarrou ele aqui e aqui [pulsos] e aqui o mocotó [tornozelos]... ele num se mexia, não! Primeira coisa ele falou: — Caboclo! Eu tou é com frio! A água passando aqui por debaixo da minha costa! — Fica quieto! A polícia é malvada demais! Amanhecia pra nós. Aí a polícia soltava ele, desatava a corda dele... eu acendia fogo pra nós passar café (nós dois que passava! Kamará que tava amarrado), nós acendia fogo pra ele, ele que fazia comida pra nós, nós comia! Pegava... aí nós comia jabá cru também, comia com farofinha seca ainda! Aí acabava rancho pra nós, aí aviãozinho derrubava assim... comidinha pra nós, bolachinha... charque... um charquezinho que... jogava no mato pra nós, nós ficava caçando assim pra nós comer... naquele tempo! Caía num galho de palha... caçava aí... nós ficava catando lá... pra nós comer... (...) Na hora que nós descansava um pouquinho assim no meio do mato, a polícia dava facão pra ele... tudo a polícia dava:

— *Amola nosso facão aqui! - aí falava pro kamará.*

— *Esse aqui é pro teu pescoço, que ele tá amolando aqui...*

— *Rapaz, num fala isso não! - que ele falou. Eu ficava com pena desse homem! (...).*

Nós achamo jabuti, três jabuti aí no mato por aí (pra polícia botar no paneiro [cesto] pra jabuti!).

— *Não, deixa aí! Nós pega pra ele!*

Aí ele pegava, ele colocava no paneiro [cesto], ele vinha pesado! Eu vi o pé dele, aqui era tudo ferido, de frieira... dos dois lado! E a 'polícia' num tinha pena, não, tudo feio o pé dele (...) tudo estragado (...) só de frieira... Andava muito junto com ele! Aí depois que aconteceu esse aí, acabou. Depois que eu adoeci, não vi mais ele não, vim pra cá (...). Isso era na OP3... era... aquela estrada que ia lá pro Castanhal, lá pro... Santa Isabel. Aí nós viemo... viemo pra cá. Aí kamará que andava mais nós, o nome dele era Ari, Ari - eu conhecia ele... eu num sei nem o quê eles fizeram com ele, se eles mataram... no tempo que nós andava cum ele, ele tava vivo ainda (...). Só Umasu que conhecia ele [Ari], no tempo [em] que ele morava, trabalhava aqui também, no Consolação. Só no "tempo da guerra" que eu vi, num sei pra onde que eles [militares] pegaram ele... andava muito com ele... Nós andava muito nesse mato aí... nós sofria demais!! Passava sono... num dormia direito, não!! Eu na redinha, aquele, garimpeirinho pequenininho, né? Atava a rede dessa altura assim, baixinho mesmo, pegava mosquito, passava fome, a gente... É, dormia assim... cada um faz... O cabo, o sargento, fazia barraquinha separado pra ele, soldado mesmo, na casinha de bananeira assim, dormia tudo junto, dormia tudo no chão! Mas num dormia na rede, não! No chão mesmo que nós dormia, mais "Moreninho"... Rapaz, nós sofremo demais!

Kamará é a forma como os Aikewara denominam os não indígenas em geral. Mas, nesse depoimento, Api se refere, emocionado, ao "Ari" (Arido Valadão), que, tendo sido preso – tinha os pulsos e os tornozelos amarrados durante a noite e os pés muito feridos –, foi obrigado a seguir com

as tropas, na mata (com Api e Warini), passando café e fazendo comida, carregando carga pesada – o “paneiro” (um tipo de cesto grande) com jabutis – e indicando os refúgios onde se encontravam seus companheiros¹³. Api relata as condições desumanas a que foram submetidos, por períodos prolongados na mata, com fome e sem dormir:

(...) Ficava muitos dia! A pessoa da Funai ficava preocupado em nós, só que nós demoremo muuito!! Eu mais “Moreninho” aí no mato, pensou nós tinha morrido tudo aí no mato! Era o véio Mariano [trabalhador braçal do posto, servidor da Funai] que ficava aqui, véio Mariano... Aí nós ficava, ele mandava rádio no acampamento da polícia, procurava nós:

— Nós tamo vivo ainda, no mato aí!

Aí nós fiquemo, fiquemo, fiquemo! Aí nós viemo de novo! Nós viemo de novo... mais “Moreninho” [seu irmão mais velho, Warini], aí me trouxeram pra cá de novo, aí me pegaram de novo, me levou de novo lá pro lado do Matrinchã de novo! De helicóptero, nós fomo (agosto 2013).

Warini, o “Moreninho”, tem hoje cerca de 80 anos – tinha, portanto, 40 anos à época. Por ser um exímio caçador e, certamente, um grande conhecedor das matas do território aikewara, foi um dos homens que mais andaram com os militares. Foi a segunda pessoa a acompanhar Api. Seu depoimento, no próprio idioma, foi acompanhado e traduzido por seu filho, Arumã:

(...) Aí foi nesse dia que nós tava reunido pra jogar piçarra no campo [pequena pista de pouso aberta por eles a pedido de Frei Gil para trazer alimentos e roupas], aí foi no tempo que Exército chegou. Aí começou essa “reparação” [no sentido de “reparar”, procurar na mata]. Primeiro que vieram... foi o pessoal da Funai!

13 Conforme os registros existentes (“Relatório Arroyo”, in Guerrilha do Araguaia, 1982), Ari acabou sendo morto e decapitado em 24.11.1973.

que vieram pra vim...trabalhar com índio! Aí nós num sabia não por qual motivo que ele vinha, pra fazer... Antonio Pereira [o primeiro chefe do PI Sororó]. Aí ninguém sabia, e nem ele e nem nós também! Aí... quando ele chegou aí, eles pediram pra gente que eles queriam ver se podia autorizar o índio pra mostrar... as mata! que eles chamava esses povo kamará de “macaco”, eles dizia:

— Nós tamo caçando “macaco” aí no mato, que eles vieram aqui pro Brasil...

Aí escolheram! (eu num sabia, eu num ficava junto com eles, só Tiremé e Tiwaku que sabia!) aí que escolheram assim esses pessoal mais velho, que são... o velho “Moreninho” [seu pai], Umasu, Masara... Awasaí... essas pessoa que conhece a mata! Aí levaram pra lá. Mas também eles passaram mal, o velho meu pai sempre conta que dormia no chão...(...) era sofrido, essas coisa! (...) Olha, comer eles num comia. Dormir na rede eles num dormia, que era no chão mesmo! Mesmo tempo, quando... no inverno, quando tava chovendo, o velho falou assim que ele ficava era cum frio, ele falava pro soldado:

- Olha, nós queria barraca pra nós fazer!

- Não! num pode não!

Aí diz que dava uma loninha velha pra eles dormir dentro. (...) Nós ficava preocupado neles, porque só Api e velho “Moreninho” que ficou até quando terminou, quando acabou a “guerra”! Aí pessoal ficava preocupado neles! Finada minha mãe que ficava... preocupada neles, porque os pessoal tudinho tinha voltado... e só Api e o... irmão dele que ficou. Aí depois que eles trouxeram ele pra aldeia... Aí o corpo dele aí tudo ferido, pra onde pium esporava! Dele, do irmão dele... Api ficou doente, porque foi esporado muito de muricoça, né? Dormia no chão, quase num comia nada também... quando eles pedia comida, ele falava que só tinha bolachinha... Quando ele... acostumado comer carne, pra comer cru... O velho sempre conta pra mim que ele falou que perguntava pro polícia se podia acender fogo.

- Não! num pode não! É pra vocês comer cru!
Mas índio é acostumado a comer a... carne assada! comer cru eles num comia, não! Mas bolacha eles comia aqui e acolá, ele contava pra mim que ele sofreu muito no mato! A pessoa que tem costume comer... na casa, passar fome assim fora?! E... de noite ele diz que lençol... ele num levava! É só a... roupa do corpo mesmo! Botava palha mesmo, quando chovia, passava a água debaixo! Passava mal! (agosto 2013).

A permanência prolongada na mata com os militares, sob condições de prisioneiro de guerra, sem comer e sem dormir, as saídas seguidas foram debilitando a saúde de Api. Ele relata quando os militares os abandonaram na mata, na última vez que saiu junto com Masara. Api adoeceu em consequência das condições desumanas a que tinham sido submetidos.¹⁴

(...) *Aí nós fomo, mais Masara nesse dia. Ai nesse dia adoeci por aí! E a polícia me deixou lá no acampamento do homem lá que ia caçando no meio do mato, sozinho! (...) Ai fiquei esperando o helicóptero vim me pegar... Ai fiquei, fiquei... naada! Ai falei pro Masara: — Masara, sabe de uma coisa? Como que eu tou doente, 'mbora de pé, andando! Nós vamo passar no Brejo Grande... do Brejo Grande nós vamo pra São Domingo, de S.Domingo nós vai lá pra aldeia!* (...)

Aí nós combinemo. Ai nós foi indo... pro Consolação, andemo, andemo, andemo, andemo... Ai encontremo outra equipe que ia encontrar nós. Ai nós encontremo polícia lá. Ai ele correu lá, rapaz! pra alcançar nós... encontrar nós!

— *Não! Tou doente - eu falei pra ele.*

— *Tão indo pra onde? Tu é índio, é?*

14 Atualmente, Api ainda não completou 60 anos, mas apresenta saúde muito fragilizada. O tratamento a que foi submetido após ter sido picado por jararaca, há cerca de dez anos, resultou em deformidade na sua perna esquerda, que se inflama ao fazer esforço, como ficar em pé por muito tempo ao torrar a farinha de mandioca, por exemplo. Ele aguarda sua aposentadoria rural.

— É. Policia me deixou lá no mato... sozinho... eu tou doente, né? Desde ontem que eu tou esperando avião até agora, num vieram me pegar, vou indo de pé aqui... até Brejo Grande, de Brejo Grande vou pra S. Domingo, de S. Domingo vou pra aldeia!

— Então, para aí! Para aí que eu vou telefonar aqui... pra tu ir na... de avião. - Então tá, vou esperar. Aí esperemo no meio da estrada, né? Tava a equipe, soldado! Aí telefonou, aí daqui a pouco helicóptero desceu na estrada mesmo pra nós! Aí peguemo. Aí me trouxeram pra cá, lá pra aldeia. (...) Mas os militares falavam: “Por que estavam procurando essa turma?”. Rapaz, num sei pra quê era não... Eu não compreendo esse aí, não! Eu num sei pra quê que aconteceu essa “guerra” aqui! Eu num sei explicar esse aí, não! Nós entrou assim sem saber de nada! Era perigoso! (agosto 2013).

Masara, mencionado por Api, era à época um homem com menos de 30 anos, casado e já com duas filhas pequenas quando foi “recrutado” para guiar os soldados – foi o último a andar com Api na mata. Em seu depoimento, mesclando o próprio idioma e a língua portuguesa, acompanhado de sua segunda mulher, Wasakwai, Masara relata as privações a que foram submetidos como prisioneiros de guerra, sem saber o que buscavam, à noite, andando na mata, desarmados:

Eu num sabia, não! Aí soldado, ele falou pra mim:

— Nós vamo na mata!

— Tá bom!

— E aí, como é? Espingarda pra mim, rapaz?

— Não, depois nós damo!

Aí depois, e agora ele [veio] pegar nós de helicóptero.

— Quem que vai mais?

— É Api. Aí nós peguemo helicóptero, nós fomos lá... aí depois nós passemo aqui. Mas rapaz, ruim!!! ... mysakating... [ele diz que parecia burro de carga!]

— Tou doente!

Aí eu chamei:

— *Cadê água? Aqui tem água? Tou com sede, sede, sede mesmo!!*
Aí num tem... y'a [água]. *Aí depois falou assim pra mim [soldado]:*

— *Tu tá com sono?*

— *Eu tou com fome, rapaz!*

— *Mas rapaz!*

Até... eu comeu mysakatiróna... [carne seca], nós assemo, na mata!
Aí depois nós comeu tudinho nós fomo, na frente! Aí nós fomo
até... aí nós viu jabutizão, eu matei, eu deixei lá! Wasakwai: não
deixaram ele comer! Eles mataram jabuti, mas só que soldado
num deixaram ele comer porque num podia acender fogo, né? Ma-
sara: “É gooordo!!!” [o jabuti]. Aí:

— *Tou com fome, fome mesmo!*

Aí depois nós, rapaz... de noite, nós fomos picinada veia, [não ti-
nha] nem lanterna! Eu na frente, né? Aí o soldado aqui, aí Api
assim [atrás], aí eu na frente! Nós fomos atéee... Aí depois:

— *Cadê, Api?*

— *Não! Eu num sabe mais não! Num sei pra onde tá não! [buscan-*
do a trilha, no escuro].

Aí ele pra mim:

— *Tou cum fome muuuuito, rapaz!*

— *Tu quer comer?*

— *Eu quero, rapaz, tou com fome já!*

Aí nós comemo ipirá pó purera peú [peixe de lata]. Aí falou assim:

— *Pra onde nós vamos? - eu falei.*

Aí nós fomos atéee... lá no rio! Aí nós vem por aqui de novo! Aí nós
foi pra lá atéeee o rio! [voltaram] Aí nós veio pra cá assim, lá S.
Geraldo. Aí nós... aí nós peguemo lá helicóptero, aí nos descemo lá,
S. Geraldo. Aí depois nós foi de novo [a pé]. Aí nós fiquemo. Rapaz!
Pesado, pesado!!! [a carga que ele carregava às costas a mando dos
soldados]. [- O que era que ele carregava na costa?] Wasakwai:
“Diz que era ‘rancho’ [alimentos] dele”.

Masara: “Comida! Doce, balinha, bolacha... rapaz, cheio! cheio de
coisa! Minha redinha também... Api tava doente...”

— *Rapaz, assim mesmo, rapaz! Aí nos fomo de novo! Wasakwai:*

“Ele tava com febre e soldado num dava remédio pra ele [Api], daí continuava de novo pra frente!”. Masara: “Aí chuva, cháaa...”.

— Cumé, cadê palha? [para abrigo da chuva]

— Não, não, não! Aí só, eu tava friiiiio! espingarda tá bem aqui, cartucho aqui... Aí:

— Vai buscar palha, Api!

— Não, não, não! [soldado]

Aí nós tava pequenininho, folha! [abrigavam-se da chuva com folha pequena]. Rapaz, choveu muuuito!!! Nós peguemo o cara, né?

— Você num viu “macaco” não?

— Não! eu num sei o que é “macaco”!

Aí ele falou pra mim, pro cara também:

— O que é “macaco”?

— Eu num sei também, não!

Aí nós fomo de novo, na mata. Aí, de novo, fomo aqui, Consolação... Aí volta de novo, pra lá.

Aí helicóptero, ele passa, né? Aí ele vai lá em cima! Aí outro soldado:

— Pula, rapaz!

Aí outro:

— Não, não, não, não!

Aí baixinho...[o helicóptero] nós pula! [repete] Wasakwai: “Ele falou que o soldado tava mandando ele pular lá de cima do helicóptero e o outro falou que tinha ideia: - Não! tem que abaixar mais o helicóptero pra ele descer!” (ele tá contando...).

Masara foi o único a mencionar no depoimento, em seu próprio idioma, acompanhado e traduzido por sua mulher, uma eventual não demarcação das terras Aikewara em tom de ameaça feita pelos militares, caso ele se recusasse a guiá-los na mata:

Wasakwai: “Ele tá falando assim (...), diz que se ele não isse [fosse] com ele [soldados], acompanhar, ele num ia dar terra pra ele, não! Aí, se ele isse [fosse], ele ia dar terra pra ele! Aí mentiram pra ele,

que ele ia dar terra pra ele, ameaçou ele! Se ele num isse [fosse], aí num ia dar terra não! Por isso ele foi, sabe? Num sabia de nada, não, o quê que tava acontecendo! (agosto 2013).

A demarcação de um território para os aikewara era a “recompensa” que os servidores do Posto da Funai apresentavam como uma espécie de justificativa para o envolvimento dos indígenas, com o aval oficial, na repressão ao movimento guerrilheiro do Araguaia.

O depoimento de Arikasu, casado, com o primogênito ainda de colo à época, reitera o ‘recrutamento’ forçado, o medo e a incerteza em relação ao que estava ocorrendo, ao que estavam querendo os militares, ao lado da fome e do sofrimento. Ele e Marahy andaram juntos em direção à Serra das Andorinhas.

Aí, quando terminou esse aí chegou outro, outra federal já, né? Num sei de onde é... Rio de Janeiro... Belém, né? Num sei da onde era. Aí ele vem, aí o chefe da Funai falou pro soldado, era sargento: — Ei, rapaz, eu vou falar uma coisa pra vocês, eu vou falar pra ele pra ver que acompanha nós! Ele que sabe todinho na mata, ele conhece todo na mata! - ele falou.

Aí nós foi! Aí nós foi...

— Aí cada um aqui, cada um vai acompanhando, vai... vai dividindo cada um... aí, agora esse aqui vai acompanhando o outro! Vai mais ele aí, vocês dois! - ninguém sabia o que ele queria com nós! Aí ele... nós foi assim mesmo! Nós tava com medo... era pesado, né? Aí ninguém sabia o que... Ele pode matar, né? Eu sei que fomo aí na mata. Aí nós foi, nós andemo, andemo, no mato! Aí nós dormimo no mato! Uma hora dessa, nós tava arranchando a... barraquinha, nós paremo! Nós foi mais Marahy, foi nós dois, mais o Marahy... Aí nós amanheceu o dia... nesse dia, carninha desse tamanho [pequena], mandou assim os docinho, né? Aí nós sofremo! Num tem água... tem água... aquele bujãozinho [cantil]... num sei o nome... Aí nós andemo, andemo, andemo, nós vimo só acam-

pamento dele! (...) Fomo aqui pra Serra das Andorinha, aqui... nesse [rumo] que vai passando essa estrada aí... Aí nós entremo na mata:

— Nós vamo por aqui!

Aí ele telefonou [para o] major, né? Aonde que tá acampamento dele? Aqui no São Raimundo! Aí nós foi.

— Agora vocês vão.

Aí nós... nós subimo no carro! Aí nós andemo! Andemo, andemo, andemo! Aí... num tinha nada [para comer] nem fogo! Nem pra beber! Pode só um pouquinho mesmo só pra... molhar a goela mesmo! Rapaz! Tatuquira¹⁵... a tatuquira de noite... e chovendo! E a lona pequenininha e nós fiquemo mais o Marahy, nós dois, e eu tava em cima e Marahy embaixo de mim! Chovendo! Chovendo mesmo! (...) Aí fiquemo se batendo, se batendo de noite! [matando mosquitos] E a redinha pequena, desse tamanho assim! redinha daquela de plástico... do garimpeiro! Aí nós fiquemo, fiquemo, nada! Nós caminheмо de novo, no mato, nós ia ver acampamento dele, mas nós num vimo, não! Aí nós puxemo de novo, nós rodemo assim, rodemo, rodemo, nada! Aí caminheмо de novo assim, nós puxemo! Aí nós, Marahy, eu tava na frente, eu com medo! Pelejando, pesado pra nós... ninguém sabia o quê que ele tá querendo na mata com nós, né? Aí... assim mesmo nós foi... (agosto 2013).

Marahy tem hoje mais de 80 anos. Ficou tuberculoso crônico e surdo em consequência de rajadas de metralhadoras e das condições desumanas em que permaneceu na mata com os militares, por tempo prolongado, acompanhado de Arikasu. No seu depoimento, acompanhado e traduzido simultaneamente por sua mulher, Saiw'í, relata as condições de prisioneiro de guerra, carregando muito peso às costas para os militares, sem comer ou dormir:

Saiw'í: “Marahy, conta para eles como foi no caminho-que-ficou -para-trás [ação no passado] que você passava fome acompanhando

15 Tipo de mosquito, chamado também “sovela”

do os kamará pela mata!”. Marahy: “A gente não comia, não, só biscoito. Não tinha caça, não. [incompreensível] Nós-outros também num dormia, nós-outros ficava no chão que nem bicho, pela mata! (...) Ele [soldado] não [nos] deixava dormir em rede. “Mas a gente não é bicho!”, eu dizia pro capitão! (...)”

— Eu tou agoniado! tou precisando me banhar, ta muito quente! Mas ele [soldado] num deixava não, na mata ele num deixava, não! Só quando chovia, e então eu sentia frio, frio, a água passava por debaixo de mim, quando eu dormia, por isso eu dizia pra ele que precisava de uma rede. O chão era molhado e eu sentia frio mesmo! Tossia, me sentia doente, mas não tinha remédio, não. Na mata, não tinha rede, não. A gente cortava uma folha de palmeira e colocava no chão, que nem bicho, para deitar. Mas ele dizia para nós-outros pra levantar! Num podia dormir!... A gente andava junto pra todo lado. Não era trilha, não, era mata mesmo. A gente andava e eu dizia:

— Mas, rapaz, eu tou cansado, vamo parar!

E ele me dizia que num podia parar, que era pra continuar. E eu carregando aquelas coisas nas costas, panela, cartucho [se refere as munições], cansava mesmo. Eu ficava doente só de carregar as coisas assim. Eu pedia, às vezes, [se] ele me deixava descansar... No rumo de São Geraldo [para o lado de Santa Cruz], a gente encontrou uma perna-de-rio, eu falei comigo: “Nós vamos desviar”. Mas o capitão mandou a gente passar, tava frio mesmo!! eu sentia muito!! (...) Eles atiravam bem aqui no meu ouvido... [reproduz o barulho de uma rajada de metralhadora] e doía de verdade para mim [em mim]. [Depois] eu só ficava escutando aquele zunido [como] bicho lá dentro no meu ouvido, eu não escutava mais nada, não! Eu dizia pra ele que queria voltar pro meu bando, mas ele dizia que eu tinha... que eles eram o [meu] bando.

— Você anda com a gente agora! - falava para mim.

Eu ficava agoniado com aquilo, mas não podia falar nada! (...)”

Saiw’i: “Marahy, conta para ela o que eles estavam buscando”.

Marahy: “A gente perguntava e ele só dizia que tava buscando

uma maloca no meio da mata, que era só isso. Mas nunca achava essa maloca... Acho que ele sonhou com esta maloca. Eu dizia para mim: 'Será que ele num é wari'imongetara?' [aquele que wari'imonge - wari'imonge, parece ser um verbo que denota a busca ativa por contrários] (...) Saiw'i: "Ele tá dizendo que eles queriam comer farinha, mas o pessoal disse que não deixava, que não podia comer, né? 'Não, aí tem veneno dentro!', diz que ele falou assim para ele, pra não comer. Pra ele ficar sofrendo igual eles. É isso que ele tá contando. Marahy, foi quando os soldados furaram o saco de farinha com os tiros?" Marahy: Os soldados rasgaram o saco com tiro mesmo! aí ficou ali derramado no chão. Nós sentia muita fome! Mas eles num deixava a gente comer, não! 'Deixa ai no chão! Num come essa farinha!', eles diziam. (...)". Marahy: "Só soldado dormia na rede. A gente dormia no chão, naquela lona que ele jogava ali. Ele dizia: - Num tem rede para vocês, não!

Rede pequeninha, num tinha, não. Nada. A gente dormia no chão mesmo. A gente não dormia bem ali não mesmo! ficava todo doído [assustado], acordava toda hora! Passava cobra, passava bicho! Eu andava sozinho. Masara e Api ficava pra trás, eu ficava sozinho com ele, passando mal, fomo até o Saranzal. O bando de Api já tinha passado por ali. Depois fomo até Consolação. Ele num ficava cansado, não, eu ficava! Eu carregava toda a coisa! Nós andamo pra lá de Santa Cruz [foz do Gameleira]. (...). Só passava água aqui na gente, no rosto, nós num banhava. (...) Só de noite que a gente conseguia comer alguma coisa. Na mata, o soldado num dava comida pra gente, não! Dizia que nós-outros num podia comer. Quando chegava no São Raimundo, um homem perguntava se a gente comia charque, eu dizia que sim, minha barriga só doía de fome! Ele me deu um pedacinho assim, mas não servia pra nada... com farinha. Eu tentei voltar sozinho pra casa, mas o soldado veio atrás de mim falando: 'Aonde é que você vai, índio?'. Eu dizia que ia voltar pra minha aldeia porque tava com fome... nem café a gente tomava na mata, nada! Aí ele me pegou de volta e me trouxe, dizendo que eu num podia ir embora não. Nem

*me deixava levar farinha para comer na mata de volta pra casa”
(agosto 2013).*

Saiw’í era ainda pequena, tinha cerca de 6 ou 7 anos, quando seu pai, Masara, saiu para andar na mata com os militares:

[Para Saiw’í: “Você lembra quando seu pai [Masara] saiu pro mato com marehai?”] Saiw’í: “Papai? Eu lembro! eu era do tamanho dessa menina aqui...” [Você se lembra como ficou aqui na aldeia, como era que vocês viviam aqui na aldeia?]

Saiw’í: “Eu lembro tudinho! Eu ficava era até com medo naquele tempo! Eu falava assim pra minha mamãe: ‘Mamãe, nós quero comer!’. Ela dizia: ‘Não, minha filha. Num pode comer, não!’, porque a gente num podia andar no mato. Só arrancava só batata no terreiro assim, que tinha [perto da casa]. A gente ficava tudo só chorando, chorando, só de fome só pra nós. Aí mamãe falava assim para nós: ‘Não, teu pai num tá aqui não! Num sei se teu pai tá vivo!’... que ela falava para nós... Eu me lembro do dia que o helicóptero desceu na aldeia velha, eu me lembro dessas coisa! Eu não tinha nem peito ainda nesse tempo... Aí minha mãe me pegava, aí ela me falava: ‘Ah, minha filha, eu nem sei como é que nós vamos ir no mato. Tá tudo lá no mato. Num sei nem para onde eles foram!’” (agosto 2013).

Waiwera, chamado Kaká, tinha menos de 20 anos à época, já era casado com Sarisapuá e esperavam o seu primeiro filho. Em seu depoimento, relata o medo que sentiram com a invasão na aldeia durante a primeira campanha, quando foram então forçadamente ‘recrutados’, com a colaboração do trabalhador braçal do Posto da Funai.

Kaká relata que foi acompanhado por Tiwaku e que saíram de helicóptero, depois em um veículo e, por fim, a pé, à noite, na mata, buscando trilhas, servindo de escudo aos militares, até voltar à aldeia, tendo andado cerca de trinta quilômetros:

(...) *Aí... chegaram! [os militares]. Nós ficuemo lá na aldeia uma hora dessa assim... era de manhã! Aí nós escutemo aquela zoada de helicóptero que ele ia vim... tinha dois! Nós ficuemo lá sentado! (nós gosta de esquentar de manhã... todo índio gosta de esquentar de manhã [ao sol]). Aí, assuntemo [escutamos] aquela zoada... tê-tê- tê!!! Aí dois!! E avião ainda por cima deles! Até minha irmã quase desmaiando também, ela ficou tremendo! Aí tinha um cara da Funai, falou pra ela:*

— *Não! eles não vão te matar, não!*

Eles desceu... no campo! o helicóptero, dois! (...) Aí falou tudo com esses, que vem atrás dos “povo do mato”... Aí falou com ele tudinho! Porque nós num sabia desse tempo, não! Aí chegou, aí pegaram... parece quatro índio aqui primeiro, aí levaram! Aí fiquei... Aí ele pediu pra nós – nesse tempo era Mariano [trabalhador braçal do Posto da Funai]. Aí ele pediu pro Mariano assim:

— *Mariano, num tem mais “reserva” aqui, não?*

— *Só tem só casado novo! - que ele falou assim.*

— *Não, polícia tá procurando pra ir mais um aí!*

Aqui só ficou eu e Tiwaku, o resto tava tudo no mato! Aí chamou Tiwaku, eu tava até trabalhando, nesse tempo [na roça]. Aí ele chamou eu... aí foi lá, aí ele falou:

— *Hein, Kaká, kamará ta... vem atrás de nós, pra nós ir mais ele no avião!*

— *Tá bom.*

Aí eu fui banhar, ligeiro!... Aí vinha vindo zoando avião! Aí ele gritou pra mim, me vesti ligeiro também. Aí avião desceu pertinho da casa! Num é perto não, porque dá vento muito! muito! quase arranca nossa casa! Aí peguei, aí chamou eu, aí nós fomo. Agora, arma ele não dava pra nós, não, porque senão ia matar também eles, ele falou assim:

— *Nós vai correr! (aí ele falou pra nós assim) Se nós num mata, se tu levasse teu [arma], será que tu sabe? [atirar]*

— *Eu apenas eu ver o rastro, eu vou... eu vou achar pra vocês!*

Até eu procurei pro Tiwaku assim:

— *Tiwaku, o quê que tá dizendo?*

— *Não! Tá dizendo que tu sabe o rastro dos povo!*

— *Eu vou ver que eu vou achar, né? - que eu falei. (...)*

Aí... pegou nós, pegou no avião... Eu mais Tiwaku, nós fomos no mato, só que eu não andei no mato mesmo, não. Nós foi só no avião mesmo, nós rodando só em cima mesmo, que nós ficuemo!...

Aí mostrei pra ele assim, né?... Nossa aldeia, Fortaleza, Serra Andorinhas e Bacaba que nós fomos... Sem pedir nada e sem eu saber nada também! Aí ele falou assim:

- Não! É só pra tu... andar mais nós! - eu num sabia o que era, era só pra andar mesmo, aí eu acompanhei, né? Aí nós fomo, aí nós fomo pro Bacaba! Aí de lá nós viemo, uma hora dessa nós vinha vindo, era estradinha ruim... nós foi descer [pousar] lá na Bacaba. (...) Aí de lá nós vem no carro... na terra, num era... num vem mais em cima mais, não. Nós descemos no São Pedro [povoado nas proximidades da "Metade", a cerca de 7 km da aldeia], porque lá tinha estrada. Aqui por dentro, pra vim na aldeia era... era mato bruto mesmo! Nós viemo de noite, nós entramo no mato era seis horas da tarde. Seis horas, aí escureceu aqui dentro, no mato pra nós. Era longe... Aí, ele falou assim pra nós:

— *Olha, nós num vamo dormir aqui, não! Aí comunicou com o outro, né? Que nós tava andando... Aí nós ia pegando na mão do outro! Aí o cara ia... caçando [procurando] estrada, né? Com o pauzinho. Aí nós veio 'mbora! Na hora que nós chegemo perto da aldeia, aí comunicou de novo, que nós tava chegando na aldeia, né? Aí comunicou... (nem lanterna nós num usemo não, é no escuro mesmo! tem que caçar com pauzinho assim...) Aí nós chegemo pertinho assim (...)* Aí falou pra nós:

— *Vocês vão abrir aqui primeiro, senão eles vão atirar nós!*

Aí nós viemo... nós viemo e aí nós ficuemo... Aí nós chegemo na aldeia - nesse tempo a mulher num tinha nem menino ainda não, era novinha... - aí nós chegemo... (agosto 2013).

Em seu depoimento, Waiwera dá ênfase, com indignação, ao fato de desconhecer o motivo pelo qual os militares o teriam ‘recrutado’ na aldeia, com Tiwaku, para acompanhá-los no helicóptero, naquelas circunstâncias.

Tiwaku, por sua vez, permaneceu mais tempo com os militares, conforme seu relato:

(...) Aí foi nesse tempo que eu comecei a trabalhar e... a minha vida foi tão triste que eu comecei a andar, e lá os pessoal do Exército começaram a me judiar, me deram cada coronhada de espingarda na minha costela, em todo lado, em todo lugar que ele me pegava, me dava coice de espingarda, sabe, daqueles... metralhadora de mão! Porque... eu num queria andar com eles, mas eles falava pra mim que eu era obrigado porque eu era índio, né? Então, eu falei:

— Mas, rapaz, mas eu num sei de nada que tá acontecendo, como é que vocês querem que vocês me obrigar pra mim a andar!? Eu num sou obrigado a andar na mata não porque eu num sei o que tá acontecendo...

— Não, mas vocês sabe! todo índio sabe!

Aí... realmente eu sendo inocente, né? me pegaram de avião, me levaram pra Bacaba, né? Me levaram pro rumo da Bacaba... aí na... dentro do avião, quando eu embarquei dentro do avião, aí eu fui perguntando o que significava que eles tava me levando pra lá, né, pro sargento. Aí, de tanto que eu perguntava pra ele, aí o sargento até me jurou de jogar fora do avião também! Porque se perguntasse mais alguma coisa, eles tinha coragem de me jogar fora do avião... né? Aí eu falei pra eles, eu falei:

— Não! se vocês quiserem me jogar fora do avião só porque eu tou perguntando essas coisas pra vocês, então eu tenho que saber qual a... a direção que vocês tão me levando pra mim saber o que significa isso!

— Não! quando chegar lá na Bacaba [acampamento militar e centro de torturas localizado na rodovia Transamazônica] tu vai saber do quê nós vamo tratar! (...)

E... eu andando junto com o meu irmão, que era o meu irmão, que

era caçula [finado Irikwa], andou duas vezes comigo também e do mesmo jeito também judiaram dele e eu num podia falar nada, né? Porque senão... ficava pior pra mim também, apanhava do mesmo jeito! (agosto 2013).

Entre os já falecidos, além do jovem Irikwa, Putema, Kuimuá e Awa-sa'i foram outros três adultos que serviram como guias para os militares na mata. Sawara'á (o então “capitão”, como a chefia era denominada pelos agentes tutelares), Myhó e Sawarapy (este já falecido) foram os homens que ficaram na aldeia com as mulheres e as crianças.

4.3 Prisioneiros na aldeia (“A gente só comia batata”)

De acordo com o depoimento de Api, a situação dos que ficaram na aldeia não era muito diferente daqueles que saíram para a mata com os militares:

(...) O pessoal sofria... pessoal aqui, nossa turma ficava preocupada em nós! Pensava que tinha morrido... Num podia caçar... Às vez em quando a nossa turma ia procurar nós, no São Raimundo tinha acampamentozinho da polícia, ia lá pra saber de nós... Passava dois meses lá... (agosto 2013).

Masara também relata em seu depoimento, traduzido por sua mulher atual, Wasakwai, a situação de penúria e fome das mulheres e crianças que ficaram na aldeia:

(...) Rapaz, mulher tava cum fome!! Nem banana, nem macaxeira... nem cará... nem manimé... [farinha de mandioca] [Marehai: “Num dava nada, não?”] Não! Só pra nós [quando saíam para a mata]. Aí mulher, o que mulher vai comer? Nadinha... na mata é... nem iokó... Wasakwai: “Ele tá falando que nem a lenha ele [soldado] deixava pra tirar na mata, que era perigoso, né? ele tirar [corta lenha] na mata, nem pescar... nem caçar jabutizinho... num

deixava não, pra ficar só na casa mesmo, cum a mulher dele, que ele tava falando. Ficava igual preso na casa”! Masara: “O que é que nós vamo comer? ‘Não! soldado num deixa não!’ - Todinho nós tamo com fome - mulher falava!” (agosto 2013).

Os depoimentos das mulheres revelam de modo contundente as condições em que se encontravam na aldeia, quando seus maridos foram levados pelos militares. O depoimento a seguir é de Arihêra, mulher de Umasu. Ela relata a ocupação militar da aldeia, o medo, a desconfiança (em diálogo com o servidor da Funai), a proibição de saírem das casas e a incerteza quanto ao retorno de seus maridos:

(...) Aí quando no outro dia, quatro dias, soldado chegaram! De pé mesmo por aqui, na aldeia velha... Nesse tempo aí num tinha... o trator, não! Foi no manual que os índio ‘tirou’ [abriu a pequena estrada] pro pessoal da Funai pra ‘puxar’ castanha. Era por aqui até... no S. Pedro! [povoado já próximo à “Metade”]. Aí ele foi de pé tudinho soldado, aí daqui a pouco ele chegou no helicóptero, no avião, tudo, aí... eles desceram todinho o rancho pra ele, pro soldado. Aí ficaram aí... Aí nós tava cum meeedo dele! só soldado, soldado, soldado! Aí nós procuramo pro Mariano [trabalhador braçal do Posto].

— Mariano, por que tanto soldado pros índio, ele vai matar a gente?

Ele falou:

— Não! Tem kamará na mata! Parece que vai tomar tudo o Brasil!

Ele vai tomar aqui na aldeia também, é, Mariano?

— O povo tá dizendo assim, né?

Ele falou assim pra mim:

— Por quê que ele vai tomar?

— Ah! Eu num sei, não, Arihêra, talvez é governo que mandou talvez!

E ele falou pra mim:

— Aí ninguém sabe, não! (nem ele sabia o que era!?).

(...) Aí nós passemos fome!... Aí soldado avisou pra nós:

— *Vocês não vão nem matar [caça]! Vocês fica quieta, todo lado que tem soldado! Ele vai entrar, marido de vocês vai pro mato... nós vamos pegar... levar...*

Aí eu falei pro Mariano:

— *Mariano, será que o Umasu... num vai matar ele, não? [se o marido não seria morto].*

— *Não, Arihêra, o que é isso! Num fica preocupada, não!*

Aí o veio Mariano falou, o pessoal da Funai, ele ficava na aldeia, o Antonio Pereira [chefe do posto]. Ficava lá na aldeia, o veio Mariano e a Alzira [sua mulher]:

— *Pra vocês num andar, nem ir pro mato! (nem ele num ia pro mato também, coitado, o veio Mariano...)*

— *E agora, afinal o quê que nós vamos comer?*

— *Ah, num sei não, Arihêra, ele [soldado] é que vai dar um jeito pra vocês! Se tem uma coisa, ele dá pra vocês! (ele falou assim.)*

— *Eu num como misakatiron [carne de gado] não, Mariano!*

— *Tu num come, não?*

— *Não!!*

— *Nem jabá?*

— *Não! Eu num conhece nem jabá! O que é isso? - eu falei pra ele.*

Quando os militares ocuparam a aldeia, Arihêra também estava grávida de seu quinto filho. Menciona que teve hemorragia após o parto (seu filho veio a falecer posteriormente) e que ainda perdeu outra filha quando as tropas se retiraram da região:

Nós num andava, nós passava mal, era tudo pequenininha... Mu-reiru, Iva'í, [suas filhas] a mais velha, ela já tava grandinha já... Iva'i. Aí morreu outra... homem, mulher morreu... dois que morreu, meus menino... Aí quando ... essa [criança] que ganhei, tava soldado, antes de chegar, eu tava com dor [de parto]. Aí Mariano "telefonou" [falou pela fonia] pessoal da Funai... pra tirar eu, né? Aí eu falei assim:

— Não! num quero ir pra Marabá, não, Mariano!

— Não? Por quê?

— Porque eu vou ganhar aqui mesmo, tem parteira aqui! (eu falei assim pra ele). Aí eu ganhei! eu tava com hemorragia! Num sei... é medo que me deu né? ... Aí soldado me deu injeção... remédio pra mim tomar também, aí eu fiquei boa.

Arihêra prossegue em seu depoimento enfatizando a fome e que só se alimentavam de “batatas”, ou seja, tubérculos como cará, inhame e macaxeira plantados nas proximidades da aldeia. Salienta também as proibições de saírem sozinhas para tomar banho, as ameaças e incertezas em relação aos “kamará” que estavam na mata (“terroristas”), perseguidos pelos militares:

Aí nesse dia, todo mundo ficaram com fome, porque eles num deixaram pra nós arrancar inhame... nós comia só inhame!! Nós perdia pra ele assim:

— A gente vai assim... arrancar inhame, pode? - nós falemos, mulher, tudinho mulherada.

— Não, pode! Pra... pra vocês avisar também na hora que vocês vão banhar. Aí tem soldado, tem muuito ali na mata! - ele falou.

— E por quê que tem muito soldado assim... na mata? - eu falei.

— É porque tem “terrorista” - ele falou.

— E o que é isso, “terrorista”? Ninguém sabe o que é “terrorista”!! - eu falei.

— Não! depois vocês vão ver. Depois que nós vamo matar tudo, depois vocês vão saber!

Aí eu fui falar de novo pro Mariano:

— Mariano, por causa de quê que ele vai matar kamará? É kamará, é? - eu falei.

— Pode ser kamará, né? Mas num sei o que é “terrorista” - ele falou.

— Será que é kamará assim... ruim, assim? - eu falei.

— É, pode ser assim também, né? - Mariano falou pra mim.

Arihêra relata os tiroteios que provocavam muito medo e o diálogo com o servidor da Funai que, através de um sistema de fonia, mantinha contatos esporádicos com as tropas e buscava notícias sobre os maridos que tinham sido ‘recrutados’ na aldeia; fala da fome, da proibição de saírem de casa, da perda da roça de arroz (diante da proibição da colheita) e da intensa movimentação dos helicópteros que desciam junto à aldeia, erguendo as coberturas das casas. E explicita o medo de morrerem todos:

(...) Eu fiquei conversando com Mariano, daqui a pouco nós escutemo tiro! Parecendo que ele... ia morrer, matando assim!! Matando assim o .. no céu, né? Menina! Foi muito feio!! Feio, feio mesmo!! Aí eu falei pro Mariano:

— Mariano, será que nosso marido num vai morrer não?

— Vai, não! Soldado num vai deixar, não! Soldado vai tomar na frente! - ele falou.

Aí Mariano pediu pra ele [soldado] pra num ficar na frente, e ele respondeu: “Não, os índios só atrás!”. Aí na hora que nós fala pra ele, pro Mariano aí, Mariano falava com o soldado, no rádio.

— Não, Arihêra, ta bem, pessoal... Warini, teu irmão [Kuimuá, já falecido], Marahy... Arikasu... Waiwera, ele falou, tudo o pessoal ta bem. - Então ta bom. Aí... falemo assim pra ele: - Pra nós apanhar [colher] arroz, nós num vamo não!... ele fez medo, kamará pra nós, pra num ir... diz que tem gente aí na mata... - eu falei assim pra ele. Aí Mariano falou:

— É o jeito, Arihêra, por causa que ele ta pedindo pra vocês, porque às vez eles vão matar vocês... ele [soldado] pensa que... é ele [“terrorista”] que ta aí na mata, ele falou. (...) Aí nós perdemos arroz... tudo que nós perdemo! Agora, batata que nós foi arrancar pra nós comer, é só com isso que nós comia! num tem nem carne! num tem os homem pra matar [caça] pra nós...

Aí ele falou assim:

— Tá bom, nem de noite vocês vão andar, não! Ninguém saía não, ficava assim na casa, quieto mesmo! Só a gente vai banhar, lavar a roupa ligeiro, voltava pra casa. No outro dia também. Todo dia nós

ia... Na hora que acabava... inhame, nossa, aí nós ia arrancava, todo mundo arrancava! Tudo a mulherada! Judiação... ninguém vai pro mato... (...) Pois é, nós ficava cum medo! A... casa avoaaa-ava mesmo! Helicóptero tava descendo lá, assim no meio! Avoava a palha!... Aí porque nós tava ...minha mãe, agarrava minha mãe cum medo! Aí eu falei:

— Mamãe, nós vamo morrer tudinho aqui!

— Não! nós num vamo morrer não! Às vez que é kamará que vai descendo aqui!

Aí eu fui lá procurar pro Mariano:

— Por que é que avião vem muito aqui?

Era muito,... avião, helicóptero!! (agosto 2013).

Juntos, Umasu (marido de Arihêra) e o cunhado Kuimuá (falecido em 1987) andaram na mata com os militares. Muruá, viúva de Kuimuá, relata que estava grávida de seu terceiro filho (já tinham duas filhas pequenas) e como seu marido foi levado à força pelos militares. Muruá enfatiza a fome, a penúria e o medo das mulheres sem seus maridos, com as crianças pequenas que permaneceram na aldeia:

(...) Eu tava “buchudo” [grávida] do Akóngoti, né? Ele [o marido] num queria ir no mato! Soldado levou “acochado” [na marra] ele! Ele disse [Kuimuá]: - Não! eu num vou não, minha mulher ta buchudo!! - ele falou. - Não! vai assim mesmo! [Soldado] levou acochado! Eu tava [tinha] só a Kuiná, Ywyratingwa, dois... [suas primeiras filhas]. Eu tava cum fome! aqui num tinha comida! Num tinha arroz também... Comia só cará mesmo! comia aí... se num fosse arrancar batata, tava tudo cum fome aí!! uma hora dessa aí... até chegar... (...) Ficou só nós mesmo... a Muretama, Arihêra, Sawarã também ficava na aldeia... ficamo só nós mesmo, “capi-tão”, só mulher mesmo! nós tinha medo mesmo! tava com medo mesmo!! O próprio kamará assim veio, eu num sabia eles tavam assim... soldado chegou, né? nós num sabia no “terrorista” também não! Eu num saía nem fora, eu sempre tava com medo! e tava com

fome! nem lavava a minha roupa também, ficava só na casa mesmo! Eles num deixava não! nem lavar prato também... ficava só na casa, tava cum fome! Até eles chegar, eles ficava no mato... tudinho! Masara, Warini... Myhó também, ficava só mulher mesmo, só na casa mesmo! Ficava cum medo, ficava com fome também. Mulher também tava tudo cum fome... cum medo! nós num sabia não que tem kamará punura aí... [“não indígena mau”] (agosto 2013).

Waiwera relata a situação de prisioneiros na aldeia, que nem água ou lenha podiam ir apanhar sozinhos, mas sempre vigiados por dois soldados:

Aí, eles [militares] falaram pra ela [sua mulher] que num podia tirar... nem lenha... Eu cheguei de novo, cheguei na aldeia e eles falaram assim:

— Olha, vocês num vão andar hoje, não! Hoje tem um bocado de soldado aqui.

— Tá bom!

E ele falou assim também... que minha mãe pediu pra mim:

— Wa pin! – que ela chamava (esse na linguagem mesmo que ela falava) - fala pro kamará aí “taru herere y a” - ela falou pra mim pedir pra ele ir buscar água!

— Tá bom! – ele falou.

Aí ele falou com um tal Antonio, “doutor Antonio”, que eles falavam assim, nome dele! Outro parece que é... era Cabo, era dois que comandava na polícia... pra mandar pra pedir nós. Tinha dois. Aí ele falou assim pra ele:

— Não, tem que ir... dois soldado mais ele! - que ele falou.

— Tá bom – aí acompanhou nós, eu e minha mãe que nós fomos lá, na roça.

A mesma coisa também, ele falou assim também - eu pedi pra ele pra nós buscar... lenha! aí foi também atrás de nós... É porque tinha muito... soldado no mato também! por isso que... eu acho que foi assim que ele fez com nós! Aí nós fomos... mais minha mãe, cortando lenha e soldado tava lá pertinho de nós ainda! E a mulher...

fica lá na casa ... sem andar... nós comemos foi... batata... Ele ia pra anos pedir... daqui na aldeia velha não era longe daqui não... Aí falou pra ele assim:

— Rapaz, nós tamo com fome!

— Não, tem que aguentar! Porque num pode andar... lá tem muito soldado aí no mato. Pensando que... os “povo do mato”, eles vão matar vocês! - que ele falou assim pra mim (agosto 2013).

Sarisapuá, mulher de Waiwera, estava grávida de seu primeiro filho e se recorda sobretudo do medo que todos tinham na aldeia:

Eu era casada nova [recém-casada], eu tava assim de dois meses de Awapew roma [futuro-Awapew, i.e. grávida de Awapew]. Aí ficou um ano... aí kamará veio de novo pra atacar esse kamará-punura. Aí nós tava cum medo dele, assim que o helicóptero veio, só um passou e nós fiquemo com medo, tudinho!! Finada Wasakwai, minha cunhada, nós ficamo tudo agoniado!!

— Uhh! Que é isso? Agora nós vai morrer tudinho!! - nós falava assim! Nós choremo ainda... Assim que... ele ‘reparou’ [observou] tudo aqui, nessa terra aqui... essa polícia veio aqui, num sei se era polícia, num sei se é... Exército, num sei... militar passando aí por cima, ‘reparando’ no Marabá... Helicóptero assustou nós, estava cheio de turia [não indígenas]. Num sabia o ele tava fazendo ali em cima. Foi assim, eu, minha cunhada, a finada Wasakwai, ela era a mãe do... Arikasá. Nós num sabia o que era, então nós ficava com medo!! ‘Ipupupura’, que nós chamava assim o helicóptero - a gente num sabia, porque antigamente dizia que isso matava tudo!

Sarisapuá menciona o intervalo havido, provavelmente, entre a segunda e a terceira campanhas/operações das forças repressivas na região:

Aí depois é que voltaram, ficou com um ano, aí ele veio depois. Mesmo jeito também! avião, muuuito mesmo avião que tava rodando assim em cima! Aí nós tava com medo!! helicóptero...

Eu era menina nova, eu não sabia, só a minha sogra mesmo que ia buscar... yokó [lenha], a gente diz assim, a finada Muru, a mãe do Kaká [Waiwera, seu marido], a finada Muru trazia para mim, e eu ficava só na casa. Arrancava aquele... cará, inhame, batata... Aí só com esse aí e macaxeira! Nós num sabia... Eu num sabia, eu num ia pro mato também... e Kaká tava por aí. Eu ficava só na casa mesmo. Só mulher, num tinha homem não! Era só nós mesmo, mulher... assim.... Agora eu que tava com 13 anos, e Kaká era... 16 anos! Era novinho! só que... eu tava grávida já. Awapewroma, é, mas depois que... soldado foi embora primeiro, aí eu ganhei. Aí quando ele [soldado] voltou, ele [o filho] já tava assim pequenininho, amu>wara (neném de chão). Só isso que eu sabia, eu ficava só lá na casa, eu num podia andar. Nós ficava lá mais a minha finada sogra Muru, Kiti, Tumating, Wasakwai, tudinho! Teriwera, Wa>wai, Ipuré... Ipuré era também desse tempo. Era muito gente nesse tempo não, era só... pouquinho... (agosto 2013).

Muretama também foi uma das mulheres que ficaram sozinhas na aldeia. Seu marido, Awasa'i (falecido a 24 de setembro de 2013), tinha sido 'recrutado' para guiar militares na mata, juntamente com Putema. Este, o filho mais velho de Warini, já tinha à época dois filhos pequenos com uma regional, Ana Maria, natural de São Geraldo do Araguaia. Segundo o relato de Muretama, foi Putema quem chamou Awasa'i para acompanhar os militares. Após esses acontecimentos, tiveram mais quatro filhos. Putema tornou-se alcoólatra e veio a falecer atropelado na rodovia OP3, provavelmente bêbado, em 03.05.1987. Após a morte trágica do marido, Ana Maria retornou a São Geraldo. Seus filhos, todos na aldeia atualmente, à exceção de uma filha, que foi para o Maranhão ainda em 1987 (mas que esteve visitando a aldeia no último mês de agosto), reivindicam a reparação pelos danos sofridos.

Muretama narra lembranças daquele período em que viveram como prisioneiros na aldeia e explicita o medo de morrerem, todos:

O 'tempo da guerra'?... quando ele, marehai [soldado] chegou lá [na aldeia velha]... nós achava que marehai ia acabar com nós!!

Mais a finada Tumating, nós saímo correndo, com medo do helicóptero... de taratiratina [rajadas de metralhadora], era muuuito que nós escutava pro rumo de Santa Isabel. Marehai falou pro Mariano [trabalhador braçal do Posto da Funai] chamar os índio que conhecia bem a mata toda! Awasa'i andou com o finado Putema pro lado da "aldeia do meio" [Lagoa] até o Some Home, junto com marehai pra ver o rastro do kamará. Eles num viram o kamará... Eu ficava preocupada porque o Awasa'i saiu pro mato - foi o finado Putema que chamou ele! - e no outro dia ainda num tinha voltado!! Nós ficava quietinho na aldeia!!... ninguém sabia o quê eles tavam caçando!! Comia só batata, macaxeira, inhame, cará... só! Marehai falou que tavam caçando "macaco" (?), mas... 'reparando' rastro?! Awasa'i mais Putema ficaram muitos dias no mato com marehai... Falavam que se kamará atirasse, os índio tinha que se deitar tudinho no chão, só marehai ia trocar tiro!! E o Marahy ficou surdo - até hoje! - por causa do tiro assim... pertinho da orelha dele!! Kuimuá também num viu kamará não... foi lá pra Serra das Andorinha, só marehai entrava na toca de pedra... (julho 2013).

4.4 Mortes de prematuros

Teriweri tinha à época 22 anos. Depois de quatro anos em São Paulo, para onde tinha sido levada por Frei Gil, com o marido Tiwaku e dois filhos pequenos, ela encontrou a aldeia ocupada pelos militares, ao retornar, em 1972. Relata, em seu depoimento, a gravidez de 1973, quando acompanhou o marido à casa de farinha, onde teve o parto prematuro de gêmeos:

(...) Eu ficava mais com medo era de noite, porque era muito tiro que os pessoal dava, as polícia dava! Num podia ver um matinho mexendo que eles iam logo atirando! Vivia só assombrada, né? assombrada mesmo com medo mesmo, meus menino chorava!

— Mamãe, mamãe! Cadê papai? Cadê papai?

— Não! teu pai as polícia carregaram ele, mas eles vão voltar! Daqui a uns dia eles tão aqui, tudinho!

(...) *Aí foi passando, foi passando e nós com medo, né? Aí, quando chegou em 1973, em 73 engravidei, né? Aí eu tava esperando dois menino, gêmeo, aí depois... eu num sabia que tava esperando... gêmeos, né? Aí depois o Tiwaku falou assim pra mim, ele já tinha chegado, né? e falou assim:*

— *Ih... vocês tão sem nadinha aqui...*

— *É... pois é, nós tamo sem nadinha aqui!*

— *E esses povo num tão dando assistência pra vocês, não?*

— *Não! Eles dão assistência mas é só pouca coisinha que eles dão pra gente.*

— *Não! Eu vou ter que fazer uma farinha!*

Aí ele levou, aí ele foi botar a mandioca de molho, né? (lá da aldeia velha vai dar uns dois km!) Aí ele... foi botar a mandioca, né, de molho. Aí quando a mandioca amoleceu, aí ele falou:

— *Agora eu vou... eu vou fazer farinha.*

— *Mais quem que você vai?*

— *Não, eu vou sozinho, porque você ta buchudona aí, como é que... você num pode ir, senão você... vai ficar ruim lá pra mim.*

E aí depois eu teimei cum ele e eu fui cum ele, né, pra fazer a farinha! A mandioca já tava molinha, aí nós fomos lá pra uma casinha de... forno, que eles fizeram uma casinha pequenininha e botaram o forno assim, na casinha. Aí nós ía indo lá pro forno e eu senti aquela dor de barriga assim, uma dorzinha assim longe primeira, aí depois foi aumentando, aumentando, eu falei assim pra ele:

— *Tiwaku, eu tou ruim! A dorzinha assim na barriga que me deu agora mesmo, eu num sei o que é!*

(...) *Aí ele foi levando. E eu fiquei lá na mata, me espremendo, mas num era nada, não! (...) Era... era uma dorzinha de barriga que tava cada vez mais “arruinando”, aquela dor! E eu já toda arrupiada já e eu:*

— *Ai, meu Deus do céu! O quê que aconteceu comigo agora? Eu tou ruim, eu tou ruim mesmo! (...) Aí eu fui de novo. Andei... aquela dorzinha já tinha passado... aí quando chegou lá perto da casa, de novo a dor! E aí... eu falei assim:*

— *Eu já tou com dor de barriga de novo... essa dorzinha de barriga parece que é pra mim ter a criança... mas num tou no tempo de ter a criança! Num tou no tempo!*

— *Mas será que tá no tempo de você ter ...a criança? – Tiwaku falou.*

— *Eu num sei... eu sei que eu... a dorzinha vem assim... aí para, aí depois torna a dar de novo a dorzinha...*

Aí até que quando chegou de noitinha, lá... pras 7 hora, aí começou a dor, dor forte mesmo! Dor forte, forte mesmo, aí eu mandei ele atar a rede loguinho pra mim assim no barraquinho! Aí ele atou a rede, botou os menino... deitadinho lá, e eu fiquei sofrendo lá! Aí quando foi... 8 hora eu tive o menino, sozinha, lá! Eu me segurei... na rede né? E eu tive a criança sozinha! Aí o Tiwaku:

— *Não! Mas num é possível que você já tá tendo criança! Ô meu Deus, e agora? Eu num sei fazer nada!*

Ele ficou assim... desesperado! Desesperado... Aí depois ele falou assim:

— *Não, mas eu tenho que gritar pro nosso povo, pra vim ver você também aqui junto comigo porque eu num sei fazer nada!!*

— *Então grita aí, que eu tou ruim.*

A criança tava nascendo, e ele tava todo se tremendo e eu também me tremendo, né? E segurando na rede! Aí eu falei assim:

— *Olha, Tiwaku, eu num sei, não! Quem sabe... quem sabe é Deus, mas eu num tou bem boa, não!*

E aí eu fui tendo a criança né? O primeiro nasceu, ficou enganchado primeiro, aí ele ficou todo se tremendo né? E eu falei:

— *Eu num sei o que vai acontecer comigo, eu sei que eu tou passando uma dor terrível aqui!*

Aí o Tiwaku falou:

— *Ô meu Deus do céu, num fala isso, não, ó!*

E eu gritava! Ele subiu num pé do pau, numa árvore lá, ele ficou gritando! Aí tinha... o Masara foi 'esperar' [tipo de caçada], aí diz que ele escutou o grito, né? Aí diz que na hora que ele escutou o grito, ele já imaginou: "É o Tiwaku que ta gritando, eu vou lá! Eu vou descer da espera e eu vou lá... vou lá encontrar com ele (ele

vem gritando), aconteceu alguma coisa com ele”! Aí, diz que ele gritava e ele respondendo, né? Aí o Masara diz que... vinha correndo, correndo e o... Tiwaku gritando, né? Até que chegou perto e ele falou pra ele:

— Não! É porque a Teri tá tendo criança! já tá tendo a criança aqui! Aí já nasceu uma criancinha, aí num sei o quê que tá acontecendo com ela, que ela tá gritando lá e eu num sei!!

Eu num sabia que era dois menino, né? Num sabia! Aí depois aí nasceu outro! O outro era bem miudinho... Aí depois:

- Ah, Tiwaku, olha! É dois menino que eu tava esperando... dois menino! E aí Tiwaku falou assim:

- Eles tão vivo? Nem pra me segurar (...) ele num me segurou! Que ele ficou todo tremendo, né? ele ficou agoniado comigo, ele ficou desesperado! Aí depois eu falei assim:

- Tá vendo, Tiwaku? Isso tudo é porque eu tive medo dos tiro que o pessoal dava aí, aconteceu isso comigo né?... porque eu acho que era tanto susto que eu levava dos tiro... eu num tive esses menino... normal, né? Porque eles nasceram com 8 meses! eles nasceram com 8 meses... (agosto 2013).

Muretama, agora viúva de Awasa’i, também estava grávida e relata o nascimento e a morte de sua segunda filha. Conforme mencionado, seu marido tinha sido ‘recrutado’ junto com o finado Pytema para guiar os militares na mata.

Aí nesse dia mesmo, eu ganhei minha filhinha [sua segunda filha], era kusó! [mulher]. Mas num sei o que foi, ela chorava muuuuito! ... foi marehai que cortou umbigo... num sei com quê que cortou... se pegou... tétano, o que foi... Awasa’i tava no mato.

Eles levaram nós lá no Xambioá, no helicóptero. Ela morreu lá. No outro dia, trouxe nós de volta... ela ta enterrada lá na aldeia velha... (julho 2013).

4.5 Testemunhas: prisões, mortes e destinação dos corpos

Muitos entre os Aikewara conheciam os guerrilheiros, chamados kamará, forma como denominam todos os não indígenas. Waiwera relata uma passagem de Dina [Dinalva Oliveira Teixeira] na aldeia:

Tem uma que não... num tou me lembrando mais não... Ah! Dina! Chegou aqui, Dina, kamará kusó [mulher não indígena] que era brancão, ela chegou aqui pra nós, avisando pra nós:

— Ah, tem muito polícia aí na estrada – que ela falou pra nós.

Porque lá no... pra ir pro S. Geraldo era... a estrada que a gente ia pra São Geraldo, nesse tempo. Era pra dentro e pra fora, pra cá... vai 'mbora... pra São Domingos e São Geraldo... Ela avisou pra nós, nem sabia esse aí... que... que ia matar tudo! (agosto 2013).

Umasu menciona também o fato de ter conhecido muito bem o grupo de Osvaldão, com quem tinha convivido no começo de sua adolescência:

(...) Minha mãe, minha avó morreu tudinho aqui, avô, meu avó, minha mãe, meu primo morreu também, tudinho... eu fiquei só aqui, né? Ninguém dava comida pra mim. Aí Osvaldão falou pra mim:

— Ei, indinho, tu quer ir mais eu?

Aí eu:

— Eu vou.

Aí me levou pr'ali. Na hora que eu me formei, tudo na hora que eu fiquei sabido, eu fui pra Xambioá, aí eu fiquei cinco anos lá. Aí ele falou assim pra mim:

— Tu não vai voltar mais eu mais, não?

— Não, eu vou me 'mbora, pra minha aldeia!

Aí de noite, cheguei aí, era menino ainda eu. Um bocado... eu conheci a Dina, o Osvaldão, Walquiria, tudinho eu conhecia! Tudinho eu conhecia, tudinho! (agosto 2013).

Muitos depoimentos dos Aikewara relatam a companhia de guerrilheiros capturados, ou seja, eles foram testemunhas de que muitos dos kamarás - como chamavam os guerrilheiros - foram tornados prisioneiros, como Josias, Walkiria, Jaime, Dina e Ari¹⁶ e outros que não foram mencionados. Api relata o episódio na localidade denominada “Some Home”, localidade situada ao nordeste da aldeia:

Rapaz! No dia que... eles pegaram, nós viu ele! Assim que nós saiu do mato, nós foi lá pro Xambioá... tinha acampamento do policial lá no Xambioá!

Aí nós foi pra lá, num tinha ninguém. “Nós vamo ‘mbora!” Aí nós foi ‘mbora, ele levou nós pra lá de novo! Aí nós tava almoçando, meio-dia, nós tava almoçando né? Daqui a pouco chegou mensagem lá pra nós, pra nós voltar de novo!

— Rapaz, eles pegaram um lá! Lá perto da aldeia, foi aqui perto do... Some Home, que pegaram... quatro home! Vocês vão voltar de novo!

Rapaz, nós voltemo de novo... que pegaram quatro home lá... Aí nós viemo. Aí nós vem bem aí no São Raimundo, pegar o machado pra ele, pra polícia, né? Aí nós fomos, aí nós pegamo... subimo de novo pra cima! Fomo s’mbora! Aí nós vimo a fumacinha subindo... Aí:

— É ali! Aí nós ficuemo rodando, rodando... até que ficou baixinho, aí soltaram o machado de novo pra dentro, assim pro cara limpar, amassar um pouquinho... Aí nós derrubemo a casa. Antes de... derrubar o pau, nós fomos lá pro Consolação, nós ficuemo um dedinho lá, nós ficuemo meia horinha lá... aí nós subimo.

— ‘Mbora!

Aí nós voltemo de novo, nós vimo a fumacinha subindo.

— É ali!

Nós ficuemo rodando, rodando, até que... baixinho, da altura des-

16 No entanto, na literatura sobre a Guerrilha do Araguaia, as mortes de alguns destes indivíduos são declaradas “em combate”.

sa casa aí, aí nós vimo quatro cara morto lá! (mais “Moreninho”, que nós vinha) Pois já mataram um.... a polícia obrigou “Moreninho” a pegar assim morto aí... (...) Aí pro “Moreninho” assim:

— Pega aí, índio!! vamos botar mais eu (a polícia).

— Ah, num vou botar não! - “Moreninho” falou pra ele!

— Não! bota!! - ele [soldado] obrigou ele.

Aí “Moreninho” botou pra ele, dentro do helicóptero! Era pra trazer pra cá pro São Raimundo, num sei aonde que enterraram! Acho que foi bem aqui mesmo que enterraram! (...) Nós fiquemo lá! Aí depois nós... nós fiquemo no mato primeiro... aí depois nós viemos pra cá, pra aldeia. Aí depois desse... que aconteceu com esse home aí, nós nunca mais vimo! (...) Nós fiquemo no mato mesmo, depois nós viemo pra cá. Num sei se cortaram a cabeça, num sei o quê eles fizeram com ele... Eu sei que nós vimo quatro home lá morto, mais o “Moreninho” [warini o seu irmão mais velho]! (agosto 2013).

Em seu depoimento, Tawé referiu-se às ameaças e à morte de dois guerreiros no local aonde chegaram – e a destinação do corpo de Jaime Petit:

Josias mostrou o local pra eles. A gente num podia parar um pouquinho... descansar, beber uma aguinha, nada dessas coisas pra nós num tinha! E quando ele... Aí Josias falando pra esse homem [militar]:

— Vê alguma coisa pra eles [Tawé e Api] comerem! Eles tão com fome, desde o dia que eles tão por aqui, eles tão com fome!

Ele [militar] falou:

— Ah, hoje num tem nada aqui pra nós, nem pra nós! - ele falou assim.

Tinha deles que era ruim, muito mau mesmo! Aqui e acolá ele apontava a arma para nós:

— Se vocês não seguirem direito, o fim de vocês é aqui dentro da mata mesmo! - ele falando pra nós. - Não! o quê que é isso, rapaz? – esse rapaz falava pra ele - Tá perto! Tá perto do local que... o meu povo ficou! Bom, ficou lá... E eu acho que eles já tava desconfiado, a turma

dele, né? Essas pessoas que eles [militares] tava procurando... já... acabou de sair naquele momento, num sei pra onde eles foram! Tinha um fogueiro ainda aceso assim... e tinha alguma coisa pra eles comerem lá, fizeram uma barraquinha dentro de um toco assim..., cercado, cheio de pedra assim, pra evitar, por causa de tiro, parece. Mas já tinha “acontecido” já! Aí depois que ele mostrou pra nós: — Ó! peguemo um sujeito aqui! Já tinham matado já... tinha matado dois!

Aí esse que foi morto lá, eles diz que era o nome dele era Jaime, Jaime num sei de quê... Enterraram lá mesmo, num buraco de palmeira, uma coisa assim, uma grotinha passa assim, jogaram, enterraram, não! Jogaram e cobriram lá – eu acho que num pedaço de uma lona, uma coisa assim, eu sei que ele foi... num deixaram a gente ver não! Fizeram assim, meia parede de povo assim pra gente num ver. Pegaram lá e jogaram assim no buraco.. Ele falou: -Tem... baleado ainda na mata aí, agora nós vamo atrás pra nós... pegar ele... que num podia fala nada... Nesse dia tinha chovido, apagou tudo...[rastros]

Tawé menciona a destinação do corpo de Josias [Tobias Pereira Junior], com quem eles haviam andado durante quatro dias seguidos, até a ida a Xambioá:

(...) Deixa que tem um rapaz que é... é conhecido velho da gente aqui da aldeia, baixinho ele, parece que o nome dele era... conhecido por nome Raimundo Cacaúba (ele era baixinho!) Ele viu! fazendo a situação lá com ele, diz que soltaram ele do avião!! Diz que ele viu lá... na terrinha dele, aonde ele morou, tava morando... Jogaram ele lá de cima, esse tal de Josias, entre bambu, né? (aquele bambu que chama takwara). Ele caiu lá. Diz que ele foi ver, percebeu diz que tinha muito urubu lá... foi ver o que é que tava ali, que bicho é que tinha morrido ali. Isso já depois... Só que ele viu, ele viu o avião passando lá, baixinho... o helicóptero! Aonde esse menino, Cacaúba, morava. Agora eu num sei dizer aonde é que

esse rapaz tá também, não sei se ele é vivo, num sei se ele morreu... Ele contou tudo pra nós: o homem foi jogado lá! Tá lá o corpo dele também, até hoje, que ele falou, com a mesma roupa que tava naquela época... ele andava vestido nela, tá lá com ele junto! (...) Isso tá aqui, nesse rumo aqui no... perto do Araguaia mesmo, por detrás de Santa Isabel aí... Esse rapaz sabia onde era, que era a terra dele. Agora, depois desse daí, esse rapaz num sei, num sei pra onde que mudou, num sei se ele morreu depois, já tava velho já... num sei se ele... foi lá pra terra dele, num sei. Sei que ele era conhecido por nome... Raimundo Cacaúba, conhecido bastante mesmo aqui da aldeia, uma pessoa legal... Ele diz que viu passando o avião lá em cima da terra dele e soltou uma pessoa lá. Ele viu! Aí só ele que sabia aonde ficou, né? Depois desse aí que aconteceu, ele veio aqui na aldeia e contou pra nós...

A abertura das rodovias “operacionais” OP1, OP2 e OP3 pelo Exército, em meados de 1972, tinha por finalidade o deslocamento das tropas na região e as operações de combate ao movimento guerrilheiro. Com a retirada das tropas (1975), o processo de ocupação da região se intensificou, com a formação de pequenos povoados ao longo da OP2, principalmente, cujo traçado cortou todo o território dos Aikewara no sentido nordeste a sudoeste. A abertura da estrada também foi mencionada por Tawé:

Aí... foi na época que passou já a estradinha, primeiro, essa estradinha que... passa aqui próximo, bem aqui mesmo, estradinha que o “pessoal do Inkra” que fizeram. Foi eles que fizeram a abertura, mas eles chamavam... que era “pessoal do Inkra”, mas num era, não! Pessoal do militar mesmo que fizeram essa estradinha aí, pra eles passar.

Tawé relata a chegada de um corpo a São Raimundo, lugarejo junto à OP2 onde o Exército tinha um acampamento, depois de duas semanas andando com os militares, sob ameaças, com fome, sem dormir e com medo:

(...) *Aí nós viemo pro São Raimundo! Lá tinha bem uns 5.000 Exército lá, no S. Raimundo, tipo uma aldeinha deles lá [acampamento], barraco veio lá.... Viemo lá com eles, no avião trouxeram nós ... [de Xambioá]*

— *Agora vocês vão ficar aqui. Aguarda a chamada aí pra ir de novo pra mata!*

Eu falei:

— *Meu Deus do céu! Nós já tava com 15 dias, mal alimentado... sem dormir, nós num podia dormir direito, nem cochilar a gente num podia cochilar não, que eles cutucavam na rede assim, - Ei, acorda!!! Aí a gente ficava ali, né? Já tava com 15 dias! Aí deram a mensagem... que tinham pegado quatro homem... lá dentro da mata, num lugar que tem por nome... lugar que tem, é hoje por nome... “Castanhal”, né? É mais conhecido por nome OP3, esse lugar.*

— *Tá bom. E o corpo vai pra lá!*

Aí foi a hora que... ele separou nós, eu mais o Api! Ele deixou eu só, com a turma dele, aí o Api foi transferido pra lá, com ele. Eu falei pra ele [Api]:

— *Toma cuidado! Num é pra falar nada... se eles falar alguma coisa contigo aí... – falando pra ele.*

Aí levaram ele pra lá, no avião, acho que desceram pela corda, uma coisa assim... pra pegar o corpo lá. Eles foram lá, eles fizeram... trouxeram... o corpo pra cá pro S. Raimundo... Aí fizeram... tipo um... circular, só de pessoal do Exército. Eles falou assim:

— *Ói, corpo vai vim aí, vocês não vão ficar vendo isso, não! Vocês vão ficar fora desse daí, vocês ficam por aqui, nas casas...*

Aí num deixaram não! Tava eu, o Api e o Marahy (Arikasu já tinha vindo embora já, trouxeram ele já doente, ficou com medo dessas coisa!). Aí... cercaram lá, o pessoal de... militar lá... cercaram...eu num sei quem foi que ‘fez o serviço’ lá com eles... disseram pra nós que... cortaram né? [as cabeças], mas nós num chegemo a ver, não! Se alguém... falou isso de nós, é mentira! Agora eu tou aqui falando a verdade mesmo, nós num vimo, não, num deixaram não a gente ver essas coisa! Tava eu, o Api, Marahy... só. (...)

Trouxeram só o corpo pro nossa terra aqui, do lado de cá, do S. Raimundo. Aí eles falaram pra nós... que... se tinha algum pessoal de nós pra acompanhar eles... que eles... ia jogar lá no buraco né, pra enterrar. Ele falou:

— Nós vamo lá... na terra de vocês, pra lá, pra ninguém ver! Esse povo, morador junto com eles! Foi os morador que fizeram essas coisa com eles! - porque eles era mandado, né?

Num podia fazer nada! O que eles pediam, tinha que fazer pra eles! Diz que cavaram lá, num sei como... num chegemo a ver, não... Enrolaram num plástico, numa lona lá, tudo... jogaram o corpo num mesmo buraco só! Jogaram lá. Lá no São Raimundo, do lado de cá, na nossa terra. Até hoje tá lá o buracão desse que cavaram! Depois desse daí, já tá com dez anos! Vieram pegar o corpo. Aí... bom, eu num sei explicar direito esse daí, eu também fiquei confuso, né? Eles falaram que era do pessoal dessa pessoa que morreram, que eles falou pra nós que queria ver o corpo aonde que foi colocado. Ele falou que era da... da turma desse pessoal que foi morto, né? Que eles queria o corpo deles, se nós sabia onde eles colocaram, o pessoal do Exército. Aí nós tinha que contar pra ele, né? Agora... bom, daí pra lá, eu num sei se era a mesma tropa que fizeram, eu num sei dizer não eu só sei que eles falaram que era a turma do... pessoa que morreram, que tava procurando o corpo. Nós mostremo pra ele:

— Ó, foi por aqui que eles levaram!

Aí teve um deles que [falou]:

— Num dá pra mostrar o local mesmo assim de perto pra nós ver?

Aí nós falemo:

— Vamos, nós vamos mostrar, porque... nós tem que mostrar né? porque... nós num tem culpa nenhuma!

Nós entremo com ele - tai o Kaká ta de prova - mostrou pra ele.

— É bem aqui que eles colocaram, ó o buraco aí! Num tinha mais corpo, não!! Já tinham pegado, já! Num sei quem foi que pegou!

Eles falaram que foi do pessoal dele mesmo, né? Mas eu num acho que... acho que num foi do pessoal dele que morreram não... talvez,

né? Porque eles não contaram pros... pro dos outros né? Vão falar que... tava à procura do corpo que morreram... que pessoal dele, família... aí já tinham pegado... Nós vimos, no dia que ele pegou (agosto 2013).

Em seu depoimento, Warini confirma ter sido obrigado a colocar um morto no helicóptero (Xambioá) - fato que também foi presenciado (e mencionado) por Api - e o sepultamento em São Raimundo:

[Warini? quando marehai [soldado] matou, onde foi que tu pegou corpo do morto... botou no helicóptero? Mo'mé? onde?] Lá no Xambioá! Nós num viu nada! [Num foi pra cá não?] Não! levaram pra lá! [Matou pra cá] É, mataram lá... Consolação! Aqui, não. [Tu viu? (o corpo)] Eu viu!! Api também!... Aí helicóptero também, lá em cima, também. (...) [E levou pro Xambioá.] E cortaram aqui, pescoço, bem aí São Raimundo. Aí depois levaram a cabeça lá no... só.. Brasil [Brasília]... ninguém sabe não! [E o corpo ficou no S.Raimundo? Enterrou no São Raimundo?] Bem aqui do nosso lado, bem aí... lá no... lá no Cupu, pra lá um pouquinho (agosto 2013).

Warini menciona o sepultamento de corpos no interior da Terra Indígena, nas proximidades do rio Gameleira (limítrofe). Restos mortais foram retirados dali ainda em 1975 por uma das “Operações Limpeza” realizadas pelas forças repressivas.

Umasu relata os sepultamentos nessa localidade mencionada por Warini, próxima ao limite sul da Terra Indígena, no seu interior, bem como o resgate de restos mortais, ocorrido em 1996 por uma equipe de legistas. Alguns depoimentos falam em três corpos que foram ali sepultados, outros falam em quatro, mas em 1996 os restos mortais de um só corpo envolto em uma rede (tipo garimpeira) e cápsulas de balas de revólver foram resgatados naquela localidade. Anteriormente, em pelo menos outras quatro ocasiões, segundo relatos dos Aikewara, “Operações Limpeza” foram realizadas ali e em toda a região por representantes do Exército.

Eles enterraram aí bem na nossa área, bem na estrada mesmo assim. Esse aí ele já tirou...

[No São Raimundo ou pra cá da ponte?] Hum,hum! [afirmando, ou seja, no interior da Terra Indígena]. Nós falemo pra ele que nós num aceita, não, enterrar aí! Depois que nós passemos... botou três dentro. [Você foi lá ver?] Eu fiquei lá. [Quantos corpos eram?] Três! Três que foi enterrado aí! A rede dele novinha ainda, depois que ele tirou, foi no inverno. Eles [legistas, Exército?] falou pra nós se podia tirar o resto da unha que ficou (agosto 2013).

Nos depoimentos recentes e mais objetivos, os Aikewara referiram-se a outros prováveis locais de “sepultamento” ou simples abandono de corpos de guerrilheiros que, no entanto, são atualmente de difícil reconhecimento por eles, dada a profunda transformação ocorrida em toda a região do baixo Araguaia, sobretudo devido aos desmatamentos e à formação de extensas pastagens. Embora não tenham testemunhado pessoalmente os prováveis sepultamentos, estes locais incluem, ao sul, a bacia do rio Gameleira até a sua foz, em Santa Cruz (no rio Araguaia), e a noroeste, a bacia do Grotão dos Caboclos (Koronohuna), o centro do território tradicional Aikewara.

5. DEPOIS DA GUERRA

Seguiram-se anos de silêncio sobre as violências então praticadas, quando os Aikewara tiveram o seu território ocupado pelas Forças Armadas, tendo sido submetidos a toda sorte de humilhação, ameaças e privações, fome e medo. No pós-guerra imediato, quando as forças repressivas haviam eliminado praticamente todos os integrantes do movimento guerrilheiro do Araguaia, tendo deixado a região no fim de 1975, os Aikewara – assim como todos os moradores de uma extensa região do entorno – encontravam-se ainda bastante fragilizados e atemorizados com o que tinham vivenciado. A permanência de informantes das forças repressivas em toda a região verificou-se por um período prolongado, com o intuito de inti-

midar os moradores – aqui incluídos os Aikewara – a prestar informações sobre o que havia ocorrido de fato (cf. Procedimento Investigatório Criminal, MPF, 2009).

No período subsequente, conhecido como “distensão política”, rumo ao fim da ditadura, muitas transformações vieram a ocorrer em todo o sudeste do Pará, como a construção da rodovia Transamazônica e da usina hidrelétrica de Tucuruí, beneficiando empreendimentos de uso intensivo de energia e um processo acelerado de industrialização mediante incentivos fiscais. Os fluxos migratórios se intensificaram, assim como a ocupação fundiária e os conflitos daí decorrentes, com um certo desalojamento espacial e político das oligarquias castanheiras.¹⁷

Por sua vez, a política indigenista oficial visava “amortecer” os impactos dessas transformações com a implantação dos chamados projetos de “desenvolvimento comunitário”, coordenados no campo por antropólogos ligados a universidades. Assim, em 1976, junto com os chamados “Gavião” da Terra Indígena Mãe Maria, os “Suruí” Aikewara tiveram a experiência pioneira de comercializar sua produção de castanha-do-pará de modo autônomo, sem a ingerência da agência tutelar, através de uma dessas iniciativas apoiadas pela cúpula da Funai (Ferraz, 1976).

No entanto, dadas as precárias condições de trafegabilidade da então OP2, as dificuldades de escoamento da safra de castanha do PI Sororó não trouxeram o êxito esperado, tal como ocorrera com os “Gavião” da TI Mãe Maria. A questão fundiária entre os “Suruí” parecia ter passado a ser o foco das atenções dos agentes tutelares, embora ao longo da segunda metade da década de 70 tenha se verificado uma sucessão de equívocos político-administrativos que resultaram, em 1977, na demarcação de um território exíguo para os chamados “Suruí do Pará”.

Ao final dos anos 70, as Organizações Não Governamentais voltadas para a defesa dos Direitos Humanos e de apoio às minorias étnicas começavam a se formar entre a sociedade civil. A partir de 1979, o Centro de Trabalho Indigenista, constituído por indigenistas e antropólogos em São Paulo, estendeu suas atividades de apoio à revisão da demarcação do

17 Só em 1987 foi revogado o Decreto-Lei que interditava aquela “área de segurança nacional”.

território Aikewara, ao lado do incentivo a pequenos projetos de roças de subsistência e criação de animais de carga.

Assim, a partir da década de 1980, novos processos foram formados na Funai com o objetivo de rever os erros daquela demarcação administrativa da TI Sororó. No entanto, a Terra Indígena Sororó acabou sendo homologada em 1983, com a área exígua delimitada em 1977. Aos poucos, os Aikewara foram se recuperando em termos populacionais, embora os traumas profundos e as marcas psicológicas tenham permanecido, conforme atestam os relatos de insônia e pesadelos recorrentes devido ao envolvimento compulsório com as forças repressivas à Guerrilha do Araguaia.

6. SOBRE A INDISPENSABILIDADE DA FIGURA DO OUTRO ENTRE OS AIKEWARA

Poder-se-ia dizer que o mundo, tal como os Aikewara o concebem, teve o seu início quando os afins, isto é, aqueles que não são “parentes” verdadeiros, passaram a existir. Conta-se que, no passado, quando o céu era da altura de uma castanheira, a humanidade (awatuó) era uma só, que não havia “primos” (i.e afins) nem inimigos. E isso não era bom, pois as pessoas não eram “firmes” (semotó), não havia o que comer – afinal, os animais também são outros, também são afins. Tudo mudou quando, a certa altura, um destoante (ohotehe) inventou de caçar aqueles que até então eram seus semelhantes. Descobriu que, quando suas flechas atravessavam a pele dos outros awá (“humanos”), eles se transformavam em mutuns (Cracidae sp.), o que viria a ser um dos alimentos preferidos da humanidade. Da carne de mutum, do seu consumo, fizeram-se asemotówaë, gente firme, gente apta. E isso não é tudo, pois, da caça do mutum, não apenas se fez os homens que comandariam os Aikewara em sua marcha pela floresta, mas também a própria sociedade aikewara: pois agora os homens, que até então viviam “sozinhos como onças”, andariam juntos em expedições de caça. E eles viram que era bom viver assim, ao “redor de um mesmo fogo”. O mito nos ensina que a sociedade aikewara, sua comunidade (-etom, como dizem em seu próprio idioma) se pensa em relação a um outro, um outro que consideram fundamental para sua própria reprodução social. De fato, os Aikewara, até

a consolidação do contato com a sociedade não-indígena – até se perceberem forçosamente confinados a uma pequena parcela da floresta – tinham por hábito condicionar a localização e a duração de suas aldeias à presença de varas de queixadas nas imediações.¹⁸ Viviam no entorno de suas áreas de forrageio, em espaços que, sabiam, pertenciam tanto à -etom (“comunidade”) dos tayassuídeos quanto à sua própria. Havia ainda aquelas aldeias condicionadas à presença de outros propriamente humanos nos arredores, aqueles que conheciam por akwawa, inimigos. Assim que localizavam uma aldeia inimiga, os Aikewara, que até então se deslocavam em pequenos grupos, geralmente famílias extensas que se mantinham relativamente distantes uns dos outros, se juntavam em uma única aldeia e de lá partiam em busca dos inimigos. Levavam consigo os jabutis, alguns adornos plumários e muitas flechas como presentes. Seu objetivo, contam os mais velhos, não era guerrear, mas dançar com os inimigos. Desejavam conviver com outros-diferentes, com essa gente potencialmente perigosa, e sobreviver para contar a história, desejavam dançar suas músicas, aprendê-las. Mais do que isso, dançar com os inimigos era a chance que os mais jovens, os solteiros, tinham de “amadurecer”. Ou seja, para os Aikewara, o amadurecimento pessoal não se dá naturalmente, ele deve – como no caso dos caçadores do mito supracitado – ser buscado na relação com os contrários. Um jovem, para que seja considerado um adulto, um asemotówaé (pessoa firme) deve ser capaz de matar queixadas e se relacionar com inimigos, dançar com eles, sem que pereça no processo. Tanto que, na ausência de inimigos reais, de tempos em tempos, os Aikewara realizam um ritual conhecido como Karuwara, onde dançam com os espíritos dos mortos – que da perspectiva local, nada mais são que um grupo étnico inimigo. Um ritual cujo objetivo maior é, justamente, a feitura de “pessoas-firmes”. Os Aikewara, como diversos povos das chamadas terras baixas da Amazônia, condicionam o seu amadurecimento individual (e corporal) à relação com um outro, mas não um outro qualquer, e sim um outro que tomam por inimigo. A literatura es-

18 Escolhia-se o local de uma nova aldeia pela presença atestada de varas de queixada nos arredores. Dentre o espaço descrito como os “arredores”, procuravam aquele que estivesse a uma boa distância de um curso d’água. Dizem que evitavam ficar próximos a estas formações, pois, além de mosquitos, costumavam ser lugares onde apareciam onças e inimigos.

pecializada está repleta de casos semelhantes, mesmo entre povos linguisticamente distantes. Neste contexto comparativo, poderíamos dizer que o caso Aikewara se aproxima dos Mbya (Guarani), pois, no lugar da guerra, optaram por uma relação de antagonismo ritual: os inimigos são aqueles com os quais se dança, em uma espécie de disputa simbólica. Acrescente-se que esta dimensão simbólica do inimigo se soma a uma ética anticanibal onde, ao contrário de outras populações indígenas da região, a figura do matador é imbuída de significados extremamente negativos, condicionado à posição de um verdadeiro demônio – awa’yme, como dizem os Aikewara.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em muitos dos depoimentos dos Aikewara colhidos não apenas no decorrer deste trabalho, mas ao longo de muitos anos de assessoria antropológica e pesquisa junto a esta sociedade, pudemos constatar que o tema da guerrilha, ou melhor, do “tempo da guerra”, foi durante um longo período objeto de submersão na memória de muitos de seus integrantes, sobretudo daqueles que estiveram diretamente envolvidos. Só voltou a ter importância quando os seus filhos ou netos – ou seja, uma ou duas gerações seguintes – se interessaram em conhecer o que, de fato, havia ocorrido. Desse modo, foi valiosa a sua colaboração para o presente trabalho em recuperar detalhes na memória dos que são hoje considerados “velhos” (awaimona) na comunidade.

É importante salientar que decorrem da época da repressão à guerrilha todos os equívocos e as fraudes em relação à demarcação da exígua Terra Indígena Sororó, com 26.258 hectares, homologados por meio do Decreto nº 88.648 (publicado no DOU em 31 de agosto de 1983). Os principais atos administrativos e o respectivo contexto político que compõem o processo de regularização fundiária da TI Sororó – processos Funai 1490/77, 3071/77, 1494/82 e 1778/82 e 2047/2004 – permitem verificar que, além dos equívocos técnicos, estão repletos de vícios inconstitucionais – portanto, de natureza política –, cujas tentativas de solução sempre ficaram aquém das possibilidades de proteção aos direitos territoriais dos Aikewara.

Essa situação reflete-se até o presente, dada a crescente vulnerabilidade às pressões existentes, sobretudo devido à rodovia – hoje BR-153, a antiga OP2. Aberta pelo Exército em 1972, a estrada cortou o território aikewara trazendo consequências nefastas e progressivas, como roubos de madeiras e castanhas, diminuição da caça, invasões, assaltos, atropelamentos, incêndios criminosos, despejo de toda sorte de dejetos e cadáveres, contaminação do solo e dos cursos hídricos, ao lado do processo de desertificação que vem se verificando com a formação de pastagens em todo o entorno da Terra Indígena Sororó.

Em inúmeras ocasiões, a proposta de desvio do traçado da BR-153 foi apresentada pelos Aikewara, inclusive através do Ministério Público Federal, sem nunca ter sido considerada, sobretudo quando foi pavimentada para se tornar uma rodovia federal (1998), sem que qualquer estudo de impacto ambiental tivesse sido realizado.¹⁹

De acordo com um processo administrativo em curso na Funai (cf. 1996), foi proposto um acréscimo de cerca de 11 mil hectares à Terra Indígena Sororó – denominada Gleba Tuwapekuakau²⁰ – para abranger porções significativas do território tradicional aikewara, como antigas aldeias, cemitérios, castanhais, áreas de caça e jazidas de argila para o fabrico de panelas, que foram excluídas na demarcação fraudulenta efetuada durante a ditadura. A área pleiteada – que foi objeto da especulação inaugurada pelo Getat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) que substituiu o Incra na região na primeira metade dos anos 80 – encontra-se desde então totalmente degradada e ocupada por grileiros e posseiros. Clivagens políticas aliadas à morosidade da agência indigenista governamental são fatores que vêm protelando a conclusão desse processo de grande importância para o futuro dos Aikewara, como povo etnicamente distinto numa região que permanece eivada de contradições, carências sociais e conflitos fundiários como o sudeste do Estado do Pará.

19 Após a Secretaria de Transportes do Estado do Pará ter ganho uma ação judicial interposta pela Procuradoria Geral da República em Marabá, a título de compensação, um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) foi firmado em 1998 que, no entanto, aguarda execução.

20 Literalmente, local onde Tuwá, uma anciã (já falecida), engasgou-se com uma espinha de peixe.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTOLINO, Osvaldo, 2004. Maurício Grabois – uma vida de combates: da batalha de ideias ao comando da Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Editora e Livraria Anita Garibaldi e Instituto Mauricio Grabois.

CABRAL, Pedro Correa. 1993. Xambioá: guerrilha do Araguaia. Rio de Janeiro: Edit. Record.

CAMPOS F.o, Romualdo Pessoa. 2003. Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas. Goiânia: Universidade Federal de Goiás.

CARVALHO, Luiz Maklouf. 2004. O coronel rompe o silêncio. Rio de Janeiro: Objetiva.

DÓRIA, Palmério; CARELLI, Vincent; BUARQUE, Sergio; SAUTCHUK, Jaime. 1978. A Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Editora Alfa Omega. Série História Imediata.

FERRAZ, Iara. 1976. “Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário Gavião e Suruí (PA)”. DGPC/FUNAI. Brasília, mimeo.

_____. 1985. “Suruí”. In: Povos Indígenas no Brasil. Sudeste do Pará (Tocantins). Vol 8. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação, pp. 100-121.

FIGUEIREDO, Lucas. “O segredo dos índios Aikewara”. Revista GQ, n.1, abril 2011, pp. 156-163.

GUERRILHA DO ARAGUAIA, 1972-1982. 1982. São Paulo: Editora Anita Garibaldi.

KOTSCHO, Ricardo. 1982. O massacre dos posseiros. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª. ed.

LARAIA, Roque de B.; DA MATTA, Roberto A. 1967. Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

MECHI, Patricia Sposito. 2012. Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas dos camponeses, militantes e militares na Guerrilha. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.

MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. 2005. Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Edit. Anita Garibaldi, 4ª. ed.

MOURA, Clóvis (Apresentação). 1979. Diário da Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Ed. Alfa Ômega. Série História Imediata.

MOURÃO, Monica. 2005. Memórias clandestinas. A imprensa e os cearenses desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.

NASCIMENTO, Durbens Martins. 2000. A Guerrilha do Araguaia: paulistas e militares na Amazônia. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém: UFPA.

NOSSA, Leonêncio. 2012. Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Cia das Letras.

PORTELA, Fernando. 1986. Guerra de guerrilhas no Brasil. São Paulo: Global Editora, 7ª. ed.

PEIXOTO, Rodrigo, C.D. 2011. “Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois”. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém, /v.6, n.3, p. 479-499, set-dez.

POMAR, Wladimir. 1980. O Partido e a guerrilha. São Paulo: Editora Brasil Debates.

QUEIROZ, Renato da Silva. 1975 (março). Relatório de pesquisa antropológica realizada entre os índios Suruí do Estado do Pará. São Paulo: USP, ms.

RODRIGUES, Antonio. 2008. Araguaia – entre soldados e guerrilheiros. Curitiba: Prottexto.

SÁ, Glênio. 1990. Araguaia – relato de um guerrilheiro. São Paulo: Editora Anita Garibaldi.

SOUSA, Deusa Maria de. 2011. Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia. Tese de Doutorado em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA, Aluísio Madruga de Moura. 2002. Movimento comunista brasileiro. Guerrilha do Araguaia, revanchismo, a grande verdade. Brasília: edição do autor.

STUDART, Hugo. 2006. A lei da selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Geração Editorial. Vários autores. 2005.

Guerrilha do Araguaia – uma epopéia pela liberdade. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 4^a. ed.

VIEIRA FILHO, João Paulo B. 1991. “Visão da saúde dos Suruí do Sororó (Aikevara)”. Escola Paulista de Medicina, mimeo, 04 p.

Documentos consultados Ministério Público Federal. 2009. Procedimento Investigatório Criminal 1.23.001.000180/2009-14, 8 volumes, 01 anexo. Procuradoria Geral da República: Brasília, DF (cópia na PGR Marabá).

_____2011. Inquérito Civil Público 1.23.001.00374/2011- 26. Procuradoria Geral da República, Marabá (PA).

Fundação Nacional do Índio. Portarias n.40/N de 20.12.1971 e n.130/N de 16.09.1973.

Boletim Administrativo, Ministério do Interior, Brasília, DF.

_____1996. Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Gleba Tuwapekuakau. Brasília: Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID).



Fotografia que estava em poder de Eduardo Lemos, ex-agente da repressão.

Comissão da Verdade Suruí-Aikewára: uma etnografia da memória e do esquecimento

por Andrea Ponce Garcia (UNICAMP/ Brasil)

“Camarás,

Encontramos um conjunto de 18 fotografias que estava em poder de Eduardo Lemos, ex-agente da repressão. A princípio, sabemos da presença dos Gavião e Aikewara do Pará e o evento ocorreu próximo de Belém, entre 1988/1990, na Chácara da Sagrada Família, ligada à Igreja Católica. Tenho a impressão de se tratar de um encontro da Cimi. Peço aos amigos que nos ajudem no levantamento da questão, inclusive enviando a outras pessoas. No aguardo das informações.

Abs, Paulo.”

E-mail de Paulo Fonteles Filho, de 05/09/2015, comunicando a localização de fotografias quando da descoberta pela CEV-Pará do acervo do Museu da Guerrilha do Araguaia em São Geraldo do Araguaia.

1. RESUMO²¹

De forma paralela ao trabalho que está sendo realizado pela Comissão Nacional da Verdade, têm surgido outros tipos de organizações que pretendem contribuir com informação valiosa acerca da situação experimentada por vários povos indígenas durante a ditadura militar no Brasil.

E é justamente sobre uma destas organizações alternativas que o presente trabalho foca. A Comissão de Verdade Suruí constitui-se na primeira experiência no país em que os próprios índios têm se proposto a reconstruir sua memória com base nos fatos ocorridos sob regime militar.

Trata-se, então, de um exercício etnográfico em torno desta comissão formada pelos índios Suruí-Aikewara, localizados no sul do estado paraense. O importante será dar conta dos elementos e mecanismos próprios dos quais esta comissão indígena se valerá para contar sua própria história.

História que, de sua parte, traz elementos complexos como ameaças, torturas e violações várias, experimentadas pelos índios e camponeses na região do Araguaia, e cometidos pelos militares que lá incursionaram com o objetivo de eliminar o movimento guerrilheiro assentado a partir de 1972.

Durante o “Estado de Sítio” ao qual estiveram expostos os índios Suruí, várias foram as mudanças culturais que se suscitaram em base a este episódio particular da sua história de contato.

Quando comecei a me interessar pela problemática sobre índios na ditadura militar, me deparei com várias realidades vivenciadas pela maioria dos povos indígenas no Brasil, sendo talvez um dos casos mais emblemáticos a reconhecida existência da “Colônia de Recuperação de Índios Delinquentes” (CAMPOS, 2012) no Posto Indígena Guido Marlière, no território dos índios Krenak (MG), presídio ao qual foram levados centenas de índios de diferentes etnias ao terem sido acusados de diversos “crimes”. Assim

21 Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. (Resumo da tese desenvolvida por Andrea Ponce disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279657/1/PonceGarcia_Andrea_M.pdf)

mesmo, o caso do genocídio do povo Waimiri-Atroari²² e a própria criação da Guarda Rural Indígena (Grin) em 1969 (DE FREITAS, 1999; SILVEIRA, 2003) foram delineando um caminho que me permitiu visibilizar a dimensão desta problemática²³.



No entanto, enquanto me aproximava das leituras e dos casos concretos de repressão e violência vivenciados pelos povos indígenas durante este período²⁴ particular na história brasileira, houve um caso que causou um forte impacto em mim, devido às muitas formas de violência presentes nele e pela relação estabelecida com o contexto regional paraense (baseado prioritariamente na exploração de recursos e sustentado por uma ampla gama de interesses econômicos), assim como com um contexto nacional,

22 Cfr. 1 Relatório do Comitê da Verdade do Amazonas, 2012

23 Resultando muito oportuna a reflexão sobre os dados que o recentemente descoberto “Relatório Figueiredo” traz para a discussão da problemática sobre índios na ditadura militar.

24 Período que parece se estender no tempo, a modo de um continuum, levando em consideração o que resta da ditadura ainda no Brasil.

ao ter o Brasil sua própria maneira de lidar com o seu passado, com a memória, o esquecimento e construir seu processo de Justiça Transicional.

Este é o caso dos índios Suruí-Aikewara²⁵, que criaram, em 2012 – em coordenação e sob orientações de diversas instituições externas –, uma Comissão de verdade, a qual pretende apurar fatos ocorridos durante a repressão da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), evento no qual viram-se abruptamente imersos.

Em 2012 foi criada no Brasil, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), a mesma que concluirá seu trabalho de apuração das diversas violências acontecidas durante o período ditatorial civil-militar (1964- 1985) no mês de dezembro do presente ano. A instalação de tal comissão forma parte do processo de Justiça Transicional levado adiante no Brasil depois de cinquenta anos do golpe dado ao governo democrático de João Goulart. A CNV conta, dentro de sua organização interna, com um grupo de trabalho que se encarrega de dar seguimento às violações de direitos humanos sofridas pelos povos indígenas e camponeses durante dito período. E foi nesse contexto que surgiu a primeira Comissão da Verdade indígena do país: a Comissão Suruí-Aikewara.

Nesse sentido, é importante sublinhar que o presente trabalho trata de uma maneira mais ampla sobre os significados e as implicações (tanto para o Estado como para os próprios Suruí-Aikewara) de criar uma comissão, e não pretende se focar nos fatos particulares, os quais eles mesmos não gostam de lembrar. No entanto, aí reside um ponto de interesse que bem pode ajudar a refletir sobre todas as arestas que conformam esta problemática holisticamente: dado que, por um lado – tomando por base a falas dos índios como de antropólogos que vem trabalhando com eles durante muitos anos²⁶ – se anuncia que eles não querem falar mais sobre

25 Vale ressaltar que “Suruí” é a forma como eles têm sido nomeados pelo kamará (não índio), sendo “Aikewara” a própria forma de se autoidentificar. No presente trabalho, usarei a denominação que articula as duas (Suruí-Aikewara), seguindo a recomendação de alguns deles (conversa informal, Winuhú Suruí, 30 de maio, 2014). Os Suruí-Aikewara são um grupo que forma parte do extenso tronco Tupi e que conta atualmente com cerca de 300 pessoas; localizam-se na área indígena Sororó, entre os municípios de São Domingo e São Geraldo de Araguaia, no sudeste do Estado do Pará.

26 Todos os relatos e depoimentos foram recolhidos durante minha estadia na aldeia So-

o assunto, por outro lado, foi criada uma Comissão da Verdade, que como primeira instância deverá socializar esses eventos, levando adiante o princípio básico do exercício da memória.

No caso particular da dimensão sociológica proposta para dar leitura à rede na qual se encontra inserida esta comissão indígena, o esforço consiste em detectar os possíveis pontos de encontro (ou discrepâncias) entre o que vem a representar a recém-criada Comissão da Verdade Suruí dentro de um contexto nacional que leva adiante um processo de Justiça de Transição com suas próprias particularidades.

Os fatos ocorridos no passado em relação aos povos indígenas devem remeter inevitavelmente a uma leitura dos interesses geopolíticos que estados nacionais e estrangeiros têm sobre os territórios indígenas. Seguindo Ross (2006), dentro das propostas de Comissões de Verdade, é necessária a tentativa de pensar e abordar a temática para além dos efeitos individuais que diversos sujeitos sofreram e colocar ênfase nos sentires coletivos num contexto social e histórico específico. “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989: 9).

Fala-se de uma rede, dado que, no caso dos Suruí-Aikewara, sua luta atual contempla três grandes questões:

- a) A luta pela reparação econômica (direito à anistia),
- b) A localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos, de ex-membros da Guerrilha de Araguaia (existindo algumas hipóteses de que algumas dessas ossadas possam se encontrar dentro do território indígena em questão e de que eles tenham conhecimento desses sítios), e
- c) A questão da verdade histórica (principalmente em oposição a outras versões da história que foram expostas em algumas matérias jornalísticas no passado, e frente às quais os Suruí mostram desconforto por

roró no mês de maio de 2014, e durante a viagem realizada junto com cinco suruí, que viajaram até Brasília na primeira semana no mesmo mês para fazer a entrega oficial do primeiro relatório (trabalhado junto com os antropólogos Iara Ferraz e Orlando Calheiros) à responsável da Comissão Nacional da Verdade.

uma suposta tergiversação dos fatos, querendo então que essa “história verdadeira” seja socializada.

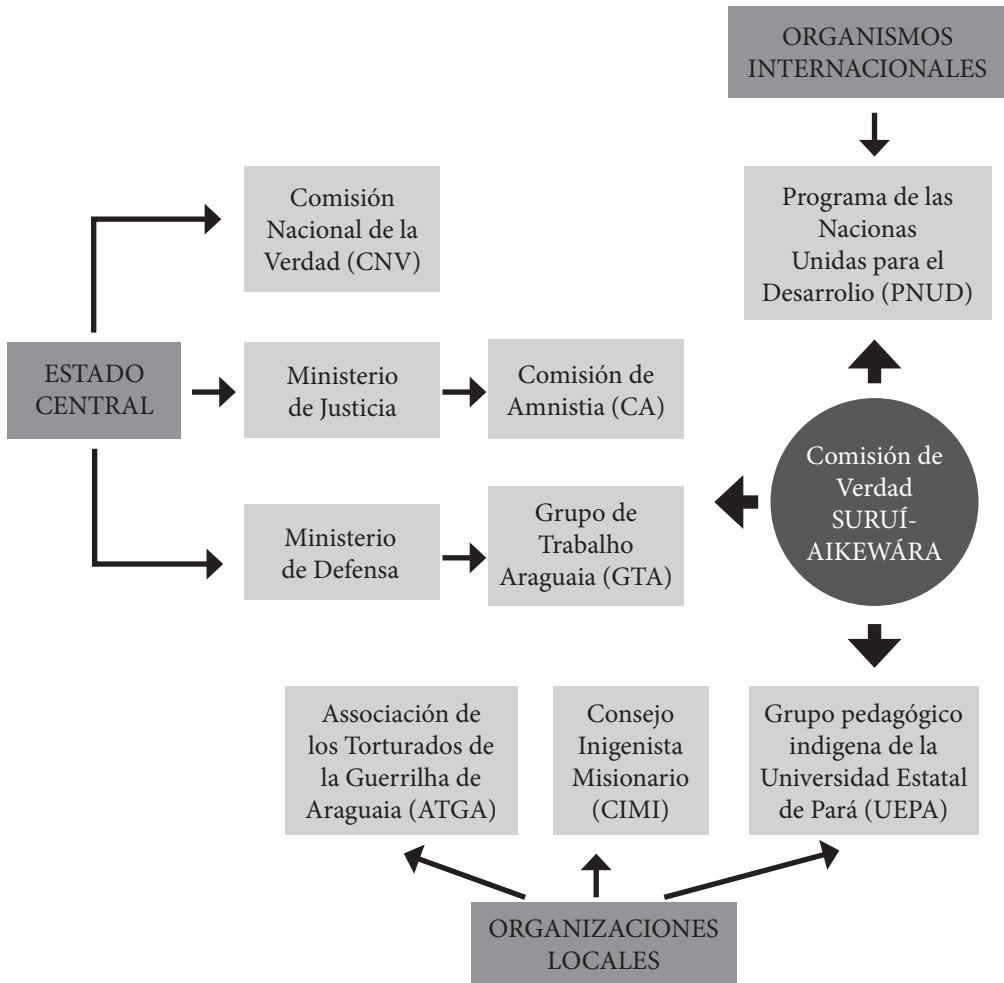


Figura 1. Rede de atores implícitos²⁷

27 Se aponta que o PNUD está presente também nesta rede de atores, já que a CNV tramitou a obtenção de uma bolsa de pesquisa para dois professores Suruí-Aikewara, para que seja feita uma investigação sobre as vivências experimentadas por este povo (como os Gavião) durante o regime militar. O processo destas bolsas ainda está em andamento.

No mês de novembro de 2012, uma comitiva composta por representantes da Comissão Nacional da Verdade, do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA)²⁸ e da Associação dos Torturados de Araguaia organizaram uma audiência pública em Marabá, onde participaram tanto camponeses como os índios Suruí-Aikewara, que deram seus depoimentos sobre uma história que não tinha sido falada. Como resultado – e sob ingerência destes atores externos –, foi criada então a Comissão da Verdade Indígena, assim como a camponesa. Nesse processo todo, é interessante tentar decifrar se o formato de uma comissão responde também ao ethos jurídico local e, em extensão, entender de que modo todas estas táticas que formam parte da construção da Justiça Transicional brasileira conseguem empatar com a realidade dos povos indígenas. Numa entrevista, o representante do GTA, que a sua vez é vice-presidente do Comitê Paraense pela Verdade, Memória e Justiça, mencionou que:

Nós programamos uma reunião com eles no sentido de escutar seus relatos e, nesse processo todo, eu propus a criação da Comissão da Verdade, eu vim fazendo uma provocação para eles, dizendo: “Quem vai escrever esta história, serão os kamará ou serão vocês?” ... A gente meio que conseguiu na hora nessa discussão e eu acabei convencendo-os de criar uma comissão deles sem intervenção de outros kamará... e, a partir desse momento, eles tomaram a decisão de criar a própria CV... Como existe no país uma luta no sentido dessa verdade histórica, eu sou daqueles que acreditam e incentivam a criação das comissões da verdade. Acho que é uma

28 O GTA articula ao Ministério da Justiça, Defesa e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Em 2009, foi criado o Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), que procura localizar, recolher e identificar os corpos de guerrilheiros e soldados mortos no episódio da Guerrilha do Araguaia. A sentença foi proferida pela primeira na vara do Poder Judiciário do Distrito Federal, respeitando a ação das famílias das vítimas. Não foi até julho de 2009 que as atividades do grupo foram acompanhadas pelo Comitê Interinstitucional de Supervisão do GTT. A Portaria prevê a participação dos Governos dos Estados do Pará e do Distrito Federal como membros permanentes, bem como de outros órgãos e entidades escolhidos a critério do Ministro de Estado da Defesa.

forma interessante de trabalhar o período da ditadura militar... criar comissões da verdade é importante e ajuda muito nessa discussão democrática no Brasil...” (Entrevista Paulo Fonteles Filho, 23 de maio 2014, Marabá.)

Frente a isso, o representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) apontou que “a CNV até tentou de uma forma burocrática instituir uma comissão de indígenas Suruí, isso não aconteceu... porque o tempo nas nações indígenas é outro, a forma de lidar com a justiça é outra” (Entrevista Gilles Gomes, 15 de maio 2014, Brasília).

Do anteriormente exposto, um elemento visível dentro desta problemática toda é a confluência (ou não) das distintas instituições estatais e associações locais que terminam ocasionando efeitos diretos sobre o processo político pela disputa pela memória Suruí. Até o momento atual – conforme foi referido pela atual representante da CNV, a psicanalista Maria Rita Kehl²⁹ – os únicos relatórios entregues pelos próprios grupos tem sido o caso dos Suruí e dos Xavante, processo que se articula também com os processos de reparação econômica que a Comissão de Anistia promove para as vítimas diretas dos efeitos da ditadura.

No relatório Suruí-Aikewara, existem vários depoimentos que evocam os acontecimentos dados na região de Araguaia a partir de 1971, quando “toda a área em que está situado o município de Marabá foi decretada “área de segurança nacional”³⁰ e, no ano seguinte, os Aikewara viriam a ser envolvidos pelas Forças Armadas no combate ao movimento guerrilheiro do Araguaia (MOURA, 1979: 44)” (FERRAZ, CALHEIROS, 2014).

Os principais argumentos referidos no relatório chamam a atenção de que a presença do Exército na reserva indígena não somente atingiu aos homens, que foram levados forçadamente³¹ para servir de mateiros na

29 Asseveração dada durante a audiência realizada em Brasília o dia 16 de maio 2014, quando foi entregue pelos cinco Suruí-Aikewara o relatório final para ser anexado ao informe final da CNV

30 Cf. Decreto-Lei nº 1.164 de 01.04.1971, revogado só em 24.11.87, pelo Decreto-Lei nº 2.375.

31 Algumas pessoas que trabalham sobre o tema, como a antropóloga Iara Ferraz e o advogado Gilles Gómes (SDH-PR), sustentam que nesse caso pode-se falar de casos de sequestro.

mata em procura dos militantes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), ou para colocar corpos no helicóptero³², senão que a violência foi exercida de modo geral, dado que as pessoas que ficaram na aldeia foram proibidas de realizar suas atividades cotidianas (como caçar, plantar na roça, realizar suas festas tradicionais, deslocamento pelo território, etc.); falando-se então de “estado de sítio”.

Além disso, em 1972, com a eclosão da Guerrilha do Araguaia, o Exército abriu várias estradas que operam em ligação com a Transamazônica, sendo o caso da OP-2 (atualmente BR-153) a mesma que cortou ao território indígena. Em 1981, a OP-2 começou a ser prorrogado pelo Batalhão de Engenharia Civil (BEC), considerando os interesses políticos do Major Sebastião Moura, em Serra Pelada³³.

Entre 1972 e 1975, foram realizadas nove operações lideradas pelo Exército Brasileiro no sul do Pará para acabar com membros do PCdoB, bem como os agricultores que aderiram ao movimento guerrilheiro implantado na região. Krsticevic e Affonso (2011) enfatizam o fato de que toda a população do entorno, envolvida ou não com a organização militante, muitas vezes pelo fato de viver em acampamentos perto dos espaços guerrilheiros, foram vítimas de violações por parte da milícia. Foi o próprio Estado brasileiro que reconheceu que a tortura era altamente sistemática em Xambioá em meados de 1974 e o registro de 70 pessoas entre militantes e camponeses desaparecidos foram relatados. Sobre isso, menciona-se:

A OP-2, depois PA-253, hoje BR-153, constituiu o início de uma longa história de perdas não negociadas que os Suruí-Aikewara foram obrigados a enfrentar. Ao longo de 26 anos, nenhum reparo

32 Situações que ainda não têm sido exploradas desde uma ótica simbólica, refletindo sobre as implicações que desde uma visão cultural poderia significar o fato de tratar com corpos (que a sua vez tem sido enterrados e desenterrados) na sua terra.

33 Sob este aspecto, é importante ressaltar que a área Suruí tem sido de interesse geopolítico, dado que se encontra dentro do chamado “Polígono dos Castanhais”, que, segundo SAMPAIO e WATRIN (2000), é uma área por onde passam rodovias que ligam o sudeste do Estado do Pará e que se caracteriza por um alto nível de desmatamento, causado principalmente pelos impactos decorrentes da entrada de novos paradigmas de desenvolvimento implementado na região, cuja presença foi facilitada com respectiva abertura de estradas de acesso.

pelas perdas sucessivas de parte do seu território foi feito... Algumas perdas são irreparáveis, tanto que ainda suscitam demandas e estão a exigir reparos (BELTRAO, 1998: 211).

Por outro lado, o processo de reparação econômica prevê um encontro dos Suruí-Aikewara com as dinâmicas estabelecidas pela Comissão de Anistia, criada pelo Ministério da Justiça em 28 de agosto de 2001, por meio da Medida Provisória nº 2.151, e que tem como objetivo rever os pedidos de indenização feitos para as pessoas que foram impedidas de realizar suas atividades econômicas por motivos puramente políticos, assim como para pessoas que sofreram diversos tipos de violência do Estado.

O pedido de reparação é um elemento importante que dá movimento a este processo todo da instauração da Comissão da Verdade, mas o que subsiste de fundo parece ser também o reconhecimento do poder da narrativa como expurgação paulatina do trauma experimentado coletivamente. Na reunião em Brasília onde os cinco Suruí fizeram a entrega oficial do seu relatório para a CNV, Winuhú Suruí mencionou:

Que este relatório não seja somente divulgado, mas que nós, Aikewara, conhecidos também como Suruí, recebamos do governo brasileiro uma indenização por termos sofrido violência dentro e fora de casa, sem saber o porquê da presença dos homens da aldeia na “caçada” de pessoas, pergunta que eles próprios se faziam: por que os marehai, os militares, estavam matando aquelas pessoas? Por mais que seja feita uma reparação, nunca sairão da memória do povo Aikewara as cenas de terror e torturas aterrorizantes que presenciaram e sofreram no período da repressão à Guerrilha do Araguaia, sendo prisioneiros em sua própria aldeia, mantidos em cárceres privados, sem direito de buscar ou conseguir o seu próprio alimento. Crianças, idosos e mulheres passavam fome porque lhes foi tirado o direito de ir e vir em sua própria terra. Por muitos e muitos anos, ouvimos essa história contada pelos nossos avós desde quando éramos pequenos. Hoje somos pais e alguns já são avós ou avós. Agora entendemos por que eles nos contavam... (“Carta

do povo Aikewara à Comissão Nacional da Verdade: o que nós esperamos”)

Com relação ao caso Suruí, as compensações econômicas solicitadas à Comissão de Anistia abrangem até a atualidade treze pessoas³⁴. No entanto, a comissão Suruí, mais do que essas indenizações individuais, solicita uma de caráter coletivo, que se refere ao reconhecimento do território³⁵ indígena de forma integral, o qual implicaria uma revisão e modificação tanto da homologação territorial como possivelmente da própria legislação concernente à anistia (lei de 1979³⁶).

O que surge, assim, é a relevância de um sentir coletivo como a sua própria maneira de resolver os conflitos, mas também isso pode significar uma luta pela própria memória do território, que pouco a pouco tem sido dizimado e fragmentado desde o seu primeiro contato (BELTRÃO, 1998).

Ao longo da segunda metade da década de 70, tem-se verificado uma sucessão de equívocos político-administrativos que resultaram, em 1977, na demarcação de um território exíguo para os chamados “Suruí do Pará”. Assim, a partir da década de 1980, novos processos foram formados na Funai com o objetivo de rever os erros daquela demarcação administrativa da TI Sororó. No entan-

34 Estes casos se encontram atualmente em processo de análise na Comissão de Anistia e estão a espera de uma resolução, que por sua parte, também depende da aceitação de veracidade por parte da CNV.

35 Sobre este tema tem muito significado (real e simbólico) o fato de que na maioria dos depoimentos recolhidos, os índios mencionam que uma das principais explicações que os militares davam sobre a necessidade da captura dos militantes (ou “os terroristas” – denominação que ainda hoje fica sendo usada por alguns Suruí) era que supostamente eles queriam se apropriar do território indígena, argumento que tentava legitimar as ações dirigidas na área. “A demarcação de um território para os Aikewara era a “recompensa” que os servidores do Posto da Funai apresentavam como uma espécie de justificativa para o envolvimento dos indígenas, com o aval oficial, na repressão ao movimento guerrilheiro do Araguaia” (FERRAZ, CALHEIROS, SURUI, 2014: 27).

36 Lei que por sua parte equiparou mediante a autoanistia tanto às vítimas como aos perpetradores dos crimes, ocasionando assim um alto nível de impunidade, porque os responsáveis das distintas violações de direitos humanos ficaram livres de qualquer tipo de punição, assumindo o Estado simbolicamente essas culpas e responsabilidades abstratas.

to, a Terra Indígena Sororó acabou sendo homologada em 1983, com a área exígua delimitada em 1977 (FERRAZ, CALHEIROS, SURUÍ, 2014: 46- 47).

Sendo assim, essa luta pela indenização coletiva pode se apresentar como uma maneira de resistência frente ao que Gagnebin (2010) chama de esquecimento comandado, essa imposição forçada de esquecimento que conduz, paradoxalmente, ao reconhecimento de um único tipo de memória impedida que procurará ressurgir e que se concentra na questão do esquecimento, tentando delimitar o seu significado. Para a autora, a imposição do esquecimento como uma forma de ignorar um fato acaba impondo uma forma única de lembrar e, dessa forma, essa memória vai ter de lutar para conseguir voltar.

2. A MODO DE CONCLUSÃO

Geralmente, a Justiça de Transição pode ser entendida em sentido amplo como a soma de todos os mecanismos disponíveis para lidar com o legado de violência experimentado no passado, considerando a verdade, a reparação, a justiça e a reforma institucional, discutindo a importância na construção da memória. Em outras palavras, esse conceito se confirma no movimento de reorganização política de um regime para outro, referindo-se a olhar para o passado de uma dada sociedade, para estabelecer uma conduta que possa ser aceita ou reprovada a traves das sanções legais, social e morais.

Como hipótese sustenta-se que, em grande parte, a decisão de optar pela criação de uma comissão da verdade indígena responde à dinâmica que tem de forma geral o processo de Justiça Transicional no Brasil, que possui um modus operandi particular e específico para lidar com situações de conflito e oposições estruturais, onde geralmente as opções históricas para retornar a “estabilidade política” são interceptadas pelos mitos de conciliação, conceito-chave para a compreensão política e social deste país.

Nesse contexto, a experiência do povo Suruí-Aikewara, que por sua parte tem resistido a sua quase extinção (já que em 1960 eles ficaram em

aproximadamente 40 pessoas), demonstra que embora existam muitas tentativas de promover o esquecimento ou o impedimento da memória, geram também muitas formas paralelas para resistir e de forma estendida, dar conta de outras maneiras de fazer justiça.

Se bem é certo que esta comissão da verdade se encontra dentro de uma rede de vários atores que lhe podem resultar externos e que a sua vez responde a uma série de violações que se originaram desde antes mesmo do período ditatorial, esta nova experiência que acumula várias demandas e que tem como seu principal ponto de fuga o vivenciado durante a repressão da guerrilha dá conta de outra maneira de lidar com o passado e de ressignificar conceitos como reparação, perdão e esquecimento.

Portanto, parece que esta primeira experiência de comissão de verdade indígena, além de promover um exercício pela memória de fatos concretos, traz consigo uma manifestação clara de uma convenção coletiva para recuperar um território, que em si também passou a formar parte da sua memória devido às distintas rupturas experimentadas ao longo da sua história. Sendo assim, que sua recuperação possa simbolizar o exercício de uma justiça tardia.

3. BIBLIOGRAFIA

FERRAZ, I.; SURUÍ, W.; CALHEIROS, O.; SURUÍ, T. “O tempo da guerra” – os Aikewara e a guerrilha do Araguaia. 1o Relatório da Comissão de verdade Suruí, fevereiro 2014

1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade O GENOCÍDIO DO POVO WAIMIRI-ATROARI. Comitê da verdade do Amazonas, 2012

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. “Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira: a terceira fase da luta pela anistia” Pp. 112-128. En: PIOVESAN, F.; PRADO, I. 2014. (Coord). Direitos Humanos atual. ELSEVIER, Campus Jurídico Ed. Rio de Janeiro

BELTRÃO, J.; MASTOP-LIMA, L.; FONSECA, H.2008. De vítimas a indiciados, um processo de ponta-cabeça: Suruí Aikewára versus Divino Eterno – Laudo antropológico. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 194-258, jul./dez. 2008. (Laudo elaborado ao processo que corre na Justiça Federal, em Marabá no sudeste do Pará)

CALHEIROS, Orlando. 2014. Aikewara, Esboços de uma sociocosmologia tupi-guarani. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Orientador: Eduardo Batalha Viveiros de Castro), Rio de Janeiro.

CATTONI DE OLIVEIRA, M.; LOPEZ, D. “A história, a memória, os soberanos: a justiça de transição e o projeto constituinte do estado democrático de direito” Pp. 1- 16 En: PIOVESAN, F.; PRADO, I. 2014. (Coord). Direitos Humanos atual. ELSEVIER, Campus Jurídico Ed. Rio de Janeiro.

GAGNEBIN, Jeanne. “O preço de uma reconciliação extorquida”. In: TELES, Edson, SAFATLE, Vladimir, O que resta da ditadura. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Estado de Sítio).

KOZICKI, K.; MENESES, B. 2014. “Entre o passado e o futuro: a não acabada transição no Brasil” Pp. 128 – 143. En: PIOVESAN, F.; PRADO, I. 2014. (Coord). Direitos Humanos atual. ELSEVIER, Campus Jurídico Ed. Rio de Janeiro.

KRSTICEVIC, V.; AFFONSO, B. 2011. “A dívida histórica e o caso Guerri-
lha do Araguaia na Corte Interamericana de Direitos Humanos impulsio-
nando o direito à verdade e à justiça no Brasil. Pp. 344- 392. En: PAYNE,
ABRÃO, TORELLY. 2011. A Anistia na Era da Responsabilização: O Brasil
em Perspectiva Internacional e Comparada. Comissão de Anistia, Ministé-
rio da Justiça Brasil, Centro de Estudos Latino-Americanos, Universidade
de Oxford. Latin American Centre, Brazilian Studies Programme, Oxford
Transitional Justice Research, John Fell Oxford University Press Research
Fund. Brasília, Oxford.

LARAIA, R.; DA MATTA, R. 1978. Índios e castanheiros. A empresa extra-
tiva e os índios no Médio Tocantins. 2 ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978
(Coleção Estudos Brasileiros; v. 35).

MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré. 2002. O tempo antigo entre os Suruí/Ai-
kewára: um estudo sobre mito e identidade étnica. 2002. 140 f. Dissertação
(Mestrado em Antropologia) -UFPA, Belém.

MEZAROBBA, G. 2014. “A verdade e o processo de contas do estado bra-
sileiro com as vítimas da ditadura e a sociedade” Pp. 185- 201. En: PIOVE-
SAN, F.; PRADO, I. 2014. (Coord). Direitos Humanos atual.

MOREIRA DA SILVA FILHO, José Carlos. 2014. “A ambiguidade de anistia no Brasil: memória e esquecimento na transição inacabada”. Pp. 16- 42. En: PIOVESAN, F.; PRADO, I. 2014. (Coord). Direitos Humanos atual. ELSEVIER, Campus Jurídico Ed. Rio de Janeiro PEIXOTO, R. 2011. “Memória Social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois”. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v.6, n.3. Págs. 479- 499.

POLLAK, M. 1989. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 01. 2. n. 1, 1989, p. 3-13.

RICOEUR, Paul. 2008. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François. São Paulo: Editora da UNICAMP ROSS, Fiona. 2006. La elaboración de una Memoria Nacional: la Comisión de Verdad y Reconciliación de Sudáfrica. Cuadernos de Antropología Social N° 24, pp. 51–68.

SAMPAIO, S.; VENTURIERI, A.; WATRIN, O. dos S. 2000. Dinâmica da cobertura vegetal e do uso da terra do “polígono dos castanhais” no sudeste paraense. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, Documentos N. 31.

TELES, Edson, SAFATLE, Vladimir, O que resta da ditadura. São Paulo: Boitempo, 2010. Coleção Estado de Sítio.

VIEIRA, Eduardo. Diário PA - Executivo de 24/02/2012 (5370784889438208). Resumen del Relatorio circunstanciado de identificación y delimitación de la tierra indígena Tuwa Apekuokawera (Proceso FUNAI/BSB/2047/2004), acceso en: <http://www.radaroficial.com.br/d/5370784889438208>.

JusBrasil. Povo Suruí cria a primeira Comissão da Verdade indígena do Brasil. Disponível em: <http://portalvermelho.jusbrasil.com.br/politica/103776745/povo-surui-cria-a-primeiracomissao-da-verdade-indigena-do-brasil> . Acesso: 22 de janeiro, 2014.

Dedicatória

Este trabalho é dedicado à todos os paraenses que tiveram suas trajetórias atravessadas pelo episódio dos anos de ditadura civil-militar no Brasil.

Em especial é dedicado à memória de Egídio Sales Filho que presidiu os trabalhos do Comitê Paraense pela Verdade, Memória e Justiça, sendo presidente da CEV/Pa, nos primeiros dois anos da pesquisa.

Dedicamos também à memória de Paulo Fonteles Filho, cujo empenho e dedicação, possibilitaram para a pesquisa um vasto material audiovisual e escrito. Seu comprometimento impulsionou o movimento pela criação do Comitê Paraense pela Verdade, Memória e Justiça, passo fundamental para a criação da Lei 7.802 de 31 de março de 2014.

Para que ninguém esqueça, para que nunca mais aconteça. **Ditadura Nunca Mais.**

O relatório apresentado aqui é um foco de resistência. Ao lembrar, relatar, testemunhar, colocamos nossas vozes e corpos em prol de um estado democrático verdadeiro. Resistimos aos ataques ao republicanismo, à tentação autoritária, ao desmonte de conquistas sociais e políticas do povo brasileiro.

Que seja esse relatório não um ponto final, mas um ponto de partida, um pequeno farol que ilumine travessias, não só de pesquisadores e estudantes, mas de fato, toda a sociedade paraense. Que dele possamos afirmar que, mesmo imperfeito, é uma armadura a nos defender quando a violência obscurantista vier bater à nossa porta.



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO PARÁ



GOVERNO DO
ESTADO DO PARÁ



ISBN 978-65-997530-2-2



9 786599 753022